



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 134, QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 133ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2018	
1.1 – ABERTURA	10
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.2 – Oradores	
Senadora Vanessa Grazziotin – Manifestação contra a aprovação da Medida Provisória nº 844, que prevê a privatização do setor de saneamento e abastecimento de água no Brasil; e outro assunto.	10
Senador Lasier Martins, como Líder – Apelo aos senadores para que rejeitem a proposta de alteração da “Lei da Ficha Limpa”.	13
Senador José Medeiros – Esclarecimentos a respeito da repercussão da aprovação do reajuste dos subsídios dos Ministros do STF.	14
Senadora Ângela Portela – Críticas à Medida Provisória nº 849, que posterga e cancela os reajustes dos servidores públicos federais.	17
Senador Airton Sandoval – Destaque para a necessidade de modernização das rodovias brasileiras e incentivos de novas formas de escoamento de cargas e transporte de passageiros; e outro assunto. ...	18
Senadora Fátima Bezerra – Críticas à Medida Provisória nº 844, que altera leis e normas referentes ao serviço de saneamento básico no País.	20
Senadora Gleisi Hoffmann – Posicionamento a respeito do depoimento do ex-Presidente Lula no caso do sítio de Atibaia, que ocorrerá no dia 14 do corrente.	24
1.2.3 – Suspensão da sessão às 15 horas e 35 minutos e encerramento às 17 horas e 16 minutos.	27
1.3 – ENCERRAMENTO	27

PARTE II



2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 445/2004 para oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 29

2.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 130/2018 (nº 1.593/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.* 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 131/2018 (nº 176/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.* 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 132/2018 (nº 614/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.* 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 133/2018 (nº 946/2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará.* 37

Projeto de Decreto Legislativo nº 134/2018 (nº 979/2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.* ... 39

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 130 a 134/2018. 41

2.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 633/2018, na origem (**Mensagem nº 107/2018, no Senado Federal**), que encaminha o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), referente ao ano de 2017. 43

2.1.4 – Não utilização de numeração

Não utilização da numeração de requerimentos nºs 417, 418 e 422/2018. 192

2.1.5 – Ofício da Caixa Econômica Federal

"S" nº 72/2018 (nº 385/2018, na origem), que encaminha o Relatório da Administração e Análise dos resultados obtidos no 1º semestre de 2018. 194

2.1.6 – Ofício do Ministro de Estado da Cultura

Nº 255/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 355/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin 233

2.1.7 – Ofício do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Nº 1.558/2018, na origem, que encaminha o Relatório Geral de Apuração das Eleições de 7 de outubro de 2018 no referido estado, com a lavratura da respectiva Ata Geral. 235



2.1.8 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 136/2018, do Senador Lindbergh Farias, que *susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.* 255

2.1.9 – Projeto de Resolução

Nº 51/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.* 262

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa ao Projeto de Resolução do Senado nº 51/2018. 269

2.1.10 – Requerimento

Nº 525/2018, do Senador Cidinho Santos, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 750/2011. 271

2.1.11 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 117/2017 continue a sua tramitação. 274

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 103/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230/2018 276

Nº 104/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180/2017 286

Nº 105/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124/2017 293

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 301

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 304

6 – LIDERANÇAS 305

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 309

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 320

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 324

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 374



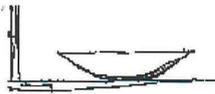
Ata da 133ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 13 de novembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. João Alberto Souza.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 17 minutos e encerra-se às 17 horas e 16 minutos.)





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 13/11/2018
 Hora: 19:18
 Número: 45

55ª LEGISLATURA

**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA**

SESSÃO CONJUNTA Nº 018 - 13/11/2018

Presidente da Casa: Eunício Oliveira - MDB/CE

Presidiram a Sessão: Fábio Ramalho - 15:24

Eunício Oliveira - 16:17

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 13/11/2018 15:24

Fim : 13/11/2018 19:15

Total de Presentes: 50

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PDT	
Romero Jucá	MDB	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
Davi Alcolumbre	DEM	
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 2		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Presentes de Pará : 2		
AMAZONAS		
Eduardo Braga	MDB	
Omar Aziz	PSD	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 3		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	MDB	
Presentes de Rondonia : 3		
ACRE		
Gladson Cameli	PP	
Jorge Viana	PT	
Sérgio Petecão	PSD	
Presentes de Acre : 3		
TOCANTINS		
Guaracy Silveira	DC	
Vicentinho Alves	PR	
Presentes de Tocantins : 2		
MARANHÃO		
João Alberto Souza	MDB	
Presentes de Maranhão : 1		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

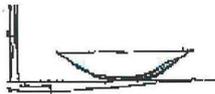
Data: 13/11/2018

Hora: 19:18

Número: 45

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Eunício Oliveira	MDB	
José Pimentel	PT	
Tasso Jereissati	PSDB	
Presentes de Ceará : 3		
PIAUI		
Ciro Nogueira	PP	
Elmano Férrer	Podemos	
Regina Sousa	PT	
Presentes de Piauí : 3		
RIO GRANDE DO NORTE		
Fátima Bezerra	PT	
José Agripino	DEM	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PARAÍBA		
Raimundo Lira	PSD	
Presentes de Paraíba : 1		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PTB	
Presentes de Pernambuco : 1		
ALAGOAS		
Benedito de Lira	PP	
Presentes de Alagoas : 1		
SERGIPE		
Eduardo Amorim	PSDB	
Presentes de Sergipe : 1		
BAHIA		
Walter Pinheiro	S.Part.	
Presentes de Bahia : 1		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Magno Malta	PR	
Ricardo Ferraço	PSDB	
Rose de Freitas	Podemos	
Presentes de Espírito Santo : 3		
RIO DE JANEIRO		
Lindbergh Farias	PT	
Presentes de Rio de Janeiro : 1		
SÃO PAULO		
Airton Sandoval	MDB	
José Serra	PSDB	
Marta Suplicy	MDB	
Presentes de São Paulo : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 13/11/2018
 Hora: 19:18
 Número: 45

	Partido	Bloco
MATO GROSSO		
Cidinho Santos	PR	
José Medeiros	Podemos	
Wellington Fagundes	PR	
Presentes de Mato Grosso : 3		
DISTRITO FEDERAL		
Hélio José	PROS	
Reguffe	S.Part.	
Presentes de Distrito Federal : 2		
GOIÁS		
Wilder Moraes	DEM	
Presentes de Goiás : 1		
MATO GROSSO DO SUL		
Waldemir Moka	MDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 1		
PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Presentes de Paraná : 1		
SANTA CATARINA		
Dalírio Beber	PSDB	
Dário Berger	MDB	
Presentes de Santa Catarina : 2		
RIO GRANDE DO SUL		
Lasier Martins	PSD	
Presentes de Rio Grande do Sul : 1		



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Presentes na Casa 23 Sras. e Srs. Senadores.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin, do Partido Comunista do Brasil, do Amazonas, pelo tempo regimental de dez minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discursar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Senadoras, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, ontem eu acompanhei com bastante interesse a sessão da Câmara dos Deputados, cujo debate que queria a Presidência daquela Casa instalar era exatamente a Medida Provisória 844, a medida provisória que prevê a privatização do setor de saneamento e abastecimento de água no Brasil.

Primeiro, quero dizer que a medida provisória correu, tramitou de uma forma tão rápida, que eu não vi outra medida provisória acontecer da mesma forma. O Relator apresentou o seu relatório num determinado dia, naquele mesmo dia foi concedido vista coletiva ao relatório, e no mesmo dia, após uma sessão do Congresso Nacional, os membros da Comissão votaram a medida provisória.

E, no dia de ontem, o Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, contrariando uma negociação, contrariando um acordo que havia sido feito inclusive com a oposição, queria, a todo custo, fazer a leitura da Medida Provisória 844 e iniciar a sua votação.

Sr. Presidente, eu espero que essa medida provisória não prospere. Eu espero que essa medida provisória tenha o destino que merece, e o destino que ela merece é ir para o fundo da gaveta, porque não é uma iniciativa para melhorar o abastecimento de água, para melhorar o tratamento de esgoto no Brasil, não; é uma medida provisória que visa somente e tão somente a atender os interesses do setor privado.

Digo isso, porque, veja V. Exa.: a medida provisória, o texto que foi aprovado na comissão e que foi encaminhado à Câmara dos Deputados, diz o seguinte: obrigatoriamente, todos os gestores públicos municipais terão que colocar o serviço de água e esgotamento sanitário para a iniciativa privada; terão que disponibilizar esse serviço para a iniciativa privada, e o Poder Público só atuará diretamente nesse setor quando não houver interesse de nenhuma empresa privada.

Repare, Presidente... Eu vou repetir, porque é inacreditável escrever uma lei, um texto, desta forma: os administradores, os gestores – municipais, estaduais – terão a obrigatoriedade de colocar à venda, a leilão, para a exploração da iniciativa privada, e só poderão atuar diretamente quando a iniciativa privada não quiser atuar.

O que é que significa isso? Significa que empresas privadas do setor vão ter muito interesse. Mas interesse onde? Nas grandes praças, nas praças e nos municípios lucrativos; nos grandes Municípios como São Paulo, Curitiba, Recife... Nos pequenos Municípios, aqueles que não dão retorno, não haverá interesse da iniciativa privada. E a quem caberá a manutenção desse tão



importante serviço que é o de saneamento, tanto o abastecimento de água quanto o tratamento de esgoto? Caberá e deverá ser desenvolvido pelo Estado.

Não é à toa que mais de 20 governadores assinaram a carta. Governadores em exercício e governadores que foram eleitos assinaram uma carta, pedindo, rogando que não seja aprovada essa medida provisória.

E aí, Sr. Presidente, é que eu quero entrar no exemplo aqui, porque dizem – e nós estamos acostumados a ouvir aí – que a iniciativa privada é que é eficiente. O serviço no Brasil é muito ruim, um pouco mais de 50% somente da população brasileira – 51,9% da população brasileira – é atendida com serviços de coleta de esgoto, e menos da metade disso, desse serviço, passa por tratamento – menos da metade. Ou seja, mais da metade da população nas cidades não tem sequer o serviço de coleta do esgoto sanitário, e a metade da metade apenas é que tem o tratamento desse esgoto coletado.

Mas vamos chegar à minha cidade de Manaus. A minha cidade de Manaus é a terceira pior do Brasil: somente 7,3% dos dejetos são coletados. Nós ficamos atrás somente de Rondônia e do Amapá. Eu repito: somente 7,3% dos dejetos são coletados. Não é que eles sejam tratados. Não. Coletados. Ou seja: nós vivemos numa cidade, uma capital que tem mais de 2 milhões de habitantes, com o esgoto a céu aberto.

E veja, Sr. Presidente: nós estamos muito abaixo da média nacional. Correspondemos a apenas 20% da média nacional – é aquilo que eu dizia aqui. E, quanto ao investimento, a mesma coisa. Quanto ao investimento, também 20%, somente, do que é investido nacionalmente é investido na cidade de Manaus. Ou seja, a média do investimento, no Brasil, é em torno de R\$188,17; em Manaus, R\$38,7.

Mas mais: vamos chegar ao interior.

Apenas, Sr. Presidente, um número muito pequeno – 25 cidades do interior – tem um planejamento do saneamento básico. A maioria não tem esse planejamento do saneamento básico – do interior.

Caso fosse aprovada a medida provisória, a resolução, para o interior, claro que não, porque o interior não é lucrativo. Aliás, o Estado do Amazonas colocou, lá atrás, à venda o serviço de saneamento do interior do Estado, e ninguém da iniciativa privada – ninguém – se interessou por isso.

Mas veja: Manaus. Eu dei o exemplo: Manaus é a terceira pior cidade do Brasil. É o terceiro maior déficit de coleta do esgoto no Brasil. E pasmem V. Exas.: o serviço, em Manaus, não é público; o serviço, em Manaus, é privado, Srs. Senadores. Repito: a terceira cidade pior em coleta de esgoto no Brasil é privada. E não é só o esgoto, porque a obrigação da empresa é o abastecimento, o tratamento de água e a coleta e o tratamento do esgoto sanitário. Essa é a responsabilidade da empresa privada.

Pois bem, Senadora Gleisi: há alguns anos, a metade da cidade de Manaus, que beira o Rio Amazonas, o maior rio do Planeta, uma cidade localizada às margens do maior rio do planeta, porque é lá que se junta o Amazonas, o Rio Negro com o Rio Solimões, formando o Amazonas. Metade da cidade de Manaus não tinha água encanada. As pessoas não tinham água.

E o que é que precisou ser feito àquela época? O Governo Federal, o Presidente Lula, teve que aportar recursos no Estado do Amazonas, para que o Governo fizesse a nova estação de captação de água. E por que é que a empresa privada não fez isso, uma vez que era a sua



obrigação? Porque não faz! Porque não faz, senhores! O único objetivo da empresa privada é ter lucro, e o Poder Público faz vistas grossas a isso! Isso é muito grave!

E agora, novamente, exatamente com essa desculpa, com essa ladainha, querem aprovar uma medida provisória, privatizando totalmente o setor de saneamento no Brasil.

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas não bastaria esse exemplo para desmoralizar aqueles que dizem... Aí, vem a CNI, Sr. Presidente, dizendo que o problema do saneamento no Brasil é a falta de investimentos e que, se isso for colocado na mão da iniciativa privada, os investimentos virão.

Não é verdade! Está aí o exemplo da Cidade de Manaus. Outras cidades brasileiras, não capitais, mas outras grandes cidades brasileiras, que no passado privatizaram, retornaram, devolveram ao Poder Público. E olhe, Sr. Presidente, que eu estou falando apenas da inserção, da inclusão das pessoas, da população, ao serviço de saneamento, do esgotamento sanitário. Não estou aqui sequer falando da qualidade do serviço. Isso sequer eu abordei!

Mas foram inúmeras as vezes em que subi a esta tribuna, falando do desrespeito da empresa concessionária para com os habitantes da cidade de Manaus, porque as contas de quem tem muito pouca água ou até mesmo de quem nem recebe água vêm com um valor astronômico, e as pessoas não têm dinheiro para pagar. E, quando se dão conta, estão no SPC. Quantas? Milhares de pessoas se encontram nessa situação na cidade de Manaus.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui que torço muito e quero cumprimentar os Deputados que travaram uma grande resistência, no dia de ontem; não só os Deputados da oposição, não. Alguns, inclusive, que apoiam o Governo resistiram e esperam que essa medida provisória caduque e seja engavetada.

Mas, para concluir, neste minutinho que V. Exa. me concede, eu quero aqui registrar uma outra conquista importante no Brasil. E, desta feita, em seu Estado, no Estado do Maranhão, nobre Presidente que dirige esta sessão.

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu me refiro a um decreto que foi editado no dia de ontem pelo Governador Flávio Dino, um decreto que estabelece liberdade de pensamento nas escolas.

Diz o seu art. 1º: "Todos os professores, estudantes e funcionários são livres para o seu pensamento e suas opiniões no ambiente escolar da rede estadual do Maranhão".

E, aí, segue o decreto, mostrando e dizendo que apenas o decreto contempla o art. 206 da Constituição Federal, que determina a liberdade sem censura das pessoas, a liberdade de manifestação. E há necessidade disso por quê? De fazer um decreto reafirmando a Constituição? Porque querem, agora, aprovar o Escola sem Partido, que não é escola sem partido. É escola do partido deles – do partido deles. A escola com a mordaga.

Agora, vejam bem: o PRB, um partido...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... ligado a uma igreja evangélica, pelo que eu li na imprensa, conseguiu a licença para abrir uma faculdade. E aí? Sem partido?



Isso não existe. Essa lei da mordça não pode prosperar.

Mas, de toda forma, eu quero cumprimentar o Governador, Senador João Alberto, do Maranhão, Governador Flávio Dino, por essa iniciativa muito importante.

E espero que outros governadores também tomem a iniciativa. Havia muitos projetos de lei aprovados, muitas leis municipais que previam essa mordça, essa censura nas escolas, e que têm sido, uma a uma, derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal, porque, repito, a Constituição Federal é que nos garante liberdade de pensamento e de expressão, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela Liderança do PSD, concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, PSD do Rio Grande do Sul, pelo tempo regimental.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores, ouvintes.

Sr. Presidente, está prevista, na pauta de hoje, a votação de uma matéria que quer retroagir ao tempo anterior à Lei da Ficha Limpa, uma lei de iniciativa popular que teve, na época, 1,6 milhão de subscritores.

O primeiro problema é que essa matéria colocada em pauta para hoje foi feita arditosamente na noite passada, sem tempo para conhecimento da quase totalidade dos Senadores, aquilo que se costumar dizer "na calada da noite".

Trata-se de um projeto que quer trazer de volta aqueles que tiveram a ficha suja lá no passado, anterior a 2010, quando foi assinada a Lei da Ficha Limpa, ao tempo, pela Presidente Dilma. Isto é, está-se querendo trazer gente que era inelegível para poder ser agora elegível com a ficha meio limpa, meio suja. Ora, isso não existe. Ou a ficha é limpa, ou é suja. Não há meio termo.

Então, o primeiro fato lamentável é que essa matéria foi decidida na noite passada e colocada na pauta para hoje, às pressas, para não haver muito tempo para reflexão, para conhecimento público, a exemplo do que foi feito na semana passada, quando se colocou aqui em votação o reajuste do salário dos ministros do Supremo. Eu tive a desventura de não estar presente, porque, na terça à noite, logo depois da Ordem do Dia, precisei viajar a Porto Alegre para atender a uma audiência judicial em que sou autor e que não poderia mais ser adiada. E, pela manhã, fui surpreendido com a notícia, para o meu desespero, porque pretendia estar aqui e votar contra. Mas ainda tenho a esperança de que o Presidente da República vete esse absurdo reajuste que vai criar o efeito cascata num Brasil que está economicamente na miséria.

Então, eu venho à tribuna, Sr. Presidente, João Alberto, para deplorar a inclusão, mais uma vez, escamoteando a confiança de todos nós, pela surpresa do momento de colocação em pauta, em menos de 24 horas – colocação e votação. Espero muito que a nova composição do Senado não enfrente esse absurdo, essas armadilhas, essas traições.

Então, em conclusão, eu quero pedir aos pares que votemos contra essa pretendida revogação ou alteração da Lei da Ficha Limpa que está prevista para hoje. Esta Casa já contribuiu muito para uma depuração da política, da velha política. Mas precisamos ir mais fundo. Há muita coisa que tem sido mal-encarada ainda pelo Senado e que nós precisamos corrigir.



Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, na recente eleição, 29.101 candidatos pediram registro para as eleições deste ano, e 1.888 foram barrados pela Justiça Eleitoral. Segundo o mesmo Tribunal Eleitoral, 173 foram julgados inaptos por causa da Lei da Ficha Limpa.

Nós precisamos atender, de uma vez por todas, a vontade popular dos brasileiros, que querem mudança. E, na votação da semana passada, por ocasião do absurdo reajuste do salário dos ministros, já fomos em sentido contrário à vontade dos brasileiros. Que não venhamos a fazer a mesma coisa hoje com relação ao meio ficha-limpa. Nós precisamos preservar e defender a ficha limpa. Esperamos que esse projeto, cuja votação foi anunciada às pressas, anunciada na surdina, na noite passada, seja rejeitado hoje à tarde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, do Podemos, de Mato Grosso, pelo tempo regimental.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, tem sido grande o debate nos Estados sobre a questão do endividamento destes. Ontem mesmo saiu que alguns Estados já estão procurando o novo Presidente para ver a questão das suas dívidas. E Mato Grosso é um desses.

Ontem, na minha cidade, houve um reboiço muito grande com a ameaça de fechamento do hospital. Há cerca de dois meses, eu pedi a intervenção do Ministério da Saúde no sistema de saúde do Mato Grosso e, desde ontem, tento falar com o Ministro da Saúde, porque se trata de uma cidade de 250 mil habitantes e que está em desespero pelo caos estabelecido na saúde com a iminência do fechamento do Hospital Regional.

Então, é um momento em que todos se preocupam muito com as contas, com o Orçamento do País. É natural! Por quê? Falta dinheiro para a segurança, falta dinheiro para a saúde. Mas é um bom momento também para fazermos uma discussão séria, uma discussão sem sofismas sobre o Orçamento público, sobre a divisão de receitas dos Poderes... Por exemplo, nós precisamos focar as baterias, os fuzis, as espingardas no verdadeiro problema.

Votamos aqui a recomposição de perdas do Judiciário. O mundo desabou. O mundo desabou. Pois bem, Senador João Alberto, se hoje nós votarmos e dissermos aqui que esses ministros vão passar a ganhar R\$10 por mês, não diminuirá R\$0,01 do repasse que o Governo Federal terá que fazer para o Poder Judiciário. O montante é o mesmo! Se falarmos aqui que o salário do Parlamentar será de zero reais, o montante a ser repassado para esta Casa será o mesmo – se não me engano, aqui, é algo em torno de R\$3,7 bilhões anuais. E ninguém se scandaliza com esse número; ninguém se scandaliza com o tanto que se repassa para as assembleias estaduais, com o percentual que os governos estaduais estão repassando para o Judiciário. Ninguém questiona se o Judiciário é caro; preocupa-se com o salário.

Então, vamos destinar a discussão para o verdadeiro ponto. Se a discussão é a questão dos gastos, vamos discutir o percentual de repasse aos Poderes – quanto se gasta com o tribunal de contas do Estado, quanto se gasta com o Ministério Público, quanto se gasta com o Judiciário em si –, porque os salários são irrisórios nessa conta.

Vamos pegar, por exemplo, o quanto se repassa para o Judiciário brasileiro, Senador Sandoval. São bilhões! "Ah, vamos matar, esfolar em praça pública esses Senadores porque



votaram a recomposição de perdas." "Vai-se criar um efeito cascata no País inteiro!" Não, não vai criar efeito cascata ou coisa nenhuma. O efeito cascata já está criado independentemente disso, porque, independentemente de aumentar esses salários de juiz ou não, Senador João Alberto, o repasse que o Governador vai ter que fazer para o Poder Judiciário é o mesmo. Não vai aumentar nem diminuir, porque o salário é mais ou é menos. Se o repasse do Judiciário é x e aumentou o salário do juiz, eles vão ter que viver com aquele repasse lá. Se diminuir o salário do juiz, a única coisa que vai acontecer é sobrar dinheiro para mais coisas lá, para não sei o quê.

É bom fazer esse esclarecimento porque... "Nossa! Vai criar um efeito cascata!" Efeito cascata de quê se, de todo jeito, os Governadores terão que chiar com aquele repasse que já tem que ser repassado, porque é percentual? Os percentuais dos Poderes são constitucionais. Vão subir os salários dos Vereadores. "Nossa! Que escândalo!" Nada. O percentual da Câmara é o mesmo, então a briga não pode ser centrada nos salários. Vamos focar.

Estou vendo as redes sociais alvoroçadas. Minha mãe, coitada, está com derrame e não param de xingá-la, Senador Sandoval. O que acontece? Vamos centrar a discussão, então, nos percentuais dos duodécimos, do que é repassado para o Judiciário, para o Legislativo. Agora, essa discussão do salário é menor, porque não altera. "Vai dar um impacto de 6 bilhões." "Vai dar um impacto de quanto?" Que impacto? De todo jeito, os repasses são feitos. Vai dar impacto lá dentro do órgão, que passava, por exemplo, x para salários e vai passar x mais um, mas isso é o órgão que terá que se virar lá dentro.

Estou fazendo esse esclarecimento aqui para aquelas pessoas de boa-fé, que querem entender como o sistema funciona. Não estou falando que está certo que um Executivo que está esfrangalhado, que está com dificuldade, tenha que repassar tantos por cento para os outros Poderes. Estou aberto para que a gente faça esse debate. Agora, tem que ser um debate à altura da discussão que possa vir a resolver essas coisas, e não discutirmos se foram R\$0,02 a mais, R\$0,02 acima, até porque, Senador João Alberto, você pega esse salário do Judiciário... Vamos pegar o líquido, porque a grande revolta das pessoas é contra esse auxílio-moradia e, de fato, até o Judiciário se sente incomodado com isso, e eu sinto que eles querem acabar com isso. Propuseram aqui ao Senado para acabar com o auxílio-moradia do Judiciário. Foi a proposta que fizeram aos Senadores aqui.

Nesse auxílio-moradia, não incidem encargos, não incidem encargos sobre ele. Então, não se desconta INSS, não se desconta Imposto de Renda. Ele é líquido.

O salário de R\$33 mil do ministro, quando se descontam os encargos, vai para R\$26 mil líquido, fazendo uma conta rasa aqui. Vinte e seis mil com R\$4,3 mil de auxílio-moradia, vai para R\$30,3 mil, que é o líquido deles, sem os outros auxílios. Estou fazendo essa conta do auxílio-moradia com o salário deles hoje.

Senador João Alberto, agora vamos pegar o salário deles com a recomposição salarial que haverá agora, tirando o auxílio-moradia. Pegue R\$33,3 mil, dê 16% de aumento, vai para R\$39 mil, que, aplicando-se os descontos do INSS e do Imposto de Renda, cai para R\$30.089. Ou seja, vão ganhar até menos.

Não, mas o importante é fazer a discussão fácil. Eu estou chamando para a discussão real. Vamos discutir os repasses a esses Poderes, então, porque, se há desfalque no cofre da União, ele está aí, e não se fez uma reposição inflacionária ou se não a fez.

Quero dizer que eu fui um dos que... Essa recomposição era para ter sido feita em 2016, quando a Câmara aprovou essa recomposição lá, com apenas três Deputados contrários; o resto



todo aprovou isso lá. Quando chegou aqui no Senado, eu saí pegando assinaturas dos Senadores para que não fosse votado de urgência, e conseguimos prorrogar por dois anos esse aumento, essa recomposição salarial. Hoje, eu me arrependo. Podia ter deixado, Senador João Alberto. Estou apanhando nas redes como se fosse um bandido. Podia ter deixado tocar, votado de urgência, ter me absterido, porque a discussão está muito rasa.

O que acontece? Em 2016, nós aprovamos a recomposição daquelas carreiras e falamos que, para os ministros, que ganham mais, se estendesse para depois. Só prorrogamos o problema, e agora vem uma discussão muito rasa a respeito disso.

Eu gostaria que a mídia pudesse, os jornais pudessem fazer as contas e trazer o problema para a sua real discussão, os duodécimos, os repasses... Essa conta não pode ser feita em nível de discussão salarial, que não altera em nada. Então, este Senado prorrogou por dois anos essa discussão.

Aí, vem a turma que defende a... Eles dizem que houve uma traição ao novo Governo. Então, vamos falar de política aqui e agora. Vamos falar de política, Senador João Alberto. Esse aumento caindo, esse reajuste caindo no colo do Presidente Bolsonaro em março, caindo essa batata quente na mão dele...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... para ele ter de vetar ou sancionar. Desgaste com o STF, desgaste aqui com a Casa, jornais dizendo "Bolsonaro derrotado", estampas de toda a sorte...

Não seria melhor encerrar o assunto já, agora? Esse negócio não ia ser votado mais dia, menos dia? Ah, não, mas se esse negócio não fosse votado, fosse reprovado aqui e houvesse um ganho para os Estados e para a União e a gente tivesse que repassar menos para o Poder Judiciário, eu seria o primeiro a votar. Mas não vai repassar um centavo a menos.

Mas está bom, me curvo – me curvo – e digo: errei, errei. Da próxima vez, do jeito que vier da Câmara... Do jeito que vocês votaram, está tudo bem, aceito as críticas, tenho que me dobrar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador José Medeiros.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero apenas aqui registrar meu posicionamento contrário a esse projeto que entrou na Ordem do Dia, de alterar a Lei da Ficha Limpa.

A Lei da Ficha Limpa foi uma conquista deste País, uma conquista da sociedade brasileira e há uma decisão do Supremo, já tomada, que não deve ser alterada por esta Casa, na minha opinião. Portanto, sou contra esse projeto. Espero que ele não seja votado e, se for colocado em votação, meu voto será contrário, com absoluta certeza.



A Lei da Ficha Limpa é uma conquista da sociedade brasileira e, na minha concepção, esta Casa vai agir contra a sociedade brasileira se quiser alterar essa legislação, que foi construída por vontade da população brasileira através de um projeto de iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, para uma comunicação inadiável, pelo tempo regimental.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nossos ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu quero aqui, mais uma vez, me manifestar, manifestar a minha indignação com relação à edição da Medida Provisória nº 849, que adia e cancela reajustes dos servidores e policiais militares federais. Essa MP, em vigência desde o último 1º de setembro, aguarda a instalação de Comissão Mista no Congresso para avaliação.

A MP 849 é a reprodução exata de outra proposta do Governo, a MP 805, editada em 2017, com o mesmo propósito. Os efeitos da MP 805, porém, foram suspensos por decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em 18 de dezembro de 2017. Assim, os reajustes em 2018 e 2019 foram mantidos, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Decidido a desobedecer a decisão soberana do STF e com firme vontade de prejudicar os servidores, o Governo de Temer e Jucá editou esta nova Medida Provisória, a 849, que suspende o reajuste de várias categorias, na Suframa, no Dnit, no Ipea, carreiras de gestão governamental e na diplomacia.

Em meu Estado, em particular, ela resulta na suspensão de reajustes, antes previstos para 2019, já aprovados em lei, para as seguintes carreiras: o subsídio da Polícia Civil do extinto Território; o reajuste do soldo, a Vantagem Pecuniária Específica (VPE), a Gratificação Especial da Função Militar e a Gratificação de Incentivo à Função Militar – todas essas parcelas que compõem a remuneração dos policiais e bombeiros militares dos extintos Territórios de Roraima, de Rondônia e do Amapá –; e o reajuste no vencimento e na retribuição por titulação, a chamada RT, dos professores federais dos ex-Territórios.

Os servidores tiveram o reajuste aprovado em lei nos anos de 2015 e 2016, fruto de negociações entre as várias categorias e o Governo Federal. Essa medida atinge, segundo dados do próprio Governo, 209 mil servidores ativos e 163 mil aposentados e pensionistas.

A alegação de Temer para a suspensão do reajuste remuneratório é a necessidade de ajuste nas contas públicas. Mas o reajuste já tem sua previsão orçamentária desde a aprovação dos projetos de lei que concederam o benefício.

Um dos argumentos do Palácio do Planalto para suspender os reajustes é a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos do Governo, e que combati neste Plenário. Fui contra aqui.

Ocorre, Sr. Presidente, que as leis com os reajustes foram aprovadas nesta Casa e na Câmara dos Deputados em data anterior à promulgação da emenda do teto de gastos, publicada em 15 de dezembro de 2016.

A suspensão do reajuste também é inconstitucional, pois afronta os princípios da irredutibilidade de vencimentos e a garantia do direito adquirido, ambos previstos na Carta de 88. E esse direito ao reajuste encontra-se em lei aprovada pelo Congresso Nacional. Portanto, sua suspensão por medida provisória é ilegal e inconstitucional.



Os servidores do meu Estado, especialmente os policiais militares, que são os que mais perdem com os efeitos dessa nefasta medida provisória, estão muito revoltados com essa decisão. O que esperam de nós Senadores é a derrubada dessa proposição aqui no Senado Federal.

Por essa razão, eu apresentei nove emendas que visam evitar a suspensão do reajuste em 2019. Defendo a manutenção dos acordos firmados com os servidores para, de fato, fazermos valer as leis que aqui nós aprovamos. Nós vamos evitar mais esse massacre contra os nossos policiais militares e os servidores públicos, como um todo, de Roraima e de todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Gleisi, você quer trocar agora?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode falar agora. Depois eu falo. (*Fora do microfone.*)

Você quer falar antes, Fátima? (*Pausa.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Depois.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, depois. Não. Eu tenho que terminar a minha fala aqui ainda.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Lindbergh, você quer permutar comigo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quem é o próximo?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por permuta com a Senadora Fátima Bezerra, concedo a palavra ao Senador Aírton Sandoval, MDB, São Paulo, pelo tempo regimental.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acompanhei com atenção o pronunciamento da Senadora Vanessa Grazziotin, há poucos instantes, desta tribuna, em que ela traçou um retrato trágico do saneamento no Brasil, especialmente no seu Estado, o Amazonas. E ela criticava uma medida provisória, com certeza com grande razão.

Mas eu queria comentar alguns aspectos do meu Estado de São Paulo, em que existe uma empresa estatal do Governo do Estado, a Sabesp, que presta serviços relevantes e importantes para a maioria dos Municípios do Estado. A minha cidade, Franca, inclusive recentemente foi classificada em primeiro lugar no País em saneamento básico, o que nos enche de orgulho.

Mas ainda assim, sendo a primeira do País, nós estamos vivendo sob um grande risco. Nós temos lá uma captação antiga num rio, chamado Rio Canoas, que hoje não é mais um rio, hoje é um ribeirão. E até aconteceu um fato interessante na última crise hídrica por que nós passamos: corremos o risco da falta d'água em vários bairros da cidade. Eles eram servidos por água dia sim, dia não para que houvesse um atendimento à população. O rio baixou tanto que os tubos, a



tubulação da captação não conseguia mais captar água do ribeirão para levar para as estações de tratamento e servir à comunidade. Então, o que a Sabesp fez? Foi lá e fez uma represa com sacos de areia no rio, o que gerou protesto da cidade vizinha, que é do outro Estado, o Estado vizinho de Minas Gerais, e que nos levou àquela preocupação que nós temos com o futuro deste nosso País e do nosso mundo: o risco severo que nós vamos ter de falta d'água em muitas localidades.

Na minha cidade, está sendo feita uma nova captação de água, que já deveria ter sido inaugurada dois anos atrás. Foi uma parceria público-privada que a Sabesp fez com um consórcio de duas empresas. Tivemos a infelicidade de uma dessas empresas entrar em recuperação judicial e a obra ficar paralisada. Está paralisada já há bastante tempo, aguardando uma decisão judicial. E é aí, Sr. Presidente, que fica a nossa preocupação, numa eventual crise hídrica das proporções da que houve anteriormente, de nós termos as dificuldades por que passamos naquele instante. E isso estou dizendo de um Município que é o primeiro no País em saneamento, e o saneamento é a captação de água, o fornecimento de água e o tratamento do esgoto.

Mas o assunto, Sr. Presidente, que eu vim tratar neste momento não é de somenos importância. Refere-se ao transporte e às nossas estradas. Eu venho aqui para falar sobre um dos maiores gargalos e entraves no desenvolvimento do nosso País no que diz respeito à infraestrutura e à logística de produção e de locomoção de pessoas.

A paralisação dos caminhoneiros, que em maio provocou um caos generalizado, deixou evidente o quanto a economia e a população são dependentes do transporte rodoviário.

Dados do Banco Mundial confirmam esta realidade: o Brasil é o País que mais usa estradas para escoamento de cargas e locomoção de passageiros. Cinquenta e oito por cento de todo tipo de transporte são feitos por rodovias.

Comparemos com outros países: na Rússia o transporte rodoviário representa 32% e no Canadá, apenas 8%. Aqui, seis em cada dez operações de transportes de cargas ou de passageiros acontecem pelas estradas.

Analisando outros estudos, percebemos o quanto essa dependência rodoviária é forte e evidente. De acordo com a pesquisa Custos Logísticos no Brasil, da Fundação Dom Cabral, a malha rodoviária é utilizada para o escoamento de 75% da produção nacional. Incompreensivelmente, a modalidade de transporte marítimo fica em 9,2%; o aéreo representa 5,8% e o transporte por ferrovias se restringe a apenas 5,4%.

O Anuário da Confederação Nacional do Transporte de 2017 mostra que, entre 2001 e 2016, a frota de caminhões quase dobrou no Brasil. Cresceu 84,3%, Sr. Presidente.

O número de caminhões saltou de 1,5 milhões para 2,6 milhões. E aqui faço um parêntese: da frota circulante no Brasil, 1,9 milhões de caminhões são de empresas, enquanto 554 mil são de caminhoneiros autônomos e outros 23 mil são caminhões pertencentes a cooperativas.

Esses números são importantes para analisarmos alguns interesses embutidos na paralisação dos caminhoneiros. Uma ampla e sincera reflexão ficou desde aquele movimento, que tanto transtorno e prejuízo causou para todos os brasileiros.

Retomando a análise da nossa dependência do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, observo que o Anuário da CNT ainda aponta para um crescimento substancial no contingente de veículos particulares no Brasil.

Em apenas um ano, entre 2015 e 2016, mais de 5,2 milhões de veículos foram incorporados à frota brasileira. Saímos, de 90,7 milhões, para 95,9 milhões de veículos. São mais de 14,2 mil veículos incorporados por dia.



De 2001 para cá, o tamanho da frota de veículos praticamente duplicou, aumentando em 194%. O contingente de motocicletas cresceu mais de quatro vezes. Os estudos confirmam a clara dependência do brasileiro ao transporte rodoviário para ter acesso a bens e serviços no seu dia a dia. Tanta dependência de estradas nos coloca um questionamento: e o estado de nossas rodovias? Como está? Comportam a demanda? Estão bem cuidadas?

O Anuário do Transporte 2017 da CNT diz que, entre 2001 e 2015, a extensão das rodovias pavimentadas evoluiu menos de 24%. E o mais grave: enquanto o número de caminhões e veículos em geral dispara assustadoramente, a malha rodoviária total foi reduzida em 1,6%. É um recuo pequeno, é verdade, mas não deixa de ser um encolhimento. Em 2001, eram 1.748.227,5km de rodovias. Em 2015, 1.720.643,2km.

Além da extensão e quantidade insuficientes para a necessidade atual, as rodovias brasileiras apresentam uma série de problemas. Segundo a CNT, 61,8% estão em estado regular, ruim ou péssimo. Isso quer dizer que seis entre dez rodovias apresentam problemas sérios, que colocam em risco a vida de motoristas e passageiros, além de acarretar um custo maior no frete. E frete mais caro representa produtos com preços mais altos para o consumidor. Há 21 anos, a CNT realiza este levantamento, e, em 2017, aferiu mais de 105.000km de rodovias pavimentadas.

São Paulo, Sr. Presidente, o meu Estado, tem, segundo esse estudo, as melhores rodovias do Brasil, mas uma questão alerta para a incapacidade do Governo em cuidar adequadamente das rodovias: 74,4% das estradas privatizadas foram consideradas boas ou ótimas, enquanto a avaliação positiva das rodovias públicas se limitou a 29,6%.

Embora as estradas de gestão privatizada sejam bem avaliadas, temos um problema: os pedágios. Sabemos que empresas privadas em uma economia capitalista visam ao lucro. Sob o argumento de que a arrecadação dos pedágios é fundamental para a manutenção das estradas, a cobrança acaba encarecendo muito o custo do transporte, o que reflete diretamente nos custos dos produtos consumidos pelos brasileiros e no valor das passagens de ônibus intermunicipais.

O Governo de Jair Bolsonaro, logo a partir de janeiro próximo, terá pela frente um grande desafio: melhorar as condições de nossas rodovias e incentivar outros modais, novas e modernas formas de transporte de cargas e de passageiros por todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Airton Sandoval.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, PT do Rio Grande do Norte, pelo tempo regimental.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, os que nos acompanham pelas redes sociais.

Sr. Presidente, cresce a mobilização social e política contra a Medida Provisória 844, de 2018, que tramita aqui, no Congresso Nacional, que altera o marco regulatório que trata do saneamento em nosso País, desta vez com uma carta, aqui, assinada, já, por 24 governadores e uma governadora, que passo a ler neste exato momento:

Carta dos Governadores sobre a Medida Provisória 844, de 2018, que altera a Lei do Saneamento.

Os Governadores atuais e eleitos abaixo assinados vêm a público manifestar a preocupação com a aprovação da Medida Provisória nº 844, de 2018, que altera o marco



legal do saneamento, na forma do Relatório do Senador Valdir Raupp aprovado na Comissão Mista, na última quarta-feira, dia 31 de outubro.

Da forma como foi aprovada, ao invés de avançar rapidamente na universalização dos serviços, a Medida Provisória 844 traz grandes riscos de agravamento das desigualdades, de desestruturação do setor e de piora das condições fiscais dos governos estaduais.

Em primeiro lugar, não houve discussão ampla com a sociedade, com os Governadores atuais e muito menos com os Governadores eleitos. Os Estados, por meio de suas empresas, prestam serviços de água para 120 milhões de pessoas nas cidades brasileiras (76% dos que têm acesso aos serviços). As empresas estaduais estão presentes em mais de 4 mil Municípios brasileiros, dos quais 3.600 são municípios de pequeno porte e de menor renda e IDH, incluindo 90% dos Municípios do Semiárido brasileiro.

Os Governadores [repito] atuais e eleitos reconhecem que falta ainda muito a fazer rumo à universalização dos serviços. Os desafios são crescentes, agravados ainda pelas mudanças climáticas e pela crise fiscal do País. Para superar estes desafios, é preciso aumentar a participação do setor privado nos investimentos de setor tão importante.

Entretanto, a Medida Provisória 844, sob o pretexto de aumentar a participação privada, que é necessária, vai [é] desorganizar o setor. Municípios de maior tamanho e renda são atrativos ao setor privado, enquanto a maioria dos Municípios, pequenos e pobres, e aqueles onde há escassez hídrica, não serão. Ao invés de estimular as parcerias privadas junto com os serviços estaduais, atendendo indistintamente a Municípios maiores e mais ricos e aqueles muitos menores e mais pobres, a Medida Provisória 844 vai gerar participação privada apenas nos Municípios de maior rentabilidade ou onde as necessidades de investimento *per capita* são menores.

Ao invés de aproveitar e potencializar os ganhos de escala e ampliar as possibilidades de solidariedade social entre Municípios ricos e pobres, a MP [afirma a carta dos Governadores] vai resultar exatamente num oposto perverso [ou seja]: aumento das desigualdades, Municípios maiores e mais ricos vão avançar; e a maioria dos Municípios menores e mais pobres vai ficar mais ainda para trás); [acrescente-se ainda] agravamento dos déficits sociais no acesso aos serviços, especialmente pela escassez de recursos fiscais e pela limitada capacidade de pagamento das populações desses Municípios; aumento da dívida e do déficit público – a grande maioria das empresas dos Estados são não dependentes, [portanto] pagam suas dívidas em dia. Com a sua desestruturação [alerto aqui] os Estados terão que assumir essas dívidas.

Ademais, os serviços de água e esgotos são monopólios naturais. Assim, cabe ao governo organizá-los. Ao estimular a desagregação e a pulverização da entrada do setor privado, os ganhos dos monopólios serão absorvidos apenas pelas empresas privadas e, eventualmente, por alguns Municípios. Se o modelo privilegiasse soluções conjuntas entre empresas regionais e o setor privado, os ganhos do monopólio seriam também divididos com milhares de Municípios e milhões de brasileiros de menor renda, e mais rapidamente e equanimemente seriam alcançados os objetivos da universalização.

No Brasil, mais de 80% dos investimentos em saneamento básico vem das empresas estaduais e isso [não pode ser desprezado] não pode ser diminuído. Pelo contrário: precisa ser estimulado, com a maior participação do capital privado.



As maiores oportunidades do setor privado no País, nos últimos dez anos, vêm de contratações pelos governos estaduais, através das empresas estaduais de saneamento com PPPs, subdelegações e etc. As maiores oportunidades de investimento no futuro também estão nesse modelo, potencializando e partilhando os benefícios das economias de escala.

Como exemplo, o próprio Governo Federal lançou o Programa de Parcerias para Investimentos, através do BNDES, que tem atuado na estruturação de projetos voltados a formatar parcerias com o setor privado, junto com as companhias estaduais.

O art. 10-A da MP 844 vai desestruturar esses projetos, na contramão da tão sonhada universalização dos serviços de saneamento.

As mudanças no Marco Legal do Saneamento deveriam aumentar a segurança jurídica. [E não o contrário, como está sendo colocado nessa MP, porque vai haver a insegurança jurídica] (...) com aumento de incertezas e (...) [consequentemente, todo um processo de] judicialização, inclusive junto ao STF.

Portanto, os Governadores atuais e os Governadores eleitos urgem para a imediata revisão da MP 844, especialmente o disposto no seu art. 10-A.

Dessa forma, podemos aperfeiçoar o Marco Legal do Saneamento, fortalecer as parcerias entre os setores público e privado, sem discriminação entre Municípios ricos e pobres, garantir foco na universalização dos serviços, com mais investimentos, com subsídio cruzado, e potencializando e partilhando os ganhos das economias de escala.

Assinam esta carta:

Governador atual, reeleito, Renan Filho, de Alagoas; Rui Costa, da Bahia, Governador atual, reeleito; Camilo Santana, Governador também atual, reeleito; Rodrigo Rollemberg, Governador atual do Distrito Federal; Paulo Hartung, Governador do Espírito Santo; José Eliton, Governador atual de Goiás; Flávio Dino, Governador atual, reeleito, do Maranhão; Fernando Pimentel, Governador atual de Minas; Reinaldo Azambuja, Governador atual do Mato Grosso; Helder Barbalho, Governador eleito; na Paraíba, Ricardo Coutinho, Governador atual, e João Azevedo, Governador eleito; em Pernambuco, Paulo Câmara, Governador atual, reeleito; Wellington Dias, do Piauí, Governador atual, reeleito; Cida Borghetti, Governadora atual, e Ratinho Júnior, Governador eleito do Paraná; Fátima Bezerra, esta professora e Senadora que lhes fala, Governadora eleita pelo Rio Grande do Norte; Suely Campos, Governadora atual de Roraima; José Ivo Sartori, Governador atual, e Eduardo Leite, Governador eleito do Rio Grande do Sul; Belivaldo Chagas, Governador atual, reeleito, de Sergipe; João Doria, Governador eleito... E mais dois estão assinando esta carta: o Governador Márcio França, atual de São Paulo, e o Governador eleito do Espírito Santo, Renato Casagrande.

De forma, Sr. Presidente, que eu quero aqui destacar que a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, junto com a Federação Nacional dos Urbanitários, que tem liderado todo esse movimento desde o ano passado, ressalta, inclusive, o papel importante que os governadores atuais, eleitos e reeleitos, desempenham, nesse momento, ao assinar esta carta, colocando claramente a inoportunidade dessa Medida Provisória 844...

(Soa a campanha.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... repito, que tem por objetivo alterar a Lei do Saneamento no nosso País. E diz mais ainda, aqui, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento de todo o País, que é



preciso dialogar com os governadores, até porque são eles que vão governar os Estados, a partir do ano que vem, e sentir na pele os efeitos negativos que a medida provisória proporcionará, caso seja aprovada da forma em que está, ressalta aqui Roberto Tavares, que é o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento.

Quero aqui, Sr. Presidente, só mais um minutinho, para dizer o seguinte: em boa hora os governadores, repito, assinam esta carta, que eu estou assinando também, na condição de Governadora eleita pelo povo do Rio Grande do Norte. E deixam aqui muito claro que o sensato, nesse momento, é essa medida provisória...

(Soa a campanha.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... perder a sua validade. Aliás, o prazo de vigência dela termina exatamente nesta segunda-feira.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Senadora...

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, nesse exato momento, repito, toda essa mobilização está sendo feita pela Federação Nacional dos Urbanitários, pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, junto com os governadores, porque isso será uma tragédia, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Fátima, é impressionante quando uma matéria que é rejeitada por tantos Governadores de diversos partidos... Como é que ainda querem aprovar uma medida provisória dessas?

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No apagar das luzes.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É um absurdo!

As pessoas sabem que, se fizerem dessa forma, as empresas estaduais não têm como sobreviver, porque vão privatizar o filé-mignon. E a outra parte?

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai ficar com o osso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, veja bem: eu apelo ao bom senso.

Agora, há um *lobby* muito grande de gente que quer privatizar. O que está movendo essa medida provisória é o *lobby* da privatização, sem levar em conta que é uma coisa malfeita. Além de tudo, uma privatização completamente malfeita, porque faz...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... de um jeito que o Estado não terá como atender as áreas e os Municípios que mais precisam.

Mas gostei de ver V. Exa., como sempre, combativa. Ainda não assumiu o Governo do Estado, mas já está aí lutando pelo Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E quero aqui acrescentar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, através de V. Exa., que é o nosso Líder, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, porque, inclusive, a medida provisória é inconstitucional, na medida em que fere a autonomia dos entes federados.



Quero deixar muito claro aqui, Senador João Alberto, que, como Governadora eleita – disse isso na campanha e volto a reiterar –, a nossa Caern, que é a companhia que trata exatamente da água, do esgoto e do saneamento em nosso Estado, será, sim, fortalecida. Nós vamos é dar à Caern uma gestão cada vez mais profissionalizada.

Por isso, não à medida provisória...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso que não, Senador João Alberto, à Medida Provisória 844, que, repito, quer alterar a lei do saneamento em nosso País, pelo quanto ela vai desestruturar o setor, pelas consequências perversas que advêm dessa medida provisória, penalizando, principalmente, os Municípios mais pobres, porque altera totalmente o arranjo que é adotado nessa área, o chamado subsídio cruzado. Ou seja, a privatização quer entregar o filé às empresas privadas, ficando os Estados com o osso.

Aliás, ainda acrescento aqui que isso vai na contramão do que está acontecendo lá fora. Países que fizeram a mudança pela privatização desses setores voltaram atrás, porque o modelo não atendeu, de maneira nenhuma, o objetivo central...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que era, exatamente, repito, a universalização dos serviços básicos nessa área de saneamento, que é o que mais a população precisa e é onde a gente precisa avançar, e muito, ainda no nosso País.

Então, nesse caso aqui, não é pela via da privatização, como está sendo sugerido aqui pela Medida Provisória 844, de autoria do Governo Federal, que nós vamos avançar, repito, na universalização do saneamento básico em nosso País.

Espero que essa carta dos Governadores tenha eco junto aos movimentos sociais e que essa medida provisória, que, repito, expira na segunda-feira, não seja votada, porque é isso que nós realmente esperamos, ou seja, que ela, enfim, perca a vigência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Eu quero registrar a presença, aqui nas nossas galerias, dos alunos do Curso de Processo Legislativo para servidores da Casa, do Instituto Legislativo Brasileiro, acompanhados pelo Prof. Luciano Oliveira.

Sintam-se à vontade!

Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, PT, do Paraná, pelo tempo regimental.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quem nos assiste pela TV Senado, Rádio Senado, também pelas redes sociais, quem está aqui hoje visitando o Senado da República, quero aqui, antes de mais nada, fazer uma saudação à nossa Senadora Fátima Bezerra, eleita Governadora do Rio Grande do Norte. Desejo a V. Exa. muita sorte e muito sucesso. É um orgulho para nós do



Partido dos Trabalhadores ter a sua eleição como membro do partido que V. Exa. é e como única mulher Governadora no Brasil. Para ver, Senadora Fátima, como as mulheres ainda precisam caminhar muito na política. Parabéns e conte sempre com a gente aqui no Congresso Nacional.

O que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a saga do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu achei, sinceramente, que não precisaria mais usar esta tribuna para denunciar as injustiças e os descabimentos que fazem com Lula, mas eis-me aqui, novamente, com esse tema. E não vou descansar, Sr. Presidente, de denunciar isso enquanto Lula estiver sendo injustiçado e perseguido como está.

Amanhã, Lula vai ter um depoimento de um novo processo, agora um processo do chamado sítio de Atibaia. Lula não é acusado de ser dono do sítio – embora muitos digam que ele é –, não é acusado de ser dono do sítio e o próprio Juiz Sergio Moro disse que isso não tem importância. Lula é acusado de que foram feitas reformas no sítio, que esse sítio foi reformado e as reformas foram provenientes de recursos oriundos de projetos que essas empresas tinham com a Petrobras. É por isso que, mesmo o sítio sendo em Atibaia, Lula está sendo julgado em Curitiba pelo Juiz Sergio Moro, porque o juiz é prevento da Operação Lava Jato, que envolve desvios na Petrobras.

O sítio, sim, sofreu reformas, mas não foi a pedido de Lula. O sítio é de uma família que, há mais de 16 anos, é amiga do Presidente Lula e onde Lula sempre frequentou. E essas reformas foram solicitadas pelos amigos e pela própria Dona Marisa para fazer uma surpresa ao Presidente Lula. Não há nenhuma prova em todo o processo de que o dinheiro utilizado na reforma do sítio dos amigos do Presidente Lula tenha sido proveniente de contratos com a Petrobras. Aliás, todas testemunhas que são de empresas que prestaram serviços à Petrobras dizem: "Não tem nada a ver, não foi utilizado esse recurso e Lula não pediu essas reformas; aliás, ele não sabia que elas iriam acontecer". Mas lá está Lula, como réu no processo e, com a tese do Juiz Sergio Moro, com a tese do Ministério Público Federal, de que Lula deveria conhecer. Lula não sabia, as testemunhas dizem que não sabiam, disseram que era uma surpresa, mas Lula está lá responsabilizado por obras num sítio que não é dele. Não é dele, Sr. Presidente.

Então, não houve nenhum ato de Lula que colaborasse para uma prática dessa. Como pode ser o crime de corrupção passiva colocado no processo? O Direito Penal brasileiro é claro: tem que ser objetivo, tem que ter prova, tem que ter ato da autoridade. Aliás, Lula não era mais Presidente da República. Em 2010, foi o último ano seu, já estava saindo. Que ato ele praticou no final do ano se ele não sabia e não houve dinheiro – dito por todas as testemunhas – da Petrobras?

É por isso que eu fiz questão, Sr. Presidente, de ocupar esta tribuna, porque amanhã o depoimento do Presidente Lula é sobre este processo, um sítio que não é dele, uma reforma que ele não pediu e não conhecia, um dinheiro que não veio de nenhum contrato oriundo de Petrobras, mas que está sendo julgado por Sergio Moro em Curitiba, e mais do que isso: Sergio Moro, nomeado Ministro da Justiça de Bolsonaro, mostrando, portanto, que tem posição política... Porque V. Exa., como eu, sabe que um cargo de ministro é um cargo político e não um cargo técnico; se fosse técnico, seria feito por concurso público e não por indicação política. É um cargo político, portanto, ele tinha lado. E, nem bem terminou a eleição, ele aceitou o cargo, sendo que ele ajudou esse senhor a ganhar a eleição, deixando o Lula preso, condenando o Lula, não deixando o Lula ser ministro da Dilma.

Pois esse Sergio Moro deveria, ao aceitar o cargo político – político – de Ministro da Justiça, ter se exonerado do cargo de juiz. É assim que manda a lei. Mas ele não se exonerou, tirou férias.



Por quê? Porque, se ele se exonerasse, esse processo de Lula seria redistribuído para qualquer outro juiz. Ele não teria condições de dirigir o juiz que ficaria com o processo. Seria um juiz que não teria nada a ver com ele, possivelmente, e um juiz que, se tudo desse certo, faria um julgamento justo. Mas ele tirou férias para que a sua substituta, amiga de Sergio Moro, ficasse com o processo. Sabem por quê? Porque eles querem julgar o Presidente Lula até dezembro – é esse o intuito –, para que, a partir de 1º de janeiro, Sergio Moro possa ostentar no seu currículo uma segunda condenação de Lula em primeira instância e, assim, assumir o cargo político de Ministro da Justiça.

Isso é uma barbaridade! Não é possível que o mundo jurídico aqui no Brasil olhe isso e ache que é natural, porque, no exterior, ninguém acha. No exterior, acham isso uma aberração. A nomeação de Sergio Moro para Ministro da Justiça causou espanto em vários círculos políticos e judiciais do exterior, inclusive de jornais insuspeitos de serem de esquerda, grandes jornais europeus e norte-americanos. Como pode um juiz que retirou um homem que ganharia a eleição no primeiro turno – porque já estava com mais de 40% – aceitar ser ministro daquele que ganhou a eleição? Aliás, uma eleição com muitas fraudes, com muitos problemas, a começar pela retirada de Lula.

Então, o que vai acontecer amanhã é outro teatro patrocinado pelo Juiz Sergio Moro, pela Lava Jato do Paraná, pelo Ministério Público Federal da Lava Jato, que não está preocupado em mostrar provas. Mas para que eles mostrariam provas, se eles têm convicção? Não precisa de provas; basta a acusação. Acusa-se e condena-se. Agora, muitos olham e riem, muitos olham e acham bom, porque Lula é do PT. Eu quero saber quando essa Justiça de exceção começar a bater na porta dos ditos homens de bem que hoje, de dedo em riste, julgam os outros, e eles não tiverem aonde recorrer, porque não haverá mais justiça no Brasil. Ou a Justiça serve a todos ou ela não serve a um país. E é sobre isso que nós estamos falando.

Eu quero deixar registrada, desta tribuna, a barbaridade que se está fazendo de novo com o Presidente Lula. Amanhã nós estaremos lá. Nós não arredamos pé de Lula, não. Nós estaremos lá, junto com o Presidente, na frente do tribunal, esperando o seu depoimento. Lula falará com a Nação depois da eleição. Tenho certeza de que, além do depoimento, Lula trará uma mensagem ao povo brasileiro de alento, de esperança, como ele sempre fez. Lula não está sendo julgado por esse processo; está sendo julgado pelo que representou para o povo brasileiro.

Eu fico me perguntando: como um homem de 73 anos, com tantos serviços prestados à Nação brasileira, pode estar passando por isso?

Lula foi responsável por um período em que este País conheceu praticamente o pleno emprego, conheceu renda, conheceu vida melhor para as pessoas; em que as famílias iam ao supermercado e não precisavam ficar escolhendo o produto da prateleira – põe um e deixa outro –; podiam comprar o que precisavam. Não precisavam comer só duas vezes por dia para poder sobreviver ou atrasar a conta de luz, de água ou deixar de comprar o botijão de gás, tendo que cozinhar com carvão ou com álcool. Era um tempo em que as pessoas tinham dignidade; em que havia políticas sociais; em que o filho do trabalhador podia fazer o Prouni...

(Soa a campainha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... em que o filho do trabalhador entrava numa universidade; em que as universidades públicas foram construídas, e aumentaram-se os números de pessoas que se formaram. Era um tempo em que tínhamos assistência social digna; em que as pessoas não precisam implorar, pedir



nos sinaleiros de novo, como estão pedindo esmola e pedindo comida. Nós não tínhamos mais isso. Era um tempo em que a política econômica funcionava. A nossa agricultura era boa para o grande produtor, mas era boa para o pequeno produtor. Havia o Pronaf; o Programa Nacional de Merenda Escolar. Nós tínhamos o PAA, que era a aquisição direta de alimentos. Era um tempo em que nós tínhamos infraestrutura; em que se fez o Luz para Todos; em que gente que nunca tinha luz elétrica e que tinha que estudar – estudar, não –, que tinha que trabalhar com candeeiro pôde apertar um botão e ter luz elétrica – levou isso aos rincões e ao interior –; em que se descobriu o pré-sal e a riqueza da Petrobras...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e a riqueza da Petrobras era também dividida com o povo brasileiro, que não era escorchado para pagar o preço do botijão de gás, como o é hoje, ou o preço da gasolina – mesmo a Petrobras diminuindo o preço lá na produção, não diminui na bomba –; em que nós tínhamos grandes obras; em que o Brasil não estava endividado; em que nós pagamos nossa dívida com o Fundo Monetário Internacional e fizemos as melhores e maiores reservas internacionais que já tivemos. Essa é a época do Lula.

Por que odeiam tanto o Lula? Porque a elite deste País que o prendeu nunca conseguiu dar ao povo essa resposta e, por não conseguir dar ao povo essa resposta, tinha que tirar de circulação aquele que dava.

Eu quero saber o que será deste País no futuro. Agora, antes disso, nós vamos lutar para tirar Lula daquele lugar. Lá não é lugar de Lula. O lugar de Lula é na rua com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Eu suspendo a presente sessão, tendo em vista estar aberta agora a sessão do Congresso Nacional.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 35 minutos e encerrada às 17 horas e 16 minutos pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matéria



A Presidência informa que o Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2004, encontra-se por quatro legislaturas aguardando inclusão em Ordem do Dia, por força do Recurso nº 12, de 2004. Devido ao prolongado decurso de tempo desde a instrução pela Comissão competente, a Presidência determina o encaminhamento da matéria, para reexame, à CCT.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2018

(nº 1.593/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1289888&filename=PDC-1593-2014

- Informações Complementares

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275911&filename=TVR+835/2014

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa.



Página da matéria



Aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante da Portaria nº 118, de 2 de março de 2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2018

(nº 176/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1377985&filename=PDC-176-2015

- Informações Complementares

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1066199&filename=TVR+244/2013

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa.



Página da matéria



Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante da Portaria nº 139, de 24 de maio de 2011, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que autoriza a Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira a executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2018

(nº 614/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1545865&filename=PDC-614-2017

- Informações Complementares

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1430350&filename=TVR+62/2016

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa.



Página da matéria



Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante do Decreto s/nº de 29 de dezembro de 2015, que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133, DE 2018

(nº 946/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1662005&filename=PDC-946-2018

- [Informações Complementares](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647168&filename=TVR+224/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa.



Página da matéria



Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante da Portaria nº 458, de 5 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2018

(nº 979/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1671303&filename=PDC-979-2018

- Informações Complementares

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1665785&filename=TVR+248/2018

DESPACHO: À CCT, em decisão terminativa.



Página da matéria



Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante da Portaria nº 1.301, de 5 de abril de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, a partir de 22 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



Os Projetos de Decreto Legislativo n^os 130 a 134, de 2018, serão apreciadas terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 107, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de Setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de Março de 2006, o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2017.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: Às CI e CTFC



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 633

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e o inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2017.

Brasília, 12 de novembro de 2018.



EM nº 00055/2018 MTPA

Brasília, 1 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Conforme dispõe o art. 8º, inciso XL, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, com redação dada pelo art. 53 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, encaminho a Vossa Excelência, a fim de que seja remetido ao Congresso Nacional, o anexo Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) 2017.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Valter Casimiro Silveira



Aviso nº 553 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, referente ao Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2017.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES





2017

RELATÓRIO DE *ATIVIDADES*





AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DIRETORES EM EXERCÍCIO (2017)

Diretor-Presidente: José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz

Diretor: Ricardo Fenelon Junior

Diretor: Ricardo Sérgio Maia Bezerra

Diretor: Juliano Alcântara Noman

Diretor: Hélio Paes de Barros Júnior

Elaboração

Superintendência de Planejamento Institucional (SPI)

Edição, projeto gráfico-visual e diagramação

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

Relatório de Atividades da ANAC 2017 Online

Acesse:

<http://www.anac.gov.br/arquivos-de-referencia/publicacoes/relatorios-de-atividades>

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

A265r Relatório de atividades 2017 /

Agência Nacional de Aviação Civil. - Brasília, DF: ANAC, 2018.

xx p.

Bibliografia.

1. Relatório de atividades. 2. Agência Nacional de

Aviação Civil. I. Título.

CDD 22 - 352.805



MISSÃO

Garantir a **todos** os brasileiros a **segurança** e a **excelência** da aviação civil.

VISÃO

Ser uma autoridade de referência internacional na promoção da **segurança** e do **desenvolvimento** da aviação civil.

VALORES

"Buscamos retornar o investimento do nosso principal acionista: a **sociedade**"

"Rejeitamos a intervenção de qualquer interesse que não o **fim público**"

"Atuamos com **ética e transparência**"

"Valorizamos as **pessoas** e a **meritocracia**"

"Incentivamos a **inovação**"

"Temos **orgulho** de trabalhar na ANAC"

"Somos **apaixonados** pela aviação"



SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA	9
INTRODUÇÃO	11
1 - A ANAC	15
1.1 - Breve Histórico	15
1.2 - Onde está a ANAC	17
1.3 - Estrutura Organizacional	19
2 - RETROSPECTIVA 2017	23
3 - RESULTADOS DO SETOR	31
4 - SEGURANÇA NA AVIAÇÃO	37
5 - REGULAMENTAÇÃO	45
5.1 - Novas Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA)	47
5.2 - Agenda Regulatória 2017-2018	48
6 - CERTIFICAÇÃO E OUTORGA	53
6.1 - Certificação	53
6.2 - Concessões de Aeroportos	65
6.3 - Alocação de Frequências Internacionais	66
7 - FISCALIZAÇÃO	69
7.1 - Fiscalização em Segurança Operacional	69
7.2 - Fiscalização de AVSEC	70
7.3 - Prestação de Serviço aos Passageiros	71
7.4 - Ação Fiscal	72
7.5 - Demais Atividades Voltadas para a Melhoria da Segurança Operacional	74
7.6 - Fiscalização dos Contratos de Concessão Aeroportuária	75
7.7 - Instância Recursal Administrativa da ANAC	77
8 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	81
8.1 - Atuação junto ao Congresso Nacional	81
8.2 - Atuação Internacional	83
8.2.1 - Fóruns e Organizações Internacionais	84
8.2.2 - Cooperação Técnica Internacional	86
8.2.3 - Negociação de Acordos sobre Serviços Aéreos	87



8.3 - Transparência, Participação e Atendimento ao Cidadão	91
8.3.1 - Fale com a ANAC	91
8.3.2 - Consumidor.gov.br	94
8.3.3 - Fale com a Ouvidoria	94
8.3.4 - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - "e-SIC"	96
8.3.5 - Carta de Serviços ao Cidadão	98
8.3.6 - Conselho Consultivo	98
8.3.7 - Comunicação	99
8.4 - Grupos Brasileiros de Segurança Operacional (BAST)	103
8.5 - Acompanhamento e Produção de Informações sobre o Setor	104
9 - GESTÃO INTERNA	111
9.1 - Gestão Estratégica	111
9.1.1 - Planejamento Estratégico	111
9.1.2 - Plano Plurianual 2016-2019	112
9.1.3 - Gestão de Projetos	113
9.1.4 - Gestão de Processos	114
9.2 - Gestão de Pessoas	116
9.3 - Gestão Orçamentária e Financeira	122
9.3.1 - Execução Geral das Despesas Orçamentárias	123
9.3.2 - Análise da Execução das Despesas Orçamentárias	123
9.3.3 - Execução de Restos a Pagar	124
9.3.4 - Efeito da Inflação sobre o Limite Orçamentário	124
9.3.5 - Execução das Receitas Orçamentárias	125
9.4 - Gestão de Tecnologia da Informação	127
9.5 - Controle Interno	129
10 - ANEXO	133





Foto: Pixabay



MENSAGEM DA DIRETORIA

Ao longo do ano de 2017, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) dedicou especial atenção à transparência de seus atos decisórios, ao processo de concessão de aeroportos e à promoção da segurança do setor aéreo.

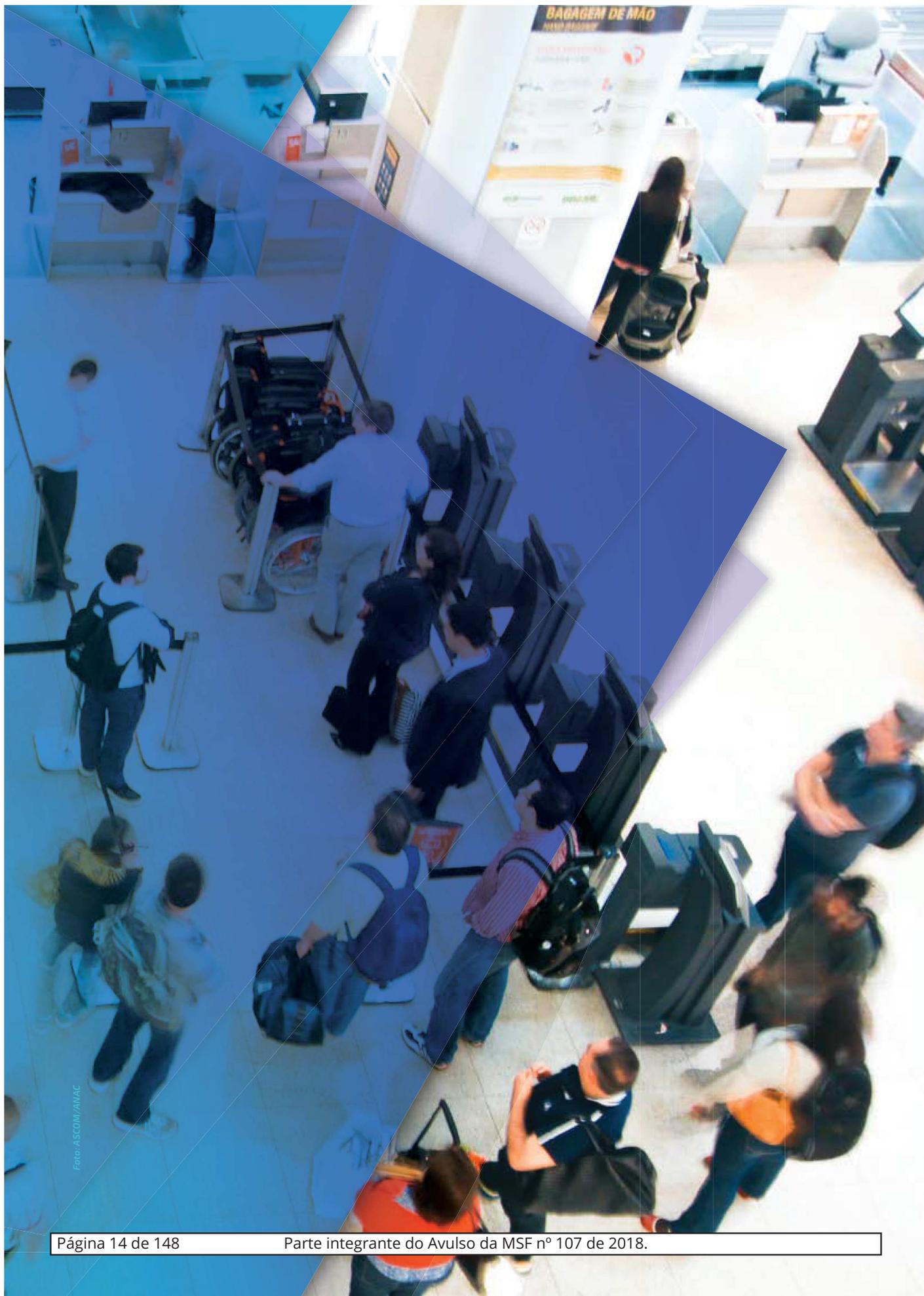
Dentre os avanços, destacam-se o início da transmissão das Reuniões Deliberativas da Diretoria ao vivo pelo Portal da ANAC, com acesso disponível também no canal institucional da Agência no *Youtube* e a concessão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza, cujo resultado principal foi atrair investimentos para o Brasil, com a chegada de empresas com experiência reconhecida em gestão de infraestruturas aeroportuárias.

Além disso, no final do ano de 2017, foi anunciada uma nova rodada de concessões que inclui 13 (treze) aeroportos divididos em blocos regionais. O bloco Nordeste será formado pelos aeroportos de Recife/PE, Maceió/AL, Aracaju/SE, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Juazeiro do Norte/CE; o bloco Centro-Oeste, pelos aeroportos de Cuiabá/MT, Sinop/MT, Barra do Garças/MT, Rondonópolis/MT e Alta Floresta/MT e, por fim, o bloco Sudeste, formado pelos aeroportos de Vitória/ES e Macaé/RJ.

Destaca-se ainda a manutenção do nível de segurança operacional, missão principal da ANAC, num cenário de retomada do crescimento do transporte aéreo brasileiro em 2017. Com efeito, entramos no sexto ano consecutivo sem acidentes com fatalidade na aviação regular.

Com muita satisfação, sentimento de dever cumprido e ciência dos desafios futuros que teremos de enfrentar na busca da excelência do sistema de aviação civil brasileiro, convidamos toda sociedade à leitura do Relatório de Atividades da ANAC 2017.





INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Atividades é o documento que tem por objetivo dar visibilidade às ações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e servir como instrumento de transparência para a sociedade, além de prestação de contas da Agência perante o Congresso Nacional. Nesse sentido, o art. 8º, inciso XL da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, estabelece que compete à ANAC elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.

Por meio do Relatório de Atividades são apresentados as principais iniciativas e os resultados da ANAC no ano em questão, de modo a prover ao leitor uma visão geral do contexto de atuação da Agência. Ressalta-se que muitos dos dados aqui apontados passam por processo de auditoria pelas áreas técnicas da Agência, podendo haver retificações após a publicação desse relatório. Por essa razão, a Agência indica como fonte primária para obtenção de informações técnicas do setor de aviação civil os diversos relatórios divulgados pela ANAC (Dados Econômicos Avançados, Anuário Estatístico, entre outros) disponíveis no Portal da ANAC na Internet.

O presente Relatório está estruturado da seguinte forma:

Parte I – A ANAC: apresenta o perfil institucional da Agência, com informações sobre o histórico, localização, competências, estrutura organizacional, entre outras.

Partes II e III – Retrospectiva ANAC 2017 e Resultados do Setor: exibem as principais realizações da ANAC no ano de 2017 e a evolução de alguns indicadores do setor aéreo ao longo dos últimos anos.

Partes IV, V e VI – Regulamentação, Certificação e Outorga, Fiscalização: apresenta o resultado das principais atividades da ANAC no que tange aos macroprocessos finalísticos da Agência.

Partes VII e VIII – Relações Institucionais e Gestão Interna: mostra a atuação da ANAC junto ao Congresso e a fóruns internacionais, além das ações ligadas à transparência e participação social. Apresenta também os pilares da gestão interna da Agência: estratégia, pessoas, orçamento e finanças, tecnologia da informação e controle interno.







1 A ANAC





Foto: ASCOM/ANAC





1 - A ANAC

1.1 - BREVE HISTÓRICO

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, dotada de independência administrativa, autonomia financeira e com dirigentes nomeados para mandato fixo, que atuam em regime de colegiado. Criada em 2005, por meio da Lei nº 11.182, a ANAC iniciou suas atividades em 2006, com a promulgação do Decreto nº 5.731, e substituiu o extinto Departamento de Aviação Civil (DAC) e outros órgãos subordinados ao Comando da Aeronáutica.

Atualmente, além da Agência, compõem o setor de aviação civil as seguintes instituições públicas federais:

- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por intermédio da Secretaria Nacional de Aviação Civil, responsável por formular as políticas do setor;
- Infraero, responsável por administrar parte dos aeroportos;
- Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), que efetua o controle de espaço aéreo; e
- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), que está à frente da investigação de acidentes.

Os dois últimos (DECEA e CENIPA) fazem parte do Comando da Aeronáutica.



A ANAC tem como atribuições a regulação e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil, com exceção das atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo e à investigação de acidentes aeronáuticos. Dentre as principais competências da Agência, destacam-se:

- Negociar acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional;
- Emitir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis;
- Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária;
- Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária;
- Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB);
- Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos;
- Emitir certificados de aeronavegabilidade atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção;
- Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis;
- Certificar licenças e habilitações dos profissionais de aviação civil;
- Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil;
- Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos usuários, aplicando as sanções cabíveis.

Saiba Mais:

Criação da ANAC: Lei nº. 11.182, de 27 de setembro de 2005

Decreto de instalação: Decreto nº. 5.731, de 20 de março 2006

[Regimento Interno da ANAC](#)





1.2 - ONDE ESTÁ A ANAC

Além da sede e do Centro de Treinamento, localizados em Brasília (DF), a ANAC possui Representações Regionais no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e São José dos Campos (SP), além de 21 Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURAC) em diversos aeroportos brasileiros.

Veja a localização de cada uma das unidades no mapa a seguir:



Figura 1 - Localização dos escritórios da ANAC no Brasil

Principais Endereços

SEDE:

- Setor Comercial Sul - Quadra 09 - Lote C Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A (1º ao 7º andar) Brasília - DF - CEP: 70.308-200

Representação Regional do Rio de Janeiro:

- Avenida Presidente Vargas, 850 - Centro Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.071/001 Telefone Geral: (21)3501-5000/5985 (Recepção)

Representação Regional de São Paulo e São José dos Campos:

- São Paulo: Rua Renascença 112, Vila Congonhas - São Paulo/SP - CEP 04612-010
- São José dos Campos: Rua Laurent Martins 209 - Jardim Esplanada, São José dos Campos (SP), CEP: 12242-431 Tel.: (12) 3203-6600 / Fax.: (12) 3203-6801



Núcleos Regionais de Aviação Civil

A ANAC atua nos principais aeroportos brasileiros por meio dos Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURAC). Esses Núcleos realizam atividades como a prestação de serviços a aeronautas e proprietários de aeronaves, agendamento e realização de provas, inspeções em oficinas e fiscalizações de rampa (inspeção realizada em uma aeronave, enquanto os membros da tripulação e a aeronave estão em solo, com o objetivo de comprovar o cumprimento dos requisitos e procedimentos estabelecidos pela autoridade de aviação civil).

Os Núcleos também são responsáveis pela fiscalização da prestação dos serviços aéreos oferecidos aos passageiros pelas empresas, e monitoram requisitos de segurança nos aeroportos (tais como pórticos de raio-x, cercas, pistas, dentre outros).

Dos 21 NURAC existentes, 13 contam com atendimento presencial para passageiros que desejem obter informações a respeito da legislação de aviação civil ou registrar uma denúncia quanto ao descumprimento das normas da ANAC referente aos serviços prestados pelas empresas aéreas. Esse atendimento é disponibilizado nos aeroportos de Brasília (DF), Congonhas (SP), Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Galeão (RJ), Santos Dumont (RJ), Confins (BH), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Manaus (AM).

Saiba Mais:

Os endereços, e-mails e telefones de todos os NURAC estão disponíveis em:
http://www.anac.gov.br/A_Anac/institucional/unidades-da-anac





1.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Além da Diretoria Colegiada, a ANAC conta com 21 unidades organizacionais, todas elas vinculadas diretamente ao Colegiado. São dez Superintendências (seis finalísticas e quatro áreas-meio) e onze órgãos de assessoramento à Diretoria. Ademais, a Agência possui 2 (dois) órgãos colegiados, o Plenário e o Conselho Consultivo.

A Estrutura Organizacional completa pode ser consultada no art. 2º do Regimento Interno da Agência ou pelo Portal da ANAC. A disposição desses órgãos encontra-se ilustrada no organograma da figura a seguir:

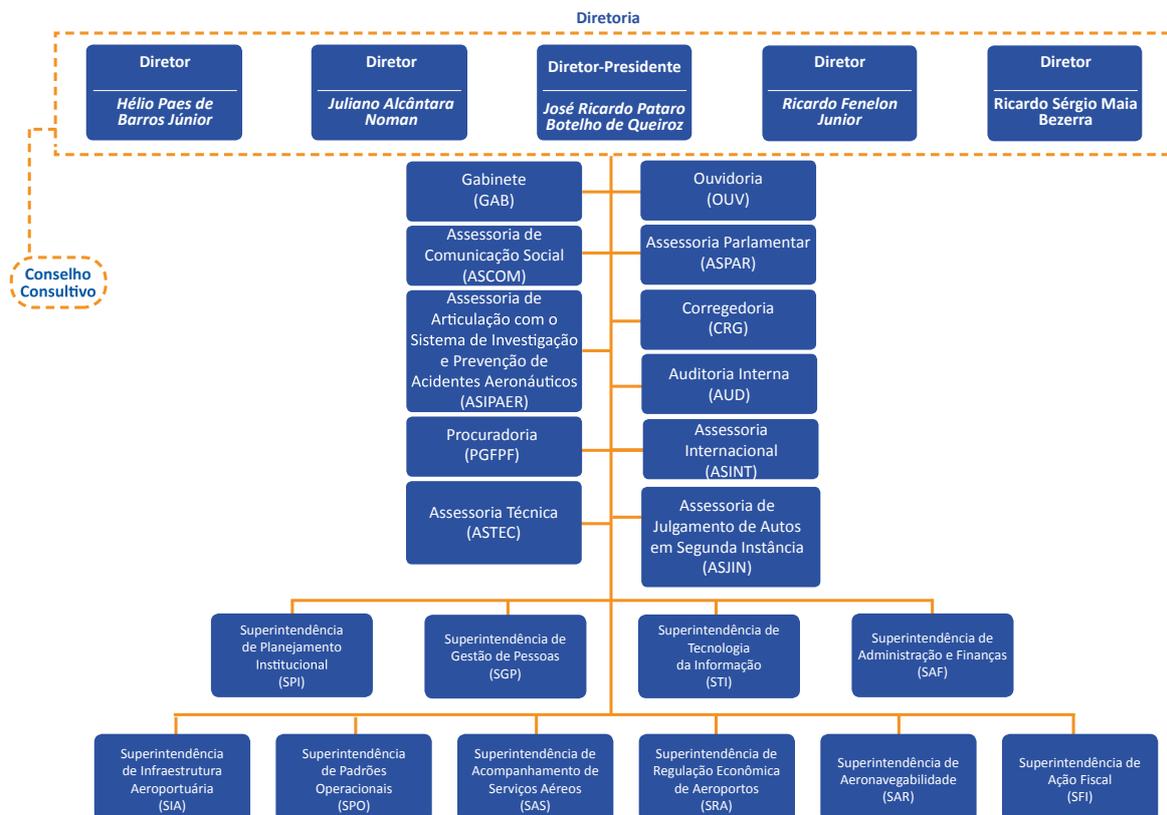


Figura 2 – Estrutura Organizacional ANAC

Saiba Mais:

Regimento Interno da ANAC

Quem é quem ANAC:

http://www.anac.gov.br/A_Anac/institucional/quem-e-quem
(atualizado em maio/2017)



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017****Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da ANAC, composta por cinco diretores nomeados para mandato de cinco anos. Todos são nomeados por ato do Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, na forma do disposto no art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005. Um dos diretores exerce a função de Diretor-Presidente, por designação do Presidente da República.

O artigo 9º do Regimento Interno da ANAC define todas as competências da Diretoria. De forma geral, compete ao colegiado analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Todas as decisões emanadas da Diretoria da ANAC devem ser deliberadas com o quórum mínimo de três diretores e aprovadas por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade. Nos casos de urgência e relevância, em que não for possível reunir a tempo o referido quórum – sob o risco de intempestividade da matéria deliberada –, o Diretor-Presidente pode deliberar *ad referendum* da Diretoria, situação em que as matérias deverão ser referendadas posteriormente pelo Colegiado.

Saiba mais:

Conheça o perfil dos Diretores no Portal da ANAC
http://www.anac.gov.br/A_Anac/institucional/quem-e-quem

Diretor-Presidente: [José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz](#)

Diretor: [Hélio Paes de Barros Júnior](#)

Diretor: [Ricardo Sérgio Maia Bezerra](#)

Diretor: [Juliano Alcântara Noman](#)

Diretor: [Ricardo Fenelon Junior](#)

Acesse também a Galeria dos Diretores que já atuaram na Agência:
http://www.anac.gov.br/A_Anac/institucional/galeria-dos-diretores

Unidades Organizacionais

Compete às Superintendências deliberar sobre assuntos essencialmente técnicos, baseando-se nos direcionamentos estratégicos estabelecidos pela Diretoria. As Superintendências atuam tanto nas atividades finalísticas, como nas atividades de suporte da Agência. Completam a estrutura da ANAC os órgãos de assessoramento direto e imediato à Diretoria, que são aqueles que se encontram na linha vertical do organograma da Figura 2. Dentre os órgãos de assessoramento, tem-se dois colegiados: o Conselho Consultivo, composto por representantes de diversos segmentos da aviação civil brasileira, e o Plenário, a quem compete apreciar as matérias relacionadas com a aviação civil internacional que subsidiarão as decisões da Diretoria.

Saiba mais:

As informações sobre as Unidades Organizacionais da Agência (como competências, organização interna, chefias e contatos) podem ser conhecidas também na página [Quem é quem](#) do Portal da ANAC.





RETROSPECTIVA 2017





Foto: ASCOM/ANAC





2 - RETROSPECTIVA 2017

Essa seção apresenta de forma sucinta uma retrospectiva das principais realizações da ANAC e acontecimentos do setor aéreo ao longo de 2017:

JANEIRO

ANAC promoveu, em São Paulo, o workshop sobre Manutenção Preventiva por Pilotos. O evento reuniu profissionais e representantes de associações e sindicatos dos setores envolvidos, incluindo pilotos, mecânicos de manutenção aeronáutica, organizações de manutenção e proprietários, que tiveram a oportunidade de promover debates e discussões a respeito da manutenção preventiva por pilotos. Com a realização do workshop, a Agência pretende coletar subsídios para fomentar estudos e eventuais alterações em seus atos normativos.

Ministério dos Transportes e ANAC lançaram campanha sobre as novas regras para viagens de avião no Brasil. A campanha incluiu um hotsite de esclarecimento sobre as novas Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA), além de *cards* e vídeos veiculados pelas mídias sociais.

As Reuniões Deliberativas da Diretoria da ANAC passaram a ser transmitidas ao vivo pelo Portal da ANAC, com acesso disponível também no canal institucional da Agência no *Youtube*. A transmissão tem como objetivo o aperfeiçoamento da governança regulatória, de forma a facilitar o acompanhamento das deliberações por parte dos interessados.

FEVEREIRO

Lançamento do Plano de Atuação Internacional para 2017, com o propósito de mapear a agenda de atuação internacional da Agência, apresentar critérios de priorização das missões e representações internacionais, e apresentar uma estimativa de recursos humanos e orçamentários dispendidos em missões internacionais. Tendo em vista uma das características fundamentais do setor de aviação civil, que é o elevado grau de padronização e homogeneização internacional de normas e procedimentos operacionais, a atuação da autoridade de aviação civil precisa ser forte a fim de que estejamos sempre atualizados em relação aos parâmetros normativos internacionais.

A ANAC publicou o Plano de Logística Sustentável que trata dos seguintes temas: "Material de consumo", "Energia elétrica", "Água e esgoto", "Coleta seletiva", "Qualidade de vida no ambiente de trabalho", "Compras e contratações sustentáveis", "Deslocamento de pessoal", "Vigilância" e "Limpeza e Conservação". Para cada assunto abordado, o Plano apresenta um diagnóstico acerca da sustentabilidade, as medidas propostas e considerações aplicáveis a cada situação.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017****MARÇO**

Realização do leilão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza. Os quatro aeroportos leiloados foram arrematados com ágio médio de 94% em relação à oferta mínima prevista (R\$754 milhões). Além disso, as propostas vencedoras, somadas, representaram a maior contribuição fixa ao sistema aeroportuário. O valor total final da outorga a ser paga pelas concessionárias será de R\$ 3,72 bilhões, 23% a mais do que o valor de R\$ 3,01 bilhões inicialmente estabelecido pelo Governo.

Entrou em vigor a Resolução nº 400/2016 que trata das Condições Gerais de Transporte Aéreo. As novas regras, que definem os novos direitos e deveres dos passageiros no transporte aéreo, foram amplamente discutidas com a sociedade, por meio de audiências e consultas públicas.

Com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficaz o atendimento às solicitações da sociedade recebidas pelo canal "Fale com a ANAC", a Agência passou a adotar o Sistema de Atendimento Stella para realizar o registro e o monitoramento de demandas de cidadãos, regulados e usuários da aviação civil. O Sistema Stella funciona em ambiente web e permite que os usuários registrem demandas e acompanhem seu andamento em qualquer localidade. Além disso, a nova ferramenta é de fácil navegação, possui interface amigável e pode ser acessada por meio dos principais navegadores disponíveis no mercado.

ABRIL

Entrou em vigor a liberação para as empresas aéreas praticarem a venda de passagens com diferentes franquias de bagagem despachada ou até mesmo sem a franquia, possibilitando aos passageiros adquirirem ou não esse serviço e tornando o mercado aéreo brasileiro mais semelhante ao do exterior.

A demanda doméstica (em passageiros-quilômetros pagos transportados, RPK) registrou aumento de 2,7% em abril de 2017, comparada com o mesmo mês de 2016, sendo a segunda alta do indicador após 19 meses consecutivos em queda. A oferta também registrou crescimento, da ordem de 1,5% na mesma comparação, sendo também a segunda alta mensal consecutiva.

MAIO

Entrou em vigor o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial – RBAC –E nº 94 que disciplina uso de aeronaves não tripuladas, popularmente conhecidas como "drones". O objetivo da norma é tornar viáveis as operações desses equipamentos, preservando-se a segurança das pessoas. A instituição das regras também contribuirá para promover o desenvolvimento sustentável e seguro para o setor.





JUNHO

A feira DroneShow LA 2017 concedeu à ANAC um prêmio especial, com o objetivo de reconhecer os trabalhos e o empenho dos servidores envolvidos na elaboração da regulamentação do uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas, o RBAC Especial nº 94. O prêmio também foi concedido como forma de reconhecer a participação ativa da ANAC na propagação do conhecimento técnico sobre o assunto e as ações desenvolvidas para prestação de esclarecimentos junto ao público do evento.

Os Certificados do Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) passaram a ser emitidos em formato digital. No caso das aeronaves certificadas, passaram a ser expedidos em formato digital os Certificados de Matrícula (CM) e os Certificados de Aeronavegabilidade padrão (CA). Para as aeronaves experimentais, os Certificados de Matrícula Experimental (CME) e os Certificados de Autorização de Voo (CAV) passaram a ser gerados eletronicamente. A adoção de certificação eletrônica reforça os princípios de sustentabilidade e economicidade seguidos pela ANAC.

Publicação do Anuário do Transporte Aéreo - 2016, que compila as principais informações do mercado e os resultados do setor aéreo em 2016.

JULHO

Aprovação da Resolução nº 437 de 26 de julho de 2017 que regulamenta a divulgação de dados de tarifas aéreas domésticas e internacionais comercializadas, após o devido processamento, para livre e irrestrito acesso de qualquer interessado.

AGOSTO

O Jato executivo HondaJet recebeu a certificação de tipo durante a Latin American Business Aviation Conference & Exhibition (LABACE 2017), realizada em São Paulo. A certificação de tipo tem como objetivo assegurar que a aeronave atenda, pelo menos, aos mesmos requisitos e níveis de segurança exigidos para os produtos aeronáuticos brasileiros. O processo de validação da HondaJet durou cerca de 13 meses.

Lançamento do Programa de Implementação do Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC - PSEO-ANAC. O programa foi instituído com o objetivo de concentrar esforços e melhorar os processos da Agência que envolvem a segurança operacional, assunto considerado o mais importante para o alcance da missão e da visão da ANAC.

Com o objetivo de facilitar o processo de aprovação de serviços aéreos, a ANAC aprovou a Resolução nº 440 que define as novas regras para o processo de registro dos Serviços de Transporte Aéreo. Com essa nova sistemática, o processo para aprovação de serviços aéreos se dará diretamente entre os operadores aéreo e aeroportuário, além do controle de espaço aéreo, portanto a ANAC não mais atuará burocraticamente no meio do caminho entre as partes interessadas, mas sim fiscalizando o sistema. Essa mudança permite que as empresas aéreas tenham malhas mais flexíveis, eficientes e que busquem atender melhor a demanda por serviços aéreos, principalmente em altas e baixas temporadas.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017****SETEMBRO**

Com o propósito de contribuir para o melhor entendimento de juízes federais sobre as questões que envolvem o mundo da aviação civil, a ANAC participou do curso "Direito Regulatório – caminhos para uma interlocução mais efetiva", promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), em Brasília. Essa foi uma oportunidade para tirar dúvidas dos juízes sobre temas específicos do mundo da aviação e demonstrar a abrangência do trabalho desenvolvido pela Agência.

Aprovação das "Diretrizes para a Qualidade Regulatória", um normativo de orientação estratégica que estabelece as referências e os critérios que norteiam o trabalho de regulação realizado pela ANAC, no âmbito dos três macroprocessos finalísticos da Agência – "Regulamentação", "Certificação e Outorga" e "Fiscalização". O objetivo é aumentar a previsibilidade da atividade regulatória da ANAC, diminuindo os impactos da regulação do setor, e facilitar o acompanhamento do trabalho da Agência pela sociedade.

OUTUBRO

A ANAC recebeu o "Seminário e Workshop sobre Avaliações da Segurança Operacional e de Compatibilidade de Certificação de Aeródromos". O evento teve como objetivo discutir a implementação dos Procedimentos para Serviços de Navegação Aérea em Operações de Aeródromos no âmbito dos Estudos de Compatibilidade e Análise de Segurança Operacional. Esses estudos visam a endereçar eventuais não conformidades em relação às práticas recomendadas do Anexo 14 (aeródromos) da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e, assim, viabilizar a certificação operacional de aeródromos. Participaram do evento representantes de autoridades de aviação civil e operadores de aeródromos de 6 países (Chile, Colômbia, Equador, Panamá, Uruguai e Venezuela), o Oficial Regional da OACI na América Latina, representantes da Airbus e de operadores de aeródromos no Brasil, além de profissionais do Departamento de Controle Aéreo (DECEA) e servidores da ANAC.

NOVEMBRO

A ANAC realizou uma série de palestras sobre a Análise de Impacto Regulatório (AIR). Destinado a servidores públicos, profissionais da aviação, empresários, pesquisadores, estudantes e demais interessados no assunto, o evento abordou os seguintes temas: Contextualização sobre Análise de Impacto Regulatório na ANAC; Importância da AIR, formas de Participação Social e modelo de Screening com foco no consumidor; Qualidade regulatória: análise de impacto com gerenciamento de risco para a exigência de serviços de combate a incêndio e salvamento em aeroportos civis brasileiros; e Análise de Impacto Regulatório dos Requisitos de Projeto de Aeródromos no Brasil: uma análise econômica e aplicação ao caso do aeroporto de Congonhas.

ANAC disponibilizou em seu site um formulário com modelo opcional de autorização expressa de pais ou responsável legal para viagens domésticas de crianças com até 12 anos acompanhadas por pessoa maior de idade. A partir de 12 anos, em território nacional, o embarque pode ser realizado sem necessidade de autorização especial. O modelo apresentado permite o preenchimento eletrônico e a impressão do documento, que deve ser apresentado no momento de cada check-in e embarque. Cabe informar que o formulário é opcional, uma vez que qualquer autorização expressa elaborada nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser aceita para a viagem.





A Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e a ANAC deflagraram a Operação Turbulência, com o objetivo de aprofundar as investigações de um esquema que tentava facilitar a concessão de licenças e habilitações de pilotos de avião e helicóptero emitidas pela ANAC. A ANAC detectou o esquema e levou ao conhecimento da PF e do MPF os primeiros indícios de irregularidades, que culminaram em investigação com a integração dos três órgãos. Durante a apuração foi identificado que processos de solicitação de licença e/ou habilitação de pilotos eram peticionados junto à ANAC contendo documentação ideologicamente falsa. Despachantes de assessoria aeronáutica seriam responsáveis por cooptar interessados, montar seus processos com documentação falsa e/ou ideologicamente falsa, e submetê-los à ANAC, proporcionando rápida emissão da licença e/ou habilitação.

DEZEMBRO

ANAC e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) promoveram, no Rio de Janeiro, a segunda edição do *Safety Management Summit (SMS - Brazil 2017)*. O evento reuniu a comunidade internacional da aviação para debater os padrões operacionais utilizados pelo setor e as perspectivas para o futuro, bem como as melhores práticas de segurança na aviação.

Entrou em vigor a Resolução nº 458, que possibilita a utilização de sistemas digitais para registro oficial de informações, em substituição aos registros em papel. Essa norma tem por objetivo criar requisitos mínimos para que os regulados possam desenvolver plataformas para registros de informações de maneira unicamente digital. Embora a utilização do sistema seja facultativa, uma vez utilizada, a forma de registro dos dados deverá se dar somente pela plataforma.

Foi aprovada a revisão da Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, que estabelece critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC). A principal mudança na norma foi o estabelecimento do critério de isenção do SESCINC para aeroportos que movimentam até 200 mil passageiros por ano, a fim de adequar o nível de exigência ao que é praticado internacionalmente e à realidade operacional brasileira, além de promover economia do custo operacional em aeródromos de menor porte.

Emissão do certificado de tipo provisório para o cargueiro KC390. Fabricado pela Embraer, com participação da Argentina, Portugal e República Tcheca, é o maior avião já projetado no Brasil.







RESULTADOS DO SETOR



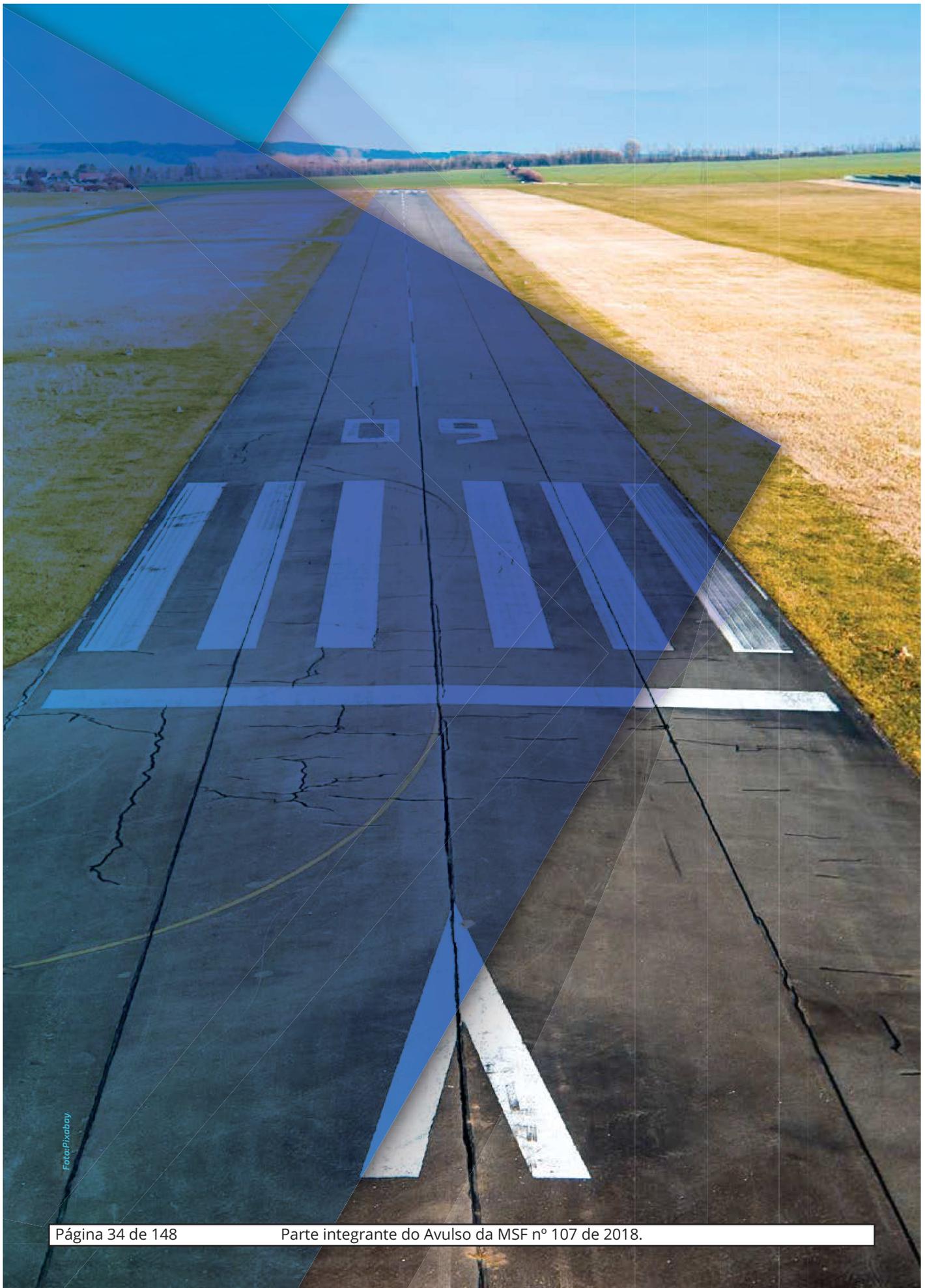


Foto: Pixabay





3 - RESULTADOS DO SETOR

Em 2017, o transporte aéreo voltou a apresentar crescimento, de 2,0% em termos de passageiros-quilômetros pagos transportados (RPK), após retração de 4,4% em 2016. Antes de tal retração, o mercado doméstico de passageiros havia passado por mais de 10 anos com crescimento médio de 10% ao ano, entre 2004 e 2015. Esta seção se dedica a mostrar, de maneira geral, o tamanho e a diversidade da aviação civil brasileira, o que se reflete em desafios para as atividades de regulação e fiscalização da ANAC.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução dos principais indicadores de desempenho do transporte aéreo público regular.

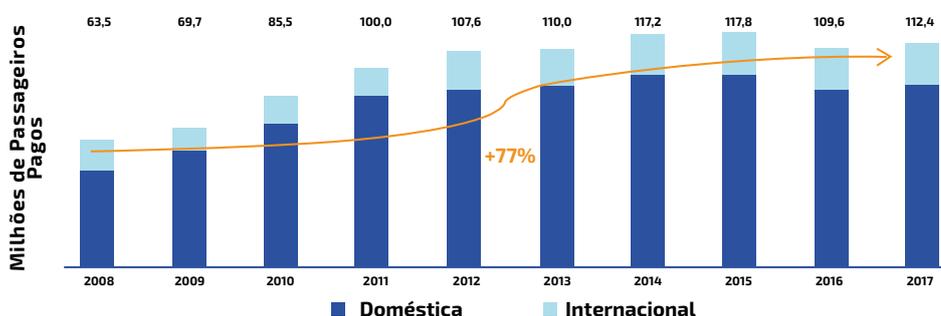


Figura 3 - Evolução da quantidade de passageiros transportados

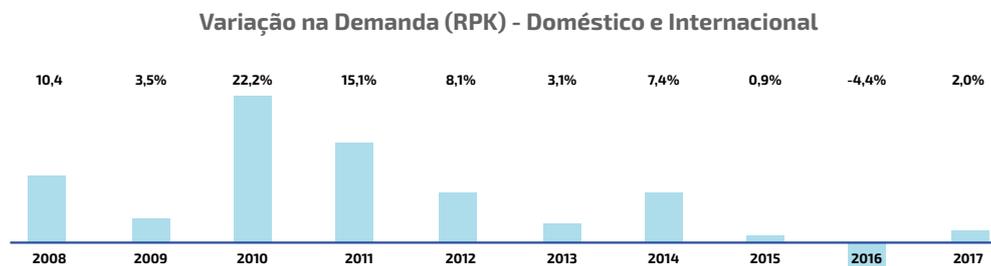


Figura 4 - Taxa de crescimento da demanda RPK por transporte aéreo

Observa-se pela Figura 4 que a demanda por voos voltou a crescer em 2017, após registrar queda em 2016. Já a quantidade de voos realizados, apresentada na Figura 5, segue em queda desde 2013.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES / 2017

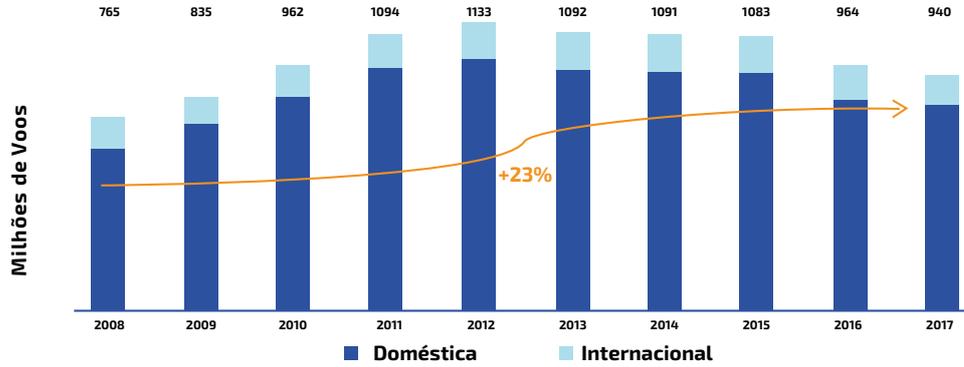


Figura 5 - Evolução da quantidade de voos realizados

Quantidade de Passageiros pagos- Doméstico e Internacional

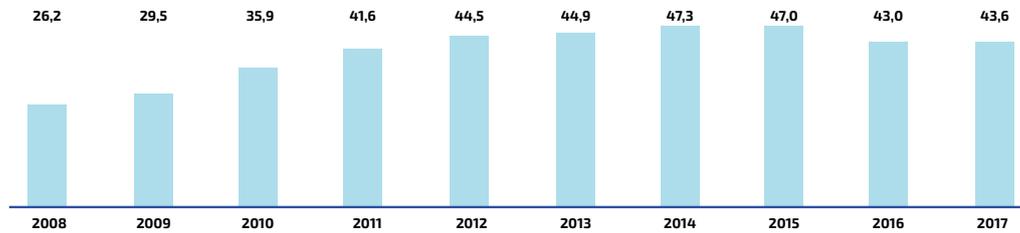


Figura 6 - Taxa de passageiros transporte aéreo para cada 100 habitantes

Participação de mercado no RPF doméstico

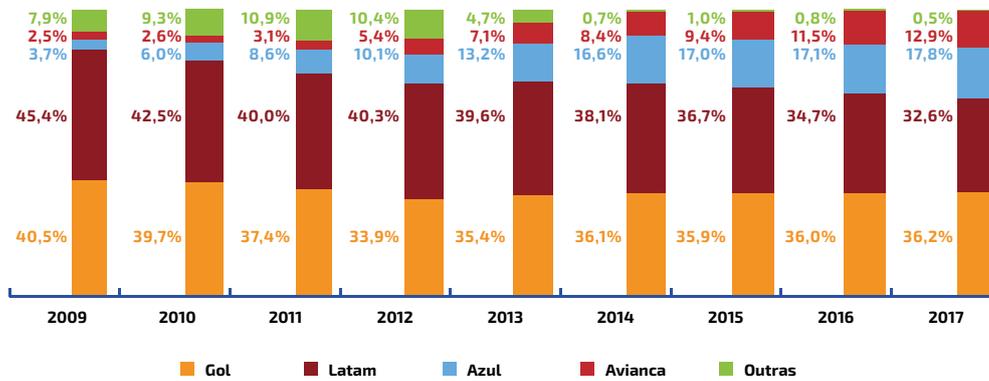


Figura 7 - Participação de Mercado Doméstico

Observa-se que a Gol e a Latam permaneceram na liderança no mercado doméstico, com participações de mercado da ordem de 36,1% e 32,6%, respectivamente. A participação das demais empresas, concorrentes das duas líderes, foi de 31,2% em de 2017, o que representou um aumento de 6% na comparação com o percentual apurado no ano anterior. A Azul e a Avianca, respectivamente terceira e quarta colocadas, tiveram um crescimento em sua participação, alcançando os recordes de 17,8% e 12,9%, respectivamente.





Participação de mercado no RPK internacional

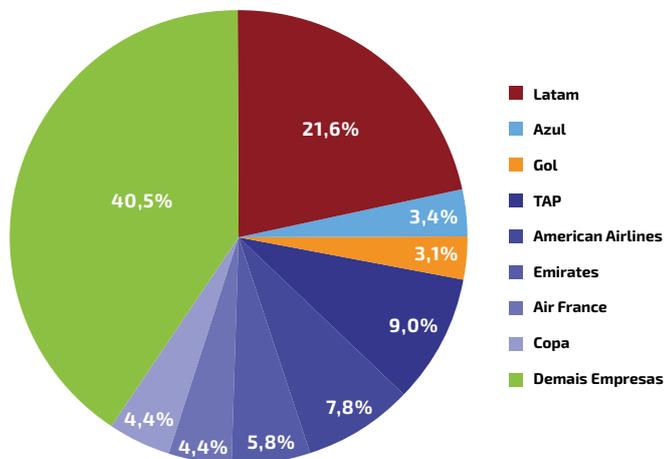


Figura 8 - Participação de Mercado Internacional (2017 – RPK)

Com relação ao mercado internacional, a empresa brasileira Latam é a líder com 21,6% de participação, seguida da portuguesa TAP com 9,0% e da americana American Airlines com 7,8%.

A tarifa aérea média doméstica real (atualizada pela inflação) fechou 2017 em R\$ 357,16, menor valor registrado na série histórica desde 2011. Na comparação com 2016, o dado do Relatório de Tarifas Aéreas Domésticas mostrou uma redução de 0,6%. O preço do quilômetro pago por passageiro (ou, tecnicamente, yield tarifa aérea médio doméstico real), que permite a comparabilidade entre ligações com diferentes distâncias, teve queda de 3,1% em 2017 com relação a 2016. Fechou em R\$ 0,308, também o menor valor da série histórica.

Tarifa Aérea Média Doméstica Real

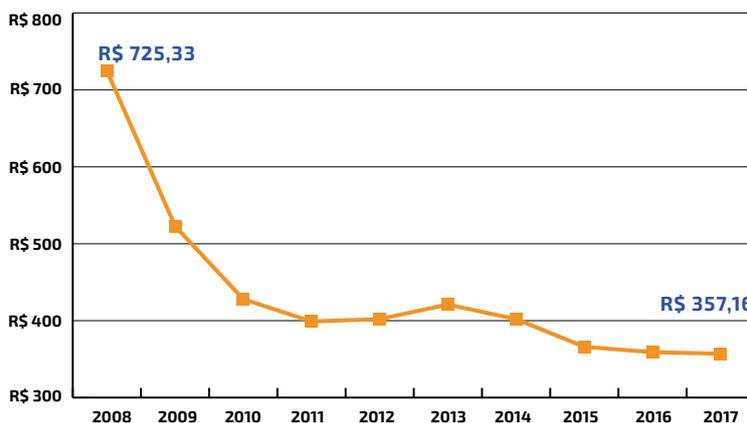


Figura 9 - Evolução da tarifa aérea média doméstica comercializada



Distribuição das tarifas aéreas comercializadas

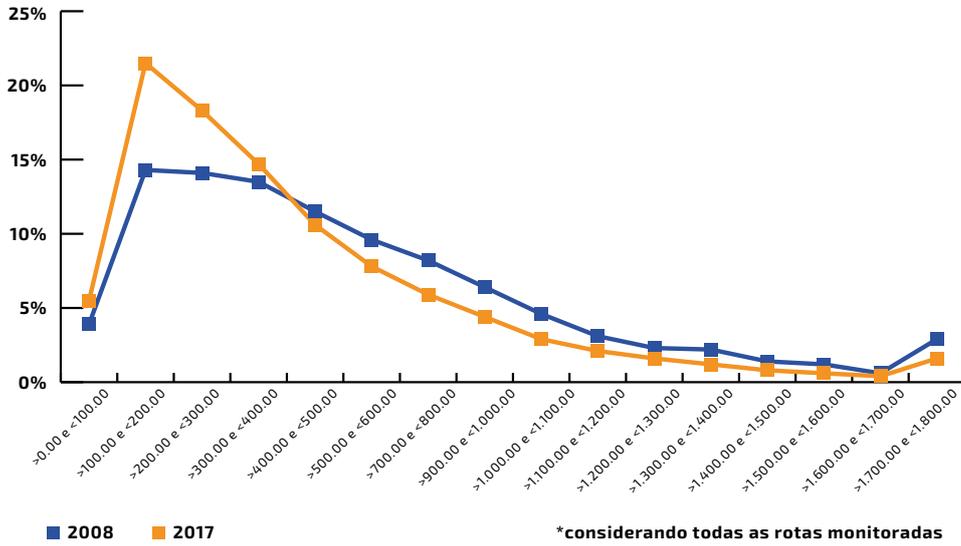


Figura 10 - Distribuição das tarifas aéreas domésticas comercializadas

Variação de Yield Tarifa Aérea Médio Doméstico Real

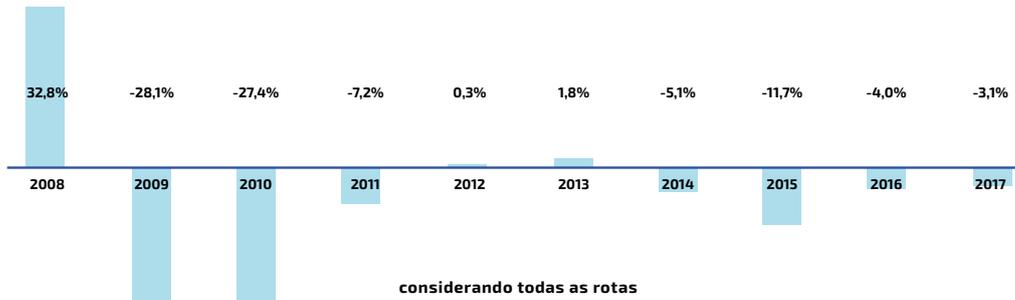


Figura 11 - Variação do Yield médio doméstico comercializado





SEGURANÇA NA AVIAÇÃO



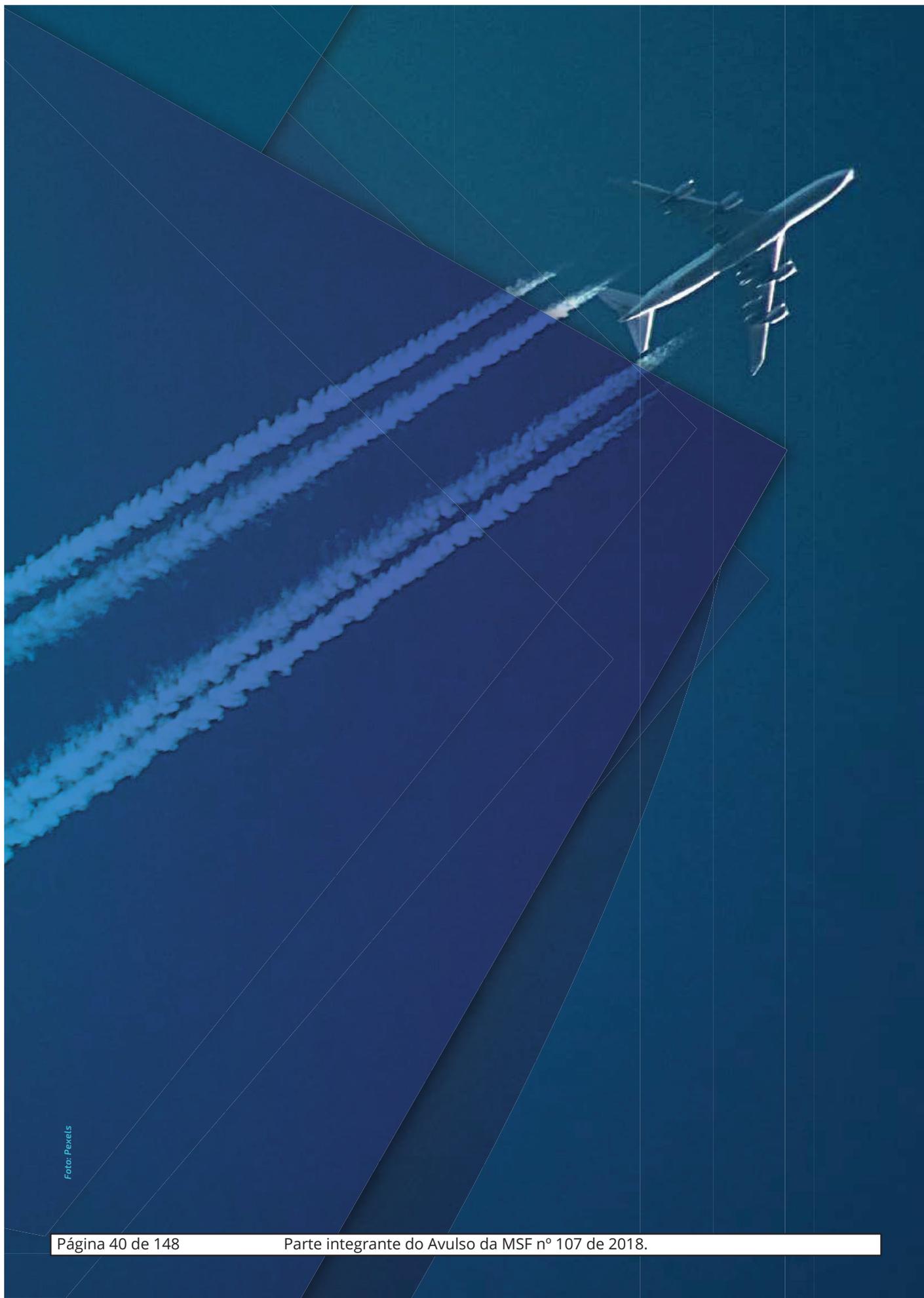


Foto: Pexels





4 - SEGURANÇA NA AVIAÇÃO

A complexidade do setor de aviação civil proporciona inúmeros desafios relacionados à segurança operacional. Tendo em vista essa conjuntura e a preocupação da ANAC em garantir uma aviação segura a todos os brasileiros, a Agência desempenha seus processos de normatização, certificação e fiscalização estruturados de forma a criar um ambiente de segurança no setor que possibilite a redução dos índices de acidentes aéreos.

Com o intuito de monitorar o desempenho da aviação civil brasileira, a Agência utiliza diversas informações, entre elas aquelas relacionadas aos acidentes aeronáuticos provenientes do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA). De posse desses dados e visando ter uma percepção da evolução dos acidentes nos últimos anos, foi elaborada a figura abaixo, da qual se verifica uma redução a partir do ano de 2013.

Histórico de Acidentes - 2011 a 2017

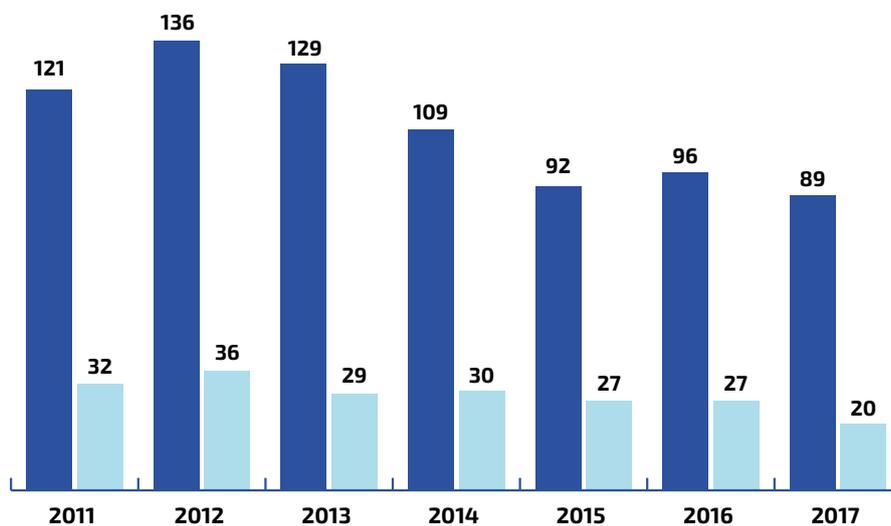


Figura 12 - Histórico de acidentes com e sem fatalidades. Fonte: CENIPA.

Outro indicador utilizado pela ANAC é o índice de acidentes aeronáuticos com fatalidades na aviação regular, que é a média móvel (de cinco anos) da taxa de acidentes fatais por milhão de decolagens envolvendo operadores da aviação comercial regular brasileira. Em 2017 tal índice manteve-se na marca de 0,00 acidentes por milhão de decolagens, ao passo que a meta estabelecida pela própria Agência para o mesmo ano foi de 0,26.



Taxa de Acidentes com Fatalidade - Aviação Regular

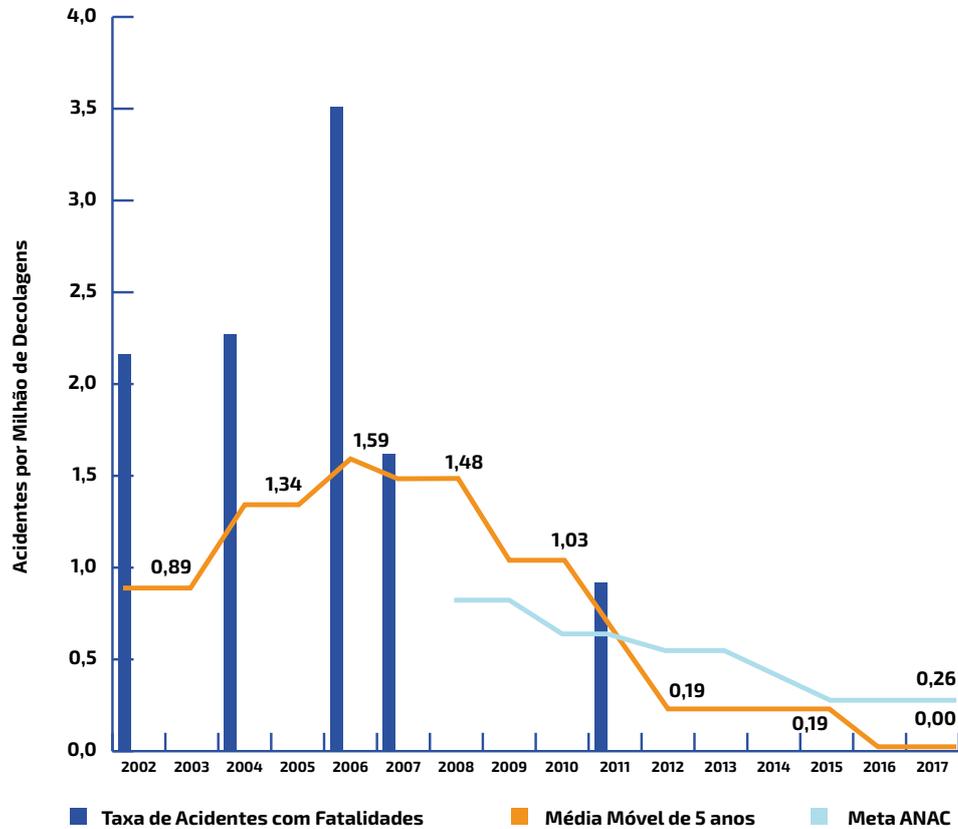


Figura 13 - Taxa de acidentes com fatalidades na aviação regular brasileira. Fonte: CENIPA e ANAC.

Além da aviação regular, a ANAC também acompanha com proximidade o desempenho dos demais segmentos da aviação e, para cumprir essa tarefa, é importante considerar os diferentes ambientes e características operacionais, assim como os distintos volumes de operação por eles apresentados. Com esse intuito, foram consolidadas taxas de acidentes para os principais segmentos da aviação, conforme pode ser observado na figura abaixo. Da figura, é oportuno notar que, além das baixas taxas de acidentes apresentadas pela aviação regular, a aviação de instrução e a aviação privada vêm apresentando taxas de acidentes similares ao longo do tempo, e que esses números são consideravelmente superiores àqueles registrados para o táxi aéreo, exceto para o ano de 2017. Adicionalmente, também merece destaque a tendência de queda das taxas apresentadas tanto pela aviação privada quanto pela aviação de instrução nos últimos anos.





Taxa de Acidentes - Por Tipo de Operação

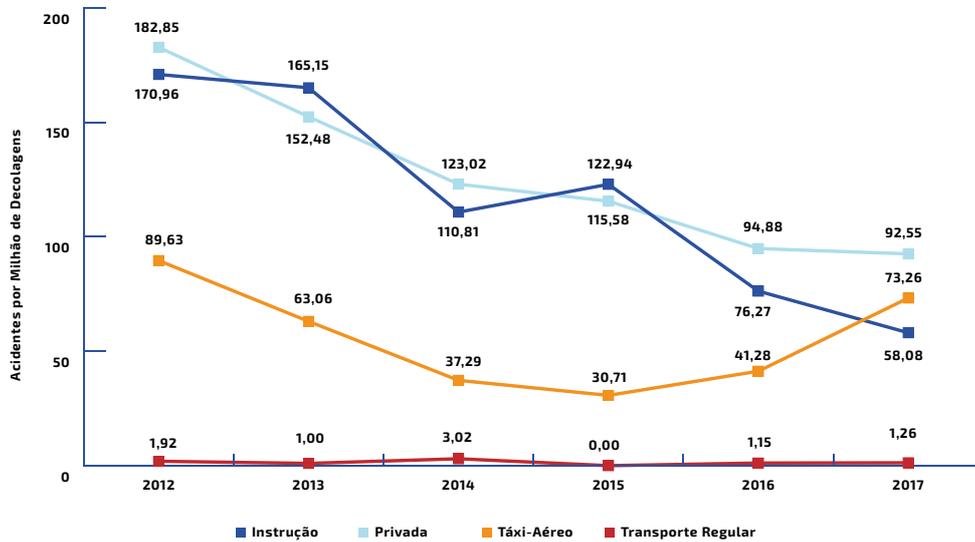


Figura 14 - Taxa de acidentes (acidentes para cada milhão de decolagens registradas) por tipo de operação, de 2012 a 2017. Fonte: CENIPA e ANAC.

Levando em consideração as dimensões continentais de nosso país e as vocações aeronáuticas de cada região, o local onde ocorrem os acidentes mostra-se um fator relevante para a análise do desempenho da segurança operacional, assim como para o direcionamento e priorização de iniciativas de melhoria da segurança por parte da Agência. Diante dessa situação, convém verificar a distribuição geográfica dos acidentes ocorridos em 2017, conforme apresentado na figura abaixo, que faz a distinção entre os acidentes com e sem fatalidades.

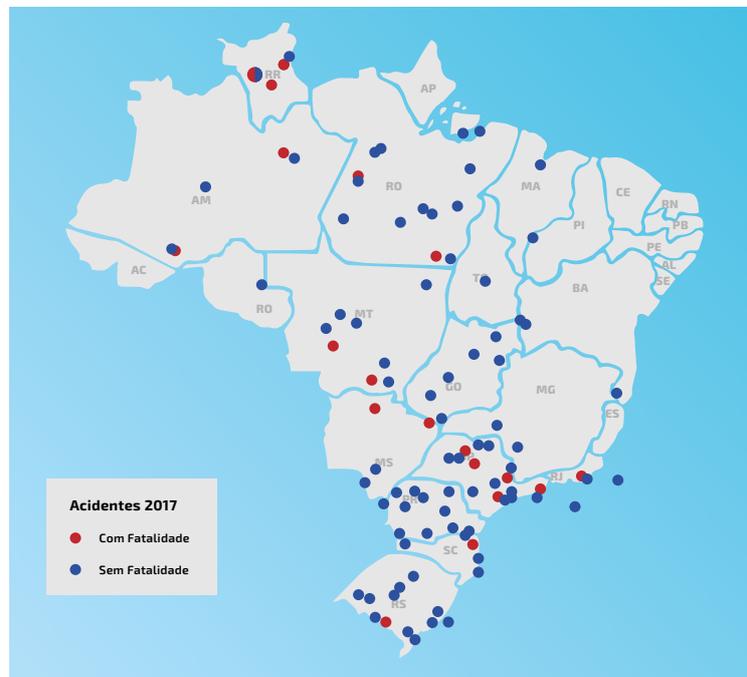


Figura 15: Distribuição dos acidentes, com e sem fatalidades, registrados no Brasil em 2017. Fonte: CENIPA.



Saiba mais:

A ANAC produz o Relatório Anual de Segurança Operacional (RASO), que é considerado um dos principais instrumentos para reunir e comunicar informações de relevância para o gerenciamento da segurança operacional da aviação civil brasileira. Análises mais detalhadas e maiores informações podem ser consultadas nos RASO já publicados pela Agência e que encontram-se disponíveis em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/gerenciamento-da-seguranca-operacional/relatorios-anuais-de-seguranca-operacional-1>

Evolução da Satisfação Geral do Passageiro

Desde janeiro de 2013, é realizada a Pesquisa Permanente de Satisfação dos Passageiros, pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em que os usuários dos aeroportos brasileiros avaliam 38 quesitos de infraestrutura, atendimento, serviços, itens de gestão, além da satisfação geral com o aeroporto, em uma escala de 1 a 5.

No 4º trimestre de 2017, 91% dos passageiros considerou os 15 aeroportos que já vinham sendo avaliados como "bons" (4) ou "muito bons" (5). No mesmo período de 2016, o percentual era de 90%. Ao todo, entre outubro e dezembro, foram entrevistadas 13.908 pessoas para os 15 aeroportos. A média do índice geral de satisfação foi de 4,35.

A partir do primeiro trimestre de 2018, serão 20 terminais avaliados.





Figura 16 - Pesquisa Permanente de Satisfação do Passageiro. Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Desde que começou a ser realizada, a pesquisa de satisfação já ouviu mais de 308 mil pessoas nos 15 principais aeroportos, que estão divididos em três categorias baseadas no número de passageiros processados por ano. Na categoria de até 5 milhões de passageiros estão os terminais de Natal (RN), Manaus (AM), Cuiabá (MT). Nesse grupo também farão parte os novos aeroportos da Pesquisa: Belém (PA), Maceió (AL), Vitória (ES), Goiânia (GO) e Florianópolis (SC). Entre 5 e 15 milhões estão: Fortaleza (CE), Recife (PE), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Santos Dumont (RJ), Campinas (SP) e Confins (MG). Acima de 15 milhões de passageiros estão Galeão (RJ), Congonhas (SP), Brasília (DF) e Guarulhos (SP). Os passageiros são ouvidos diariamente por pesquisadores da Praxian – Business & Marketing. O nível de confiança do levantamento é de 95%, com margem de erro de 5%.





5 REGULAMENTAÇÃO





Foto: ASCOM/AVAC





5 - REGULAMENTAÇÃO

Compete à ANAC regular o setor de aviação, à exceção das atividades de controle de espaço aéreo. As normas da ANAC – Resoluções e Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBAC) – estabelecem conceitos, práticas e procedimentos relacionados a diversas áreas da aviação civil e são elaborados em consonância com padrões internacionais. Na busca pela melhoria contínua e pela excelência no desempenho de suas atividades, a ANAC vem atualizando periodicamente seus regulamentos e normas.

A atividade regulatória do transporte aéreo pode ser dividida em quatro temáticas: *safety* (segurança operacional), *security* (segurança contra atos de interferência ilícita – AVSEC), regulação econômica e acompanhamento do mercado de transporte aéreo. Os dois primeiros temas são comumente associados à regulação técnica, ao passo que os dois últimos, à regulação econômica.

É importante conhecer a diferença entre os conceitos de *safety* e *security*. *Safety* (segurança operacional) refere-se a todos os aspectos que garantem uma operação aérea segura, abrangendo a aeronavegabilidade do produto aeronáutico (aeronave), a proficiência técnica dos pilotos e demais tripulantes, a qualidade da infraestrutura aeroportuária, o sistema de comunicação entre pilotos e torre de controle de espaço aéreo (assunto em parte regulado pelo DECEA) e a interação entre todos esses componentes. É para garantir esse tipo de segurança que a ANAC regula os pilotos, as aeronaves, as atividades de manutenção, as operações aéreas e os aeródromos.

Por seu turno, *security* (segurança contra atos de interferência ilícita – AVSEC) se destina a evitar que a operação aérea seja contaminada por atos ou fatos, alheios às questões de segurança operacional, mas que possam colocar em risco a segurança de voo, como um ataque terrorista, entre outros. Para ilustrar, todo o controle de acesso às salas de embarque de aeroportos é disciplinado pela ANAC com finalidade de *security* – ou seja, impedir que a segurança de voo seja comprometida por atos de interferência ilícita.

Já a regulação econômica envolve a intervenção do Estado no setor com o objetivo de garantir à sociedade a regular prestação de um serviço público, como o são o transporte aéreo e a exploração da infraestrutura aeroportuária. Os dados e informações necessários para essa análise são obtidos por meio do monitoramento constante do transporte aéreo e têm como objetivo subsidiar as decisões regulatórias e supervisionar os serviços oferecidos aos usuários, de modo a garantir a segurança e a eficiência na aviação civil.

No curso de 2017, as ações desenvolvidas pela ANAC, no sentido de aprimorar o arcabouço normativo e, conseqüentemente, promover a melhoria na qualidade regulatória, resultaram na edição de 26 novas normatizações, alteração de 59 normativos vigentes e revogação de 31 normas. Pode-se destacar algumas publicações, como a Resolução nº 437 de 26 de julho de 2017 que regulamenta a divulgação de dados de tarifas aéreas domésticas e internacionais comercializadas, encontrada no Portal da ANAC.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Destaca-se ainda a publicação das "Diretrizes para a Qualidade Regulatória", aprovada pela Portaria nº 3.092, de 6 de setembro de 2017. Trata-se de um normativo de orientação estratégica que estabelece referências objetivas e critérios claros para o trabalho de regulação realizado pela ANAC, formalizando quais caminhos devem ser seguidos pelos seus servidores a fim de alcançar a missão da Agência. Dessa forma, as diretrizes demonstram o comprometimento da ANAC com a sociedade ao estabelecer orientações para a atuação da Agência de forma clara e pública, facilitando o acompanhamento do trabalho de regulação realizado pela Agência e a verificação da qualidade de seus macroprocessos finalísticos. Além disso, a publicidade das diretrizes aumenta a previsibilidade da atividade regulatória da ANAC, diminuindo os impactos da regulação do setor.

A seguir são apresentados as principais normas e regulamentos expedidos pela Agência em 2017.

Quadro 1: Principais Resoluções expedidas em 2017	
Resolução nº 419, de 02/05/2017	Aprova o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94, intitulado "Requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil".
Resolução nº 432, de 19/06/2017	Dispõe sobre as regras de cobrança e arrecadação das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência.
Resolução nº 433, de 19/06/2017	Dispõe sobre o envio de informações de movimentação de aeronaves do Grupo II à ANAC por parte dos operadores de aeródromos públicos.
Resolução nº 436, de 14/07/2017	Regulamenta o Programa de Regularização de Débitos não Tributários no âmbito da ANAC.
Resolução nº 440, 09/08/2017	Estabelece as regras para o processo de registro dos serviços de transporte aéreo.
Resolução nº 444, 24/08/2017	Dispõe sobre examinadores de pilotos credenciados pela ANAC.
Resolução nº 457, 20/12/2017	Regulamenta o Diário de Bordo das aeronaves civis brasileiras.
Resolução nº 458, 20/12/2017	Regulamenta o uso de sistemas informatizados para registro e guarda de informações por regulados da ANAC.
Revisão da Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013	Estabelece critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC). A principal mudança na norma foi o estabelecimento do critério de isenção do SESCINC para aeroportos que movimentam até 200 mil passageiros por ano.





Quadro 2: Emendas a RBAC's expedidas em 2017

Resolução nº 410, 21/02/2017	Aprova a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 108, intitulado "Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - Operador Aéreo".
Resolução nº 420, 02/05/2017	Aprova a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 67, intitulado "Requisitos para concessão de certificados médicos aeronáuticos, para o credenciamento de médicos e clínicas e para o convênio com entidades públicas".
Resolução nº 435, 27/06/2017	Aprova a Emenda nº 03 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119, intitulado "Certificação: operadores regulares e não-regulares".
Resolução nº 445, 24/08/2017	Aprova a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154, intitulado "Projeto de Aeródromos".
Resolução nº 446, 06/09/2017	Aprova a Emenda nº 62 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 23, intitulado "Requisitos de aeronavegabilidade: aviões categoria normal, utilidade, acrobática e transporte regional", em substituição à Emenda nº 61 do referido regulamento.
Resolução nº 452, 12/12/2017	Aprova a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34, intitulado "Requisitos para drenagem de combustível e emissões de escapamento de aviões com motores a turbina", em substituição à Emenda nº 04 do referido Regulamento.
Resolução nº 460, 21/12/2017	Aprova a Emenda nº 07 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61, intitulado "Licenças, habilitações e certificados para pilotos".

Os atos normativos podem ser consultados na página de legislação do Portal da ANAC por meio do link: <http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao>.

5.1 - NOVAS CONDIÇÕES GERAIS DE TRANSPORTE AÉREO (CGTA)

Em 2017, entrou em vigor a Resolução nº 400/2016, que dispõe sobre as novas Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA). As novas regras aproximam o Brasil do que é praticado na maior parte do mundo e contribuem para a ampliação do acesso ao transporte aéreo e a diversificação de serviços oferecidos ao consumidor, gerando incentivos para maior concorrência.

As novas regras foram amplamente discutidas com a sociedade, por meio de audiências e consultas públicas. Ao todo, foram realizadas 28 reuniões com instituições representativas da sociedade, entre as quais entidades de defesa do consumidor; seis reuniões com parlamentares federais; três audiências no Senado; seis reuniões intergovernamentais; uma consulta pública; e duas audiências públicas, uma em 2013, e outra, em 2016, para finalizar o texto das novas regras, que recebeu mais de 1.500 sugestões da sociedade.



Dentre as inovações para o consumidor estão: o direito de desistência, sem ônus, em até 24h após a compra; a redução do prazo de reembolso; a correção gratuita do nome do passageiro até o check-in; a garantia do trecho de retorno, no caso de não apresentação para embarque no trecho de ida (para voos domésticos); a redução de prazos no processo de devolução ou indenização por extravio de bagagem; a possibilidade de escolher franquias diferenciadas de bagagem, o aumento da franquia de bagagem de mão de 5kg (no máximo) para 10kg (no mínimo), dentre outras.

5.2 - AGENDA REGULATÓRIA 2017-2018

A Agenda Regulatória da ANAC é o documento que define, para o horizonte de dois anos, os temas regulatórios que terão atuação prioritária da Agência. A atual Agenda Regulatória da ANAC foi instituída em 15 de dezembro de 2016, por meio da Portaria n.º 3.723, para o biênio 2017-2018, sendo inicialmente composta por 35 (trinta e cinco) temas.

O processo de elaboração da atual Agenda buscou dar continuidade aos processos normativos que já estavam em andamento e eleger novos temas alinhados ao Planejamento Estratégico da Agência. Foram realizadas consultas internas e externas, além de consultas públicas em Brasília e São Paulo, de forma que a ANAC pudesse colher contribuições para a definição dos temas prioritários.

Para esse ciclo, foram definidos quatro marcos de acompanhamento de execução, por tema:

- Estudos preliminares: engloba as fases de definição do problema, objetivos a serem alcançados, realização e conclusão de estudos preliminares;
- Elaboração da proposta: compreende a elaboração dos documentos necessários à proposta de ato normativo e a tramitação do respectivo processo administrativo até a deliberação e aprovação da Diretoria Colegiada sobre a realização de audiência pública, quando aplicável;
- Audiência pública: compreende a realização da audiência pública e a análise das contribuições recebidas; e
- Publicação: engloba a análise jurídica final pela Procuradoria Federal junto à ANAC, a deliberação e aprovação pela Diretoria Colegiada, e a publicação da norma relativa no Diário Oficial da União - DOU.

Em 2017, destaca-se a conclusão e publicação de atos normativos relativos aos seguintes temas da Agenda:

- Tema 2 - Aplicabilidade de requisitos relacionados ao projeto de Aeródromo;
- Tema 8 - Regulamentação acerca da certificação e vigilância continuada de operadores de VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado;
- Tema 14 - Regulamentação dos critérios para a divulgação pela ANAC dos dados de tarifas aéreas comercializadas;
- Tema 16 - Regulamentação do processo de autorização da prestação de serviço de transporte aéreo público;
- Tema 19 - Revisão dos atos normativos que dispõem sobre as regras de cobrança e arrecadação das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência;





Ao final de 2017, considerando o surgimento de novas questões normativas prioritárias e a necessidade de alterar alguns temas, realizou-se a revisão anual da Agenda, por meio da Portaria n.º 4.230 de 20 de dezembro de 2017, com a inclusão de três novos temas, o desmembramento de um tema, a revisão do cronograma de cinco temas e o detalhamento da fase de normatização de sete temas. Em 2017, foram finalizadas 25 etapas das 36 planejadas para o ano, representando uma execução de 69,44% da Agenda.

Saiba mais:

O acompanhamento da execução da Agenda Regulatória pode ser feito no Portal da ANAC, no seguinte endereço: <http://www.anac.gov.br/participacao-social/agenda-regulatoria>

5.3 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Audiência Pública é um importante instrumento de participação social no processo normativo, que visa a dar transparência às ações da Agência e apoiar seu processo decisório. É instaurada sempre que um assunto implique alterações, ajustes ou uma nova legislação para o setor aéreo e quando tal assunto interfira diretamente nos interesses sociais e econômicos dos agentes do setor aéreo.

Após o encerramento do prazo de recebimento de contribuições, a área técnica responsável pela proposta analisa as sugestões e comentários recebidos e realiza as alterações normativas que julgar pertinentes. Após a elaboração da nova minuta do ato normativo, a matéria é submetida à deliberação pela Diretoria da Agência, e, após a publicação do ato, a ANAC divulga na página de audiências públicas o Relatório de Análise de Contribuições, contendo respostas e comentários para cada contribuição encaminhada pela sociedade e pelos interessados em geral.

Em 2017, foram instituídas 25 audiências públicas, das quais 1 contou com sessão presencial. O detalhamento das audiências públicas realizadas em 2017 encontra-se no Anexo 1 desse relatório.

Saiba mais:

Para ter acesso às audiências públicas (finalizadas ou em andamento), acesse <https://www.anac.gov.br/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>







CERTIFICAÇÃO E OUTORGA



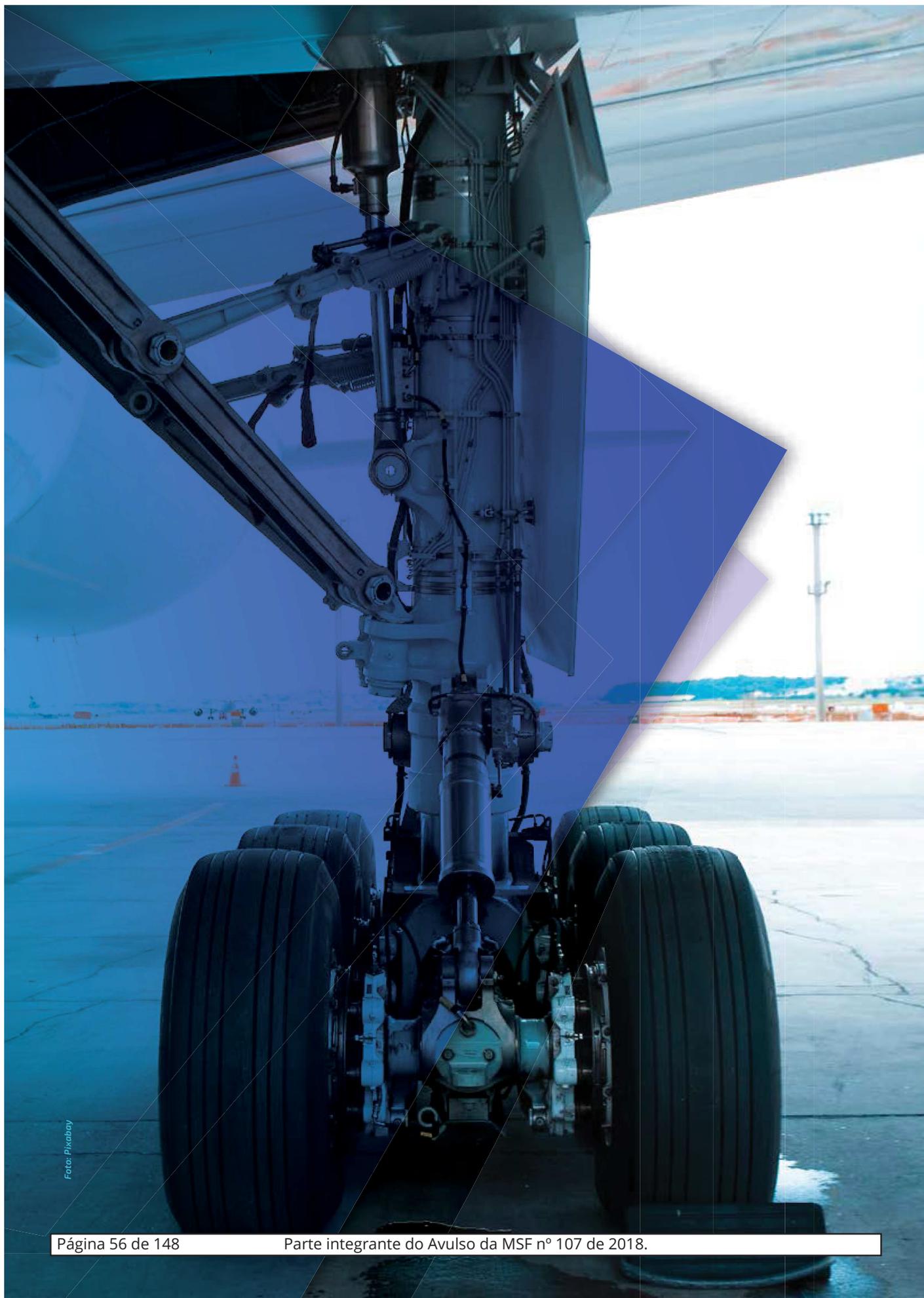


Foto: Pixabay





6 - CERTIFICAÇÃO E OUTORGA

A certificação é um processo sistematizado que propicia adequado grau de confiança de que um produto, empresa, processo, serviço ou profissional atende inicialmente os requisitos preestabelecidos em normas e regulamentos da aviação civil.

São produtos dos processos de certificação as autorizações, homologações, habilitações, licenças, certificados, entre outros documentos pelos quais a ANAC certifica que as empresas, escolas, centros de instrução AVSEC, tripulantes, oficinas de manutenção, projetos de produtos aeronáuticos e aeronaves, entre outros, cumprem os requisitos estabelecidos pela Agência e, portanto, podem começar a operar no sistema de aviação civil.

Veja a seguir as principais ações e números da ANAC em 2017 no âmbito dos diversos processos de certificação.

6.1 - CERTIFICAÇÃO

Certificação de Produtos Aeronáuticos

Por produto aeronáutico entende-se aeronave, motor ou hélice, assim como seus componentes e partes, incluindo qualquer instrumento, mecanismo, peça, aparelho, pertence, acessório e equipamento de comunicação, desde que sejam usados (ou se pretenda usar) na operação e no controle de uma aeronave em voo e que sejam instalados ou fixados à aeronave. Abrange, ainda, materiais e processos usados na fabricação de todos os itens acima.

A certificação de produtos aeronáuticos representa a confirmação, pela ANAC, de que o produto aeronáutico está em conformidade com os requisitos aplicáveis estabelecidos pela Agência. Em 2017, foram concluídos os seguintes processos de certificação de produtos aeronáuticos:

TABELA 1: PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO CONCLUÍDOS EM 2017

FONTE: ANAC

Certificação de Produtos Aeronáuticos	
Novos modelos de aeronaves nacionais	1 concluído
Validação de novos modelos de aeronaves (estrangeiras)	6 concluídos
Motores Aeronáuticos	6 concluídos
Hélices	0 concluídos

O modelo nacional citado na tabela é o KC-390, avião cargueiro militar da Embraer, que consumiu grande dedicação do corpo técnico da ANAC. Sua certificação é provisória - válida até 28 de setembro de 2019, contudo a emissão do certificado definitivo deve ocorrer ainda em 2018.



Certificação do Pessoal da Aviação Civil, Escolas e Centros de Treinamento

O processo de certificação de pessoas realizado pela ANAC tem o objetivo de assegurar a qualidade da formação dos pilotos, mecânicos de manutenção, despachantes operacionais de voo e comissários de voo. Os candidatos às licenças e habilitações nestas áreas devem se submeter aos exames de saúde e de conhecimentos teórico e prático (cheques) realizados pela ANAC, além de possuir a experiência compatível com a função que desejam exercer.

O conhecimento teórico para concessão de uma licença é demonstrado por meio de aprovação em prova aplicada pela ANAC. A figura abaixo demonstra a quantidade de provas online para cumprimento de requisito teórico aplicadas ao longo dos últimos dez anos:

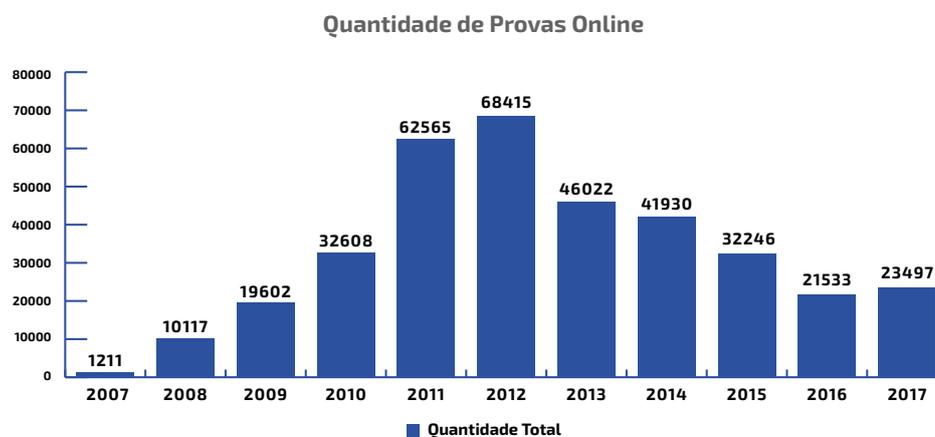


Figura 17 - Provas Online Aplicadas. Fonte ANAC

Os gráficos abaixo mostram o quantitativo de exames presenciais realizados por sala credenciada no país em 2017.



Figura 18 - Exames realizados por sala em 2017. Fonte: ANAC





Para algumas operações, como voos internacionais, é necessário que a tripulação técnica possua um nível mínimo de proficiência em língua inglesa. A ANAC é responsável pela certificação do grau de proficiência linguística de pilotos de aviões e helicópteros em operações internacionais, por meio da realização de um teste de inglês, o Santos Dumont English Assessment. A Tabela abaixo apresenta a quantidade de certificações em proficiência linguística emitida nos últimos dois anos.

TABELA 2: PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO EM PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA

Processos de Certificação em Proficiência Linguística		
	2016	2017
Jan	191	324
Fev	170	362
Mar	301	407
Abr	207	341
Mai	290	427
Jun	174	375
Jul	248	348
Ago	227	351
Set	170	416
Out	152	316
Nov	371	316
Dez	357	336
Total	2858	4319

Saiba mais:

A Agência disponibiliza em sua página na internet informações sobre os processos de certificação em Proficiência Linguística, que podem ser consultadas no endereço <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/profissionais-da-aviacao-civil/processo-de-licencas-e-habilitacoes/proficiencia-linguistica>

Nos últimos anos, a ANAC fez melhorias nos processos internos e conseguiu reduzir significativamente o estoque de processos de certificação de pessoal e de instituições. O pedido de certificação que levava em média mais de 100 dias, caiu para 8 dias, em 2016. Em 2017, esse número teve um ligeiro aumento, passando a ser cerca de 12 dias.



Certificação de Pessoal e Estoque de Processos

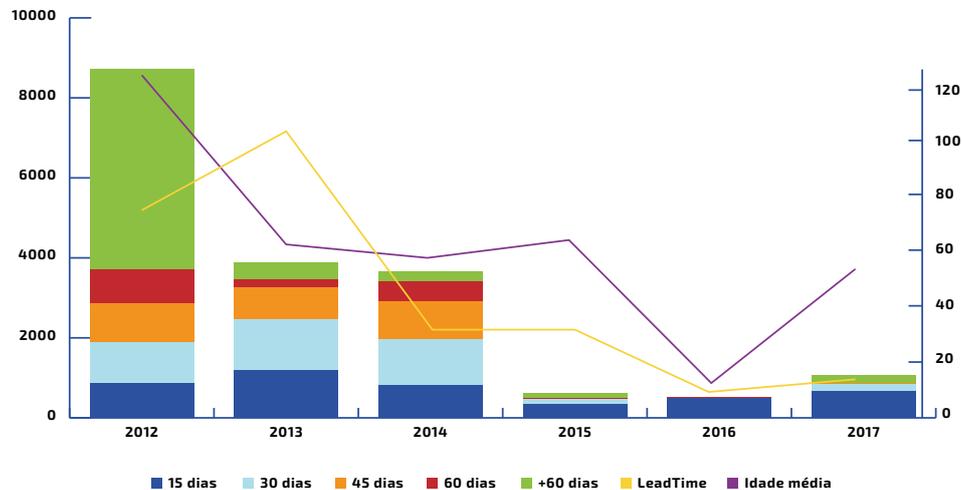


Figura 19 - Estoque de processos de certificação de pessoal

Licença é o documento emitido pela ANAC que formaliza a certificação de uma pessoa para atuar em operações aéreas civis, a partir do cumprimento de requisitos de idade, grau de instrução, aptidão psicofísica, conhecimentos teóricos, instrução de voo, experiência e proficiência, verificados de acordo com as funções, limitações e prerrogativas pertinentes à referida licença. Já habilitação representa uma autorização associada a uma licença, na qual são especificadas as qualificações e respectivas validades, condições especiais de operação e as respectivas atribuições e restrições relativas ao exercício das prerrogativas da licença ou certificado.

Só pode atuar como piloto em comando ou segundo em comando a bordo de aeronaves civis registradas no Brasil quem seja titular e esteja portando uma licença de piloto com suas habilitações válidas e apropriadas à aeronave operada, à operação realizada e à função que desempenha a bordo.





O quadro abaixo mostra o quantitativo de licenças emitidas, por categoria, durante o ano de 2017:

TABELA 3: LICENÇAS EMITIDAS, POR CATEGORIA, EM 2017

LICENÇA	QUANTIDADE
COM - Comissário	766
CPD - Piloto Desportivo	19
CPR - Piloto de Recreio	146
DOV - Despachante Operacional de Voo	30
MCV - Mecânico De Voo	1
MMA - Mecânico de Manutenção Aeronáutica	623
OEE - Operador Equip. Especiais	7
PCH - Piloto Comercial – Helicóptero	165
PCM - Piloto Comercial – Avião	915
PLA - Piloto de Linha Aérea – Avião	442
PLH - Piloto de Linha Aérea – Helicóptero	25
PPB - Piloto de Balão Livre	11
PPH - Piloto Privado – Helicóptero	180
PPL - Piloto de Planador	66
PPR - Piloto Privado – Avião	1428
Total	4825

A tabela abaixo apresenta a quantidade de licenças de pessoal emitidas ao longo dos últimos anos:

TABELA 4: LICENÇAS DE PESSOAL

ANO	QUANTIDADE DE LICENÇAS
2017	4825
2016	4889
2015	6896
2014	7423
2013	8033
2012	8446
2011	8286
2010	6856

Saiba mais:

A ANAC disponibiliza em sua página na internet gráficos de Estoque de Processos de Certificação de Pessoal, da quantidade de exames realizados por mês, por sala e por tipo. Essas informações podem ser consultadas no endereço <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/indicadores-pel>



Certificação Operacional de Aeroportos

Até o início dos anos 2000, toda homologação de aeródromos brasileiros era feita com avaliação de cumprimento de requisitos técnicos relativos à infraestrutura da área operacional. Em 2003, seguindo diretrizes do Anexo 14 da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), o antigo Departamento de Aviação Civil (DAC) publicou o RBHA 139 exigindo a certificação de aeroportos a fim de complementar a homologação com uma avaliação da capacidade do operador de aeródromo de gerenciar as atividades, sistemas e serviços de forma a garantir a segurança operacional das operações no aeródromo.

Atualmente, o processo de certificação é regido pelo RBAC 139, que une em si a avaliação da infraestrutura e da capacidade do operador de aeródromo de cumprir os regulamentos técnicos da ANAC. Assim, quando um operador de aeródromo recebe um certificado da ANAC, significa que há: (i) compatibilidade entre as operações de aeronaves e a infraestrutura disponível e (ii) capacidade do operador de aeródromo de cumprir os regulamentos técnicos da ANAC relativos à segurança operacional, comprovada por meio do Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) aprovado pela ANAC.

Em 2017, foram emitidos os certificados operacionais de 16 aeródromos, conforme relação abaixo.

- Certificações Operacionais Provisórias: Fortaleza (SBFZ), Porto Alegre (SBPA), Salvador (SBSV), Florianópolis (SBFL) e Santo Ângelo (SBNM).
- Renovações de Certificado Operacional Provisório: Sorriso (SBSO), Lages (SBLJ), Ponta Grossa (SSZW) e Barra do Garças (SBBW).
- Alterações de Certificado Operacional: Curitiba (SBCT) e Cruz (SBJE).
- Certificações Operacionais Definitivas: Aracaju (SBAR), Porto Seguro (SBPS), Belém (SBBE), Petrolina (SBPL) e João Pessoa (SBJP).

Como resultado do programa de certificação, a ANAC já emitiu 28 certificados operacionais de aeródromos que permanecem válidos.

Saiba mais:

A Agência disponibiliza em sua página na internet a lista dos certificados operacionais de aeroportos já emitidos, além do rol dos aeródromos com processo de certificação operacional em andamento. Essas e outras informações acerca do processo de certificação operacional podem ser consultadas no endereço <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/certificacao/certificacao-operacional-de-aeroportos>.





Homologação e Registro de Aeródromos e Helipontos

Aeródromos públicos são aqueles abertos ao tráfego mediante homologação na ANAC, após comprovadas as condições mínimas de segurança e, no caso das concessões, as condições contratuais. São chamados de aeroportos os aeródromos dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves, bem como de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

Já os aeródromos privados são aqueles cuja utilização depende de aval do proprietário, sendo vedada a exploração comercial. Esses aeródromos são registrados junto à ANAC. Em geral, esses aeródromos são as pistas de pouso em propriedades particulares – fazendas, empresas, condomínios, etc.

Ao final de 2017, o Brasil contava com 2.498 aeródromos civis, sendo 587 classificados como públicos e 1.911 como privados.

TABELA 5: AERÓDROMO PARA ASA FIXA POR REGIÃO

Fonte: ANAC (dados de janeiro de 2018)

Região	Privados	Públicos	Total	Percentual
Centro-Oeste	865	85	950	38%
Sudeste	356	173	529	21%
Norte	340	82	422	17%
Nordeste	233	135	368	15%
Sul	117	112	229	9%
Brasil	1911	587	2498	100%

Helipontos são os aeródromos exclusivamente destinados à operação de helicópteros. Sua classificação em público e privado segue a mesma lógica dos aeródromos em geral – públicos são abertos ao tráfego de qualquer aeronave, e privados, mediante autorização do proprietário (vedada a exploração comercial). Ao final de 2017, o Brasil contava com 1.324 helipontos, todos classificados como privados. Destes, 1.122 estavam localizados em terra, 94 em navios e 108 em plataformas.

TABELA 6: TODOS OS TIPOS DE HELIPONTOS POR REGIÃO

Fonte: ANAC (dados de janeiro de 2018)

Região	Privados	Públicos	Total	Percentual
Sudeste	953	0	953	72%
Nordeste	182	0	182	14%
Sul	117	0	117	9%
Centro-Oeste	37	0	37	3%
Norte	35	0	35	3%
Brasil	1324	0	1324	100%



Certificação de Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos CIVIS – OE-SESCINC.

No decorrer de 2017, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e a Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica – DIRINFRA foram reconhecidas pela ANAC como organizações de ensino aptas a ministrar cursos que visam a capacitar Bombeiros de Aeródromo.

Bombeiros de Aeródromo são profissionais com habilitação específica para exercer as funções operacionais do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC).

Para obter tal reconhecimento, a INFRAERO e a DIRINFRA foram aprovadas no processo de certificação OE-SESCINC estabelecido pela Resolução ANAC nº 279/2013 e realizado pela Agência.

Dessa forma, com a certificação de mais duas OE-SESCINC, amplia-se a oferta de cursos baseados nos currículos mínimos publicados pela ANAC com o intuito de padronizar e aprimorar os eventos de capacitação e o nível de proficiência desses profissionais.

Outras atividades desenvolvidas relativas ao Sistema de Resposta a Emergência Aeroportuária nesse período incluem a conclusão de 7 processos de elevação do Nível de Proteção Contra incêndio Existente (NPCE), solicitados por operadores de aeródromo, e a publicação do currículo do Curso de Atualização para Bombeiros de Aeródromo, elemento fundamental para a manutenção do nível de proficiência desses profissionais.

Obras e Serviços de Manutenção Aeroportuária

Segundo o RBAC 153.227, o operador de aeródromo deve, em seu planejamento e execução de obra ou serviço de manutenção, estabelecer e documentar ações capazes de atender ao parágrafo 153.225(a) por meio de Análise de Impacto sobre a Segurança Operacional (AISO) e Procedimentos Específicos de Segurança Operacional (PESO), quando:

- (1) a obra ou serviço de manutenção ocorrer dentro da área operacional;
- (2) a obra ou serviço de manutenção afetar a normalidade das operações aéreas.

A ANAC estabelece adicionalmente que todos os Operadores de Aeródromo Classe II a IV, que processam mais de 200 mil passageiros por ano, devem encaminhar à ANAC o conjunto AISO/PESO antes da execução da obra ou serviço de manutenção nos seguintes casos:

- (1) alteração de distâncias declaradas de pista de pouso e decolagem;
- (2) interdição total ou parcial de pista de pouso e decolagem; ou
- (3) impacto em horário de transporte (HOTRAN).

No ano de 2017, a Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária avaliou e aprovou 32 AISO/PESO de obras ou serviços de manutenção aeroportuária.





Modificação de Características Físicas em Aeródromos Públicos

Também é feita a verificação dos requisitos de segurança operacional quando o operador de um aeródromo público promove a modificação das características físicas em algum item de infraestrutura ou condição operacional de seu aeroporto. Em 2017, a ANAC analisou 60 processos de alteração cadastral de aeródromo público, dos quais 5 demandaram uma inspeção para verificação de conformidade.

Plano Diretor Aeroportuário

O Plano Diretor Aeroportuário – PDIR é o documento elaborado pelo operador de aeródromo, que estabelece o planejamento para a expansão da infraestrutura aeroportuária em consonância com a regulamentação de segurança operacional expedida pela ANAC. Sua aprovação é requisito obrigatório para aeródromos que recebem voos de empresas aéreas prestando serviço de transporte aéreo regular de passageiros ou carga, tendo os operadores um prazo de 2 (dois) anos, a contar do início das operações, para submeter o PDIR à aprovação da ANAC.

A Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, estabelece os critérios para aprovação dos Planos Diretores Aeroportuários. Em 2017, a ANAC aprovou 10 (dez) PDIR.

Saiba mais:

A ANAC mantém a listagem dos PDIR aprovados no seguinte endereço:
[http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/
planejamento-aeroportuario/lista-de-planos-diretores-aprovados](http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/planejamento-aeroportuario/lista-de-planos-diretores-aprovados).

Ruído Aeronáutico

O ruído aeronáutico é aquele oriundo das operações de circulação, aproximação, pouso, decolagem, subida, rolamento e teste de motores de aeronaves. É um ruído intermitente ou não estacionário, com elevados níveis sonoros, podendo causar efeitos adversos sobre a população quando exposta a níveis excessivos desse tipo de ruído.

O Plano de Zoneamento de Ruído de Aeródromo – PZR é o documento que tem por objetivo representar geograficamente a área de impacto do ruído aeronáutico decorrente das operações nos aeródromos e, aliado ao ordenamento adequado das atividades situadas nessas áreas, ser o instrumento que possibilita preservar o desenvolvimento dos aeródromos em harmonia com as comunidades localizadas em seu entorno.

Atualmente, o regulamento que versa sobre PZR é o RBAC 161, que obriga todo aeródromo civil ou compartilhado a ter um Plano de Zoneamento de Ruído cadastrado pela ANAC, podendo ser um Plano Básico de Zoneamento de Ruído – PBZR ou um Plano Específico de Zoneamento de Ruído – PEZR. O critério utilizado para definição do tipo de Plano de Zoneamento de Ruído a ser adotado, cuja elaboração é de responsabilidade do operador do aeródromo, é a média anual de movimentos de aeronaves dos últimos 3 (três) anos.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Quando for adotado PBZR, o operador deve informar à ANAC a classe de PBZR em que este se enquadra, e quando for PEZR, este deve iniciar o processo através da elaboração das curvas de ruído do aeródromo para validação, que servirão de base para a elaboração do seu PEZR. Em 2017, a ANAC validou 3 (três) curvas de ruído, registrou 13 (treze) PEZR, e cadastrou 306 (trezentos e seis) PBZR.

Saiba mais:

A ANAC mantém a listagem dos PZR registrados no seguinte endereço: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/planejamento-aeroportuario/PZRREGISTRADOS.pdf>

Risco da Fauna

No Brasil, apenas em 2017, foram reportadas 2.161 (duas mil cento e sessenta e uma) colisões entre aeronaves e fauna (fonte: CENIPA). Embora grande parte das colisões não implique acidentes – cuja ocorrência depende da espécie envolvida, do tipo de aeronave, da quantidade de animais, etc. –, o custo destes incidentes para a indústria global é estimado em mais de 1,5 bilhões de dólares americanos por ano, levando-se em conta as despesas com manutenção e o tempo que as aeronaves ficam impossibilitadas de operar.

O risco provocado pela fauna torna necessária a execução, por parte dos operadores de aeródromos públicos, de ações específicas para o gerenciamento do risco de colisão entre aeronaves e a fauna, por intermédio da compreensão dos fatores que originam o perigo e da definição de medidas para eliminar ou mitigar o risco.

As ações específicas para o gerenciamento do risco da fauna compreendem a Identificação do Perigo da Fauna – IPF, que representa o diagnóstico do risco da fauna no aeroporto – i.e., quais as espécies que provocam maior risco e seus focos atrativos, bem como as ações mitigadoras aplicáveis – e o Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna – PGRF, que estabelece os procedimentos operacionais do aeródromo para o trato da questão, devendo ser incorporado ao Manual de Operações do aeródromo.

O regulamento que versa sobre o gerenciamento do risco da fauna é o RBAC 164, segundo o qual todo aeródromo certificado (dentro outros critérios de aplicabilidade) deve desenvolver uma IPF e um PRGF. Em 2017, a ANAC validou 7 (sete) IPF e PGRF.

Certificação AVSEC

As organizações que atuam no transporte aéreo internacional enfrentam o permanente desafio de garantir a proteção de suas operações contra grupos terroristas ou criminosos que buscam explorar as vulnerabilidades do sistema de aviação civil para perpetrar ataques e crimes diversos.

No Brasil, a ANAC possui a missão institucional de regular e fiscalizar a segurança da aviação civil (*Aviation Security – AVSEC*), garantindo a aplicação, em âmbito nacional e dentro de suas competências, das normas e práticas recomendadas no Anexo 17 à Convenção de Chicago, nas operações internacionais e nas domésticas, no que couber, em função de avaliações de risco associadas ao sistema.





A certificação AVSEC visa a atestar que os regulados, dentro de sua área de atuação, possuem a capacidade adequada para atuar na aviação civil. No contexto AVSEC, o processo de certificação é aplicável aos operadores de aeródromo, operadores aéreos e centros de instrução, sendo conduzida através de processos de aprovação de programas de segurança e manuais de procedimentos.

Em 2017, os processos de aprovação de programas de segurança de operadores de aeródromo e operadores aéreos passaram por uma transição normativa, a qual demandou bastante esforço do setor regulado em busca de adequação às novas disposições regulatórias e metodologias de elaboração e apresentação dos programas de segurança. Assim, durante o ano, coube à Agência processar a análise das primeiras versões de programas apresentadas.

A respeito dos centros de instrução, a Agência teve o desafio de consolidar a revisão regulatória do sistema de treinamento AVSEC, iniciada com a publicação do RBAC nº 110 em 2015, através do processamento adequado dos requerimentos de autorização de centros de instrução e requerimentos de alteração de manuais de procedimentos aprovados.

A tabela abaixo mostra alguns dados das atividades de certificação AVSEC realizadas em 2017.

TABELA 7: ATIVIDADES DE CERTIFICAÇÃO AVSEC

	Solicitações de Análise	Análises Realizadas
Operadores de aeródromos (PSA)	74	47
Operadores aéreos (PSOA)	20	24*
Centros de instrução avsec (MPCI)	84	90*

*A quantidade de análises realizadas é maior que as solicitações recebidas devido ao atendimento de alguns pedidos de 2016

A ANAC também operacionaliza a certificação de profissionais que pretendem atuar como instrutores em centros de instrução autorizados.

A certificação de profissionais AVSEC significa a avaliação dos critérios definidos em regulamento que resultam em uma confirmação concedida pela ANAC ou em nome da Agência, de que uma pessoa possui as competências necessárias para desempenhar as atividades AVSEC em um nível aceitável, conforme definido em regulamento específico da ANAC, qual seja, o RBAC nº 110.

No que concerne ao processo de certificação desses profissionais, este possui suas fases definidas no âmbito do Edital publicado pela Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, com previsão de três edições ao ano. Em 2017, foram certificados 33 profissionais.



Certificação de Empresas Áreas

Para que uma empresa aérea possa operar no país, tanto no transporte de passageiros, como de bens ou de malas postais, é necessário obter junto à ANAC um Certificado de Operador Aéreo (COA), observadas as Especificações Operativas para cada tipo de operação a ser conduzida pela empresa, além das especificações da própria aeronave.

A tabela abaixo demonstra a quantidade de empresas que são autorizadas pela ANAC a operar serviço aéreo público, ou seja, que pode ser executado mediante remuneração.

TABELA 8: EMPRESAS AUTORIZADAS A OPERAR NO BRASIL

Tipo de serviço aéreo	Quantidade em 2017
Empresas brasileiras de transporte regular	12
Empresas estrangeiras de transporte regular	61
Táxi-aéreo	129
Serviços Aéreos Especializados	341

Outorga para a Prestação de Serviços Aéreos Públicos

Toda vez que uma empresa pretende explorar comercialmente serviço aéreo público – transporte aéreo regular, táxi-aéreo ou serviços aéreos especializados –, ela tem de obter uma outorga aprovada pela Diretoria da ANAC. Para a concessão dessa outorga, além da certificação de segurança operacional expedida pela Agência, a empresa deve apresentar uma série de documentos que demonstre o cumprimento de diversos requisitos de ordem jurídica e societária estabelecidos em lei. Em 2017, foram processados 89 pedidos de nova outorga ou renovação, sendo que 78 destes foram fechados em até 90 dias úteis.





6.2 - CONCESSÕES DE AEROPORTOS

A concessão de aeroportos tem como objetivo atrair investimentos para ampliar, aperfeiçoar a infraestrutura aeroportuária brasileira e, conseqüentemente, promover melhorias no atendimento aos usuários do transporte aéreo no Brasil. Os níveis de qualidade dos serviços determinados para esses aeroportos, baseados em padrões internacionais, estão nos contratos de concessão, fiscalizados pela ANAC.

As primeiras concessões foram realizadas em 2011, com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN); em 2012, com os Aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos (SP) e Viracopos (SP); e em 2013, com os Aeroportos Internacionais Antônio Carlos Jobim - Galeão, no Rio de Janeiro (RJ), e Tancredo Neves - Confins, em Minas Gerais (MG). Tais concessões visaram a acelerar a execução das obras necessárias ao atendimento da demanda atual e futura pelo transporte aéreo, tendo em vista o crescimento constante do setor.

Com o anúncio, em 2015, da nova fase do "Programa de Investimentos em Logística: aeroportos" para o triênio 2015-2018, quatro aeroportos foram incluídos no Plano Nacional de Desestatização: o Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS), o Aeroporto Internacional de Salvador (BA), o Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC) e o Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE).

O leilão para a concessão de tais aeroportos ocorreu em março de 2017, arrecadando para o governo o montante de R\$3,72 bilhões de contribuições fixas em todo o período da concessão, cerca de 23% acima do valor mínimo. Três grupos estrangeiros – a francesa VINCI, a alemã FRAPORT e a suíça Zurich – arremataram as concessões e os contratos de concessão foram assinados em julho com eficácia em agosto.

A fase de transferência das operações dos aeroportos da Infraero para as concessionárias iniciou-se em agosto, com previsão de término em abril de 2018. Paralelamente, iniciou-se também a Fase I-B prevista nos contratos de concessão, que contempla as atividades de ampliação dos Aeroportos para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, a qual se findará em outubro de 2019.

Em agosto de 2017, o Governo Federal anunciou uma nova rodada de concessões. Em outubro, foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização 13 aeroportos, que serão concedidos em blocos regionais. O bloco do Nordeste será formado pelos aeroportos de Recife/PE, Maceió/AL, Aracaju/SE, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Juazeiro do Norte/CE. Outro bloco é o do Centro-Oeste, com a concessão dos aeroportos de Cuiabá/MT, Sinop/MT, Barra do Garças/MT, Rondonópolis/MT e Alta Floresta/MT. Por fim, no bloco do Sudeste serão concedidos os aeroportos de Vitória/ES e Macaé/RJ. Atualmente estão em elaboração os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que subsidiarão a elaboração do edital de licitação e dos contratos de concessão.

Foram também iniciadas discussões sobre possíveis evoluções regulatórias e sobre eventuais ajustes necessários em função das particularidades desta nova rodada, a primeira a incluir aeroportos de pequeno e médio portes e a prever a concessão dos aeroportos em blocos. Algumas destas discussões foram expostas em documento de consulta publicado em novembro 2017¹, o qual convida os agentes interessados a apresentar contribuições para a modelagem das concessões. Destaca-se que esta consulta prévia não substitui o mecanismo formal de audiência pública, sendo uma etapa adicional de participação social.

¹ Os documentos de consulta em português e inglês encontram-se, respectivamente, em:
- <http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes/consulta-sobre-regulacao-economica-de-concessoes-aeroportuarias>
- <http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes/consultation-on-economic-regulation-of-airport-concessions>



6.3 - ALOCAÇÃO DE FREQUÊNCIAS INTERNACIONAIS

A quantidade de frequências disponíveis para realização de serviços aéreos regulares internacionais entre o Brasil e cada país depende dos entendimentos negociados entre o Brasil e o respectivo país. No lado brasileiro, as frequências são alocadas pela ANAC, conforme demanda das empresas aéreas nacionais. Nos casos em que haja limite da capacidade negociada, a alocação é realizada após prévia consulta às demais empresas aéreas, o que, caso haja demanda maior que a quantidade de frequências disponíveis, pode resultar em um processo seletivo. Já nos casos em que o acordo prevê livre determinação de capacidade, o processo é mais simples, já que não há disputa pelas frequências. Em 2017, foram alocadas 110 frequências internacionais, as quais estão listadas a seguir.

- I) África do Sul – 2 frequências mistas alocada à empresa TAM;
- II) Alemanha – 3 frequências mistas alocadas à empresa TAM;
- III) Bolívia – 3 frequências mistas alocadas à empresa AZUL;
- IV) Chile – 14 frequências mistas alocadas à empresa OCEANAIR; 7 frequências mistas para a GOL e 10 frequências mistas para a TAM;
- V) Colômbia – 7 frequências mistas alocadas à empresa TAM; 1 frequência mista alocada à empresa OCEANAIR;
- VI) Estados Unidos – 14 frequências mistas alocadas à empresa OCEANAIR; 16 frequências mistas para a AZUL;
- VII) Itália – 5 frequências mistas alocadas à empresa TAM;
- VIII) México – 3 frequências mistas alocadas à empresa TAM;
- IX) Portugal – 5 frequências mistas alocadas à empresa AZUL;
- X) Uruguai – 3 frequências mistas alocadas à empresa GOL, 16 frequências mistas para a AZUL e 1 frequência mista para a TAM.

Saiba mais:

Frequências Internacionais são direitos de operação previstos em um Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA). Normalmente, se traduzem na quantidade de voos semanais regulares que as empresas de cada país podem realizar em rotas unindo os dois países. As frequências podem ser mistas, permitindo a operação simultânea de transporte de passageiros e de carga, ou exclusivamente cargueiras, destinadas ao transporte exclusivo de carga, sem levar passageiros.





FISCALIZAÇÃO





Foto: ASCOM/AVAC.





7 - FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização da ANAC compreendem dois tipos principais: as atividades de vigilância continuada, destinadas a verificar a manutenção do cumprimento dos requisitos por aqueles entes autorizados ou certificados pela Agência para atuar no setor, e as atividades de ação fiscal, destinadas a identificar e reprimir atividades realizadas por agentes que atuam em atividades da aviação civil excedendo a certificação ou outorga que lhes foi conferida ou, ainda, sem possuir qualquer autorização para realização de atividade da aviação civil.

Nesse sentido, a ANAC fiscaliza requisitos de segurança operacional (aeronavegabilidade, padrões operacionais e infraestrutura aeroportuária), segurança contra atos de interferência ilícita, envio de indicadores de acompanhamento do mercado pelas empresas aéreas, prestação de serviço aos passageiros e cláusulas dos contratos de concessão aeroportuária, além de executar atividades de ação fiscal e outras atividades que auxiliam na melhoria da segurança.

7.1 - FISCALIZAÇÃO EM SEGURANÇA OPERACIONAL

As fiscalizações em segurança operacional podem ser segregadas nas seguintes áreas: aeronavegabilidade, padrões operacionais e infraestrutura aeroportuária.

As atividades de fiscalização de aeronavegabilidade visam ao monitoramento de práticas de manutenção e de operação de aeronaves e frotas e buscam cada vez mais a orientação de planejamento e de execução de acordo com o nível de risco percebido nos processos de empresas do setor. São, portanto, ações focadas na garantia do bom desempenho de produtos aeronáuticos, com vistorias de aeronaves de transporte aéreo regular, táxi-aéreo e de aviação geral, auditorias em empresas de transporte aéreo e bases de manutenção de aeronaves, inspeções de rampa e processos de aeronaves experimentais, entre outros. Em 2017, foram realizadas 4.182 atividades de fiscalização de aeronavegabilidade.

Em relação aos padrões operacionais, a ANAC adota ações para avaliar se as operações aéreas – que envolvem operações de aeronaves, formação dos pilotos, procedimentos operacionais em voo e em solo das empresas, etc. – estão de acordo com os regulamentos pertinentes. São alvo dessas fiscalizações, portanto, empresas aéreas, táxis-aéreos, pilotos, escolas de aviação civil e pequenas empresas certificadas para prestar serviço aéreo público diverso. Em 2017, realizaram-se 10.203 atividades de fiscalização de padrões operacionais.

Por fim, a fiscalização de segurança operacional da infraestrutura aeroportuária visa a verificar o cumprimento dos requisitos de segurança operacional por parte dos operadores de aeródromo. Para o alcance desse objetivo, o planejamento da fiscalização tem âmbito nacional, e sua priorização é estabelecida de acordo com o tipo de operação que ocorre no aeródromo (regular, não regular ou aviação geral), o porte do aeródromo e das aeronaves que ali operam, a quantidade de passageiros e a natureza dos voos (domésticos ou internacionais). A fiscalização tem enfoque na área de movimento do aeródromo (pistas de pouso e decolagem, pistas de táxi, pátio de aeronaves), em que são verificados requisitos referentes às características dos elementos da infraestrutura e das sinalizações (horizontal, luminosa e vertical), constituição e organização do operador, gerenciamento da segurança operacional, operações na área de movimento, manutenção e sistema de resposta à emergência em aeródromo. No total, a Agência realizou, no ano de 2017, 157 atividades de fiscalização de segurança operacional em infraestrutura aeroportuária, conforme tabela abaixo.



TABELA 9: ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL EM INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Tipo de atividade de fiscalização	Quantidade de executada
ACOP	5
Certificação - IIC/IEC	10
Certificação - OE-SESCINC	2
Homologação / Alteração cadastral	7
Inspeção periódica / especial (RBAC 153 / 164)	78
Validação NPCE / inspeção srea	41
Atualização cadastral	5
Acompanhamento SGSO / PESO / PAC	4
Vigilância de desinterdição	5
Total	157

7.2 - FISCALIZAÇÃO DE AVSEC

No que se refere à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita (AVSEC), a fiscalização engloba aeródromos, empresas aéreas e centros de instrução. As fiscalizações ocorrem por meio de inspeções, auditorias e testes, e visam a avaliar o cumprimento de requisitos referentes à AVSEC por parte destes regulados. A priorização da fiscalização AVSEC envolve análises de risco e vulnerabilidade, concentrando-se principalmente nos aeroportos com voos internacionais ou com grande volume de passageiros, onde a ocorrência de um ato ilícito teria o maior potencial de impacto. Subsidiariamente, a fiscalização AVSEC se estende aos aeroportos de onde saem voos que alimentam os aeroportos maiores. Em 2017, a ANAC realizou atividades de fiscalização AVSEC de acordo com o Quadro abaixo.²

QUADRO 3: ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AVSEC

Atividades AVSEC		
Operadores de Aeródromos (Classe AP-1, AP-2 E AP-3)	Auditorias	46
	Inspeções	16
	Testes	16
Operadores Aéreos	Auditorias	16
	Inspeções	137
	Testes	9
Centros de Instrução AVSEC	Auditorias	7
	Inspeções	57

² Classe AP-1: Aeroporto com operação da aviação comercial regular ou na modalidade de operação charter e com média aritmética anual de passageiros processados nessas operações nos últimos 3 anos inferior a 600.000; Classe AP-2: Aeroporto com operação da aviação comercial regular ou na modalidade de operação charter e com média aritmética anual de passageiros processados nessas operações nos últimos 3 anos superior ou igual a 600.000 e inferior a 5.000.000; e Classe AP-3: Aeroporto com operação da aviação comercial regular ou na modalidade de operação charter e com média aritmética anual de passageiros processados nessas operações nos últimos 3 anos superior ou igual a 5.000.000.





7.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AOS PASSAGEIROS

A ANAC também desempenha atividades de fiscalização nos principais aeroportos brasileiros para verificar se as empresas aéreas cumprem as normas de acessibilidade e as condições gerais de transporte aéreo – requisitos mínimos de prestação de serviço (bagagem, cancelamentos, assistência, entre outros). Tal fiscalização é planejada por meio de estudos de incremento de passageiros e de impactos na infraestrutura dos aeroportos.

Além das fiscalizações ordinárias, a Agência realiza operações especiais para reforçar suas atividades em determinados períodos de acordo com motivos específicos, como carnaval, grandes eventos, etc.

Operações Especiais de Fiscalização da Prestação de Serviço ao Passageiro

Operação Carnaval 2017 - 23/02/2017 a 05/03/2017

A Operação Carnaval ocorreu nos aeroportos de Brasília, Galeão, Guarulhos, Recife, Santos Dumont, Congonhas e Salvador. A ANAC reforçou a fiscalização e os serviços de informações aos passageiros durante o período com a escala de servidores que já atuam nos aeroportos.

Operação Feliz 2018 - 15/12/2017 a 08/01/2018

A Operação Feliz 2017 ocorreu nos aeroportos de Galeão, Santos Dumont, Congonhas, Guarulhos, Salvador, Brasília, Confins, Curitiba, Porto Alegre, Viracopos, Fortaleza, Recife e Manaus. A ANAC reforçou a fiscalização e os serviços de informações aos passageiros durante o período com a escala de servidores que já atuam nos aeroportos.



7.4 - AÇÃO FISCAL

Em complemento às fiscalizações de vigilância continuada, a ANAC também realiza atividades de ação fiscal, que se destinam a fortalecer a cultura de segurança operacional e a disciplina de voo na aviação civil brasileira, aplicando punições mais severas aos regulados que extrapolam o limite de sua autorização/homologação ou que não possuem qualquer tipo de permissão do Estado para realizar atividades aéreas, mas ainda assim o fazem.

Ações Fiscais Especiais

Algumas operações de ação fiscal são planejadas em conjunto com outros órgãos públicos, como Polícia Federal, IBAMA, DECEA e Receita Federal. Veja a seguir as principais ações fiscais especiais realizadas em 2017:

Operação Curaretinga IX – 27/03/2017 a 31/03/2017

Operação realizada de 27 a 31 de março de 2017. Foram visitados os aeródromos alvos com fins de apuração de denúncias sobre a atuação irregular de empresas de táxi aéreo e transporte irregular de passageiros por pessoas não autorizadas. O apoio policial foi fornecido pela Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia do Exército, que, na região de fronteira, tem poder de polícia. Durante esta operação 3 aeronaves foram interditadas.

Operação Boi Bumbá 1ª Fase – 19/06/2017 a 21/06/2017

Operação com o objetivo de identificar e reprimir ilícitos referentes à execução de manutenção e de serviço de transporte aéreo irregular, utilização de aeronave em situação técnica irregular e execução de serviços aéreos por piloto não habilitado. Ocorreu no aeródromo de Flores-AM. Além disso, foi feita a apuração de denúncia referente à operação de venda de voos sem autorização da ANAC. O apoio policial foi fornecido pela Polícia Federal. Durante esta operação foram fiscalizadas 5 aeronaves, sendo que as 5 foram interditadas.

Operação Boi Bumbá 2ª Fase – 17/10/2017 a 20/10/2017

A segunda fase da Operação Boi Bumbá foi dedicada à apuração de denúncia que informou que determinada empresa de táxi aéreo estava operando mesmo estando com seu Certificado de Operador Aéreo (COA) suspenso pela ANAC. Ocorreu no aeródromo de Flores-AM. O apoio policial foi fornecido pela Polícia Federal. Durante esta operação 1 aeronave foi interditada.

Operação Deus dos Céus 1ª Fase – 19/07/2017 a 20/07/2017

Esta operação foi provocada a partir de denúncias do Ministério Público Federal e da Polícia Federal acerca de irregularidades cometidas por empresas de táxi aéreo e organizações de manutenção. Ocorreu em Joinville-SC com o apoio da Polícia Federal.





Operação Deus dos Céus 2ª Fase – 17/09/2017 a 28/09/2017

A segunda fase da Operação Deus dos Céus, teve como objetivo a continuação da ação de fiscalização nas empresas da 1ª Fase. Novamente o trabalho contou com a parceria da Polícia Federal e ocorreu na cidade de Joinville, SC. Durante a operação foram fiscalizadas as aeronaves que se encontravam nas dependências das empresas identificadas, totalizando 21 aeronaves, das quais 4 foram interditadas.

Operação Deus dos Céus 3ª Fase – 06/11/2017 a 08/11/2017

Continuação da ação de fiscalização da 2ª Fase. Nesta terceira fase, ocorreu a apreensão de 2 aeronaves. A equipe contou com a parceira da Polícia Federal.

Operação Jangadas – 28/08/2017 a 31/08/2017

O objetivo desta operação foi a apuração de irregularidades referentes a operações na modalidade táxi aéreo clandestino (TACA). Foram realizadas inspeções de aeronavegabilidade e operações (safety) e infraestrutura (security) no aeródromo de Balsas/MA (SNBS).

Operação Deméter – 23/10/2017 a 27/10/2017

Esta operação teve como objetivo a fiscalização de aeronaves de empresas aeroagrícolas do Rio Grande do Sul. Foram fiscalizadas 46 aeronaves nos municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana, sendo que as 46 aeronaves foram interditadas.

Operação Alto Garças – 13/11/2017 a 14/11/2017

Esta operação surgiu do atendimento à solicitação da Polícia Federal de análise e vistoria de aeronave apreendida no dia 03/07/2017 em pista de pouso localizada em Alto Garças-MT.

Operação Deriva II – 19/11/2017 a 24/11/2017

A ação foi provocada pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul. O trabalho contou com as parcerias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), DECO (Polícia Civil), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul (IAGRO), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Polícia Militar Ambiental (PMA). A operação ocorreu nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a fim de apurar denúncias sobre atividades irregulares efetuadas por empresas aeroagrícolas, bem como fiscalizar as atividades aeroagrícolas na região. Durante esta operação foram fiscalizadas 55 aeronaves, sendo que 47 foram interditadas.

Operação Parque Linear – 03/12/2017 a 03/12/2017

Operação iniciada com o objetivo de realizar apuração de denúncia realizada pelo sistema Fale com ANAC referente a suposta operação irregular de uma aeronave ultraleve, sem prefixo, possivelmente transportando comercialmente passageiros em voos panorâmicos na localidade de Campinas-SP.



Inspeção de Regularidade nos NURAC

No ano de 2017, foram realizadas 106 Inspeções de regularidade em 19 aeródromos. Foram inspecionadas 372 aeronaves e emitidas 40 Notificações de Condição Irregular de Aeronave – NCIA.

Fiscalizações Ordinárias

As fiscalizações ordinárias são aquelas desempenhadas pelos NURAC no próprio aeroporto onde estão instalados, a partir de denúncias que indiquem um suposto descumprimento da legislação aeronáutica. Em 2017, foram realizadas 1791 fiscalizações ordinárias. Destaca-se que a relevância desse tipo de fiscalização é enorme, pois a atuação é tempestiva e as empresas se sentem fiscalizadas a todo momento. Esse modo de agir possibilita aos coordenadores de NURAC saberem qual empresa; qual voo; qual tema; qual regulamento é o mais reclamado podendo, desse modo, agir na prevenção de futuras infrações. Muito mais do que esperar o descumprimento de regra, o NURAC age na prevenção para que possíveis irregularidades não aconteçam.

7.5 - DEMAIS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA OPERACIONAL

Além das atividades de fiscalização, a segurança das operações aéreas envolve a aplicação de diversas ferramentas que atuam na identificação e no gerenciamento dos riscos — afinal, para prevenir acidentes é preciso conhecer e combater todos os fatores que possam afetar a segurança de voo. A seguir estão destacados os programas e processos desenvolvidos pela ANAC para o desenvolvimento da segurança operacional na aviação civil.

Boletim de Registro de Ocorrência Aeronáutica (BROA): documento que dá início aos registros de acidentes aeronáuticos, incidentes graves e atos ilícitos que envolvam aeronaves civis brasileiras em território nacional, nos termos da Instrução Normativa nº 108/2016 da ANAC. O BROA objetiva fazer com que a Agência adote as ações preventivas, proativas e punitivas necessárias, identificando prováveis deficiências do projeto de tipo ou possíveis irregularidades na operação da aeronave, na capacidade técnico-operacional da empresa, na gestão aeroportuária, nos certificados/autorizações emitidos e nos procedimentos internos da Agência, antecipando as respostas às Recomendações de Segurança que possam ser geradas no Relatório Final. É produzido de acordo com as informações transmitidas à ANAC pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (CENIPA), do Comando da Aeronáutica. Em 2017, foram emitidos 190 boletins.

Recomendações de Segurança (RS): as Recomendações de Segurança são emitidas pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), do Comando da Aeronáutica, como resultado da investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos ou como ação de prevenção de novas ocorrências. As RS — que podem também ser originadas de reuniões da Comissão Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA) e de órgãos internacionais — estabelecem medidas buscando a eliminação ou o controle de riscos identificados nas investigações de acidentes e incidentes aeronáuticos. Em 2017, a ANAC recebeu 217 Recomendações de Segurança. Quando concluídos os processos na ANAC, as informações pertinentes são comunicadas à autoridade de investigação.





7.6 - FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO AEROPORTUÁRIA

Em virtude da concessão de mais 4 aeroportos brasileiros, a ANAC fortaleceu as atividades de fiscalização do cumprimento das cláusulas dos contratos de concessão aeroportuária.

As atividades de fiscalização acompanham a realização dos serviços, adequações e obras, a implantação e a operacionalização de equipamentos na área de movimento e nos terminais de passageiros, o envio de informações e dados pelas concessionárias, o recolhimento das outorgas, dentre outras obrigações contratuais.

Desse modo, foram iniciadas tratativas com os concessionários dos novos aeroportos concedidos de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Fortaleza (CE) a fim de discutir o anteprojeto de investimentos previstos para a Fase I-B e o Plano de Gestão da Infraestrutura. O objetivo principal foi dar transparência a ambos os processos de forma a mitigar custos regulatórios por meio de uma gestão contratual participativa.

A ANAC deu também continuidade à fiscalização dos contratos de concessão dos 6 aeroportos já concedidos à iniciativa privada – Natal (RN), Brasília (DF), Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Galeão (RJ) e Confins (MG), atividade iniciada em 2012. Essas concessões encontram-se na Fase II de execução de seu objeto, com duração até o final do período da concessão, em que, após os investimentos intensivos de curto prazo em infraestrutura realizados na Fase I, as concessionárias, conforme previsto nos contratos de concessão, deverão fazer investimentos que acompanhem o crescimento da demanda, a fim de manter o nível de serviço estabelecido. Notadamente, nesta Fase II, o monitoramento da capacidade e da demanda realizada é fundamental para a garantia do balanceamento da infraestrutura, que é objeto de acompanhamento e fiscalização permanente pela ANAC.

No que se refere ao plano de desenvolvimento aeroportuário, foram apresentadas as atualizações do Plano de Gestão da Infraestrutura (PGI) dos aeroportos de Brasília (DF), Viracopos (SP) e Guarulhos (SP). O plano apresentado deve assegurar à ANAC e demais partes interessadas no complexo aeroportuário que a concessionária possui um planejamento adequado e implementará as ações correspondentes para atendimento do nível de serviço, conforme a demanda efetiva e prevista para o período compreendido no PGI. Além disso, o PGI deve proporcionar a melhoria contínua das instalações e sistemas do aeroporto, avaliando suas condições e planejando sua manutenção e modernização, identificando e priorizando os projetos necessários à melhoria da infraestrutura, considerando os níveis de demanda projetados.

Ademais, a ANAC acompanhou o recolhimento da outorga dos aeroportos concedidos. Desde o início das concessões, já foram recolhidos quase R\$ 16 bilhões a título de outorga e investidos mais de R\$ 13 bilhões nos aeroportos concedidos.



Processos de Reprogramação de Pagamento de Outorgas

Ao longo do ano de 2017, foram aprovadas as reprogramações do cronograma de recolhimento das contribuições fixas das concessões dos aeroportos de Guarulhos, Galeão, Brasília e Natal, nos termos da Portaria nº 135 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA.

Os aditivos contratuais foram assinados em dezembro, considerando que as concessionárias cumpriram com as exigências previstas no art. 5º da Portaria nº 135 do MTPA, conforme segue:

- Comprovação da quitação de débitos com o Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC;
- Renúncia a pleitos em trâmite na esfera administrativa ou judicial acerca do recolhimento da Contribuição Fixa.

Os valores totais das parcelas atrasadas de outorga somaram R\$ 2.354.249.365,35. As Concessionárias recolheram também valores de outorga antecipada, no valor total de R\$ 2.099.181.926,71.

Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS)

Ao longo de 2017, foram mensurados os Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) nos Aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e São Gonçalo do Amarante (RN). Os IQS são métricas que possuem referências de desempenho predefinidas, denominadas padrões e metas, as quais são utilizadas para avaliação dos diferentes aspectos relacionados à qualidade de serviço em aeroportos.

Esses indicadores são subdivididos nos seguintes grupos: serviços diretos, disponibilidade de equipamentos, instalações do lado ar, fluxo de pistas e pesquisa de satisfação de passageiros. Destaca-se que dentre os indicadores coletados nos aeroportos, alguns serão elegíveis para fins de cálculo do Fator de Qualidade (Fator Q), que atua como um índice de reajuste tarifário em função da qualidade do serviço prestado. Em 2017, foram divulgados os resultados verificados nas aferições de fator Q em 2016: Guarulhos (0,70%), Viracopos (1,3%), Brasília (0,55%), Confins (0,60%), Galeão (1,60%) e São Gonçalo do Amarante (1,25%), considerando uma escala de 7,5% de decréscimo até 2% de bônus.

Revisão dos Parâmetros da Concessão (RPC)

Os contratos de concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos previam para 2017 a 1ª Revisão dos Parâmetros da Concessão (RPC), que deveria determinar a Taxa de Desconto do Fluxo de Caixa Marginal, o Fator X, os Indicadores de Qualidade do Serviço (IQS) e a metodologia de cálculo do Fator Q que vigorariam pelo período seguinte.

O processo teve início com um chamamento prévio cujo objetivo era expor as opções sob avaliação pelas áreas e colher contribuições dos interessados. Após análise das contribuições e reuniões com as concessionárias, as propostas foram elaboradas e submetidas a audiências públicas. Por fim, as propostas foram apreciadas e aprovadas pela Diretoria da ANAC.³

³ Os resultados da RPC (Decisões e Resoluções publicadas) e o histórico do processo podem ser vistos em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes/chamamento-previo-1a-rpc-bsb-gru-vcp>





7.7 - INSTÂNCIA RECURSAL ADMINISTRATIVA DA ANAC

A Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância (ASJIN), criada em 2016, tem a competência de receber, processar e julgar, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos das decisões administrativas exaradas pelos setores de decisão de primeira instância em processos administrativos sancionadores provenientes de infrações e providências administrativas.

A ASJIN também recebe e processa recursos contra as suas próprias decisões, bem como os pedidos de revisão ao processo administrativo sancionador de suas competências, encaminhando à Diretoria para análise e decisão, verificando, previamente os requisitos legais e regulamentares de admissibilidade.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de créditos de multa cancelados e aplicados, discriminadas por decisão para o ano de 2017.

TABELA 10: CRÉDITOS DE MULTAS CANCELADOS E MANTIDOS

Processos/Decisões	Quantidade
Auto anulado	104
Declarada a perda de objeto	0
Declarada prescrição intercorrente	66
Declarada prescrição quinquenal	38
Recurso provido	107
Total de créditos cancelados	315
Desistência deferida	20
Inadmitido o seguimento	49
Recurso negado, mantendo decisão de 1ª instância	1043
Negado provimento - Multa majorada	114
Provimento negado, com redução da multa, ou provido parcialmente	275
Recurso prejudicado por perda de objeto	2
Total de créditos mantidos	1503







RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



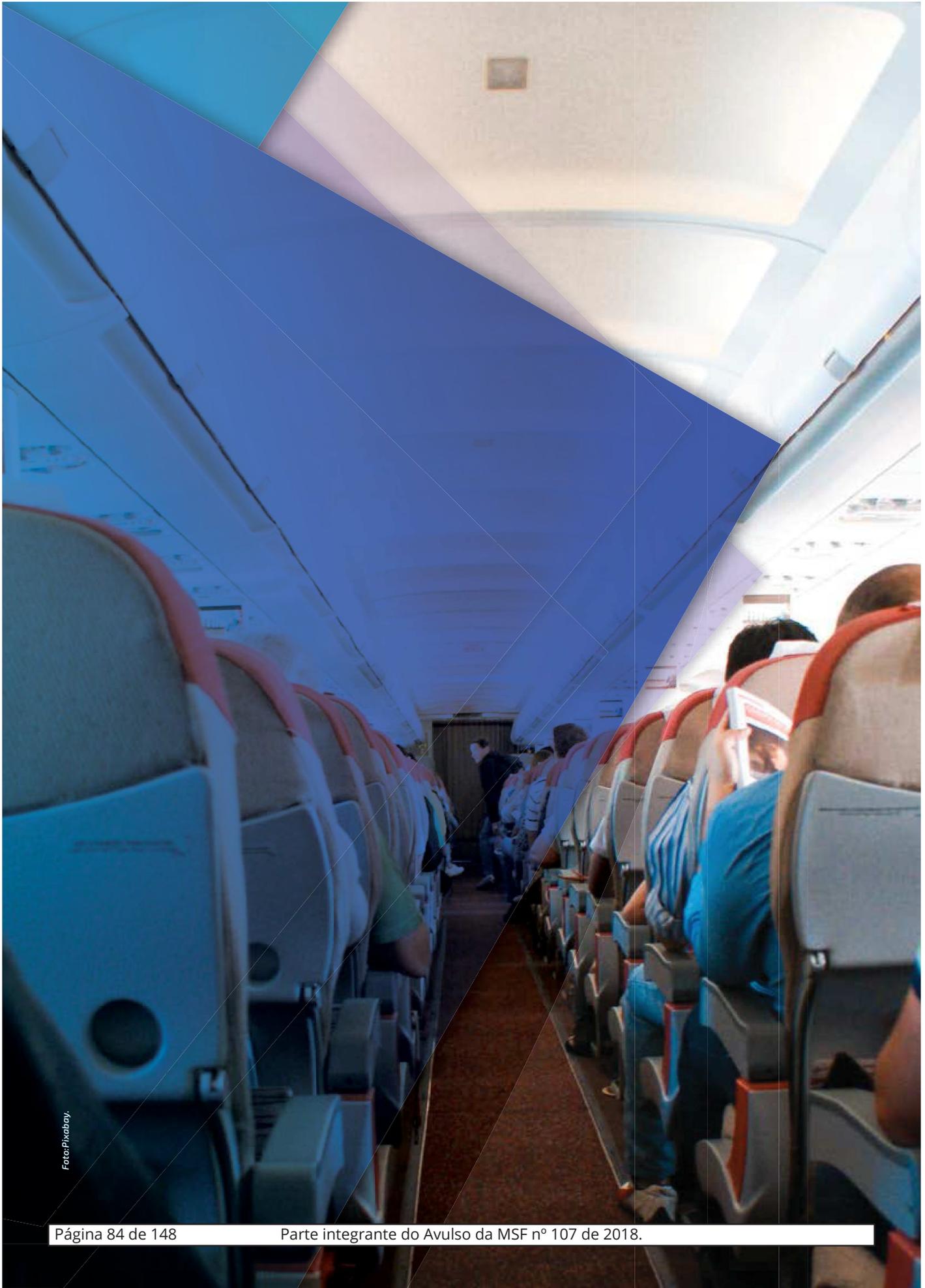


Foto: Pixabay.





8 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

8.1 - ATUAÇÃO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

Em 2017, as Casas Legislativas do Congresso Nacional apresentaram as seguintes proposições com temas afetos à Agência: 35 novos Projetos de Lei, 26 Indicações (sugestões encaminhadas pelos parlamentares sobre temas diversos) e 16 Requerimentos de Informação.

Foram temas recorrentes durante 2017: franquia de bagagem, custo das passagens aéreas, direitos dos usuários, abertura do capital de empresas aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro e o teto do ICMS sobre o querosene de aviação.

Dos temas recorrentes, o que mais suscitou interesse dos parlamentares foi a Resolução nº 400/2016, normativo que trata das Condições Gerais de Transporte Aéreo (CGTA) e que passou a vigorar a partir de 17 março de 2017, com os novos direitos e deveres dos passageiros no transporte aéreo.

Com o objetivo de estreitar as relações com o Poder Legislativo e os Poderes Estaduais e Municipais e discutir medidas de aperfeiçoamento da aviação civil, a Agência recebeu 112 autoridades entre Deputados, Senadores, Prefeitos e Governadores, para tratar de diversos assuntos afetos ao setor, como a Resolução nº 400/2016, homologação e certificação de aeródromos e aeroclubes, escolas de aviação, taxi aéreo, habilitação e formação de pilotos, entre outros.

Ademais, em 2017, foram registrados 200 processos gerados por ofícios encaminhados via SEII, cerca de 250 demandas recebidas por e-mail e aproximadamente 400 ligações telefônicas atendidas pela Assessoria Parlamentar da ANAC. As solicitações mais frequentes de ocorrências foram relacionadas à franquia de bagagem, redução de preços das passagens aéreas, taxi aéreo, escolas de aviação, homologação, regularização e exclusão cadastral de aeroportos, criação e cancelamento de rotas aéreas e de voos, licenças de piloto, informações sobre acordos de serviços aéreos, direitos dos idosos e portadores de necessidades especiais e informações sobre segurança da aviação civil.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017****Principais Matérias Aprovadas:**

PLS 434/2011 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária nº 13.475/2017

Medida Provisória nº 780/2017 – Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Transformada na Lei Ordinária nº 13.494/2017.

Medida Provisória nº 752/2017 – Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências. Aprovada com veto parcial e transformada na Lei Ordinária nº 13.448/2017.

Matérias Importantes Apreciadas:

Projeto de Lei do Senado – PLS 258/2016 (Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica) – Após a conclusão do Relatório Final da Comissão de Especialistas responsável pela elaboração da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, foi criada Comissão Especial destinada a examinar o PLS 258/2016. Ao longo de 2017, o tema continuou em discussão em diversas audiências públicas e permanece em tramitação. No dia 12/09/2017, o Senador José Maranhão apresentou relatório, o qual concluía pela aprovação do PLS, nos termos do substitutivo, tendo sido concedida vista coletiva. O Relator apresentará, ainda, uma complementação de seu relatório antes da deliberação.

Projeto de Decreto Legislativo – PDC 578/2016 (Susta em parte a Resolução 400/2016) – Em 14/12/2016, foi apresentado ao Senado Federal um Projeto de Decreto Legislativo para sustar parte da Resolução nº 400/2016, da ANAC. A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados e apensada ao PDC 578/2016, que em 14/06/2017 teve parecer aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e no momento encontra-se aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT). Caso seja aprovado, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e posteriormente para o Plenário da Casa.

Projeto de Resolução do Senado – PRS 55/2015 (Fixa alíquota máxima de ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação) – Rejeitado pelo Plenário do Senado Federal em 29/11/2017.

Projeto de Lei – PL 7.425/2017 (Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo) – Apresentado em 18/04/2017, o Projeto de Lei foi apensado ao PL 2724/2015, que aguarda apreciação do requerimento de Urgência, de autoria do Deputado Herculano Passos, para apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo de Acordo Internacional – PDC 424/2016 – Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011. Aprovado pela Câmara dos Deputados em 19/12/2017, no momento o PDC 424/2016 aguarda a apreciação pelo Senado Federal.

Projeto de Lei do Senado – PLS 52/2013 (Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras) – Tendo sido apresentado em 26/02/2013, o Projeto de Lei do Senado foi deliberado pela Casa em 06/12/2016 com parecer favorável, nos termos do substitutivo. Seguiu para a Câmara dos Deputados (PL 6.621/2016), onde no momento aguarda a constituição de Comissão Especial Temporária pela Mesa.





Projeto de Lei – PL 3.011/2015 (Taxa de fiscalização de Aviação Civil aplicada a VANT'S) – Apresentado em 16/09/2015, teve designado como relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT) o Deputado João Paulo Papa em 12/04/2017 e aguarda parecer desde então.

Audiências Públicas no Legislativo:

Ao longo de 2017, foram apresentados 40 requerimentos para realização de Audiência Pública sobre assuntos relativos a aviação, entre Câmara e Senado, convidando a ANAC. Deste total, foram marcadas 21 audiências, das quais 16 foram efetivamente realizadas e 5 foram canceladas ou adiadas. A ANAC enviou representantes da Agência em 12 das audiências, duas delas apenas em acompanhamento ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil e ao Ministro de Turismo. O tema mais explorado foi a Resolução 400/2016. O detalhamento das Audiências Públicas encontra-se no Anexo 2.

8.2 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Entre as competências legais da ANAC está a atribuição de representar a aviação civil brasileira em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional, bem como junto aos organismos internacionais do setor. Na condição de membro fundador e integrante do Grupo I do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), o Brasil situa-se entre os dez Estados mais importantes da aviação civil internacional.

Nesse contexto, o país desempenha papel estratégico na definição das normas e padrões técnicos que regem o sistema de aviação civil internacional, garantindo representação nos grupos técnicos e decisórios mais relevantes da OACI. Além disso, o nível de desenvolvimento do setor de aviação civil nacional coloca o Brasil em posição de referência para os Estados da América Latina e Caribe, nos quais existe a expectativa de que o país assumira papel de liderança construtiva e cooperativa na região.

Com o objetivo de mapear a agenda de atuação internacional da Agência, apresentando critérios de priorização das missões e representações internacionais e uma estimativa de recursos humanos e financeiros dispendidos em missões internacionais, a Diretoria da ANAC aprovou, em dezembro de 2016, o Plano de Atuação Internacional da ANAC para 2017. O objetivo precípua deste instrumento normativo foi conferir maior racionalidade, coerência e objetividade à inserção internacional da ANAC, garantindo, ao mesmo tempo, a adequada capacidade de coordenação interna para elaboração das respostas às demandas provenientes de organismos internacionais e de outras autoridades de aviação civil.

Alinhado com o Plano Estratégico, o Plano de Atuação Internacional define, ainda, as diretrizes de participação de servidores da Agência nas missões internacionais de representação institucional e apresenta eventos internacionais dos quais a Agência participa, detalhando seus objetivos, cronograma de trabalho, histórico de representação, temas abordados e principais decisões. Inserem-se no escopo deste Plano de Atuação Internacional as missões de representação institucional em que os servidores da Agência se pronunciam na qualidade de representantes indicados pelo Estado brasileiro.



8.2.1 - FÓRUNS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Organização de Aviação Civil Internacional

A OACI é um organismo internacional multilateral vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) e funciona como um fórum mundial para a aviação civil. Seu principal objetivo consiste no desenvolvimento da navegação aérea internacional e a organização e progresso do transporte aéreo, de modo a favorecer a segurança, a eficiência e o desenvolvimento econômico sustentável da aviação civil. Constituída por 191 membros e com sede em Montreal, Canadá, a entidade dispõe de corpo técnico específico e instâncias consultivas nas quais atuam as autoridades de aviação civil de seus Estados membros e diversos órgãos interessados, como associações de classe e organizações não-governamentais.

Em 2017, a representação da ANAC na OACI esteve focada nos painéis e subgrupos de trabalho da OACI. O objetivo desta participação é contribuir para o processo de elaboração de emendas aos Anexos da Convenção de Chicago, os quais estabelecem padrões e práticas recomendadas que definem os parâmetros de segurança operacional e segurança da aviação contra atos de interferência ilícita.

A ANAC também participou em 2017 das reuniões do Painel de Regulação do Transporte Aéreo e seus grupos de trabalho. Nesse caso, a atuação da Agência esteve pautada pela defesa da eliminação de restrições técnicas e pela promoção da conectividade do transporte aéreo internacional.

Meio Ambiente na Organização de Aviação Civil Internacional

Durante a 39ª Assembleia da OACI, foi aprovada a Resolução A39-03, que define as diretrizes regulatórias para um esquema global de compensação de emissões de carbono (CO2) para o transporte aéreo internacional. A iniciativa, conhecida como CORSIA (Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation), tem por finalidade apoiar o objetivo da OACI de promover o crescimento neutro de CO2 da aviação civil internacional a partir de 2020.

Segundo a resolução aprovada, o CORSIA terá duração de 15 anos e será dividido em duas fases. A primeira fase, que terá caráter voluntário, entrará em vigor em 2021 e se estenderá até 2026. A segunda, de caráter compulsório, será obrigatória para todos os países cuja indústria de transporte aéreo internacional esteja acima do limite mínimo estabelecido (0,5% Revenue Tonne Kilometres – RTK global, índice utilizado pela aviação comercial para medir quantas toneladas de carga paga foram transportadas por quilômetro voado) e funcionará entre 2027 e 2035.⁴ As rotas que tenham como origem ou destino o Brasil deverão ser incluídas no esquema a partir de 2027.

O esquema aprovado pelos Estados-membros da OACI representa uma iniciativa pioneira nos esforços de combate à mudança do clima, já que se trata do único esquema de compensação de CO2 obrigatório válido em âmbito global para uma mesma indústria. Ao longo do processo negociador, inúmeros países, inclusive o Brasil, manifestaram receio quanto à possibilidade de criação de distorções de mercado pelo esquema. Em função disso, acordou-se que a OACI realizaria sessões específicas de revisão dos resultados obtidos a cada três anos a partir de 2022.

4 A divisão em fases do GMBM considera o nível de desenvolvimento da indústria dos países participantes. O acordo prevê uma 'abordagem dinâmica' (dynamic approach) para o cálculo das compensações que terão que ser pagas pelas empresas aéreas dos países partícipes do esquema. De acordo com essa abordagem, as obrigações de compensações serão inicialmente calculadas a partir do percentual global de crescimento da indústria de transporte aéreo internacional. A partir de 2029, no entanto, as obrigações de compensação serão computadas utilizando-se como indicador, além da taxa global de crescimento da indústria, o percentual de crescimento individual de cada empresa.





A ANAC, juntamente com a Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil (SAC/MTPA) e o Ministério de Relações Exteriores (MRE), participou ativamente das discussões ocorridas ao longo de 2017 no âmbito dos grupos técnicos do Comitê de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP) da OACI. Essas discussões tiveram como objetivo consolidar a proposta de Anexo 16, Volume IV, da Convenção de Chicago, documento em que estarão consignados os principais requisitos de implementação do CORSIA, principalmente no concernente aos requisitos de monitoramento, reporte e verificação (MRV) e ao cancelamento das unidades de emissão por parte dos operadores aéreos. Apesar de o Brasil apenas aderir ao esquema de compensação de emissões em 2027, a partir de 2019, as empresas aéreas nacionais que operem voos internacionais e que emitam anualmente acima de 10 mil toneladas de CO2 terão de monitorar suas emissões e entregar o Relatório Anual de Emissões à ANAC.

Além de ser responsável pela internalização do CORSIA, a ANAC também produz outros dois documentos na área de meio ambiente: i) o Plano de Ação para a Redução das Emissões de Gases do Efeito Estufa da Aviação Civil Brasileira, produzido em conjunto com a SAC/MCTA; e ii) o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas da Aviação Civil.

Demais Fóruns e Organizações Internacionais

Sistema Regional para Cooperação para a Vigilância da Segurança Operacional (SRVSOP)

O SRVSOP é um sistema responsável por proporcionar assistência técnica aos Estados participantes, visando superar os desafios de vigilância da segurança operacional com a prestação de estudos e auxílios à adoção das normas e práticas recomendadas pela OACI.

Em 2017, a ANAC esteve representada na Junta Geral do Sistema, equivalente ao nível executivo, no qual é avaliado o planejamento das ações a serem executadas pelo Comitê Técnico de Lima. Nos painéis técnicos, a representação é realizada por especialistas indicados pelas diversas áreas de segurança operacional da Agência, que discutem tanto regulamentos harmonizados na região quanto possíveis ações de cooperação técnica. A ANAC também envia ao Sistema Regional servidores para participarem de atividades relacionadas à certificação e à instrução.

Em 2017, o servidor da ANAC, Fábio Rabbani, foi eleito para o cargo de Diretor Regional do Escritório da OACI para a Região SAM para o período de 4 anos (2018-2022) e, nesta condição, também será o Coordenador-Geral do SRVSOP.

Comissão Latino-americana de Aviação Civil (CLAC)

A Comissão Latino-Americana de Aviação Civil tem por objetivo prover às autoridades de aviação civil da região latino-americana uma estrutura adequada para a cooperação e coordenação das atividades relacionadas à aviação civil. Atualmente, 22 Estados da América Latina e do Caribe são membros da Comissão, que possui caráter consultivo, de modo que seus documentos não são automaticamente vinculantes aos Estados.

Além de ocupar atualmente a função de ponto focal da macro tarefa segurança operacional, a ANAC assumiu ainda, junto com a autoridade de aviação civil da Colômbia, a coordenação dos trabalhos do Grupo Permanente de Gestão, responsável por promover a reestruturação interna da Comissão, de modo a torná-la mais eficiente, transparente e orientada a resultados.



8.2.2 - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

A ANAC vem ampliando os projetos relacionados à cooperação técnica internacional. Em particular, a Agência prioriza a cooperação com os Estados da região latino-americana e com os países lusófonos, em que muitas dessas cooperações são relacionadas à iniciativa da OACI No Country Left Behind. Além da participação em projetos de cooperação técnica desenvolvidos dentro de fóruns e organizações internacionais, a ANAC também empreendeu, durante o ano de 2017, projetos de cooperação técnica bilaterais, conforme se segue:

Argentina

Nos dias 28 e 29 de março de 2017, a ANAC recebeu a delegação da autoridade de aviação civil argentina, que contou com a participação do Administrador Nacional de Aviação Civil desse país. O encontro teve como objetivo a troca de experiências nas áreas institucionais e de transporte aéreo, além do fortalecimento dos interesses comuns em âmbito bilateral e nos fóruns internacionais dos quais participam ambos os países.

São Tomé e Príncipe

Entre os dias 07 e 11 de agosto de 2017, a ANAC enviou a São Tomé e Príncipe o coordenador na Agência do Programa USOAP/CMA da OACI para uma missão de cooperação técnica. Durante a missão, o servidor apresentou os conceitos do Programa, os próximos passos planejados pela OACI e o trabalho que a ANAC vem desenvolvendo para institucionalizar o USOAP/CMA. Após essa etapa, o especialista avaliou a adequação do trabalho que a Autoridade de São Tomé e Príncipe vem desenvolvendo no âmbito do Programa.

Cabo Verde

Entre os dias 02 e 06 de outubro de 2017, a ANAC recebeu a delegação de Cabo Verde para uma Missão de Cooperação Técnica. Durante os encontros, foram abordados diversos assuntos como estrutura institucional, State Safety Program (SSP), concessão aeroportuária, gestão de pessoas e treinamento, sistema eletrônico de informações e apresentação do software Gerenciador de Fluxos de Trabalho (GFT), que é utilizado para o mapeamento de seus processos.

França

Em dezembro de 2017, a ANAC e a Direção Geral de Aviação Civil (DGAC) francesa renovaram o Memorando de Entendimento (MoU) de cooperação técnica entre as duas autoridades, originalmente assinado em 2013, por um prazo de mais 4 anos. A extensão do prazo do MoU visa à ampliação do intercâmbio de conhecimentos entre as duas autoridades de aviação civil, por meio de ações como troca de informações sobre melhores práticas, intercâmbio de servidores e desenvolvimentos de estudos em conjunto.





8.2.3 - NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS SOBRE SERVIÇOS AÉREOS

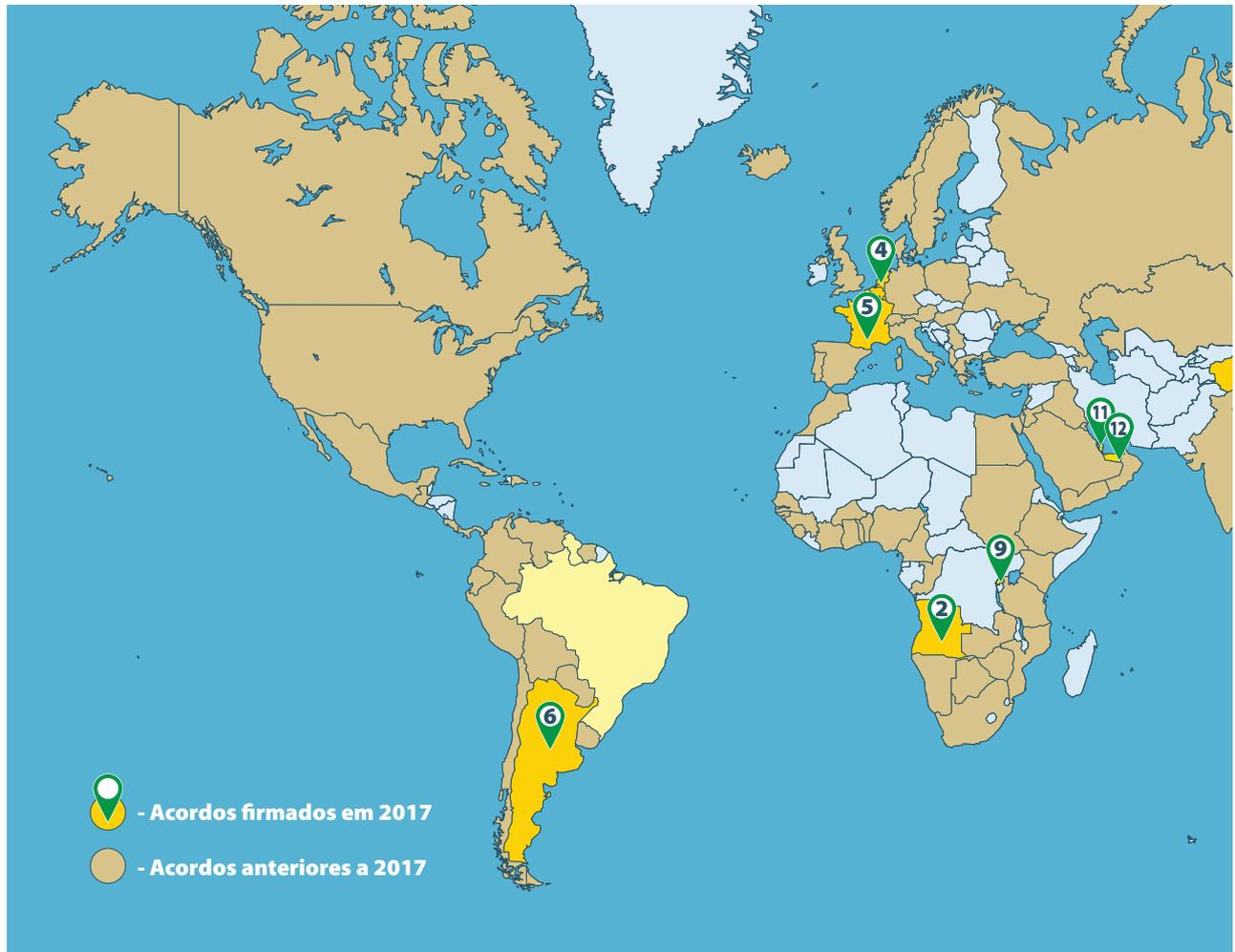
A aviação civil desempenha papel estratégico para o desenvolvimento econômico, principalmente nos setores de comércio internacional e turismo. Seja por meio do transporte de cargas — que viabiliza o escoamento das importações e exportações brasileiras — ou do transporte internacional de passageiros, o modal aéreo é essencial para integrar o País ao contexto internacional. Ao longo dos anos, a ANAC vem negociando acordos com diversos países, com o objetivo de ampliar rotas e frequências internacionais.

Acordos sobre Serviços Aéreos

Os Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA) são celebrados entre países para definir as regras de operação aérea entre eles. As negociações podem ocorrer em reuniões de consulta presenciais ou por meio de trocas de correspondência e servem tanto para a celebração de novos acordos quanto para a renegociação de cláusulas de acordos existentes.

No ano de 2017, 13 negociações resultaram na celebração de novos entendimentos ou alteração dos entendimentos negociados, cabendo registrar que a maioria delas ocorreu durante a décima edição do Evento de Negociação de Serviços Aéreos (ICAO Air Services Negotiation Event – ICAN 2017), que foi sediada na cidade de Colombo, no Sri Lanka. O ICAN consiste em uma iniciativa da OACI, cujo objetivo é facilitar aos seus Estados-Membros o procedimento de negociação de acordos de serviços aéreos por meio de um evento que congrega, em um mesmo ambiente de negociações, vários países interessados, permitindo que os Estados participantes conduzam, num curto intervalo de tempo e em um só local, várias negociações com outros países presentes, otimizando, assim, os gastos com deslocamento e tempo útil de seus representantes. Ao término do ano, o Brasil alcançou a marca de 107 entendimentos negociados. A seguir, são apresentados os resultados das reuniões realizadas no ano:



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**
QUADRO 4: ACORDOS SOBRE SERVIÇOS AÉREOS

1 - Camboja: Mar/2017 - Brasília

Negociado Memorando de Entendimento e rubricada proposta de ASA, estabelecendo 14 frequências semanais mistas, quadro de rotas aberto, direitos de tráfego de até 5ª liberdade, designação múltipla, cláusula de liberdade tarifária, código compartilhado bilateral e com empresas de terceiros países.

2 - Angola: Abr/2017 - Brasília

Assinado Memorando de Entendimento e rubricada proposta de novo ASA, com a capacidade passando de 7 para 14 frequências semanais para serviços mistos, quadro de rotas aberto, liberdade tarifária; e ajustes da cláusula de código compartilhado.

3 - China: Set/2017 - Brasília

Assinado Memorando de Entendimento, com abertura do quadro de rotas e alterações referentes a código compartilhado.

4 - Países Baixos: Nov/2017 (correspondência)

Ajustado aumento de três frequências com direitos de tráfego de 3ª e 4ª liberdades entre os Países Baixos e Nordeste do Brasil, em caráter provisório durante seis meses a contar de novembro/2017 e nova provisão de código compartilhado.





5 - França: Nov/2017 (correspondência)

Acordados ajustes, em caráter provisório, nas provisões referentes às rotas regionais entre o Brasil e a França, tendo sido incluindo São Paulo no Quadro de Rotas Regionais e eliminado o limite de 350 assentos semanais nas operações que envolvam o trecho Belém-Caiena e prevalecendo, para todas as rotas, o total já existente de 14 frequências semanais.

6 - Argentina: Dez/2017 10° ICAN – Colombo

Através de Memorando de Entendimento, foi estabelecido compromisso para agilidade nas autorizações de operações sob o Acordo de Fortaleza e também de previsão de reunião, em junho/2018, para discussão de possível incremento da capacidade do acordo bilateral.

7 - Hong Kong: SAR Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Finalizado o texto de acordo de serviços aéreos, sem alteração nas provisões previamente negociadas.

8 - Vietnam: Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Finalizado o texto de acordo de serviços aéreos, sem alteração nas provisões previamente negociadas.

9 - Ruanda: Dez/2017 10° ICAN – Colombo

Assinado Memorando de Entendimento e rubricado ASA com previsão de capacidade livre, quadro de rotas aberto, direitos de tráfego até 5ª liberdade, designação múltipla e código compartilhado bilateral e com empresas de terceiros países.

10 - Malásia: Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Assinado Memorando de Entendimento com flexibilização de várias provisões, contemplando: capacidade livre, quadro de rotas aberto, sem restrição quanto a pontos intermediários e além; mantida a possibilidade de exercício até a 5ª liberdade, agora sem qualquer restrição, considerando o novo quadro de rotas; designação múltipla. Acordada a discussão por correspondência de texto de novo ASA, com possibilidade de adoção do critério do principal lugar de negócios para designação de empresas.

11 - Qatar: Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Assinado Memorando de Entendimentos. Adicionalmente aos direitos de tráfego anteriores, foi acordado o exercício de direitos de tráfego de 5ª liberdade para serviços aéreos cargueiros, sem restrição. Para serviços mistos, foi autorizada a realização de operações com direitos de 5ª liberdade em pontos na Europa Ocidental em até 7 frequências, desde que mantida a quantidade atual de serviços diretos. Acordada a finalização do texto de novo ASA por correspondência.

12 - Emirados Árabes Unidos: Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Assinado Memorando de Entendimento. Adicionalmente aos direitos de tráfego anteriores, foi acordado o exercício de direitos de tráfego de 5ª liberdade em pontos da Europa Ocidental em um total de até 14 frequências, desde que mantida a quantidade de operações diretas atualmente realizadas; e também removida a limitação ao exercício de direitos de tráfego de 5ª liberdade em pontos nos Estados Unidos.

13 - Tailândia: Dez/2017 10° ICAN - Colombo

Assinado Memorando de Entendimentos, flexibilizando várias provisões, tais como: aumento da capacidade de 3 para 14 frequências semanais, quadro de rotas aberto; direitos de tráfego de até 5ª liberdade sem restrição de pontos; liberdade tarifária, código compartilhado bilateral e com empresas de terceiros países e designação múltipla, com critério de principal local de negócios.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Foram realizadas ainda reuniões informais, nas quais, apesar de não terem sido concluídos entendimentos, negociações estão evoluindo para futuros acordos, além da discussão de assuntos de interesse do Brasil e das outras partes envolvidas, tais como Azerbaijão, Chile, Gana, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, União Europeia e Zâmbia. Todas essas reuniões, à exceção de União Europeia, ocorreram no ICAN2017.

Saiba mais**Liberdades do Ar**

Os acordos de serviços aéreos variam de acordo com o grau de liberdade permitido nas operações entre os países. Essas liberdades são classificadas da seguinte forma:

Primeira liberdade: direito de sobrevoar do território de um Estado estrangeiro.

Segunda liberdade: direito de pousar no território do outro país, sem fins comerciais (pouso técnico).

Terceira liberdade: direito de desembarcar, no território do outro país, tráfego originário do país que designa a empresa aérea.

Quarta liberdade: direito de embarcar, no território do outro país, tráfego destinado ao país que designa a empresa aérea.

Quinta liberdade: direito de embarcar e desembarcar, no outro país, tráfego originado em terceiros países ou destinado a eles, em serviços que começam ou terminam no território do país que designa a empresa aérea.

Sexta liberdade: direito de transportar, via território do país que designa a empresa aérea, tráfego entre dois outros países.

Sétima liberdade: direito de transportar tráfego entre o território do outro país contratante e o território de terceiro país, sem incluir pontos no território do país que designa a empresa aérea.

Oitava liberdade: direito de transportar tráfego entre dois pontos no território do outro país, operando um "trecho doméstico" neste outro país, como parte de um serviço aéreo proveniente do país que designou a empresa, ou destinado a ele. É chamado de direito de Cabotagem.

Nona liberdade: direito de transportar tráfego inteiramente entre dois pontos no território do outro país, operando um voo doméstico neste outro país, sem que o serviço tenha um ponto no território do país que designa a empresa. É a chamada Cabotagem Pura.

Observação: Por força de lei, está salvaguardada a exploração do mercado doméstico brasileiro exclusivamente por empresas nacionais. Neste sentido, não é permitido a empresas estrangeiras a exploração comercial de serviços aéreos entre pontos do território brasileiro (tráfego de cabotagem).





8.3 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seja por iniciativa da própria instituição ou em resposta a demandas dos cidadãos, a transparência é um importante instrumento de acompanhamento social e de exercício de direitos. Por meio da transparência ativa, independente de requerimento, a Agência busca disponibilizar no Portal da ANAC conteúdos de interesse da sociedade, relatórios, Carta de Serviços, respostas a perguntas frequentes, entre outros conteúdos.

Além disso, por meio dos canais de contato com o público externo, a Agência responde a demandas específicas de pessoa física ou jurídica, observando os limites expressos na Lei de Acesso à Informação – LAI. A ANAC mantém canais permanentes de atendimento eletrônico e telefônico por meio dos quais profissionais da aviação civil, passageiros e cidadãos podem entrar em contato com a Agência para o registro de denúncias, reclamações, elogios, dúvidas e sugestões. Os principais canais disponibilizados são:

- Fale com a ANAC (internet e telefone 163)
- Consumidor.gov.br
- Fale com a Ouvidoria
- Atendimento presencial na Sede e nos Núcleos Regionais de Aviação Civil - NURAC
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC

8.3.1 - FALE COM A ANAC

Disponível por meio do link <http://www.anac.gov.br/fale-com-a-anac>, o Fale com a ANAC recebe dúvidas, reclamações, sugestões, críticas e elogios sobre os entes regulados ou fiscalizados pela ANAC, além de servir para tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela própria Agência.

O cidadão registra e acompanha o andamento de sua manifestação por meio de um sistema informatizado de gerenciamento de demandas (<https://stella.tellussa.com.br/PortalAnac/Telas/login.aspx>).

As manifestações também são recebidas por meio do atendimento telefônico direcionado à Central de Atendimento (*Call Center*). Cerca de 81% das solicitações feitas por meio deste canal têm seu atendimento finalizado pelo atendente no que se denomina de atendimento de primeiro nível. As demandas que necessitam de tratamento específico de alguma área técnica são registradas no sistema e encaminhadas para providências. O serviço de telefonia 163 dispõe de atendimento em português, inglês e espanhol, possuindo 3 opções de encaminhamento pela Unidade de Resposta Audível (URA), quais sejam: 1. Para pedidos de informações sobre normas ou serviços prestados pela ANAC (Licenças, habilitações); 2. Para denúncias, críticas ou elogios sobre os entes regulados pela ANAC (empresas aéreas, aeroportos); 3. Para denúncias, reclamações, sugestões ou elogios sobre a atuação da ANAC.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Atualmente, mais de 75% dos registros de manifestações de cidadãos são feitos por meio do *Call Center* (telefone 163), o que torna este canal a principal forma de entrada das manifestações apresentadas pelos usuários.

TABELA 11 – RESUMO DE MANIFESTAÇÕES POR FORMA DE ENTRADA

Forma de Entrada das Manifestações	2016	2017	% Crescimento
Call Center	81.643	102.508	25,56%
Internet	45.032	28.525	-36,66%
Atendimento Presencial	6.223	5.333	-14,30%
Meio físico (cartas, fax etc.)	3	1	-66,67%
Total	132.901	136.367	+2,61%

Por meio do canal Fale com a ANAC, foram recebidas 112.735 ligações telefônicas em 2017. Dessas, 102.508 foram registradas em sistema específico para tratamento, representando um aumento de 25,56% em relação ao ano de 2016. As demais ligações foram abandonadas (1.488) ou destinadas à Ouvidoria (8.739).

No que se refere aos tipos de manifestações registradas pelo sistema em 2017, aproximadamente 75% tratavam de pedidos de informações, 14% de reclamações, 1% de denúncias e 10% são classificadas como outras demandas.





TABELA 12- MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO CALL CENTER E SISTEMA – 2017

Fonte: Sistema Stella - ANAC - Data da extração: 29/01/18

	Descrição	2017	
Call Center Fale com a ANAC	Call Center Fale com a ANAC		
	Ligações Registradas	102.508	
	Ligações Abandonadas	1.488	
	Ligações para Ouvidoria	8.739	
	Total de Ligações	112.735	
	Descrição das Ligações Registradas no Sistema		
	Ligações Concluídas em 1º Nível(IST)	83.130	
	Encaminhadas para Tratamento Interno na ANAC	19.378	
	Total	102.508	
	Sistema de Atendimento - Manifestações registradas	Descrição das Manifestações Registradas e Tratadas Internamente	
Informações Serviços da ANAC		19.292	
Sobre Empresas Aéreas		16.923	
Demais manifestações		17.022	
Total		53.237	
% Manifestações concluídas		96,29%	
Lei de Acesso à Informação			
Demandas de Lei de Acesso à Informação		574	
Tipos de manifestações			
Pedidos de Informação		102.001	
Reclamações		19.220	
Denúncias contra Entes Regulados		700	
Outras demandas		14.446	
Total		135.367	
Serviços da ANAC mais demandados			
CHT/ Código ANAC		5.645	
Sistemas da ANAC		4.485	
Banca/ Prova Online		1.394	
Escolas/ Bolsas/ Cursos/ Concursos		911	
Passageiros - Assuntos mais recorrentes			
Atendimento		3.543	
Atraso de voo		2.469	
Bagagem		2.331	
Bilhete Aéreo		2.709	
Cancelamento		2.940	
Demais assuntos		2.931	
Totais por companhia			
TAM		5.722	
Gol		2.885	
Azul		2.983	
Avianca		391	
Demais companhias		4.942	



8.3.2 - CONSUMIDOR.GOV.BR

O **Consumidor.gov.br** é um serviço público, desenvolvido e gerenciado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), que permite a solução de conflitos de consumo via internet de forma rápida e desburocratizada.

Em dezembro de 2016, a ANAC assinou um acordo de Cooperação Técnica com a Senacon para adesão a essa plataforma tecnológica, tornando-se a primeira agência reguladora a aderir à ferramenta. O objetivo da parceria é melhorar a mediação entre empresas e passageiros e contribuir para a solução efetiva das reclamações apresentadas contra os serviços de transporte aéreo.

A utilização da plataforma possibilita ao consumidor a comunicação direta com as empresas, que têm o compromisso de receber, analisar e responder as reclamações em até 10 dias, além de permitir o acompanhamento de diversos tipos de informações pelos usuários e o monitoramento, de forma prática e precisa, pela ANAC e Senacon, em âmbito coletivo, dos dados das reclamações formuladas.

Em 2017, quase 12 mil demandas de usuários do transporte aéreo foram respondidas através da plataforma, uma média de 11 reclamações para cada 100.000 passageiros transportados.

8.3.3 - FALE COM A OUVIDORIA

A Ouvidoria da ANAC é responsável pelo atendimento de manifestações sobre a prestação de serviços da ANAC e de seus agentes. Além da interface direta com as áreas técnicas para tratamento das demandas individuais, a Ouvidoria avalia situações frequentes apresentadas pelos usuários a fim de fazer sinalizações aos gestores para melhoria dos processos.

A Ouvidoria recebe as demandas diretamente em página específica no portal da ANAC -<http://www.anac.gov.br/Anac/ouvidoria> ou pelo telefone 163, fazendo o devido encaminhamento às áreas técnicas competentes para análise e emissão de resposta em até 15 dias úteis para reclamações e sugestões, e em até 30 dias úteis para denúncias. Em 2017, esse canal de atendimento recebeu 3.815 demandas.

Como demonstrado abaixo, o prazo de resposta aos usuários, em dias úteis, vem diminuindo. Este progresso é fruto do trabalho de monitoramento direto da Ouvidoria, conscientização aos gestores sobre a importância da tempestividade de resposta ao usuário e do próprio processo de amadurecimento institucional da ANAC.





Tempo médio de resposta da Ouvidoria em dias úteis

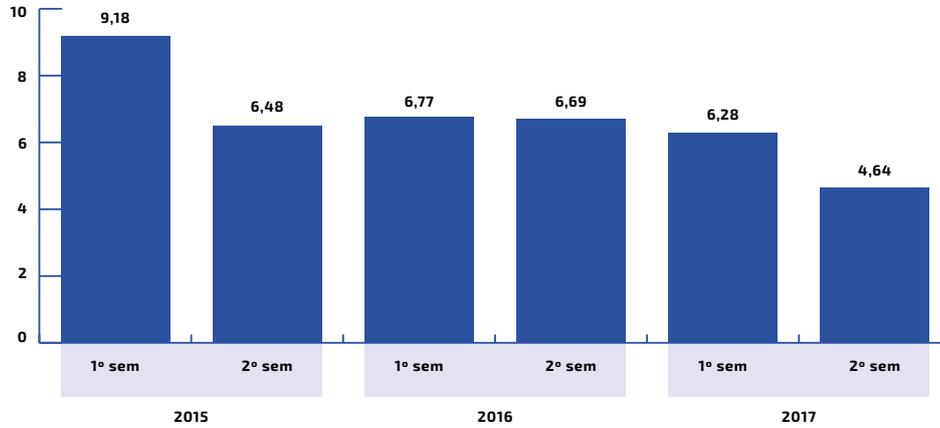


Figura 20 – Tempo médio de resposta da Ouvidoria

Demandas concluídas por faixa de tempo em dias úteis

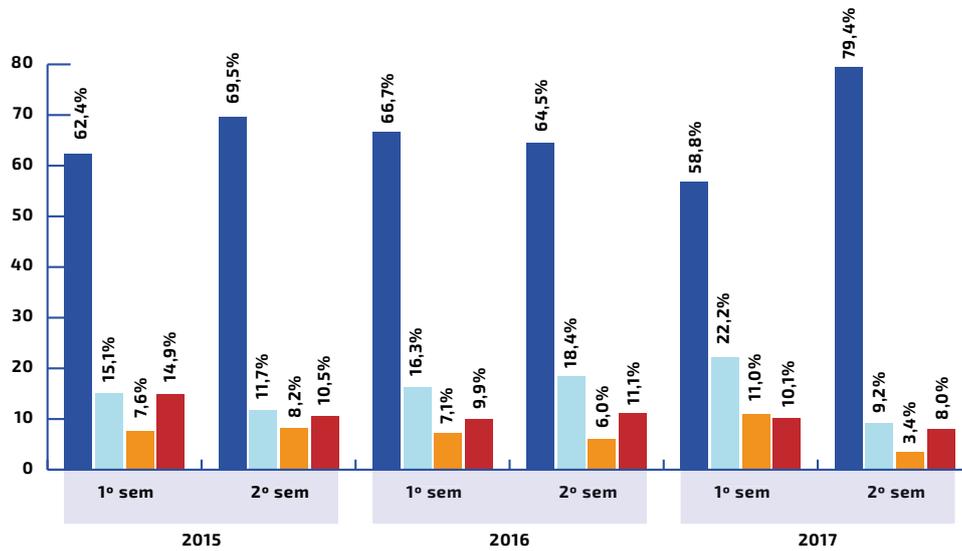


Figura 21 - Percentual de conclusão de demandas de Ouvidoria por faixa de tempo em dias úteis



8.3.4 - SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – “E-SIC”

Em atendimento ao Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527 – Lei de Acesso a Informação (LAI), a ANAC estabeleceu o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC/ANAC.

O SIC/ANAC, além de atender e orientar o público, recebe e registra pedidos de informação em sistema eletrônico específico, o “e-SIC” - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão. Esse sistema é gerido pela Controladoria-Geral da União – CGU e permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe solicitações de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Público Federal.

Por meio do sistema, além de registrar a solicitação de informações, é possível acompanhar a observância dos prazos de atendimento, através do número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação através de mensagem eletrônica, articular recursos administrativos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas.

Na ANAC, o pedido de acesso à informação pode ser feito por telefone, por meio da Central de Atendimento da ANAC, diretamente no sistema e-SIC (via internet) ou presencialmente na Sede da Agência ou nos Núcleos Regionais de Aviação Civil – NURAC.

Cabe observar que a tramitação administrativa observa os prazos estabelecidos pela LAI, cujos procedimentos foram regulamentados no âmbito da Agência por meio da Instrução Normativa nº 70, de 30 de abril de 2013.

Em 2017, foram registrados 574 pedidos de acesso à informação na ANAC, que foram respondidos pela Agência em 17 dias, em média. Do total de pedidos registrados no e-SIC, 95,51% foram realizados por pessoas físicas e outros 4,49%, por pessoas jurídicas.

Na sequência, são apresentados o quantitativo de pedidos nos anos de 2016 e 2017, o quantitativo de 2017 por tipo de resposta, as justificativas para os pedidos de acesso negados e os meios de envio dessas respostas.

TABELA 13: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO VIA “E-SIC”

Pedidos de informação - LAI	2017	2016	%
Quantidade de pedidos	574	611	-6%
Quantidade de pedidos respondidos	574	611	-6%
Total de perguntas respondidas	831	853	-3%
Tempo médio de resposta	17 dias	13 dias	31%



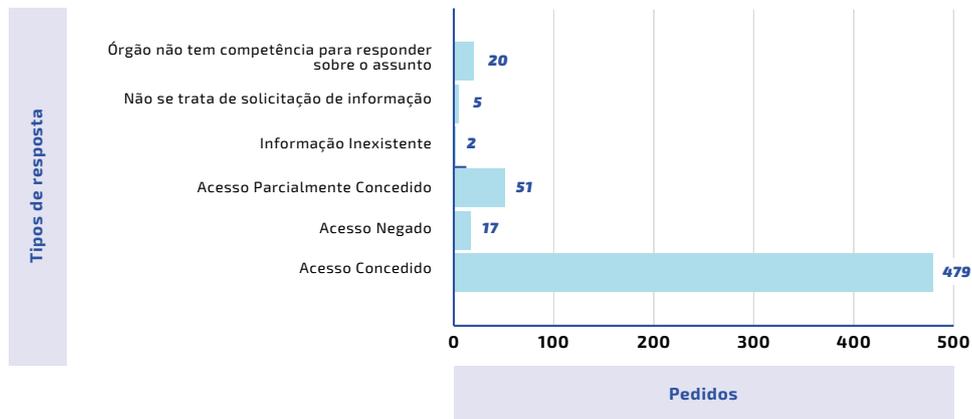


Figura 22 - Pedidos por tipo de resposta. Fonte: Sistema e-SIC. Data da extração: 29/01/2018

TABELA 14: RAZÕES DA NEGATIVA DE ACESSO

Fonte: Sistema e-Sic. Data da extração: 29/01/2018

Razões da negativa de acesso	Quantidade	%	% de pedidos
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	10	58,82%	1,74%
Pedido exige tratamento adicional de dados	3	17,64%	0,52%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	2	11,76%	0,35%
Pedido incompreensível	1	5,88%	0,17%
Pedido genérico	1	5,88%	0,17%
Total	17	100,00%	2,96%

TABELA 15: MEIOS DE ENVIO DE RESPOSTA

Fonte: Sistema e-Sic. Data da extração: 29/01/2018

Meio de Envio da Resposta	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por e-mail)	569	99,13%
Correspondência física (com custo)	3	0,52%
Buscar/Consultar pessoalmente	2	0,35%



8.3.5 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão da ANAC encontra-se disponibilizada no Portal da ANAC na internet. Esse canal disponibiliza aos cidadãos informações sobre os principais serviços oferecidos pela Agência, tais como: público-alvo, prazos, documentos, etapas, requisitos, unidade responsável, taxas, legislação específica e dicas sobre como os acessar.

A Carta de Serviços pode ser acessada via internet por meio do link <http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao>, menu Carta de Serviços ao Cidadão.

8.3.6 - CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da ANAC, criado pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e regulamentado pela Resolução ANAC nº 319, de 27 de maio de 2014, é composto por 19 conselheiros designados pelo Diretor-Presidente da Agência, sendo um indicado pelo Comando da Aeronáutica e os demais indicados pelos segmentos nele representados. Trata-se de órgão de assessoramento da Diretoria Colegiada da Agência, em que há participação institucional dos diversos segmentos que compõem a aviação civil brasileira – a saber: serviços de transporte aéreo; serviços aéreos especializados; usuários de serviços aéreos; exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária; aviação geral, aeroclubes e aerodesporto; indústria aeronáutica e de manutenção aeronáutica; trabalhadores do setor; instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil; e empresas prestadoras de serviços auxiliares.

As reuniões têm como objetivo discutir propostas de aprimoramento regulatório, debater temas de interesse comum dos diversos segmentos representados e elaborar pareceres que auxiliem a Diretoria em suas deliberações, zelando para que o desenvolvimento da aviação civil brasileira ocorra de forma sustentável – ambiental, social, cultural e economicamente.

Ao Conselho Consultivo da ANAC é facultada a criação de Câmaras Técnicas Setoriais, que são formas de aglomeração de dois ou mais segmentos representados no órgão para discussão, elaboração de estudos e proposição de ações, sempre com embasamento técnico, para temas específicos da regulação realizada pela ANAC. As propostas resultantes dos trabalhos das Câmaras Técnicas Setoriais dependem de consenso entre seus membros e são encaminhadas ao Conselho Consultivo sob a forma de parecer.

Ressalta-se, no entanto, que o Conselho Consultivo é um órgão de natureza consultiva. Dessa maneira, suas decisões devem ser encaminhadas à Diretoria da ANAC, para conhecimento sem vincular o juízo deliberativo dos Diretores. O Conselho Consultivo poderá também endereçar à Diretoria da ANAC proposta de ato normativo destinado a ordenar e qualificar a atividade de aviação civil no País. Em 2017, o Conselho Consultivo reuniu-se duas vezes.





8.3.7 - COMUNICAÇÃO

No ano de 2017, a ANAC realizou campanhas e ações de comunicação voltadas à disseminação de informações – aos regulados, à sociedade e ao público interno – sobre temas como certificações, fiscalizações e regulamentos expedidos pela ANAC.

Para fortalecer a transparência do processo decisório, a Agência implementou, a partir de janeiro de 2017, a transmissão das Reuniões Deliberativas da Diretoria em tempo real pela internet. Também foram consolidadas e divulgadas as Diretrizes para a Qualidade Regulatória da ANAC – uma série de referências objetivas e de critérios claros que devem nortear o papel regulador e o processo decisório da Agência –, demonstrando o aprimoramento da maturidade institucional.

No mês de março, com a entrada em vigor das novas Condições Gerais de Transporte Aéreo (Resolução nº 400, de 2016), foram elaboradas cartilhas informativas sobre as principais mudanças normativas para as empresas e passageiros. Por meio de ação conjunta com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MPTA), foram criados materiais informativos como vídeos, hotsite e uma série de postagens para o Facebook sobre o tema, garantindo que a informação sobre as novas normas do transporte aéreo alcançasse públicos diversos. Ainda em março, a Agência dispendeu esforços para a divulgação e realização da quarta rodada de concessões, produzindo um folder explicativo e press releases para informar sobre o processo de desestatização dos aeroportos de Florianópolis, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza.

Grande esforço de comunicação também foi dispensado na divulgação do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94 (RBAC-E nº 94), norma aprovada no mês de maio que estabelece requisitos gerais para a utilização de veículos aéreos não tripulados de uso civil – os drones. Para difundir as novas regras, foi realizado workshop com a imprensa e publicada uma cartilha de orientação para os usuários de drones. Também foi criada uma página temática no Portal da ANAC explorando pormenores do Regulamento em linguagem de fácil entendimento.



Figura 23 – Cartilha de Drones. Disponível em http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/drones/orientacoes_para_usuarios.pdf



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Outro esforço da Agência na promoção da segurança operacional da aviação civil foi a publicação de duas edições da Carta de Segurança Operacional nos meses de abril e de agosto. A Carta tem como objetivo levar aos regulados informação especializada e de qualidade, além de novidades sobre ações que visam a promover a segurança operacional.

Houve também notável dedicação da Agência no sentido de fortalecer sua atuação internacional, com a publicação do Plano de Atuação Internacional da ANAC e o lançamento da revista Conexão Internacional com artigos que demonstram a amplitude dos itens que compõem a agenda internacional da aviação civil brasileira. A revista contou com duas edições, publicadas em janeiro e julho, e possui periodicidade semestral.



Figura 24 – Carta de Segurança Operacional (disponível em <http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/gerenciamento-da-seguranca-operacional/carta-de-seguranca-operacional>) e Revista Conexão Internacional (disponível em http://www.anac.gov.br/A_Anac/internacional/Barquivos/atuacao-internacional/).

Garantir a possibilidade de participação ativa da sociedade e dos regulados também esteve na agenda da ANAC durante o ano. A realização de ampla divulgação de audiências públicas e de reuniões participativas buscaram estimular o interesse da sociedade no processo de proposição de normas da Agência. Para isso, foram utilizados mecanismos oficiais de divulgação (publicidade legal), enviados press releases à imprensa e inseridas informações no Portal da Agência e em sua página oficial no Facebook.





A modernização de alguns processos internos da Agência com impacto positivo na vida dos usuários do transporte aéreo e dos regulados também se tornou objeto de iniciativas de comunicação em 2017. Exemplos dessas modernizações são a emissão dos certificados do Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), que passou a ocorrer digitalmente, e a edição das Resoluções nº 457 e nº 458, ambas de 20 de dezembro de 2017, que possibilitaram o registro eletrônico de informações em plataforma digital – como é o caso do Diário de Bordo Digital.



Figura 25 – Divulgação do Diário de Bordo Digital (disponível em <http://www.anac.gov.br/diario-de-bordo-digital>)

Também houve grande empenho por parte da Agência para comunicar amplamente assuntos de utilidade pública. No intuito de promover o nivelamento de jornalistas acerca de assuntos de grande interesse nacional, foram realizados dois workshops voltados a esses profissionais nos quais foram abordados o Regulamento sobre o uso de drones e as novas Condições Gerais de Transporte Aéreo. Além disso, foram divulgados 70 comunicados à mídia, atendidas 2.148 solicitações de informação provenientes de veículos de imprensa e repercutidas 49 entrevistas com a participação de algum porta-voz da ANAC. Foram realizados também cinco treinamentos de Media Training para capacitar gerentes, superintendentes e diretores da Agência para levarem informações qualificadas ao público.

Por fim, com o objetivo de acentuar a participação da ANAC nas mídias sociais, foi criada a "sala de redes" – uma estrutura voltada ao monitoramento e ao esclarecimento de dúvidas de usuários que buscaram a Agência por meio de sua página oficial no Facebook. A "sala de redes" surgiu por ocasião do início da vigência das novas regras para o transporte aéreo e teve como membros integrantes da Assessoria de Comunicação Social, da Gerência de Regulação das Relações de Consumo da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos (GCON/SAS) e da Secretaria Nacional de Aviação Civil. Apenas em 2017, foram respondidos 4.686 comentários e mensagens inbox nas mídias sociais.



Eventos Institucionais

Em 2017, a ANAC produziu 74 eventos temáticos, de capacitação e de representação institucional em âmbito nacional, contabilizando mais oito mil participantes. Reforçando o compromisso da Agência com a segurança operacional, foram realizadas seis edições, em diferentes capitais brasileiras, do "Encontro de Segurança Operacional" – uma iniciativa da Agência que visa à disseminação da cultura, dos conceitos e das melhores práticas em gerenciamento da segurança operacional. A ANAC também se fez presente nas principais feiras e eventos do setor: o Congresso do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), a Latin American Business Aviation Conference & Exhibition (LABACE) e o International Brazil Air Show (IBAS).

No mês de setembro, a ANAC realizou, em parceria com o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA), o "Simpósio Comemorativo ANAC-ICEA: 10 Anos dos Requisitos de Proficiência em Inglês Aeronáutico no Brasil" – evento que reuniu 130 profissionais durante dois dias de palestras, visitas guiadas e workshops. Já em novembro, a "V Semana de Qualidade da Informação do Transporte Aéreo" contou com 230 participantes de empresas aéreas e teve, pela primeira vez, um painel inteiramente dedicado a estudos acadêmicos de economia do transporte aéreo.

Eventos Internacionais

Além de ser marcado pelo fortalecimento da atuação internacional da Agência, 2017 mostrou a força e o respeito conquistados pelo Brasil no setor da aviação civil. A Agência representou o país em importantes reuniões e celebrou acordos bilaterais de aviação com países como Camboja, China e Guiné-Bissau.

Além disso, a Agência promoveu 13 eventos internacionais entre eles painéis, reuniões e seminários em parceria com a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

A ANAC idealizou e realizou a segunda edição do Safety Management Summit (SMS) Brazil 2017 – evento internacional anual sobre segurança operacional que reúne empresas aéreas, operadores de aeródromos, indústrias aeronáuticas, profissionais da aviação civil e de todos os órgãos públicos que compõem o Sistema de Aviação Civil Brasileiro. A partir de 2017, o SMS passou a contar com a parceria do DECEA para sua realização.

TABELA 16: SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO EM 2017 E COMPARATIVO COM ANOS ANTERIORES

Tipo	2017	2016	2015
Notas e Press releases	70	164	111
Atendimento a demandas de Imprensa	2.148	2.161	1.949
Coletivas de Imprensa / Entrevistas concedidas	49	119	79
Eventos institucionais realizados	74	74	96
Produtos gráficos e eletrônicos	1.350	760	444
Publicações na internet	1.022	1.442	1.580





8.4 - GRUPOS BRASILEIROS DE SEGURANÇA OPERACIONAL (BAST)

O Programa de Segurança Operacional Específico da Agência Nacional de Aviação Civil (PSOE-ANAC) contempla as diretrizes e os requisitos para orientar a implantação e desenvolvimento de Sistemas de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO, representando o compromisso da ANAC com a busca da melhoria contínua nos níveis de segurança operacional da aviação civil brasileira. O referido Programa estabelece no art. 75 que “a ANAC deve desenvolver iniciativas, em colaboração com a indústria da aviação civil, para o compartilhamento de dados e informações de segurança operacional”. Essas iniciativas devem ter por objetivo “o aprimoramento dos processos da garantia da segurança operacional”. Assim, surgiram os Grupos Brasileiros de Segurança Operacional (BAST), cujo objetivo principal é envidar esforços, em conjunto com os Provedores de Serviço da Aviação Civil (PSAC) e a comunidade de aviação civil, em prol da segurança operacional da aviação civil no Brasil, equiparando-a ao nível das regiões mais seguras do mundo. No âmbito do BAST, os grupos se organizam da seguinte forma:

I - Grupo Brasileiro de Segurança Operacional da Aviação Comercial (BCAST), cujo objetivo é tratar dos assuntos relacionados às operações com aeronaves de transporte aéreo público que realizam operações domésticas, de bandeira ou suplementares.

II - Grupo Brasileiro de Segurança Operacional de Helicópteros (BHEST), cujo objetivo é tratar dos assuntos relacionados às operações das aeronaves de asas rotativas.

III - Grupo Brasileiro de Segurança Operacional da Aviação Geral (BGAST), cujo objetivo é tratar dos assuntos relacionados às operações das aeronaves de asas fixas da aviação geral e das aeronaves que realizam operações complementares ou por demanda.

IV - Grupo Brasileiro de Segurança Operacional de Infraestrutura Aeroportuária (BAIST), cujo objetivo é tratar dos assuntos relacionados à infraestrutura aeroportuária brasileira.

Saiba mais:

A estrutura organizacional do BAST está definida na Resolução nº 399, de 12 de dezembro de 2016.

Outras informações sobre os Grupos Brasileiros de Segurança Operacional – BAST podem ser acessadas no link <http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/gerenciamento-da-seguranca-operacional/grupos-de-seguranca-operacional>



8.5 - ACOMPANHAMENTO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR

O Acompanhamento do Mercado de Transporte Aéreo tem entre seus principais objetivos ampliar o conhecimento da sociedade sobre o desempenho do setor, atender ao programa estatístico da *International Civil Aviation Organization* (ICAO) e da Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC), bem como subsidiar a realização de estudos e a tomada de decisões no âmbito da iniciativa privada e da administração pública, tais como: a elaboração de leis; a formulação de políticas públicas; a adoção de medidas regulatórias; o planejamento da oferta de voos; o planejamento de investimentos em infraestrutura aeroportuária e em sistemas de navegação aérea; a promoção da concorrência; a análise de atos de concentração; a investigação de práticas anticompetitivas; a defesa do consumidor; os processos judiciais; as ações civis públicas; os estudos acadêmicos; entre outros. O acompanhamento consiste, ainda, em avaliar o efeito das decisões e alterações promovidas no ambiente regulatório.

O principal insumo de tal acompanhamento exercido pela ANAC são os dados e documentos periodicamente apresentados pelas empresas brasileiras e estrangeiras que exploram o transporte aéreo público de passageiro, carga e mala postal no Brasil. Tratam-se de dados estatísticos de voos, tarifas aéreas comercializadas, demonstrações contábeis, frota, pessoal e consumo de combustível que permitem acompanhar o desempenho do setor por meio de indicadores e a evolução da demanda, da oferta, da eficiência operacional, da estrutura de mercado, do preço dos serviços de transporte aéreo público, dos fluxos de caixa, das receitas, custos e despesas, da situação patrimonial, entre outros. Também são utilizados dados socioeconômicos produzidos por inúmeras outras entidades brasileiras e estrangeiras.

Os dados e documentos requeridos pela ANAC são regulamentados por meio de resoluções e portarias, em que se estabelecem a obrigação para os regulados, o modelo de informação, os critérios de apuração e os prazos de apresentação dos dados. Com o objetivo de alcançar o maior grau possível de consistência e tempestividade da informação, os dados são submetidos a procedimentos de fiscalização pela ANAC.

A seguir, são brevemente apresentados os principais produtos divulgados na seção Dados e Estatísticas do Portal da ANAC na internet para livre acesso de qualquer interessado, assim como informações sobre o Programa Estatístico da ICAO. Antes, cabe mencionar que, além dos produtos divulgados, a ANAC atende demandas específicas sobre informações do mercado de transporte aéreo formuladas pelos mais diversos interessados.





Programa Estatístico da ICAO

O Programa Estatístico da ICAO é mantido desde 1947 para a padronização, a coleta, a análise, a melhoria e a disseminação de estatísticas relacionadas à aviação civil. O Brasil remete, por meio da ANAC, os dados requeridos pela ICAO e participa do Aviation Data and Analysis Panel (ADAP), que é o painel responsável por debater e tecer recomendações sobre o Programa Estatístico ao Air Transport Committee (ATC) daquela organização.

Saiba mais:

Para mais informações sobre o Programa Estatístico da ICAO, acesse a página Aviation Data, no objetivo estratégico Economic Development of Air Transport: <http://www.icao.int/sustainability/Pages/eap-statistics-programme.aspx>

Anuário do Transporte Aéreo

Divulgado anualmente desde 1972, o Anuário do Transporte Aéreo apresenta um panorama do comportamento do mercado aéreo ao longo dos últimos dez anos, com foco no ano anterior à sua divulgação.

Ele contempla um abrangente conjunto de informações provenientes das operações domésticas e internacionais das empresas aéreas brasileiras e estrangeiras que prestam serviços no Brasil, tais como: passageiros e cargas transportados; oferta e demanda; aproveitamento das aeronaves; participação de mercado; atrasos e cancelamentos; frota de aeronaves; pessoal por categoria; aeroportos utilizados; receitas, custos e despesas; resultado líquido do exercício; indicadores de liquidez, rentabilidade, endividamento e situação líquida patrimonial; tarifas aéreas domésticas comercializadas; percentuais de atrasos e cancelamentos de voos; participação dos modais aéreo e rodoviário no transporte interestadual de passageiros em distâncias superiores a 75 km, entre outros.

Saiba mais:

Para mais informações sobre o Anuário do Transporte Aéreo, acesse a seção Dados e Estatísticas do portal da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/anuario-do-transporte-aereo>

Relatório Demanda e Oferta do Transporte Aéreo – Empresas Brasileiras

O relatório apresenta a evolução da oferta, da demanda, da participação de mercado e da taxa de aproveitamento dos assentos das aeronaves das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular e não regular de passageiro, carga e mala postal, em voos domésticos e internacionais. Os dados divulgados são mensais. Além disso, o relatório apresenta a participação dos modais aéreo e rodoviário no transporte interestadual de passageiros em distâncias superiores a 75 km nos últimos anos.

Saiba mais:

Para mais informações sobre o relatório Demanda e Oferta do Transporte Aéreo – Empresas Brasileiras, acesse a seção Dados e Estatísticas do portal da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/relatorio-demanda-e-oferta-do-transporte-aereo-empresas-brasileiras>



Relatório Tarifas Aéreas Domésticas Comercializadas

Este relatório traz dados mensais sobre os valores das tarifas aéreas comercializadas (efetivamente vendidas) para o transporte de passageiros em todos os voos regulares domésticos no Brasil. São apresentados os seguintes dados: a evolução do valor médio da tarifa aérea, tanto nominal quanto real (considerando a inflação); a evolução do valor médio do Yield Tarifa Aérea, que determina o preço médio cobrado por quilômetro voado, em termos reais e nominais; e a evolução da proporção de assentos comercializados por faixa de preço, entre outros.

Além dos valores nacionais consolidados, as informações sobre as tarifas aéreas domésticas comercializadas são divulgadas no portal da ANAC na internet com detalhamento por unidade da federação e por pares de regiões do Brasil. A série histórica inicia-se em 2002 com dados mensais.

Na mesma página, é possível acessar informações sobre histórico do regime tarifário do transporte aéreo doméstico de passageiros no Brasil, os fatores que afetam a tarifa aérea e a metodologia de acompanhamento da ANAC.

Saiba mais:

Para mais informações sobre o Relatório de Tarifas Aéreas Domésticas Comercializadas, acesse a seção Dados e Estatísticas do portal da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/relatorio-de-tarifas-aereas-domesticas>

Demonstrações Contábeis de Empresas Aéreas Brasileiras

A Resolução ANAC nº 342/2014, definiu a divulgação, a partir de 1º de janeiro de 2015, no portal da ANAC, das demonstrações contábeis trimestrais e anuais das empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público regular e não regular, exceto na modalidade táxi-aéreo.

As demonstrações contábeis trimestrais contemplam o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório de Revisão das Informações Trimestrais apresentadas à ANAC elaborado pelos auditores independentes.

Apenas as empresas de transporte aéreo público regular e não regular de passageiros com participação de mercado relevante estão obrigadas a apresentar à ANAC as suas demonstrações contábeis em periodicidade trimestral.

Já as demonstrações contábeis anuais incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório de Administração e o Relatório do Auditor Independente. Essas devem ser apresentadas à ANAC por todas as empresas brasileiras de transporte aéreo público regular e não regular de passageiro, carga e mala postal, exceto táxi-aéreo.

A partir dessas demonstrações é possível analisar a evolução da posição patrimonial, do resultado operacional e dos fluxos de caixa, a composição de receitas, custos e despesas, os fatores que afetaram o desempenho e as expectativas futuras na visão das empresas aéreas, entre outras informações.

Saiba mais:

Para mais informações sobre as Demonstrações Contábeis das Empresas Aéreas Brasileiras, acesse a seção Dados e Estatísticas do portal da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/demonstracoes-contabeis-de-empresas-aereas-brasileiras>





Base de Dados Estatísticos do Transporte Aéreo

Trata-se de uma abrangente e detalhada base de dados em sua página na internet, que contempla informações sobre os voos domésticos e internacionais realizados pelas empresas brasileiras e estrangeiras que atuam no país, tais como: quantidade de decolagens; quantidade de passageiros e carga transportada; quilômetros voados; assentos ofertados; entre outras. As informações estão detalhadas por mês, aeroporto de origem/destino e companhia aérea, propiciando a realização de estudos específicos e mais aprofundados sobre a demanda, a oferta, a taxa de aproveitamento dos assentos das aeronaves, a estrutura de mercado etc.

Saiba mais:

Para mais informações sobre a Base de Dados Estatísticos do Transporte Aéreo, acesse a seção Dados e Estatísticas do portal da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/base-de-dados-estatisticos-do-transporte-aereo>

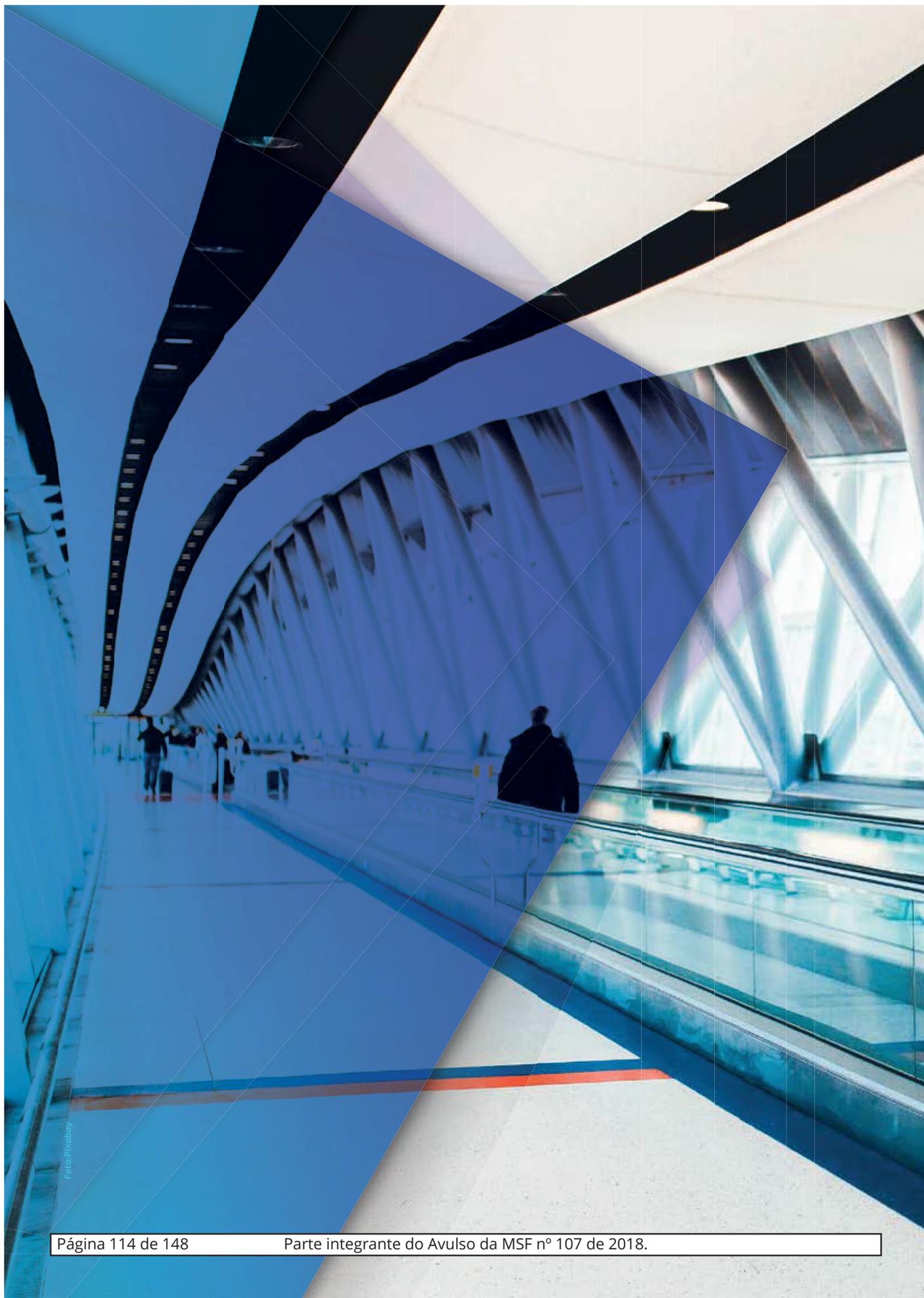






GESTÃO INTERNA







9 - GESTÃO INTERNA

9.1 - GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1.1 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é o instrumento no qual a instituição explicita seus objetivos de longo prazo e as ações a serem empreendidas para a consecução desses objetivos. O Plano constitui, portanto, um compromisso firmado pela instituição junto a seus colaboradores e à sociedade. O Plano Estratégico ANAC 2015- 2019, foi elaborado através de um modelo participativo, com contribuições de colaboradores de todos os setores e unidades.

Os objetivos estão distribuídos entre as 4 (quatro) perspectivas do mapa estratégico, a saber: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Recursos Financeiros, conforme o Mapa Estratégico apresentado a seguir.

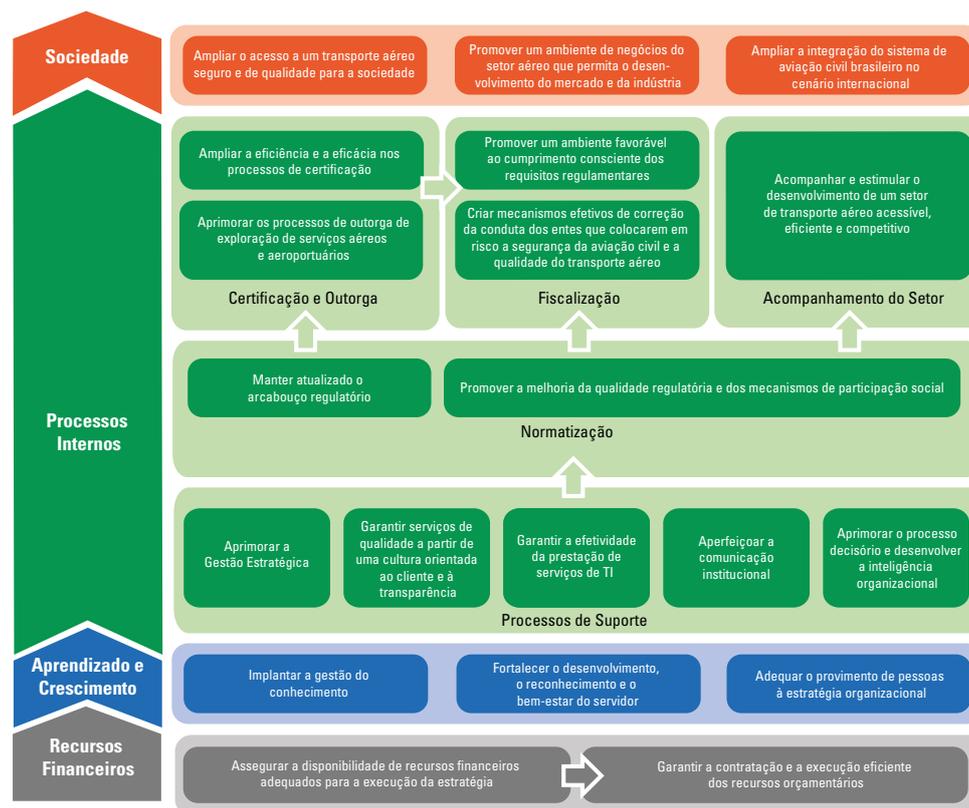


Figura 26 - Mapa Estratégico ANAC 2015-2019



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

O Plano Estratégico ANAC 2015-2019 entrou no seu terceiro ano de execução em 2017 e, a fim de atualizá-lo em relação ao contexto atual da Agência e verificar se os objetivos e iniciativas estratégicas estão sendo alcançados, bem como as ações adicionais necessárias, iniciou-se o seu processo de revisão. Esse processo consistiu em realizar um balanço dos projetos e ações em desenvolvimento na Agência, avaliar o alinhamento destes com as atuais iniciativas e verificar ações adicionais e iniciativas que não são mais pertinentes ao contexto atual da Agência. Nesse processo de revisão, verificou-se que todos os objetivos estão devidamente encaminhados.

As ações estratégicas da Agência são acompanhadas pelos Diretores e Titulares de unidades organizacionais, bimestralmente, por meio da Reunião de Gestão, conforme Portaria nº 1.499/2017, que instituiu o calendário das reuniões para o ano de 2017. As ações monitoradas incluem as metas de avaliação de desempenho institucional, os projetos prioritários e estratégicos, a Agenda Regulatória, os Indicadores Estratégicos, dentre outras.

Saiba mais:

A versão completa do novo Plano Estratégico 2015-2019, está disponível para consulta em:
https://www.anac.gov.br/A_Anac/institucional/planejamento-estrategico

A tabela dos indicadores estratégicos pode ser acessada por meio do link http://intranet.anac.gov.br/fortalecimento_institucional/plano_estrategico/indicadores_de_desempenho.html

A Agenda Regulatória pode ser acessada pelo link: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjQ1ZWUxYmUtYWNlYS00MTIzLWlxY2MtNzZlYzY4NmZjZTI0IiwidCI6ImI1NzQ4ZjZlLWl0YTQ0tNGlyYi1hYjJhLWVmOTUyMjM2ODM2Ni1slmMiOjR9>

9.1.2 - PLANO PLURIANUAL 2016-2019

Para o período de 2016 a 2019, o Plano Plurianual (PPA) destacou, dentro de sua dimensão estratégica, o investimento em infraestrutura como meio para a redução de custos, o aumento da competitividade no mercado internacional, o desenvolvimento, a produtividade e a inclusão social. No PPA, a ANAC é responsável pela gestão do objetivo 0085: "Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita". A Agência também colabora para o alcance dos seguintes objetivos:

- 0083: "Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão";
- 0084: "Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência";
- 0086: "Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira"; e
- 0087: "Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil".





9.1.3 - GESTÃO DE PROJETOS

A gestão de projetos representa um dos principais pilares do modelo de gestão da ANAC, com destaque para o uso de boas práticas internacionais em gerenciamento de projetos. A ANAC conta com um Escritório de Projetos, que possui a responsabilidade pela difusão dessa cultura, o apoio aos gerentes dos projetos e a geração de subsídios à alta administração para a tomada de decisões sobre os projetos que agregam alto valor à estratégia da organização.

Um dos projetos estratégicos em execução, Maturidade em Gestão de Projetos, visa à elevação da maturidade da Agência como um todo na disciplina de gerenciamento de projetos, internalizando as melhores práticas mundialmente aceitas para o tema, de modo a aperfeiçoar a capacidade da organização em alcançar melhores resultados com seus projetos. Dentre aquelas melhores práticas, vale mencionar o estímulo à certificação profissional em gerenciamento de projetos e a criação da Comunidade de Gerenciamento de Projetos da ANAC.

O portfólio de projetos da Agência está em constante atualização, novos projetos são adicionados conforme projetos são encerrados ou ocorrem mudanças no contexto atual. A carteira de projetos atual está disposta na Portaria nº 99, de 19 de janeiro de 2016. Entre os novos projetos, pode-se destacar o início do Programa PSOE, que abarca cerca de 12 (doze) projetos divididos em dois grandes grupos.

Já entre os projetos encerrados no ano de 2017, a fim de viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico, destacaram-se os seguintes: "Registro e Monitoramento de Serviços Aéreos", "Diretrizes para Qualidade Regulatória" e "Elaboração de Metodologia de Produção de Normas Finalísticas".

Prioridade ao Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC (PSOE-ANAC)

Em julho de 2017, foi iniciado um grande esforço de avanço na implementação do Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC (PSOE-ANAC), com a inclusão do tema na Carteira de Projetos da Agência. O objetivo é desenvolver a estrutura e os processos necessários na Agência para alcançar de forma plena a execução do PSOE, a fim de contribuir para que a ANAC se torne referência na gestão da segurança operacional e para a segurança e excelência da aviação civil brasileira.

A efetivação de um programa voltado à gestão da segurança operacional demonstra o compromisso da ANAC com a sociedade e a comunidade de aviação civil e a busca da Agência pelo aprimoramento de seus processos de regulação, de normatização, de certificação e de fiscalização. O programa envolve diversas áreas técnicas e tem patrocínio do Diretor-presidente da ANAC, José Ricardo Botelho.



Com a realização do Programa, a ANAC corrobora seu compromisso com a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) ao fortalecer sua aderência às cláusulas do Anexo 19 da Convenção de Chicago, que trata do Gerenciamento de Segurança Operacional (Safety Management). O aprimoramento de sua capacidade de diagnósticos sobre o sistema de aviação civil e a redução das incertezas relacionadas à sua ação de supervisão, consequências esperadas com a implementação integral do PSOE-ANAC, tendem a contribuir também para a melhoria da imagem e do desempenho da aviação civil brasileira no ranking da OACI.

O Programa será desenvolvido ao longo de cinco anos, com conclusão prevista para 2022. A primeira parte envolve oito projetos relacionados ao gerenciamento de riscos, à promoção da segurança operacional, à implementação do Plano de Capacitação em Segurança Operacional, entre outros.

A segunda parte trará quatro projetos, relacionados, por exemplo, à análise crítica e melhoria contínua e à plena implementação do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO) por parte dos provedores de serviços da aviação civil.

No total serão executados 12 Projetos Prioritários com o aprimoramento de 12 capacidades organizacionais e a entrega de 50 produtos. Entre as capacidades a serem desenvolvidas, destacam-se a definição de medidas mitigadoras compatíveis com o nível de risco, a alocação de recursos para o adequado desempenho da segurança operacional e a melhoria contínua das funções de supervisão e gerenciamento da segurança.

9.1.4 - GESTÃO DE PROCESSOS

O Escritório de Processos (ESPROC), responsável pela Gestão de Processos da ANAC, vem acompanhando a dinâmica de identificação, mapeamento e formalização dos processos da Agência. Em 2017, a ANAC atingiu a importante marca de 100% de seus processos mapeados.

Outra ação relevante desenvolvida pelo ESPROC foi a disponibilização da Cadeia de Valor em todos os setores da Agência. Essa medida tem o intuito de difundir a mentalidade de gestão por processos e sensibilizar os atores responsáveis pelo mapeamento e seus superiores. A Cadeia de Valor comunica o que faz a instituição e proporciona uma visão sistêmica da operação e dos processos e produtos entregues pela Agência — além de auxiliar a tomada de decisão em alto nível. Os macroprocessos são representados na Cadeia de Valor em forma diagramática, buscando apresentar as relações dos termos definidos no Regimento Interno:

I - Regulamentação: compreende os processos relacionados ao estabelecimento de requisitos a entidades do Sistema de Aviação Civil por meio da elaboração e atualização de atos normativos de competência da ANAC;

II - Certificação e Outorga: compreende os processos relacionados à verificação do atendimento a requisitos estabelecidos em atos normativos para que produto, empresa, processo, serviço ou pessoa possa prestar serviços, executar atividades ou ser operado dentro do Sistema de Aviação Civil;





III - Fiscalização: compreende os processos relacionados à verificação da conformidade de produtos, empresas, processos, serviços ou pessoas que atua de forma lícita ou ilícita dentro do Sistema de Aviação Civil e a respectiva ação da Agência em caso de não conformidade;

IV - Relações Institucionais: compreende os processos de relacionamento da ANAC com entes externos, dentro e fora do Sistema de Aviação Civil, à exceção dos processos já relacionados a outros macroprocessos; e

V - Gestão Interna: compreende processos de suporte ou de gestão cujos clientes são servidores e áreas internas da Agência, de forma a manter ou melhorar processos internos, competências, estrutura e infraestrutura administrativa.

A figura a seguir apresenta a cadeia de valor da ANAC.

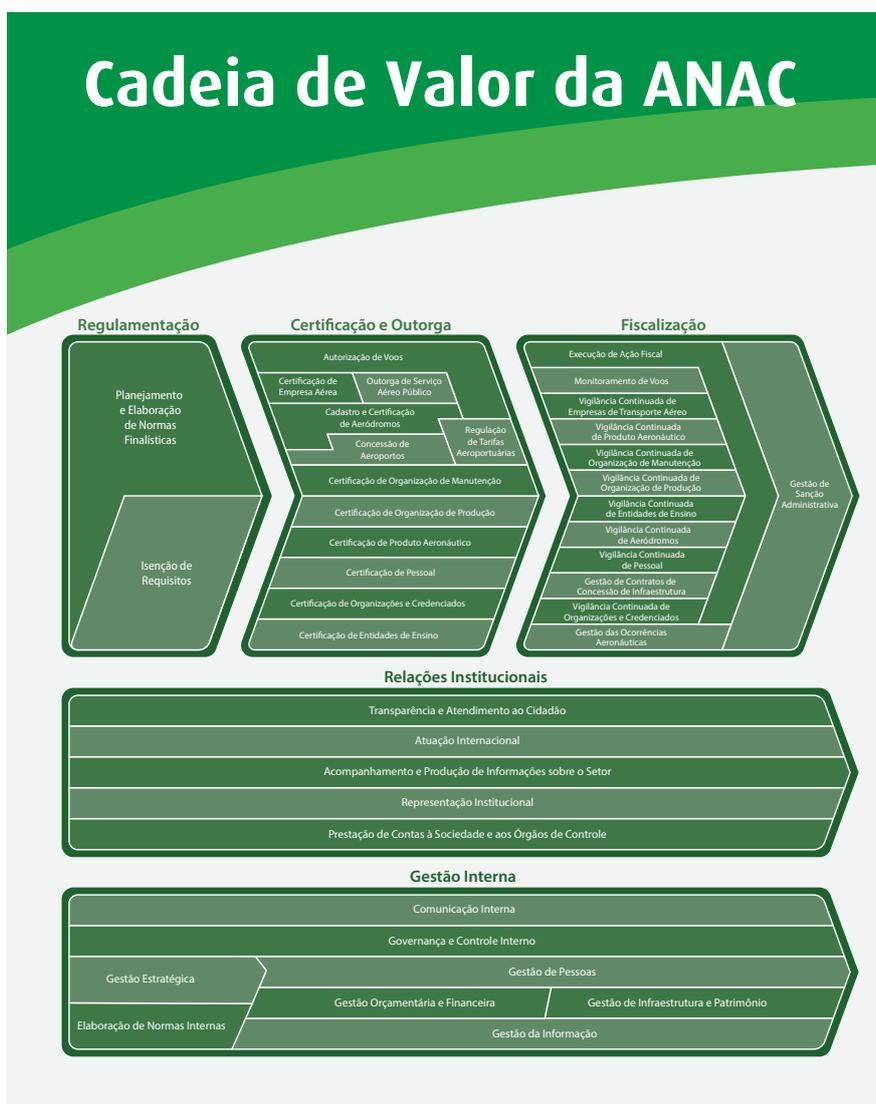


Figura 27 – Cadeia de Valor da ANAC



9.2 - GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas da Agência está alinhada com o Planejamento Estratégico, atuando principalmente nas dimensões de Aprendizado e Crescimento e de Processos Internos. Para o atingimento das metas propostas, a estrutura e a política de pessoal precisam prover a Agência com força de trabalho adequada. Com esta finalidade, foram estabelecidos objetivos estratégicos relativos ao desenvolvimento, reconhecimento e bem-estar dos servidores.

Quem Faz a ANAC - Composição da Força de Trabalho

A força de trabalho da ANAC é composta por colaboradores do quadro ativo permanente que está dividido em três carreiras:

- i) as carreiras que compõem o quadro de pessoal efetivo;
- ii) as carreiras oriundas do quadro do Ministério da Ciência e Tecnologia; e
- iii) as carreiras que compõem o quadro de pessoal específico.

O quadro de pessoal efetivo é composto por quatro cargos: dois de nível superior, Especialista em Regulação de Aviação Civil e Analista Administrativo, e dois são de nível médio, Técnico em Regulação de Aviação Civil e Técnico Administrativo.

O quadro de pessoal da carreira de Ciência e Tecnologia (C&T) é composto por três cargos: Tecnologista, Assistente em Ciência e Tecnologia, e Técnico.

O quadro de pessoal específico é composto de dezessete cargos. São eles: Administrador, Agente Administrativo, Agente de Mecanização de Apoio, Agente de Portaria, Agente de Telecomunicação e Eletricidade, Artífice de Artes Gráficas, Assistente Administrativo, Assistente Social, Contador, Datilógrafo, Economista, Engenheiro, Motorista Oficial, Perfurador Digitador, Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico de Contabilidade e Telefonista.

A Agência encerrou o ano de 2017 com 1.541 servidores compondo sua força de trabalho. Destes, 1.453 eram servidores de carreira vinculados à ANAC (estando 41 cedidos a outros órgãos). Em 2017, houve a nomeação de novos Técnicos Administrativos, Analistas Administrativos, Técnicos em Regulação de Aviação Civil e Especialistas em Regulação de Aviação Civil aprovados no concurso público de 2015.

Dentre os servidores da ANAC no ano findo, 88 eram sem vínculo com a Administração Pública, 65 requisitados de outros órgãos e esferas, 13 em exercício descentralizado de carreira e 1 em exercício provisório no órgão. Não há servidores com contratos temporários ou Agentes políticos na Agência.





A tabela a seguir detalha a composição do quadro funcional da Agência por gênero:

TABELA 17: COMPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.865	1.453	109	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.865	1.453	109	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.865*	1.374	97	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	13	3	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	65	9	17
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	88	19	23
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.865	1.541	128	81

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Obs: Os servidores afastados e cedidos foram considerados para fins da tabela. Número de servidores afastados em 31/12/2017 – 14. Número de servidores cedidos em 31/12/2017 – 41.

* Foi considerado o quantitativo dos cargos efetivos da Lei nº 10.871/2004 acrescido do total dos cargos da Carreira de C&T e da Carreira Específica na ANAC.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES / 2017

O corpo funcional se destaca por seu nível de escolaridade, conforme pode-se observar no gráfico abaixo:

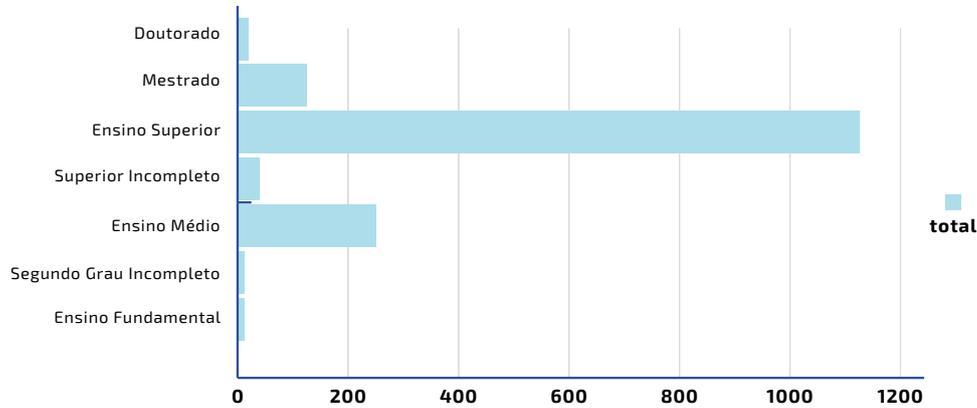


Figura 28 - Nível de escolaridade dos servidores.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição dos servidores por sexo.

TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SEXO

Tipo de Vínculo	F	M	Total Geral
Servidores de carreira vinculada ao órgão	312	1021	1333
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	42	46	88
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	19	46	65
Servidores Cedidos	11	30	41
Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	6	13
Servidores de carreira em exercício provisório	1		1
Total Geral	392	1149	1541

É possível perceber que a ANAC possui um quadro de servidores predominantemente masculino. Cerca de 75% dos servidores são homens.

A ANAC contava ainda, em 2017, com um quadro de colaboradores terceirizados que prestam serviços de apoio administrativo às unidades da Agência, distribuídos conforme a tabela abaixo:



**TABELA 19: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES TERCEIRIZADOS DA ANAC**

Fonte: ANAC | * Inclusive os terceirizados dos NURAC

Cargo	Total
Secretária Executiva	23
Técnico Secretariado	114
Recepcionista *	118
Mensageiro	29
Total Geral	284

Adicionalmente, existem outros colaboradores terceirizados, oriundos de contratos com mão de obra dedicada, nos quais se incluem os prestadores de serviços de limpeza, copeiragem, vigilância, manutenção predial, callcenter, transporte e serviços de Tecnologia da Informação.

Observa-se uma redução do quantitativo de colaboradores terceirizados em comparação com o ano de 2016, quando a ANAC contava com 585 colaboradores.

Distribuição da Força de Trabalho nas Áreas Técnicas Finalísticas, Unidades e Subunidades

Pouco mais de 71% dos servidores da Agência estão lotados nas áreas finalísticas (Diretorias, SFI, SIA, SAR, SAS, SPO, SRA, ASIPAER, ASJIN) e, aproximadamente 25% dos servidores desempenham suas funções nas áreas meio (SGP, SAF, STI, SPI, OUV, ASCOM, ASPAR, AUD, ASTEC, CRG, PGFPF, ASINT). A tabela abaixo apresenta a distribuição dos servidores entre as áreas, não contabilizando os 41 servidores cedidos:

TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ÁREA

Áreas	F	M	Total Geral
Afastados	1	13	14
Área fim	216	853	1069
Área meio	151	218	369
Diretoria	13	35	48
Total Geral	381	1119	1500



Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT

Objetivando reduzir a rotatividade, um dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico (2015-2019) é o de "Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor", que traz como uma de suas ações "Promover a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores".

Neste viés, foram publicados a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) da ANAC, por meio da Instrução Normativa nº 93 e da Portaria nº 207, respectivamente, ambas de 2 de fevereiro de 2016. Os normativos têm por objetivo promover o fortalecimento institucional por meio de ações que aprimorem o clima organizacional; implantar ações voltadas para a identificação, redução ou eliminação de fatores geradores de mal-estar no trabalho de maneira a reduzir o risco de evasão do capital humano na Agência; e criar formas de atuação efetiva dos trabalhadores na elaboração e promoção da QVT.

Para tanto, foram desenvolvidas, em 2017, ações relacionadas à valorização, ao bem-estar e à saúde dos servidores, com destaque para o evento de comemoração ao dia do servidor público em outubro e promoção de palestras motivacionais e de capacitação. Além disso, algumas ações previstas no PQVT foram concluídas e tiveram seus produtos entregues, as quais podemos destacar a Transmissão em tempo real da reunião de Diretoria, o Mapeamento de Processos e a Publicação dos Manuais de Procedimentos, o Estudo para avaliar a possibilidade de mudança de regime de trabalho e a Contratação de WiFi corporativo.

Política de Capacitação e Treinamento do Pessoal

Para garantir que o corpo técnico pudesse prestar suas atribuições com a qualidade esperada, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação – PAC 2017, no qual ações de capacitação foram propostas visando à formação, ao desenvolvimento e ao aprimoramento contínuo dos servidores da Agência. Nesse Plano estão previstos eventos internos de capacitação, promovidos pela ANAC, eventos in company, indicações de instituições de referência na área de aviação civil para a capacitação externa, bem como as referências para a realização de graduação e pós-graduação e os projetos especiais priorizados.

Em 2017, a agência promoveu um recorde em termos de eventos internos, alcançando a marca de 282 treinamentos. Número superior ao conseguido em 2014, 254 eventos, o recorde até então. Isto representou a execução de 75% do Plano Anual de Capacitação 2017. Em decorrência deste aumento, a capacidade do Centro de Treinamento (CT) foi ampliada em 164% em 2017, 103 eventos contra 39 em 2016.

Dentre os avanços na área de capacitação em 2017, destaca-se:

- Conclusão da primeira fase do mapeamento de competências, com mais de 1.400 competências mapeadas. O mapeamento de competências possibilita uma melhor gestão das lacunas de conhecimento, habilidades e atitudes, e, conseqüentemente, a racionalização do planejamento da capacitação.
- A ANAC recebeu diversas instituições públicas nacionais e estrangeiras que vieram realizar benchmarking sobre a implementação da gestão por competências, como: AGU, Correios, DNIT, ENAP, ANEEL, PREVIC, Senado e a Autoridade de Aviação Civil de Cabo Verde.





Laboratório de Inovação - Lab InovANAC e Gestão do Conhecimento



Em consonância com o valor institucional "Incentivamos a Inovação", a ANAC realizou diversas ações para o fomento à inovação aberta, tanto dentro da Agência, quanto externamente, o que tem assegurado à Agência papel de destaque nos fóruns de inovação no setor público federal.

A primeira grande ação em 2017 foi a adesão, em fevereiro, à Rede de Inovação no Setor Público – Rede InovaGov, que congrega atualmente 84 instituições públicas, privadas e do meio acadêmico. A ANAC assumiu a liderança do Desafio Mobilizador de Formação para Inovação e participa ativamente das atividades da Rede.

Ainda em fevereiro, foi lançada a Iniciativa InovANAC para promoção da inovação na Agência. Em novembro do mesmo ano, a iniciativa foi convertida no **Laboratório de Inovação em Governo da Agência Nacional de Aviação Civil – Lab InovANAC**, por meio da Portaria nº 3.791, de 14 de novembro de 2017, inserindo a Agência em um grupo seletivo de órgãos que também possuem laboratórios de inovação formalmente instituídos. Essa iniciativa tem o objetivo de fomentar a cultura da inovação, através do desenvolvimento de projetos inovadores, oficinas de trabalho e outras ações, disponibilização de ferramentas, técnicas e métodos de inovação, formalização de cooperação e parcerias relacionadas à inovação com universidades, órgãos públicos e outras entidades, realização de eventos como palestras, encontros, seminários, congressos e assemelhados em assuntos relacionados à inovação, dentre outras ações.

Em 2017, foram realizadas diversas ações no âmbito do InovANAC, como a realização do 1º Prêmio InovANAC de práticas de inovação, com o objetivo de reconhecer as ações de inovação realizadas pelos servidores da Agência. O prêmio recebeu a inscrição de 23 práticas de inovação com a participação direta de mais de 120 servidores e a fase de votação teve mais de 500 votos válidos.

A Agência também apresentou resultados na Gestão do Conhecimento, cuja implantação é um dos objetivos estratégicos e também um dos projetos estratégicos da ANAC. Dentre os principais resultados, pode-se destacar:

- Lançamento da wiki corporativa da Agência (WikiANAC), que visa melhorar a comunicação e o registro de informações relevantes para as atividades dos servidores e colaboradores. No final de 2017, a WikiANAC possuía 97 servidores cadastrados, 886 páginas e 2.731 edições.
- Realização de 11 edições do Papo ANACadêmico, iniciativa que busca a valorização dos servidores que realizam estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre temas relacionados à Aviação Civil, além de criar um ambiente mais propício para a troca e o desenvolvimento de novas competências. As edições contaram com a participação de mais de 900 pessoas, considerando o acompanhamento presencial e por streaming.



9.3 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2017, a Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 13.414/2017) fixou inicialmente a despesa orçamentária da ANAC em R\$ 686,4 milhões, alocada nas seguintes categorias:

TABELA 21: ORÇAMENTO POR GRUPOS DE DESPESAS - EXERCÍCIO 2017 (R\$)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Varição
Discricionárias	167.000.000	167.000.000	0
Obrigatórias	367.594.829	390.821.448	23.226.619
Pessoal	356.351.753	377.694.909	21.343.156
Benefícios	11.243.076	13.126.539	1.883.463
Reserva	151.764.502	151.764.502	0
Total Geral	686.359.331	709.585.950	23.226.619

- **Despesas discricionárias** (R\$ 167,0 milhões): para manutenção da unidade e de sua atividade, bem como para investimentos efetuados durante o exercício;
- **Despesas obrigatórias** (R\$ 367,6 milhões): contemplam basicamente os gastos com pessoal ativo e inativo, incluindo benefícios;
- **Reserva de contingência** (R\$ 151,8 milhões): rubrica contábil que não é diretamente utilizada. Pode servir para custear alterações orçamentárias extraordinárias e, em grande parte, constitui-se da arrecadação da Agência que, por força de normativo, não foi totalmente utilizada para custear suas despesas.

Ao longo do ano, houve a necessidade de ampliação da dotação relativa às despesas obrigatórias para R\$ 390,8 milhões em virtude do ingresso de novos servidores para o quadro efetivo da Agência e pagamento de despesas de exercícios anteriores devidas a servidores.

No que tange às despesas discricionárias, foram alocados R\$ 167 milhões na LOA 2017, mas, devido ao cenário de contração fiscal, o orçamento discricionário da Agência foi contingenciado em R\$ 23,5 milhões, resultando R\$ 143,5 milhões como limite autorizado para o exercício. O orçamento discricionário é dividido em investimento (que engloba aquisições de instalações, equipamentos, material permanente e obras) e custeio (que abrange a manutenção e o funcionamento da Agência, bem como as despesas continuadas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de normatização, regulação e fiscalização). Conforme definido na lei orçamentária, e atendendo ao limite do contingenciamento, R\$ 10,3 milhões do orçamento discricionário da ANAC foram destinados a investimentos e R\$ 133,2 milhões foram alocados em "outras despesas de custeio", perfazendo os R\$ 143,5 milhões.

Vale ressaltar o esforço continuado da Agência na racionalização de seus gastos. Esforço esse que se traduz na queda dos valores de aluguel decorrente da renegociação de contratos de locação; diminuição de despesas com apoio administrativo decorrente da redução do quantitativo de postos de trabalho terceirizados contratados pela Agência; implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEII, que gerou economia mais substancial em 2017 nos contratos de malote, impressão e mensageiros; bem como uma política de modernização da gestão de despesas em geral, como condomínios, energia, telefonia móvel para gestores e outras.





9.3.1 - EXECUÇÃO GERAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2017, a execução orçamentária da ANAC – considerando os empenhos em relação ao limite orçamentário total – alcançou o patamar de 97,1% (R\$ 139,4 milhões empenhados em relação aos R\$ 143,5 milhões de limite). Esse resultado indica um desempenho muito bom para a execução orçamentária da ANAC, a exemplo do exercício anterior em que a Agência executou 97,2% do seu orçamento.

9.3.2 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Gerencialmente, as despesas discricionárias são classificadas em seis blocos, a saber: (1) Manutenção, Suporte & Gestão; (2) Gestão de Pessoas; (3) Tecnologia da Informação; (4) Comunicação; (5) Planejamento e Estudos e (6) Diárias & Passagens.

O acompanhamento formal da execução orçamentária desses blocos é realizado periodicamente, com o Superintendente de Administração e Finanças, sendo posteriormente apresentado na Reunião de Gestão para Diretores e demais Superintendentes e Gerentes da Agência. Devido ao contingenciamento, neste exercício nenhuma despesa do bloco de Planejamento foi executada. Ao final do ano, a utilização dos recursos por bloco foi a seguinte:

TABELA 22: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR BLOCOS DE DESPESA - EXERCÍCIO 2017 (R\$ MILHÕES)

Blocos de despesa	Programado	Executado	% execução
Manutenção, Suporte e Gestão	88,0	86,2	98%
Gestão de Pessoas	7,5	6,3	84%
Tecnologia da Informação	30,0	30,0	100%
Comunicação	1,7	1,7	100%
Planejamento	--	--	--
Diárias e Passagens	16,2	15,2	94%
Total Geral	143,5	139,4	97,1%



9.3.3 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Adicionalmente à execução das despesas empenhadas no exercício, a Agência também atuou no sentido de gerenciar a execução dos valores inscritos em restos a pagar e administrar os saldos de empenho. Como resultado, o valor inscrito em restos a pagar do exercício de 2016 para 2017 foi praticamente resolvido, restando um saldo de somente R\$ 1,3 milhões para ser reinscrito, considerado muito baixo, como explicado a seguir.

O saldo de restos a pagar não processados de exercícios anteriores em 1º de janeiro de 2017 totalizava o valor de R\$ 16,98 milhões, cuja composição era:

- Despesas discricionárias: R\$ 15,11 milhões, ou 89%;
- Despesas com pessoal: R\$ 1,87 milhões, ou 11%.

Esse montante teve sua execução orçamentária da seguinte forma:

- Pagos durante o exercício de 2017: R\$ 10,22 milhões, ou 60,3%;
- Cancelamentos diversos de Restos a Pagar: R\$ 5,43 milhões, ou 32,0%;
- Saldo reinscrito em 2017: R\$ 1,33 milhões, ou 7,7%

Ao final de 2017 o saldo total pendente de liquidação, R\$ 1,3 milhões, corresponde a serviços ainda não prestados ou que, mesmo tendo sido realizados, não tiveram a emissão de documento fiscal por parte dos contratados. Desse saldo pendente, as despesas que não possuem uma previsão de execução devem ser bloqueadas ao final do primeiro semestre.

9.3.4 - EFEITO DA INFLAÇÃO SOBRE O LIMITE ORÇAMENTÁRIO

Cabe destacar que a parcela discricionária do orçamento da ANAC apresentou uma redução real (aplicando o efeito inflacionário) de aproximadamente 23% em relação a 2013, cujo valor nominal era de R\$ 143,6 milhões, valor que corresponderia no final de 2017 a R\$ 186,2 milhões, após ser atualizado pela inflação no período (IPCA).

Em relação ao histórico dos limites orçamentários autorizados desde 2008, a Agência teve perda real de cerca de 36% de seu orçamento, considerando-se o efeito da inflação. O gráfico abaixo explicita o efeito no poder de compra do orçamento discricionário da Agência nos últimos 10 anos, onde se veem duas curvas, a dos limites nominais e a dos limites reais em valores de 2008.



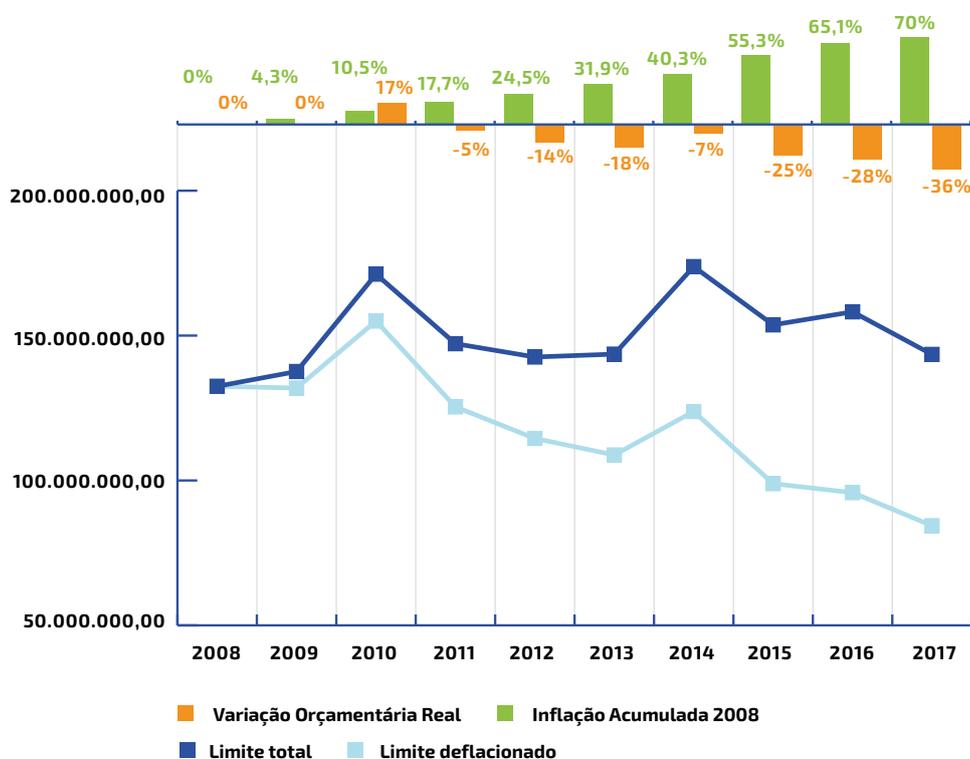


Figura 29 – Limite autorizado da ANAC x Inflação

9.3.5 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias da ANAC compõem o Fundo Aeroviário, que foi criado com o objetivo de prover recursos financeiros em projetos, construção, manutenção, operação e na administração de instalações e serviços da infraestrutura aeronáutica.

Contribuem para o fundo as receitas de multas por infração ao CBAer, de Taxas de Fiscalização da Aviação Civil, de contribuições para o ensino aeroviário e a remuneração dos saldos financeiros do Fundo Aeroviário.

Na elaboração da proposta para o Projeto de Lei Orçamentária, faz-se a previsão de receita com base em séries históricas de arrecadação, adotando-se o modelo de média móvel.



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

A Tabela a seguir traz um comparativo da receita prevista na lei orçamentária com a receita realizada.

TABELA 23: RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2017

Fonte: SIAFI

Receitas Próprias Previstas e Realizadas no exercício de 2017 (R\$)						
Fonte	Receita	Previsão de Receita (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%	Receita Líquida (R\$)	%
174	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	17.603.363	22.228.044	26,27%	22.226.001	26,26%
176	Contribuição para o Ensino Aeroviário	154.894.432	160.720.212	3,76%	160.720.212	3,76%
174	Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC	0	30.282.073	-43,65%	27.119.977	-47,96%
250	Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC	73.814.332	11.310.733		11.292.382	
280	Remuneração de Depósitos Bancários	87.438.926	96.802.082	10,71%	96.802.082	10,71%
Total		333.751.053	321.343.144	-3,72%	318.160.654	-4,67%

Pelo que se verifica na tabela acima, as receitas relativas às Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (fonte 174), à Contribuição para o Ensino Aeroviário (fonte 176) e à Remuneração de Depósitos Bancários (fonte 280) atenderam os valores previstos no LOA/2017.

No entanto, houve uma frustração de receita com Taxas de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC de 43,65%, que contribuiu para que a receita total realizada ficasse aquém do valor estimado para o exercício em 3,7%. Considerando-se as restituições de receita concedidas no período, nos montantes de R\$3.180.446,71 de TFAC e R\$2.042,89 de Multas do CBAer, a receita arrecadada líquida ficou abaixo da receita prevista em 4,7%.

Tal fato não afetou a execução orçamentária da ANAC pois os recursos oriundos das Taxas de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), que antes eram operacionalizadas pela fonte 50 – Recursos Próprios Não Financeiros, tiveram, excepcionalmente, a fonte 80 disponibilizada para custear as despesas a eles referentes em 30 de março de 2017, pela Portaria nº 14 da Secretaria de Orçamento Federal. Com exceção da previsão da fonte 250, não houve queda de arrecadação frente ao previsto.





9.4 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conforme as melhores práticas relacionadas à gestão de Tecnologia da Informação (TI), qualquer instituição, pública ou privada, para que possa realizar uma gestão eficiente dos recursos de TI, deve possuir um planejamento no qual estejam relacionadas todas as metas da instituição associadas às ações que a área de TI deverá desenvolver. Nesse sentido, desde o biênio 2010/2011 a ANAC o adota Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI) como instrumento de planejamento para as ações de TI, e em 2016 avançou com a construção do Plano Estratégico de TI (PETI – 2016/2019).

O alinhamento estratégico foi mantido com o processo de transformar a estratégia de negócio da ANAC em estratégia de TI. Essa integração habilita a TI a organizar os seus processos, determinar os investimentos e recursos humanos em TI, orientados, via de regra, pelas estratégias organizacionais. Nesse sentido, o PETI e o PDTI foram elaborados em total aderência ao Planejamento Estratégico Institucional (2015-2019), com as devidas adequações necessárias ao alinhamento com as especificidades legais e técnicas da área, bem como as diretrizes da Diretoria.

Saiba mais:

O PETI 2016/2019 pode ser acessado pelo link <http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/PETI20162019Verso1.pdf>

O Plano Diretor de TI – PDTI 2016/2017 pode ser acessado pelo link <http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/PDTI20162017Verso11INTERNET.pdf>

Comitê de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação é composto pelos superintendentes da ANAC, tanto da área finalística quanto da área meio. Quando necessário, indicam representantes para discutir assuntos específicos. Em 2017, o Comitê realizou 3 (três) reuniões, sendo 2 (duas) ordinárias e 1 (uma) em caráter extraordinário. Abaixo apresentam-se as questões que foram deliberadas pelo Comitê:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2018-2019;
- Critérios de Priorização a serem aplicados quando da ordenação do portfólio de necessidades do PDTI 2018/2019;
- Processo de elaboração do PDTI 2008/2019;
- Portaria dos Gestores e ponto focal de TI;
- Definição das próximas fases relativas ao projeto de Governança de Informações Digitais tendo como foco os seguintes macroprocessos: Aeronaves, Aeronautas e Empresas Aéreas;
- Revisão do Plano Diretor de TI 2016/2017, relativamente ao portfólio a ser executado em 2017;
- Proposta de métrica para aferição dos projetos de desenvolvimento;
- Proposta de "Portaria Identificação de Soluções Corporativas";
- Minuta de Portaria STI – Padrões tecnológicos e Recomendações para as soluções departamentais;
- Aprovação de mudanças nos Projetos previstos no Plano Diretor de TI.

Nas reuniões ordinárias do Comitê também são apresentados os resultados parciais do PDTI e o



RELATÓRIO DE ATIVIDADES / 2017

andamento dos projetos mais importantes, permitindo assim que a ANAC, por meio de seu Comitê, possa acompanhar o andamento do plano.

PDTI 2016/2017 – Principais Resultados

O portfólio de projetos de TI contemplou 170 projetos técnicos para execução em 2016/2017. Ao longo de sua vigência, 59 projetos tiveram sua execução cancelada ou paralisada, resultando em um portfólio de 101 projetos a executar.

Da análise do portfólio, verifica-se que, dos 26 projetos com conclusão prevista para o exercício de 2016 todos foram concluídos. Para o exercício de 2017, 52 projetos foram concluídos, resultando em um índice de conclusão de 77,23% dos projetos do PDTI.

Os projetos foram distribuídos por categoria, de acordo com as características técnicas. Dos 101 projetos considerados no escopo, 18 estão relacionados a contratações corporativas, 10 dizem respeito a contratações departamentais, 20 tratam de desenvolvimento de softwares e 53 projetos tratam de aspectos estruturantes de TI.

Principais Avanços

Com base em todo o exposto, pode-se afirmar que, a despeito dos desafios e dificuldades surgidos ao longo do biênio 2016 – 2017, grandes avanços foram alcançados e contribuíram sobremaneira no crescimento do processo de maturidade das práticas de governança de TI. Nesse ponto, faz-se premente observar os esforços envidados pela equipe da STI, não só os profissionais do quadro permanente, mas também os colaboradores vinculados aos contratos de prestação de serviços de TI.

Outra questão que se entende relevante, sob o aspecto da maturidade em governança de TI, a cada biênio a Agência participa do ciclo de avaliação em governança de TI, promovido pelo Tribunal de Contas da União. O quadro abaixo apresenta as duas últimas avaliações obtidas:

iGovTI 2014		iGovTI 2016		
	Nota	Nível de Capacidade	Nota	Nível de Capacidade
Dimensões avaliadas	0,45	Básico	0,62	Intermediário

Como se pode perceber, houve um relevante avanço no desempenho da Agência de modo que em 2016 avançou-se para o patamar "intermediário". Essa questão se deve, entre outros, à implementação de diversas melhorias que perpassam aspectos estruturantes como o aprimoramento da gestão dos contratos de TI, a implementação de ferramentas de apoio à fiscalização dos contratos de TI, o fortalecimento do escritório de projetos de TI, à ampla participação da Alta Administração e do Comitê de TI nos processos relativos à governança e gestão de TI, a adoção de metodologia estruturada de gestão de projetos e de desenvolvimento de soluções.





Entre as evoluções afetas ao desenvolvimento de soluções destacam-se o aprimoramento da gestão das receitas da Agência, implantação do novo portal da Agência na internet, a definição da arquitetura para microsserviços. Quanto aos projetos estruturantes, destaca-se a alteração do modelo de contratação de serviço de desenvolvimento de soluções (fábrica de software), agora segmentado em novos sistemas e sustentação, o que permitiu um considerável aumento na capacidade operacional da contratada e, conseqüentemente, mais sistemas aprimorados e desenvolvidos.

No que tange ao parque tecnológico, importantes contratações foram realizadas, a saber: contratação de wi-fi corporativo que padronizou a infraestrutura de rede sem fio da Agência, a aquisição de equipamentos de rede Switch que ampliou sobremaneira a capacidade e a velocidade de transmissão de dados, minimizando sobremaneira as interrupções de serviços de TI. No campo do relacionamento com o usuário de TI a implantação do Portal de Serviços e TI permitiu melhor organização do acesso aos serviços de tecnologia da informação e também otimizou a extração de dados e reduziu o tempo de atendimento das demandas, fator refletido nos avanços obtidos na avaliação dos usuários durante a pesquisa de satisfação realizada em 2017.

9.5 - CONTROLE INTERNO

A ANAC conta com unidade de Auditoria Interna independente, que tem por missão o aperfeiçoamento do controle interno implantado na ANAC, agregando valor às práticas administrativas, particularmente às relacionadas à gestão de risco e à governança corporativa. No exercício de 2017, foram realizadas 27 ações de auditoria, as quais produziram 284 recomendações. Tais recomendações são acompanhadas pela Auditoria Interna e reportadas constantemente à Diretoria nas Reuniões de Gestão.

Do ponto de vista do controle externo, a ANAC recebeu 14 demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e 5 da Controladoria-Geral da União (CGU), todas atendidas no prazo. O quadro a seguir discrimina essas demandas:

QUADRO 5: DEMANDAS DO TCU E DA CGU

Fonte: ANAC

TCU	Demandas
Auditorias	-
Diligências	4
Comunicações	6
Pedidos de Informações/Requisições	4
CGU	Demandas
Auditorias	1
Diligências	-
Comunicações	3
Pedidos de Informações/Requisições	1





100

ANEXO



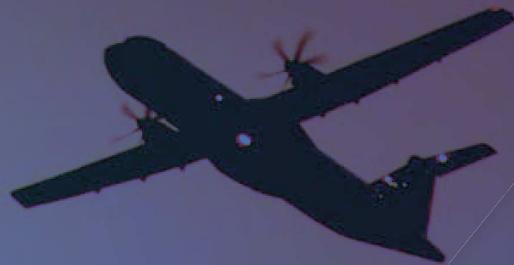


Foto: Pexels





10 - ANEXO

ANEXO 1

QUADRO - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE 2017

Fonte: ANAC.

AUDIÊNCIA PÚBLICA	ASSUNTO	Nº DE CONTRIBUIÇÕES
Nº 1/2017	Proposta de resolução que dispõe sobre o credenciamento de examinadores pilotos pela ANAC.	22
Nº 2/2017	Proposta de regulamentação dos critérios para a divulgação pela ANAC dos dados de tarifas aéreas comercializadas registrados em atendimento à Resolução nº 140, de 9 de março de 2010.	11
Nº 3/2017	Proposta de resolução que altera o Programa iBR2020 - Programa de fomento à certificação de projetos de aviões de pequeno porte.	2
Nº 4/2017	Proposta de edição de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), intitulado "Certificação: operadores regulares e não-regulares".	3
Nº 5/2017	Proposta de edição de resolução que estabelece as providências administrativas decorrentes do exercício das atividades de fiscalização.	Em fase de análise
Nº 6/2017	Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 23 (RBAC nº 23).	Em fase de análise
Nº 7/2017 (1 sessão presencial)	Proposta de edição de resolução que dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despacho de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.	240
Nº 8/2017	Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61 (RBAC nº 61), intitulado "Licenças, habilitações e certificados para pilotos".	Em fase de análise
Nº 9/2017	Propostas de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 155 (RBAC nº 155), intitulado "Helipontos", e de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154), intitulado "Projeto de Aeródromos".	Em fase de análise
Nº 10/2017	Propostas de edição de emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil nºs 119 (RBAC nº 119), intitulado "Certificação: operadores regulares e não-regulares", e 145 (RBAC nº 145), intitulado "Organizações de Manutenção de Produto Aeronáutico".	25
Nº 11/2017	Proposta de resolução que trata da 1ª Revisão dos Parâmetros da Concessão - RPC dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Campinas e Guarulhos, no que tange à determinação das taxas de desconto dos fluxos de caixa marginais dos respectivos Contratos, mediante a alteração da Resolução nº 355, de 17 de março de 2015.	1



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

Nº 12/2017	Proposta de resolução que altera a Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, exclusivamente em relação ao procedimento de análise dos pedidos de revisão extraordinária dos contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária federal.	Em fase de análise
Nº 13/2017	Propostas de atos que tratam da 1ª Revisão dos Parâmetros de Concessão dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Guarulhos e Viracopos, no que tange à determinação dos Indicadores de Qualidade de Serviço - IQS e à metodologia de cálculo do fator Q, mediante a alteração dos Contratos de Concessão e da Resolução nº 372, de 15 de dezembro de 2015.	Em fase de análise
Nº 14/2017	Proposta de alteração da Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013.	Em fase de análise
Nº 15/2017	Proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 117 (RBAC nº 117), intitulado "Requisitos para Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana".	Em fase de análise
Nº 16/2017	Proposta de resolução que trata da 1ª Revisão dos Parâmetros da Concessão - RPC dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos, Viracopos e Brasília, no que tange à determinação do fator X a ser aplicado nos reajustes tarifários para os anos de 2018 a 2022 dos respectivos Contratos de Concessão.	Em fase de análise
Nº 17/2017	Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61 (RBAC nº 61), intitulado "Licenças, habilitações e certificados para pilotos".	11
Nº 18/2017	Proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 (RBAC nº 90), intitulado "Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública".	Em fase de análise
Nº 19/2017	Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154), intitulado "Projeto de aeródromos".	Em fase de análise
Nº 20/2017	Proposta de alteração da Resolução nº 342, de 9 de setembro de 2014.	Em fase de análise
Nº 21/2017	Propostas de resolução que estabelece requisitos para a aceitação de sistemas digitais de informação como ferramenta oficial para registro, guarda e consulta de informações por regulados da ANAC, e de resolução que estabelece e normatiza os procedimentos para confecção, emissão e preenchimento dos Diários de Bordo das aeronaves civis brasileiras, em substituição à Instrução de Aviação Civil 3151.	69
Nº 22/2017	Proposta de edição de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 142 (RBAC nº 142).	Em fase de análise
Nº 23/2017	Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34 (RBAC nº 34), intitulado "Requisitos para Drenagem de Combustível e Emissões de Escapamento de Aviões com Motores a Turbina".	Sem contribuições
Nº 24/2017	Proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 60 (RBAC nº 60), intitulado "Requisitos para Qualificação e Uso de Dispositivos de Treinamento para Simulação de Voo".	Em fase de análise
Nº 25/2017	Proposta de Edição do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 103 (RBAC nº 103), de emendas aos RBACs nºs 01, 61, 91, 141 e 183 e alteração da Resolução nº 377, de 15 de março de 2016.	Em fase de análise





ANEXO 2

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – CONGRESSO NACIONAL		
COMISSÃO	TEMA	CONVIDADOS
Comissão Mista – Medida Provisória nº 752/2016 – 08/03/2017	Prorrogação e Relicitação dos Contratos de Parceria (Renovação de Concessão)	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil Secretaria Especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (Declinou do convite) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
Comissão Mista – Medida Provisória nº 752/2016 – 15/03/2017	Prorrogação e Relicitação dos Contratos de Parceria (Renovação de Concessão)	URIEL DE ALMEIDA PAPA – Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União - TCU JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA – Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da ANTT FERNANDO PAES – Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários da ANTF ANDERSON MORENO LUZ – Coordenador-Geral da Secretaria de Fomento do Ministério de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Secretário Especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República
Comissão Mista – Medida Provisória nº 752/2016 – 16/03/2017	Prorrogação e Relicitação dos Contratos de Parceria (Renovação de Concessão)	LUIZ ANTÔNIO FAYET – Consultor de Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA NELSON COSTA – Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB JOSÉ FELINTO – Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transporte - CONUT LUIZ HENRIQUE BALDEZ – Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga - ANUT e representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI PRISCILA SANTIAGO – Coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte - CNT



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – CÂMARA DOS DEPUTADOS		
COMISSÃO	TEMA	CONVIDADOS
<p>Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) 18/07/2017</p> <p>REQ 130/2017, dos deputados Rodrigo Martins, Severino Ninho, Chico Lopes e Welinton Prado e ao REQ 129/2016, dos deputados Celso Russomano, Bruno Covas, Chico Lopes, Eli Corrêa Filho, João Fernando Coutinho, José Carlos Araújo, Marcos Rotta, Ricardo Izar, Sérgio Brito e Welinton Prado</p>	<p>Resolução nº 400/2016 da ANAC, de 13/12/16, que permite a venda de franquias de bagagem de forma separada da passagem aérea</p>	<p>JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ - Diretor-Presidente da Agência nacional de Aviação Civil - ANAC</p> <p>LUIZ FERNANDO GASPAR COSTA - Procurador da República no Estado São Paulo Representante da 3ª CCR/MPF (Consumidor e Ordem Econômica)</p> <p>ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO - Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça</p> <p>EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - Abear</p> <p>RICARDO FRANCO BOTELHO - Representante do Comitê de Regulação do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional - IBRAC</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS)</p> <p>03/05/2017 REQ 96/2017, do Deputado Lucas Vergilio</p>	<p>Audiência Pública para debater a possibilidade de autorização legal para que grupos estrangeiros detenham até 100% do capital de empresas aéreas brasileiras</p>	<p>MAURÍCIO QUINTELLA LESSA, Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA;</p> <p>MARX BELTRÃO, Ministro de Estado do Turismo - MTUR;</p> <p>VINÍCIUS LUMMERTZ, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR e representante do Ministério do Turismo - MTUR;</p> <p>CARLOS EBNER, Diretor da International Air Transport Association - IATA;</p> <p>EDUARDO SANOVICZ, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR;</p> <p>LUIZ SÉRGIO DE ALMEIDA DIAS, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil - FENTAC/CUT;</p> <p>LUIZ DA ROCHA CARDOSO, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários - SNA;</p> <p>JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA, Diretor da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais do Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA;</p> <p>FRANCISCO LEMOS, Presidente do Sindicato dos Aeroportuários - SINA;</p> <p>PEDRO AZAMBUJA, Presidente do Sindicato das Empresas de Administração Aeroportuária - SINEAA.</p> <p>TARCÍSIO GARGIONI, Vice-Presidente Comercial & Marketing da Avianca do Brasil - AVIANCA;</p> <p>ALBERTO FAJERMAN, Diretor - Executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da Gol Linhas Aéreas Inteligentes - GOL;</p> <p>PATRÍZIA XAVIER, Diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. - AZUL;</p> <p>ROGÉRIO LEMOS PASSOS MARTES, Advogado da LATAM AIRLINES.</p>





<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 16/05/2017 REQ 188/2017 dos Deputados Vanderlei Macris e Eli Corrêa Filho</p>	<p>Abertura de acessos ao aeroporto internacional de Guarulhos/SP</p>	<p>Sr. DARIO RAIS LOPES - Secretário Nacional de Aviação Civil, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil (confirmado);</p> <p>Sr. JOÃO MÁRCIO JORDÃO - Diretor de Gestão Operacional e Navegação Aérea, representando o Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; (confirmado)</p> <p>Sr. GUSTAVO FIGUEIREDO - Diretor-Presidente da GRU Airport;</p> <p>Sra. CRISTIANE AYRES CONTRI - Diretora do Departamento e Planejamento da Secretaria de Transportes e Trânsito do Município de Guarulhos/SP (confirmada).</p>
<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 23/05/2017 REQ 205/2017 do Deputado Laudívio Carvalho</p>	<p>Discutir os voos comerciais no aeroporto da Pampulha</p>	<p>DARIO RAIS LOPES - Secretário Nacional de Aviação Civil, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; (confirmado)</p> <p>JULIANO ALCÂNTARA NOMAN - Diretor na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;</p> <p>Prefeito ALEXANDRE KALIL - Prefeitura de Belo Horizonte/MG;</p> <p>ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA - Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;</p> <p>EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR;</p> <p>PAULO CÉSAR DE SOUZA RANGEL - Presidente da BH Airport Concessionária do Aeroporto internacional de BH; (confirmado)</p> <p>MARCELO GARCIA - Gerente Geral de Planejamento de Linhas e CCO da AVIANCA; (confirmado)</p> <p>MARCELO BENTO - Diretor de Planejamento da AZUL Linhas Aéreas Brasileiras; (confirmado)</p> <p>ALBERTO FAJERMAN - Vice-Presidente de Relações Institucionais, representando o Presidente da GOL Linhas Aéreas; (confirmado)</p> <p>SANDRO ROBERTO LOPES SOUZA - Gerente de Projetos e Assuntos Regulatórios, representando a LATAM Airlines; (confirmado)</p> <p>JULIANA CATALDO - Representante da Associação Pró Civitas.</p>
<p>(CANCELADA)</p> <p>Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional Amazônia (CINDRA)</p> <p>REQ 111/2017 do Deputado José Geraldo subscrito pelos Dep Janete Capiberibe, Júlia Marinho e Remídio Monai</p>	<p>Debater sobre o PDAR</p>	<p>Sr. DARIO RAIS LOPES - Secretário Nacional de Aviação Civil, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil.</p>



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 28/06/2017 REQ 211/2017 dos Deputados Altineu Côrtes e Marinha Raupp</p>	<p>Situação do Programa Federal de Aeroportos Regionais, inserido no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.</p>	<p>DARIO RAIS LOPES - Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil;</p> <p>GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES - Secretário de Orçamento Federal;</p> <p>OTTO LUIZ BURLIER - Diretor de Rodovias, Ferrovias, Hidrovias, Portos e Aeroportos, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;</p> <p>DELMO PINHO - Subsecretário do Estado de Transportes do Rio de Janeiro;</p> <p>KLEBER FERREIRA DE MENEZES - Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Transportes - CONSETRANS;</p> <p>EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR;</p> <p>FLÁVIO PIRES - Diretor Geral, representando a Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG;</p> <p>DOMINGOS AFONSO DE DEUS - Diretor-Geral do Conselho da Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção;</p> <p>TIAGO ROSA DA SILVA - Diretor da Secretaria de Relações Sindicais e Associações Profissionais de Aeronautas, representando o Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA;</p> <p>ALLISSON CLEYTON DA SILVA - Gerente Administrativo, representando o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA.</p>
<p>Comissão de Legislação Participativa (CLP) 27/09/2017 REQ 146/2017 CLP, da Deputada Flávia Moraes e ao REQ 261/2017 CTASP, do Deputado André Figueiredo</p>	<p>Debater a Resolução nº 400 da ANAC, de 13.12.16, que permite a venda de franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea e dá outras providências</p>	<p>CRISTIAN VIEIRA DOS REIS - Gerente Acompanhamento de Mercado da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos da ANAC;</p> <p>FERNANDO MARTINS DE FREITAS - Membro Consultor da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;</p> <p>EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR.</p>
<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 28/09/2017 REQ 234/2017 do Deputado Vanderlei Macris</p>	<p>Debater a informação de que o Consórcio Aeroportos Brasil, administradora do Aeroporto de Viracopos, devolverá a concessão para o governo Federal</p>	<p>ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA - Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil;</p> <p>TARCÍSIO GOMES DE FREITAS - Secretário de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI);</p> <p>ANDRÉ LUIZ DE CAMARGO VON ZUBEN - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo, representando o Prefeito de Campinas;</p> <p>GUSTAVO MÜSSNICH - Diretor Presidente da Aeroportos Brasil Viracopos (ABV);</p> <p>LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - Advogado da Administração da Aeroportos Brasil Viracopos.</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL PL 2303/15 - BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS 10/10/2017 REQ 5/2017 do Deputado Áureo</p>	<p>Sobre "Planos de Fidelização e seus impactos juntos aos consumidores"</p>	<p>ALEX MALFITANI - CFO da Azul Linhas Aéreas e Head do Programa TudoAzul (AZUL);</p> <p>IVAN BONFANTI - Gerente de Relações Institucionais da Smiles (GOL);</p> <p>MANUELA DE CARVALHO SANCHES - Diretora Jurídica da LIVELO;</p> <p>OTÁVIO ARAÚJO - Diretor da Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização - ABEMF;</p> <p>RONALD DOMINGUES - Diretor de Finanças e Relações Institucionais da Multiplus Fidelidade (LATAM).</p>





<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 25/10/2017 REQ 267/2017 do Deputado João Rodrigues</p>	<p>Esclarecimentos sobre a grande demora na análise de processos envolvendo a inclusão de cooperativas de transporte aéreo no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil, nº 91</p>	<p>Senhor JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).</p>
<p>Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) 31/10/2017 REQ 191/2017 do Deputado César Halum, subscrito pelo Deputado João Fernando Coutinho</p>	<p>Discussão do fim da franquia de bagagem aérea</p>	<p>RICARDO CATANANT - Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da ANAC (Confirmado); EDUARDO SANOVICZ, Presidente da ABEAR (Confirmado); ARTHUR LUÍS MENDONÇA ROLLO, Secretário da SENACON (Confirmado); MARIA EMÍLIA MORAES DE ARAÚJO, Procuradora Regional da República, representante da 3ª CCR/MPF (Confirmada).</p>
<p>Comissão de Viação e Transportes (CVT) 22/11/2017 REQ 242/2017 do Deputado João Rodrigues e Wilson Beserra e REQ 258/2017 Deputado Hélio Leite, Aliel Machado, Raquel Muniz e Diego Andrade</p>	<p>DEBATER SOBRE COBRANÇA POR BAGAGEM DESPACHADA</p>	<p>RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA - Diretor Substituto de Serviços Aéreos Domésticos da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), representando o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; RICARDO BISINOTTO CATANANT, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos (SAS), representando a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; MARIA EMÍLIA MORAES DE ARAÚJO - Procuradora Regional da República do Ministério Público Federal - MPF; LUCIANA RODRIGUES ATHENIENSE - Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; ANTÔNIO ERIVALDO SALES - Superintendente de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR; EDUARDO BERNARDES - Vice-Presidente Comercial da GOL Linhas Aéreas; GISLAINE ROSSETI, Diretora Sênior de Relações Institucionais da LATAM Airlines Brasil; TARCÍSIO GARGIONI, Vice-Presidente Comercial e Institucional da AVIANCA Brasil; PATRIZIA XAVIER, Diretora de Relações Institucionais - representando a Azul Linhas Aéreas Brasileiras; IGOR RODRIGUES BRITTO, Advogado, representando o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC.</p>



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES / 2017**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – SENADO FEDERAL		
COMISSÃO	TEMA	CONVIDADOS
(ADIADA) Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) 17/05/2017 RDR 5/2017 da Senadora Fátima Bezerra e RDR 23/2017 do Senador Jorge Viana	Apresentar as ações da pasta do Ministério do Turismo para os próximos dois anos e debater a abertura de 100% do capital das companhias aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro.	Sr. MARX BELTRÃO - Ministro do Turismo.
Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) 17/05/2017 RTG 2/2017, do Senador Ataídes Oliveira	Discutir a Resolução da ANAC que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros	Sr. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ - Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Sr. IGOR RODRIGUES BRITTO - Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Sr. EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR; Sr. CARLOS EBNER – Diretor da International Air Transport Association – IATA; MATHEUS SCHUCH - Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP.
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) 16/08/2017 RCT 6/2017 do Senador Otto Alencar	Debater assuntos da Aeronáutica e discussão do Programa Espacial Brasileiro	NIVALDO LUIZ ROSSATO - Tenente-Brigadeiro Comandante da Aeronáutica.
(CANCELADA) Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) 16/08/2017 RDR 18/2017 da Senadora Lídice da Mata	Debater a nova Política de Cobrança de Bagagens	SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ - ANAC; SR. EDUARDO SANOVICZ - ABEAR; SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO - Secretário Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.





<p>Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) 22/08/2017 RQI 40/2017 do Senador Acir Gurgacz</p>	<p>Instruir o PRS 55/2015, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação"</p>	<p>ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA - Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;</p> <p>Representante - Secretaria da Tributação do Estado do Rio Grande do Norte;</p> <p>MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná;</p> <p>JULIANO NOMAN - Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;</p> <p>EDUARDO SANOVICZ – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR;</p> <p>ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA - Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) 27/09/2017RDR 18/2017 e RDR 36/2017 da Senadora Lídice da Mata</p>	<p>Debater a nova Política de Cobrança de Bagagens</p>	<p>Sr. RICARDO BISINOTTO CATANANT - Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;</p> <p>Sr. EDUARDO SANOVICZ - Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – ABEAR;</p> <p>Sr. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO - Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – SENACON;</p> <p>Sr. ÂNGELO DUARTE - Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência – SEAE.</p>









Não utilização de numeração



A Presidência comunica ao Plenário que não foram utilizados os seguintes números de requerimentos:

- 417, de 2018;
- 418, de 2018; e
- 422, de 2018.



Ofício da Caixa Econômica Federal





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 72, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e no § 3º do art. 37 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Relatório da Administração e Análise dos resultados obtidos no 1º semestre de 2018, com a devida avaliação do Conselho de Administração.

AUTORIA: Caixa Econômica Federal

DESPACHO: À CAE e à CTFC.



[Página da matéria](#)





Conselho de Administração
SBS Quadra 4 Lotes 3/4 - Ed. Matriz I - 21º andar
70.092-900 - Brasília - DF

Ofício nº 385/2018/CAIXA

Brasília, 31 de Outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor Senador Presidente
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Envio do Relatório da Administração e Análise dos resultados da CAIXA

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. Em cumprimento ao disposto no §2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no §3º do art. 37 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, encaminhamos o Relatório da Administração e Análise dos resultados obtidos no 1º semestre de 2018, com a devida avaliação do Conselho de Administração.
2. Informamos, outrossim, que os documentos anexos a este ofício encontram-se publicados no site da CAIXA, podendo ser acessados por meio do endereço <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras>, em cumprimento aos dispositivos legais acima citados.
3. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,


Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Presidente do Conselho de Administração





Relatório da Administração 1S18



À Sociedade Brasileira,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao primeiro semestre de 2018, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Números (R\$ milhões)	2T17	1T18	2T18	Δ 12M	Δ Trim.	1S17	1S18	Δ 12M
Lucro Líquido	2.587	3.191	3.464	33,9%	8,6%	4.074	6.655	63,3%
Ativos Totais	1.276.281	1.271.629	1.271.663	-0,4%	0,003%	1.276.281	1.271.663	-0,4%
Carteira de Crédito Ampla	715.886	700.193	695.322	-2,9%	-0,7%	715.886	695.322	-2,9%
Captações	1.016.539	963.376	984.227	-3,2%	2,2%	1.016.539	984.227	-3,2%
Depósitos	528.032	506.527	510.522	-3,3%	0,8%	528.032	510.522	-3,3%
Poupança	261.251	278.725	283.207	8,4%	1,6%	261.251	283.207	8,4%
Índice de Basileia	14,4%	18,3%	19,1%	4,7 p.p.	0,8 p.p.	14,4%	19,1%	4,7 p.p.
Índice de Eficiência Operacional ¹	51,4%	48,4%	47,8%	-3,6 p.p.	-0,6 p.p.	51,4%	47,8%	-3,6 p.p.
Empregados	90.201	86.334	86.424	-3.777	90,0	90.201	86.424	-3.777
Agências e Postos de Atendimento - unidades	4.244	4.182	4.178	-66	-4,0	4.244	4.178	-66,0
Transações Agências e Postos de Atendimento	107.492	88.917	86.956	-19,1%	-2,2%	107.492	86.956	-19,1%
Transações Mobile Banking	305.206	353.891	412.204	35,1%	16,5%	569.452	772.518	35,7%
Pagamento de benefícios sociais	7.039	7.180	7.306	3,8%	1,8%	14.234	14.487	1,8%
Pagamento de benefícios ao trabalhador	96.166	69.087	63.935	-33,5%	-7,5%	150.920	133.023	-11,9%

¹ Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego, ocorrido no 4T17.

1) Destaques

1.1 - Conselheiros Independentes integram o Conselho de Administração

No dia 28 de junho de 2018, Adilson Herrero e Jorge Roberto Manoel tomaram posse no Conselho de Administração da CAIXA como Conselheiros Independentes, cuja composição passa a ser de oito conselheiros, sendo cinco indicados pelo Ministro da Fazenda, um indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, um representante dos empregados e o Presidente da CAIXA.

Nomeados pelo Ministério da Fazenda e com mandato de dois anos, que podem ser prorrogados, a chegada dos novos Conselheiros atende determinação legal da Lei 13.303/2016 e está aderente às melhores práticas de governança corporativa.

Adilson Herrero é natural de São Paulo, graduado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e Mestre em Engenharia de Sistemas Digitais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Possui especialização em Administração e Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), INSEAD-Fr e Berkeley University-EUA. Possui mais de 18 anos de experiência como Membro de Conselhos de Administração e Conselho Fiscal em empresas de diferentes setores.

Jorge Roberto Manoel também é natural de São Paulo. É formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior (IMES) e Mestre em Governança Corporativa pela Laureate/FMU. Tem atuado como membro de Conselhos de Administração e de Comitês de Auditoria e Controladoria. É palestrante e consultor externo em temas de Governança Corporativa e atua no desenvolvimento de organizações na área de Governança Corporativa, Compliance organizacional e regulatório.

1.2 - Ações Compromissos com a Gestão

No sentido de orquestrar a atuação integrada de todos os empregados e unidades da CAIXA para o alcance de sua visão de futuro, foram definidos seis pilares que direcionam a atual gestão da empresa. São eles: Planejamento Estratégico; Resultados (Econômico, Social e Ambiental); Atendimento/Relacionamento; Eficiência; Pessoas; Governança Corporativa e Gestão de Riscos.



No âmbito de cada pilar, a CAIXA está implementando ações de forma a estabelecer a base de sustentação que permite avançar e crescer de forma sustentável, garantindo a perenidade dos seus negócios rumo ao cumprimento de sua missão.

No pilar “Governança Corporativa e Gestão de Riscos”, por exemplo, importantes ações estão sendo implementadas com objetivo de fortalecer os processos e as instâncias decisórias a fim de garantir, ao mesmo tempo, celeridade, responsabilidade e transparência na tomada de decisão, o que fortalece também o compromisso com a gestão do capital, controles internos e gestão de riscos, consolidando as conquistas e avançando na implantação das linhas de defesa e disseminando a cultura de gestão de risco na CAIXA.

Dentre as ações que estão sendo implementadas nessa esfera, destacam-se:

- Apoiar todas as ações de âmbito governamental e de Entidades Acreditadas pela Sociedade Civil relativas à governança corporativa, integridade, combate à corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro.
- Instituir processo automatizado, com acesso pelo cliente tomador de operação, via página da Internet/mobile, com rastreamento de todas as etapas da operação de crédito, conferindo transparência para o cliente de todo o fluxo de tramitação.
- Disponibilizar na página da Internet da CAIXA as informações referentes à tramitação de operações com entes públicos, acessível a todos os cidadãos.

1.3 - CAIXA Aprova Política de Divulgação de Informações

A CAIXA publicou sua Política de Divulgação de Informações em atendimento à Lei 13.303/2016 e de acordo com as melhores práticas de mercado. Este é mais instrumento de governança que fortalece a transparência e a distribuição das informações da Instituição para a sociedade, analistas de mercado e demais partes interessadas.

A política traz princípios e diretrizes que orientam o uso e a divulgação de informações relevantes produzidas pela CAIXA, bem como a manutenção do sigilo dos dados não divulgados, promovendo o tratamento isonômico e equitativo às partes interessadas.

Dessa forma, a CAIXA cumpre com seu dever institucional ao estabelecer regras e diretrizes uniformes no tratamento das informações relevantes prestadas à sociedade.

1.4 - Prêmios e Reconhecimentos

- *eFinance* (18ª edição): a CAIXA recebeu o prêmio *eFinance* 2018 para 15 projetos considerados casos de sucesso nas categorias: Meios de pagamento, Crédito, *Cloud Computing*, Cartões, Plataforma de Cobrança, Projetos de Apoio ao Trabalhador, Governança Corporativa, Aplicativos Sociais, Gamificação e Correspondente Bancário.
- Forbes 2018: A CAIXA ficou em terceiro lugar entre as 25 melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Na lista constam tanto empresas nacionais quanto globais.
- A CAIXA recebeu certificação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no 2º Ciclo de Avaliação do Indicador de Governança (IG-SEST), conquistando a nota 9,69 e mantendo sua posição no Nível 1.

O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo da governança das empresas estatais federais, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), com o objetivo de avaliar o cumprimento de requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto nº 8.945/2016 e Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), buscando conformidade com as melhores práticas de mercado para as empresas estatais federais de controle direto da União, que se empenham em atingir maior nível de excelência em governança corporativa.



2) Desempenho - Resultado

Em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ 12M	Δ Trim.	1S17	1S18	Δ 12M
Margem Financeira	12.665	12.398	12.534	-1,0%	1,1%	24.942	24.932	-0,04%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.074)	(3.738)	(3.340)	-34,2%	-10,6%	(10.247)	(7.077)	-30,9%
Resultado Intermediação Financeira	7.591	8.660	9.194	21,1%	6,2%	14.695	17.854	21,5%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.211	6.389	6.634	6,8%	3,8%	12.230	13.024	6,5%
Despesas Administrativas	(8.330)	(7.808)	(8.254)	-0,9%	5,7%	(17.043)	(16.062)	-5,8%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.577)	(2.081)	(2.268)	-12,0%	9,0%	(4.189)	(4.349)	3,8%
Despesas Tributárias	(970)	(1.028)	(1.005)	3,6%	-2,2%	(1.982)	(2.033)	2,6%
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	196	290	407	107,2%	40,4%	312	697	123,6%
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	615	(736)	(993)	-261,4%	35,0%	259	(1.729)	-768,7%
Lucro Líquido Contábil	2.587	3.191	3.464	33,9%	8,6%	4.074	6.655	63,3%
ROE - Retorno sobre o PL ¹	9,0%	14,8%	15,4%	6,3 p.p.	0,6 p.p.	9,0%	15,4%	6,3 p.p.
ROA - Retorno sobre o Ativo ¹	0,5%	0,8%	0,9%	0,4 p.p.	0,1 p.p.	0,5%	0,9%	0,4 p.p.

¹ Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego, ocorrido no 4T17.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio alcançou 15,4% no primeiro semestre de 2018, avanço de 6,3 p.p. em relação ao obtido no primeiro semestre de 2017. O retorno sobre o ativo médio alcançou 0,9% crescimento de 0,4 p.p.

O lucro líquido registrou R\$ 6,7 bilhões no acumulado até junho de 2018, alta de 63,3% na comparação com o 1S17, tendo como principais destaques:

2.1 Resultado Bruto da Intermediação Financeira: alcançou R\$ 17,9 bilhões no primeiro semestre de 2018, crescimento de 21,5% em 12 meses, influenciado pelo recuo de 30,9% nas despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e pela estabilidade da margem financeira.

2.2 Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: totalizou R\$ 7,1 bilhões até junho de 2018, redução de R\$ 3,2 bilhões em relação ao registrado no primeiro semestre de 2017. Essa redução é reflexo do recuo de R\$ 20,6 bilhões na carteira de crédito e da mudança no mix, com a migração para um crédito de baixo risco. A inadimplência total, acima de 90 dias, atingiu 2,50% em junho de 2018, recuo de 0,02 p.p em 12 meses, significativamente abaixo da média do mercado de 3,06%.

2.3 Receitas com Prestação de Serviços: aumento de 6,5% em 12 meses, com o alcance de R\$ 13,0 bilhões no primeiro semestre de 2018, influenciado pelas receitas de conta corrente, cartões e administração de fundos de investimento.

2.4 Despesas Administrativas: redução de 5,8% em 12 meses, decorrente da diminuição de 7,5% nas despesas de pessoal e 2,3% nas outras despesas administrativas, em linha com os ajustes para otimização da estrutura e busca pela melhoria contínua da eficiência operacional.

Com isso, o Índice de Eficiência Operacional alcançou 47,8%, melhora de 3,6 p.p em 12 meses. O índice de cobertura das despesas administrativas evoluiu 8,1 p.p e atingiu 77,4% e o índice de cobertura das despesas de pessoal totalizou 119,6%, melhora de 12,6 p.p em 12 meses.

2.5 Resultado Operacional: O resultado operacional alcançou R\$ 9,1 bilhões, melhor nível já alcançado pela Instituição considerando o resultado livre de efeitos não recorrentes, evolução de 127,0% em comparação ao alcançado no primeiro semestre de 2017, o que demonstra que as ações tomadas pela administração da CAIXA levam a Instituição a uma melhora contínua e sustentável de seu desempenho.



3) Circular BACEN 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 43,6 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

4) Desempenho - Ativos e Passivos

Em R\$ milhões	Jun17	Mar18	Jun18	Δ 12M	Δ Trim.
Ativos Totais	1.276.281	1.271.629	1.271.663	-0,4%	0,003%
Carteira de Crédito Ampla	715.886	700.193	695.322	-2,9%	-0,7%
TVM e Derivativos	185.480	188.139	179.653	-3,1%	-4,5%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.778)	(37.284)	(36.297)	1,4%	-2,6%
Passivo ¹	1.210.404	1.193.775	1.191.295	-1,6%	-0,2%
Depósitos	528.032	506.527	510.522	-3,3%	0,8%
Letras	131.846	106.670	93.128	-29,4%	-12,7%
Patrimônio Líquido	65.877	77.854	80.368	22,0%	3,2%

¹ Exclui o Patrimônio Líquido.

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,3 trilhão, redução de 0,4% em 12 meses, influenciados pelo recuo de 2,9% na carteira de crédito ampla. O total de ativos administrados somou R\$ 2,2 trilhões, aumento de 3,3% em relação a junho de 2017, com destaque para o FGTS, com saldo de R\$ 510,2 bilhões alta de 4,7%, e para os Fundos de Investimento que cresceram 18,7% em relação ao 1S17, totalizando R\$ 372,2 bilhões. O patrimônio líquido da CAIXA alcançou saldo de R\$ 80,4 bilhões, avanço de 22,0% em 12 meses.

5) Carteira de Crédito Ampla

A carteira de crédito ampla da CAIXA alcançou saldo de R\$ 695,3 bilhões no primeiro semestre de 2018, redução de 2,9% em 12 meses, resultado da estratégia adotada pela Empresa para adequação do seu portfólio à implementação das regras de Basileia III, que visa reduzir a alocação de capital e fortalecer outros pilares da gestão, como ampliação das carteiras de menor risco, melhoria da eficiência operacional, ampliação do relacionamento com clientes, rentabilização da carteira de crédito e foco em serviços para incremento de receitas não financeiras. Como resultado dessa estratégia, houve o crescimento nas carteiras de menor risco, como habitação e infraestrutura, e redução da exposição nas carteiras comerciais, tendo como efeito a redução da provisão para devedores duvidosos.

5.1 Crédito Imobiliário

O saldo da carteira de crédito habitacional apresentou evolução de 3,6% em 12 meses, totalizando R\$ 436,4 bilhões em junho de 2018, dos quais R\$ 250,9 bilhões com recursos FGTS e R\$ 185,6 bilhões com recursos CAIXA/SBPE. A CAIXA detém a liderança desse mercado com 69,3% de participação, ganho de 1,3 p.p em 12 meses.

No primeiro semestre de 2018, foram contratados pela CAIXA R\$ 31,6 bilhões no Programa Minha Casa Minha Vida, o equivalente a 264.737 novas unidades habitacionais, dessas novas moradias, 23,5% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa.

5.2 Crédito Comercial

A carteira de crédito comercial totalizou R\$ 148,6 bilhões com participação da CAIXA no mercado alcançando 8,6% no período. A carteira PJ atingiu saldo de R\$ 61,0 bilhões no primeiro semestre e as operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 87,6 bilhões.



5.3 Crédito Infraestrutura

As operações de infraestrutura cresceram 3,3% em 12 meses, alcançando saldo de R\$ 82,6 bilhões no primeiro semestre de 2018. Esse segmento é estratégico para a CAIXA por proporcionar importantes avanços no desenvolvimento econômico do País e gerar relacionamento de longo prazo com os clientes pessoas jurídicas.

5.4 Crédito Rural

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R\$ 6,7 bilhões em junho de 2018, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Jurídica, que apresentou 3,1% de aumento em comparação com junho de 2017. Com esse saldo a CAIXA possui 2,6% de participação nesse mercado.

6) Captações

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 984,2 bilhões em junho de 2018 aumento de 2,2% na comparação com o março de 2018. Os depósitos à vista totalizaram R\$ 28,4 bilhões, crescimento de 2,4% em relação ao primeiro trimestre de 2018. A poupança apresentou saldo de R\$ 283,2 bilhões, alta de 8,4% em 12 meses e 1,6% no trimestre. Com esse saldo, a CAIXA manteve-se na liderança do mercado com 37,8% de participação, recuo de 0,3 p.p. no trimestre.

Em junho de 2018, a Instituição possuía 76,8 milhões de contas de poupança, incremento de 4,7 milhões de contas em relação ao registrado em junho de 2017.

As Letras totalizaram R\$ 93,1 bilhões, redução de 29,4% em 12 meses, em linha com a estratégia de captação da Instituição.

Captações (R\$ milhões)	Jun17	Mar18	Jun18	Δ 12M	Δ Trim.
Depósitos à Vista	30.264	27.694	28.372	-6,3%	2,4%
Depósitos de Poupança	261.251	278.725	283.207	8,4%	1,6%
Depósitos a Prazo	221.315	189.355	189.015	-14,6%	-0,2%
Outros Depósitos	15.203	10.753	9.928	-34,7%	-7,7%
Letras ¹	131.846	106.670	93.128	-29,4%	-12,7%
Emissões Internacionais	13.474	10.279	11.756	-12,8%	14,4%
Compromissadas Carteira Própria	86.197	61.084	80.755	-6,3%	32,2%
Empréstimos e Repasses	256.991	278.816	288.066	12,1%	3,3%
Total	1.016.539	963.376	984.227	-3,2%	2,2%

¹ Inclui letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas.

7) Serviços de Governo

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. No primeiro semestre de 2018, a CAIXA pagou 80,9 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 14,5 bilhões.

Pelo programa Bolsa Família, foram pagos 78,4 milhões de benefícios totalizando R\$ 14,0 bilhões no acumulado até junho de 2018. O programa é fundamental para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 88,5 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R\$ 133,0 bilhões no período. Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, corresponderam a R\$ 31,6 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 37,7 milhões de pagamentos, somando R\$ 46,7 bilhões no primeiro semestre de 2018. A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 60,1 bilhões e os saques totalizaram R\$ 54,7 bilhões.



8) Loterias

As Loterias CAIXA arrecadaram R\$ 6,5 bilhões no primeiro semestre de 2018, evolução de 3,4% em 12 meses. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 35,4% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no período.

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do País.

Dos valores arrecadados, cerca de R\$ 2,4 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, o que corresponde a 37,6% do total, conforme quadro abaixo:

Destinação das Loterias (R\$ milhões)	2T17	1T18	2T18	Δ 12M	Δ Trim.	1S17	1S18	Δ 12M
Destinação Social	1.282	1.247	1.180	-8,0%	-5,4%	2.313	2.427	4,9%
Prêmios	1.187	1.200	1.079	-9,0%	-10,0%	2.212	2.279	3,0%
Custeio e Manutenção	662	633	600	-9,4%	-5,2%	1.194	1.233	3,2%
Tributos	331	234	281	-15,1%	20,2%	524	515	-1,7%
Total Arrecadado	3.462	3.313	3.140	-9,3%	-5,2%	6.244	6.453	3,4%

9) Participações Estratégicas

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formado pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados pela integração junto às suas participações e sustentada em oportunidades de negócio, na complementariedade dos produtos e serviços e na ampliação do suporte aos macroprocessos e estratégias da CAIXA, com o propósito de ampliar a capacidade negocial e operacional.

A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de seus investimentos e contratações, abrangendo o relacionamento negocial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado, buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Composição da Carteira de Participações (em R\$ mil)	Jun17	Mar18	Jun18
CAIXA Seguros Holding	3.118.228	3.402.526	3.349.584
PAN Seguros	370.752	368.764	329.143
PAN Corretora	36.518	26.698	20.099
Banco PAN	727.825	759.948	842.397
Capgemini	80.910	13.178	32.520
Elo Serviços	29.882	44.692	74.720
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.876	7.025	6.888
Crescer	12.125	-	-
Branes	1.890	1.898	1.906
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.402	1.285	1.193
FIP Veneza	32.802	27.156	33.428
TECBAN	109.731	112.049	112.418
GIC - Gestora de Inteligência de Crédito	-	28.724	25.099
Caixa Imóveis	-	3.479	1.997
FGO – Fundo Garantia de Operações	369.311	467.384	495.848
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210	265.210
Outros Investimentos	8.535	10.535	10.535
Total	5.171.997	5.540.551	5.602.985

Mais informações nas Notas Explicativas nº 11.



10) Governança Corporativa

A CAIXA vem atuando no sentido de se tornar referência em governança corporativa, mediante a adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação.

A governança corporativa da Instituição está configurada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

O Modelo de Governança da CAIXA está estruturado em três eixos: Documentos de Governança, Instrumentos de Governança e Órgãos Colegiados.

Os Documentos consolidam as regras de governança e seu conhecimento é fundamental para a atuação de dirigentes e demais agentes de governança:

- O Estatuto contém o conjunto de regras e dispositivos de caráter geral que têm por função definir as linhas de orientação do funcionamento da CAIXA.
- As Políticas contêm os princípios e diretrizes que guiam a atuação e a tomada de decisão da administração da CAIXA.
- As Alçadas constituem o conjunto de valores que definem os limites atribuídos à decisão da autoridade competente, para aprovação de negócios, operações de crédito, compras e contratações, entre outros.

Os Instrumentos são ferramentas que permitem colocar em prática as regras de governança e funcionamento da CAIXA, a exemplo de:

- Sistema de Manuais Normativos.
- Sistema de Controles Internos.
- Instrumentos e Ferramentas de Gestão, Controle e Fiscalização.
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

No tocante aos Órgãos Colegiados, a figura ao lado representa a configuração vigente na CAIXA:



Destacam-se, entre os Comitês Estatutários, aqueles de assessoramento ao Conselho de Administração, cujos membros são escolhidos e nomeados pelo Colegiado:

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Comitê de Auditoria. | Comitê de Indicação e Remuneração. |
| Comitê Independente de Riscos. | Comitê de Elegibilidade. |
| Comitê de Correição. | Comitê de Partes Relacionadas |
| Comitê de Otimização de Ativos. | |



11) Controles Internos

A CAIXA possui Política de Controles Internos e *Compliance*, que tem por objetivo promover condições para assegurar o cumprimento de normas externas e internas, bem como a gestão do risco de *compliance*, de modo a fortalecer a governança corporativa e reputação da CAIXA. Ela foi fundamentada no documento *Compliance and the compliance function in banks - Basel Committee on Banking Supervision - A função Compliance nos Bancos - Comitê de Supervisão Bancária de Basileia*, e Documento Consultivo, bem como em leis e regulamentos federais, normas estas que ressaltam a importância da existência de uma Política de *Compliance*, entre as quais citamos a Lei nº 13.303, a Resolução CGPAR nº 18, as Resoluções CMN nº 2.554, nº 4.553, nº 4.557 e nº 4.595.

Já a Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA, que foi publicada em Jan/18, tem por objetivo promover a efetividade e o fortalecimento do Sistema de Controles Internos - SCI - de modo a garantir, com razoável segurança, o alcance dos objetivos do Conglomerado CAIXA. Ela foi reformulada mantendo a compatibilidade com a natureza, o porte e a estrutura da CAIXA e está fundamentada no documento *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, bem como nas Resoluções CMN nº 2.554 e nº 3.056.

A CAIXA implementou o Programa de Integridade fundamentado na Lei 12.846/2013, no decreto 8.420/2015 e em sua Política Anticorrupção, por meio do qual assume o compromisso de prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção praticados contra a Instituição e contra a administração pública nacional ou estrangeira.

12) Gestão de Risco e Capital

Na CAIXA o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de exposição e os de capital, visando ao alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade de assumir risco da Instituição.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

Adicionalmente, desde 2017 está estabelecido o Comitê Independente de Riscos que se reporta ao Conselho de Administração e o assessora nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.



13) Responsabilidade Socioambiental

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA normatizada nos termos da Resolução BACEN n.º 4.327/2014, que leva em consideração princípios como: ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência.

Cumprindo as diretrizes da PRSA, a CAIXA adota as melhores práticas de gestão de risco socioambiental, observando, na concessão de crédito, a regularidade das atividades dos projetos e das atividades dos clientes. No 1S18 aproximadamente R\$ 2,8 bilhões de empréstimos foram submetidos a análise qualificadas de regularidade socioambiental de clientes. Já no financiamento de grandes empreendimentos apenas um projeto na área de saneamento, com valor de R\$ 47,3 milhões, passou por análise dos impactos socioambientais e enquadramento aos Princípios do Equador.

Desde 2011, a CAIXA destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados à cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA. No 1S18 foram desembolsados R\$ 11,6 milhões e investidos em 32 projetos, dentre o total de 67 projetos ativos. Entre eles, estão projetos para preservação da Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, reciclagem de resíduo eletroeletrônico, além de projetos de desenvolvimento/cidadania, compostagem e práticas inovadoras para promoção de desenvolvimento sustentável e adaptação às mudanças climáticas com foco em energias limpas renováveis e gestão de recurso hídricos.

14) Apoio à Cultura e ao Esporte

A CAIXA contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

No primeiro semestre de 2018, foram investidos cerca de R\$ 24,0 milhões em projetos de teatro, cinema e exposições, em 4.355 eventos realizados nas unidades da CAIXA Cultural pelo Brasil.

A CAIXA também é a maior patrocinadora do esporte no país, vinculando sua marca a modalidades como Atletismo, Ginástica, Basquete, Paradesporto e Futebol. Além disso, a empresa investe em projetos que visam ao estímulo da prática desportiva e à inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte. O valor total investido em patrocínios esportivos, no primeiro semestre de 2018, foi de aproximadamente R\$ 198 milhões.

Agradecimentos

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade com que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.



Caixa Econômica Federal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Conselheiros

Adilson Herrero
André Nunes
Cláudio Xavier Seefelder Filho
Jorge Roberto Manoel
Maria Rita Serrano
Nelson Antônio de Souza
Priscila Grecov

CONSELHO FISCAL

Presidente

Manuel Augusto Alves Silva

Conselheiros

André Proite
Cristiano Neuenschwander Lins de Moraes
Daniel de Saboia Xavier
Márcia Fernanda de Oliveira Tapajós

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Carla Alessandra Trematore

Membros

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker
Carlos Roberto Matavelli
Cláudio Lysias de Toledo Pereira

DIRETORIA

Presidente

Nelson Antônio de Souza

Vice-Presidentes

Arno Meyer
Fábio Lenza
Flávio Eduardo Arakaki*
Jair Luis Mahl*
José Antônio Eirado Neto
Marcelo Campos Prata
Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Paulo Antunes de Siqueira*
Paulo Henrique Angelo Souza
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa*
Roberto Barros Barreto*
Valter Gonçalves Nunes*

*Interinos.



CAIXA





Análise do Desempenho 1S18



Sumário

Sumário

Destaques	4
Principais Números	5
Balanço Patrimonial Gerencial	7
Demonstração do Resultado Gerencial	8
Principais Indicadores Econômicos	8
Ratings	8
Conjuntura Econômica	9
Lucro Líquido e Resultado Operacional	10
Carteira de Crédito Ampla	11
Qualidade da Carteira de Crédito	12
TVM e Derivativos	13
Provisão e Inadimplência	14
Captações	15
Depósitos à Vista	15
Poupança	16
Depósito a Prazo e Letras	16
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	17
Despesas Administrativas	19
Eficiência Operacional	20
Gerenciamento do Risco e do Capital	20
Ativos Administrados	22
Fundos de Investimento e Carteiras Administradas	22
Cartão de Débito e Crédito	23



Declarações Prospectivas

O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 30 de junho de 2018, e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e das suas subsidiárias Caixa Seguridade e CAIXAPAR.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números inteiros, podendo haver diferenças quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

As informações aqui apresentadas podem fazer referências e declarações sobre expectativas, estimativas de crescimento e projeções de resultado. Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em valores de saldos, receitas, despesas e resultados diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.



Destaques

Resultado

No primeiro semestre de 2018, a CAIXA atingiu lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 63,3%, em 12 meses, superando, novamente, o maior resultado já alcançado pelo banco em um semestre.

Esse resultado evidencia o êxito das iniciativas adotadas pela Empresa em busca de um crescimento orgânico e sustentável, capaz de proporcionar o fortalecimento de sua estrutura de capital, por meio da realização de negócios bancários e sem deixar de cumprir com sua vocação social.

Resultado Operacional

O resultado operacional atingiu R\$ 9,1 bilhões, crescimento de 127,0% em 12 meses, construído por meio do controle das despesas administrativas que reduziram em 5,8%, pelo aumento das receitas com serviços em 6,5%, e pela melhoria recorrente da qualidade da carteira de crédito que influenciou o aumento de 21,5% no resultado bruto da intermediação financeira.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampla da CAIXA totalizou saldo de R\$ 695,3 bilhões no primeiro semestre de 2018, recuo de 2,9% em 12 meses, influenciada pela redução de 25,7% na carteira de pessoa jurídica, compensada pelo aumento de 3,6% na carteira habitacional.

O desempenho da carteira reflete a continuidade da estratégia de otimização do capital e de foco na rentabilização do crédito atual. Essas ações impactaram diretamente no alcance do índice de Basiléia de 19,1%, e do índice de Capital Nível 1 de 12,5%, 3,0 p.p. acima do requerido para janeiro de 2019.

Mesmo diante do recuo do crédito, a CAIXA manteve sua participação no mercado superior a 20%, em linha com o planejado pela empresa e melhorou a qualidade

da carteira, que passou a contar com 90,3% do total de suas operações classificadas nos ratings de AA-C.

Inadimplência

O índice de inadimplência de 2,50%, recuou 0,4 p.p. em comparação ao primeiro trimestre de 2018, e permaneceu estável em relação ao primeiro semestre de 2017, mantendo-se abaixo da média de mercado de 3,06%.

Eficiência Operacional

As despesas de pessoal reduziram 7,5% em relação ao primeiro semestre de 2017, principalmente, pela diminuição do quadro em virtude dos programas de demissão voluntária que foram implementados pela Empresa. As outras despesas administrativas reduziram 2,3% e refletem os ganhos de eficiência obtidos pela CAIXA com a otimização de processos e redução das despesas estruturais.

Impulsionado por esses desempenhos, o índice de eficiência operacional alcançou 47,8%, uma melhora de 3,6 p.p. em 12 meses, mantendo a tendência de melhoria contínua deste indicador. Os índices de cobertura de despesas de pessoal e administrativas registraram 119,6% e 77,4%, avanços de 12,6 p.p. e 8,1 p.p. em 12 meses, e demonstram os novos patamares de atuação alcançado pela Empresa.

Clientes e Rede de Atendimento

Ao final de junho, a CAIXA possuía 90,8 milhões de correntistas e poupadores, dos quais 88,1 milhões de pessoas físicas e 2,8 milhões de pessoas jurídicas.

A rede da CAIXA possui 55,8 mil pontos de atendimento. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 22,0 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos, e 29,7 mil máquinas disponíveis nos postos e salas de autoatendimento.



Principais Números

Itens de Resultado (R\$ milhões)	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Lucro Líquido	2.587	3.191	3.464	8,6	33,9	4.074	6.655	63,3
Resultado Operacional	2.121	4.422	4.709	6,5	122,0	4.023	9.131	127,0
Margem Financeira	12.665	12.398	12.534	1,1	-1,0	24.942	24.932	0,0
Provisão para Devedores Duvidosos	(5.074)	(3.738)	(3.340)	-10,6	-34,2	(10.247)	(7.077)	-30,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.591	8.660	9.194	6,2	21,1	14.695	17.854	21,5
Receita com Prestação de Serviços ¹	6.211	6.389	6.634	3,8	6,8	12.230	13.024	6,5
Despesas de Pessoal	(5.380)	(5.146)	(5.270)	2,4	-2,0	(11.265)	(10.417)	-7,5
Outras Despesas Administrativas	(2.950)	(2.662)	(2.983)	12,1	1,1	(5.778)	(5.645)	-2,3
Itens Patrimoniais (R\$ milhões)	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Ativos Administrados	2.168.835	2.226.066	2.241.359	0,7	3,3	2.168.835	2.241.359	3,3
FGTS	487.280	505.644	510.219	0,9	4,7	487.280	510.219	4,7
Fundos de Investimento ²	313.534	362.224	372.216	2,8	18,7	313.534	372.216	18,7
Ativo Total	1.276.281	1.271.629	1.271.663	0,0	-0,4	1.276.281	1.271.663	-0,4
Carteira de TVM e Derivativos	185.480	188.139	179.653	-4,5	-3,1	185.480	179.653	-3,1
Crédito Amplo ³	715.886	700.193	695.322	-0,7	-2,9	715.886	695.322	-2,9
Comercial PF	100.597	90.791	87.626	-3,5	-12,9	100.597	87.626	-12,9
Comercial PJ	82.108	65.022	61.005	-6,2	-25,7	82.108	61.005	-25,7
Habitação	421.426	433.140	436.447	0,8	3,6	421.426	436.447	3,6
Infraestrutura	79.949	82.652	82.562	-0,1	3,3	79.949	82.562	3,3
Provisão para Devedores Duvidosos	(35.778)	(37.284)	(36.297)	-2,6	1,4	(35.778)	(36.297)	1,4
Depósitos	528.032	506.527	510.522	0,8	-3,3	528.032	510.522	-3,3
Poupança	261.251	278.725	283.207	1,6	8,4	261.251	283.207	8,4
CDB	138.070	107.092	105.185	-1,8	-23,8	138.070	105.185	-23,8
Letras ⁴	145.319	116.949	104.884	-10,3	-27,8	145.319	104.884	-27,8
Patrimônio Líquido	65.877	77.854	80.368	3,2	22,0	65.877	80.368	22,0
Limites Operacionais (em %)	2T17	1T18	2T18	Δ p.p. Trim	Δ p.p. 12M	1S17	1S18	Δ p.p. 12M
Índice de Basileia	14,41	18,32	19,10	0,78	4,69	14,41	19,10	4,69
Índice de Capital Principal e Nível I ⁵	8,97	11,96	12,49	0,53	3,52	8,97	12,49	3,52
Indicadores da Carteira de Crédito (em %)	2T17	1T18	2T18	Δ p.p. Trim	Δ p.p. 12M	1S17	1S18	Δ p.p. 12M
Inadimplência Total (atrasos > 90 dias)	2,51	2,90	2,50	-0,41	-0,02	2,51	2,50	-0,02
Comercial ⁶	5,15	5,93	5,46	-0,47	0,31	5,15	5,46	0,31
Pessoas Físicas	5,55	5,36	5,34	-0,02	-0,21	5,55	5,34	-0,21
Pessoas Jurídicas	4,61	6,81	5,66	-1,15	1,05	4,61	5,66	1,05
Habitação ⁷	1,64	2,00	1,80	-0,20	0,16	1,64	1,80	0,16
Infraestrutura	0,27	1,05	0,11	-0,95	-0,16	0,27	0,11	-0,16
Rural ⁶	2,77	4,04	2,61	-1,44	-0,16	2,77	2,61	-0,16
Provisão para Devedores Duvidosos/Crédito Amplo	5,00	5,32	5,22	-0,10	0,22	5,00	5,22	0,22
Cobertura > 90 dias ⁸	198,78	183,41	209,19	25,78	10,41	198,78	209,19	10,41
Cobertura > 60 dias ⁸	120,03	102,82	114,34	11,52	-5,69	120,03	114,34	-5,69

¹ Inclui Tarifas Bancárias.

² Excluem Carteiras Administradas de Fundos e Programas de Governo, FI de FIC e FI FGTS.

³ Refere-se à carteira de créditos classificada de acordo com os critérios do Banco Central do Brasil.

⁴ Inclui TVM no exterior.

⁵ Todos os instrumentos de Capital Nível I que a CAIXA dispõe são elegíveis a Capital Principal.

⁶ Série reprocessada devido a mudança de abertura dos segmentos que passa a apresentar o Crédito Rural separado do Crédito Comercial.

⁷ Considera operações de financiamento para aquisição de material de construção.

⁸ Considera o Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos/Saldo Inadimplente.



Principais Números

Indicadores de Performance (em % acumulado 12 meses)	2T17	1T18	2T18	Δ p.p. Trim	Δ p.p. 12M	1S17	1S18	Δ p.p. 12M
ROA ⁹	0,46	0,81	0,88	0,07	0,42	0,46	0,88	0,42
ROE ⁹	9,04	14,79	15,36	0,56	6,32	9,04	15,36	6,32
Margem Financeira (NIM) ¹⁰	4,19	4,25	4,24	0,00	0,06	4,19	4,24	0,06
Índice de Eficiência Operacional ⁹	51,35	48,40	47,77	-0,63	-3,58	51,35	47,77	-3,58
Índice de Cobertura de Despesas Administrativas	69,32	75,95	77,39	1,44	8,07	69,32	77,39	8,07
Índice de Cobertura de Despesas de Pessoal	107,06	117,07	119,63	2,56	12,57	107,06	119,63	12,57
Índice de Imobilização ¹¹	11,62	10,13	9,41	-0,72	-2,21	11,62	9,41	-2,21
Endividamento do Setor Público ¹¹	30,76	28,90	28,40	-0,50	-2,36	30,76	28,40	-2,36
Estrutura (Quantidade)	2T17	1T18	2T18	Δ Trim	Δ 12M	1S17	1S18	Δ Qtde. 12M
Pontos de Atendimento	58.341	56.419	55.847	-572	-2.494	58.341	55.847	-2.494
Agências	3.414	3.389	3.386	-3	-28	3.414	3.386	-28
PA (Postos de Atendimento)	830	793	792	-1	-38	830	792	-38
Correspondentes CAIXA Aqui	10.521	9.364	8.908	-456	-1.613	10.521	8.908	-1.613
Lotéricos	13.021	13.026	13.048	22	27	13.021	13.048	27
Máquinas de autoatendimento	30.555	29.847	29.713	-134	-842	30.555	29.713	-842
Rede Banco 24 horas	20.809	21.442	22.103	661	1.294	20.809	22.103	1.294
Colaboradores	101.468	96.013	96.744	731	-4.724	101.468	96.744	-4.724
Empregados CAIXA	90.201	86.334	86.424	90	-3.777	90.201	86.424	-3.777
Estagiários e Aprendizes	11.267	9.679	10.320	641	-947	11.267	10.320	-947
Clientes e Contas (Quantidade em mil)	2T17	1T18	2T18	Δ Trim	Δ 12M	1S17	1S18	Δ Qtde. 12M
Clientes ¹²	86.351	89.736	90.842	1.106	4.491	86.351	90.842	4.491
Pessoa Física	83.472	86.981	88.062	1.081	4.590	83.472	88.062	4.590
Pessoa Jurídica	2.879	2.754	2.779	25	-99	2.879	2.779	-99
Total de Contas	96.900	101.000	101.739	739	4.839	96.900	101.739	4.839
Correntes ¹³	24.848	25.031	24.948	-83	100	24.848	24.948	100
Pessoa Física	22.778	23.045	23.003	-41	226	22.778	23.003	226
Pessoa Jurídica	2.070	1.986	1.945	-42	-125	2.070	1.945	-125
Poupanças	72.052	75.969	76.791	822	4.739	72.052	76.791	4.739
Participação de Mercado	2T17	1T18	2T18	Δ p.p. Trim	Δ p.p. 12M	1S17	1S18	Δ p.p. 12M
Poupança	38,68	38,11	37,81	-0,30	-0,88	38,68	37,81	-0,88
Depósitos à Vista	22,16	19,18	19,43	0,25	-2,73	22,16	19,43	-2,73
CDB	22,99	16,16	14,64	-1,52	-8,35	22,99	14,64	-8,35
LCI e LH	47,31	42,54	40,78	-1,75	-6,53	47,31	40,78	-6,53
LF	12,41	9,89	7,84	-2,05	-4,57	12,41	7,84	-4,57
Fundos de Investimentos	8,15	8,17	8,23	0,06	0,09	8,15	8,23	0,09
Crédito Amplo ¹⁴	22,82	22,33	21,85	-0,49	-0,97	22,82	21,85	-0,97
Total Pessoas Físicas	32,37	31,22	30,75	-0,47	-1,62	32,37	30,75	-1,62
Total Pessoas Jurídicas	12,54	11,85	11,35	-0,50	-1,19	12,54	11,35	-1,19
Imobiliário	68,07	69,23	69,35	0,12	1,27	68,07	69,35	1,27

⁹ Exclui o evento extraordinário relativo ao impacto da reversão de provisão atuarial do Saúde CAIXA após adoção do limite máximo de 6,5% da folha de pagamento.

¹⁰ Considera-se Margem Financeira/(Ativo Total - Operações Compromissadas - Ativo Permanente).

¹¹ Série reprocessada em virtude da Resolução CMN 4.557/2017. Calculado no trimestre.

¹² Série reprocessada devido a mudança de metodologia.

¹³ Contas de Depósitos à Vista, exceto Contas Salário.

¹⁴ Considera carteira classificada de créditos, exceto créditos securitizados e carteiras de crédito adquiridas.



Balanco Patrimonial Gerencial

Abaixo apresentamos os principais dados do Balanço Patrimonial, com agregações gerenciais.

Ativo - Valores em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12 M
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.265.051	1.260.154	1.260.238	0,0	-0,4
Disponibilidades	9.237	9.328	9.642	3,4	4,4
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	154.173	170.346	198.310	16,4	28,6
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	185.480	188.139	179.653	-4,5	-3,1
Relações Interfinanceiras e Interdependências	158.988	148.611	132.867	-10,6	-16,4
Operações de Crédito	703.710	690.208	685.546	-0,7	-2,6
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(35.778)	(37.284)	(36.297)	-2,6	1,4
Outros Créditos, Valores e Bens	89.241	90.805	90.517	-0,3	1,4
Ativo Permanente	11.230	11.476	11.425	-0,4	1,7
Investimentos	5.172	5.403	5.603	3,7	8,3
Imobilizado de Uso	3.080	3.002	2.908	-3,1	-5,6
Intangível	2.978	3.071	2.914	-5,1	-2,2
Total	1.276.281	1.271.629	1.271.663	0,0	-0,4

Passivo - Valores em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12 M
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.210.404	1.193.775	1.191.295	-0,2	-1,6
Depósitos	528.032	506.527	510.522	0,8	-3,3
Captações no Mercado Aberto	146.027	157.488	150.262	-4,6	2,9
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	145.319	116.949	104.884	-10,3	-27,8
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.742	2.282	2.297	0,7	-16,2
Obrigações por Empréstimos e Repasses	256.991	278.816	288.066	3,3	12,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.006	1.078	504	-53,2	-49,9
Outras Obrigações	130.286	130.634	134.760	3,2	3,4
Patrimônio Líquido	65.877	77.854	80.368	3,2	22,0
Total	1.276.281	1.271.629	1.271.663	0,0	-0,4



Demonstração do Resultado Gerencial

Valores em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Margem Financeira	12.665	12.398	12.534	1,1	-1,0	24.942	24.932	-0,04
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.074)	(3.738)	(3.340)	-10,6	-34,2	(10.247)	(7.077)	-30,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.591	8.660	9.194	6,2	21,1	14.695	17.854	21,5
Receitas de Prestação de Serviços	6.211	6.389	6.634	3,8	6,8	12.230	13.024	6,5
Despesas de Pessoal	(5.380)	(5.146)	(5.270)	2,4	-2,0	(11.265)	(10.417)	-7,5
Outras Despesas Administrativas	(2.950)	(2.662)	(2.983)	12,1	1,1	(5.778)	(5.645)	-2,3
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.350)	(2.819)	(2.866)	1,7	-14,4	(5.859)	(5.685)	-3,0
Resultado Operacional	2.121	4.422	4.709	6,5	122,0	4.023	9.131	127,0
Tributos sobre Resultados	1.010	(249)	(475)	90,8	-147,1	674	(725)	-207,5
Lucro Líquido	2.587	3.191	3.464	8,6	33,9	4.074	6.655	63,3

Principais Indicadores Econômicos

Principais Indicadores Econômicos	2T17	1T18	2T18	Δ p.p. Trim	Δ p.p. 12M	1S17	1S18	Δ p.p. 12M
Taxa Selic over - Média no período (% a. a.)	10,96	6,73	6,40	-0,3	-4,6	11,83	6,57	-5,3
Taxa Selic over - Fim do período (% a. a.)	10,15	6,58	6,40	-0,2	-3,8	10,15	6,40	-3,8
CDI - Fim do período (% a. a.)	10,14	6,57	6,39	-0,2	-3,8	10,14	6,39	-3,8
IPCA - IBGE - Acum. no período (%)	0,22	0,70	1,89	1,2	1,7	1,18	2,60	1,4
IGP-M - Acum. no período (%)	(2,67)	1,47	3,86	2,4	6,5	(1,95)	5,39	7,3
Dólar Comercial - Final do período (compra)	3,31	3,32	3,86	0,5	0,5	3,31	3,86	0,5
Produção Industrial - Interanual (%) ¹	1,21	3,16	0,58	-2,6	-0,6	1,11	1,87	0,8
Taxa de desemprego - Média trimestral (% a. a.) ¹	13,00	13,13	12,44	-0,7	-0,6	13,37	12,79	-0,6

Ratings

Ratings Perspectiva	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Longo Prazo	Curto Prazo
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo		
Fitch Ratings	BB- (Estável)	B	BB- (Estável)	B	AA(bra) (Estável)	F1+(bra)
Moody's	Ba2 (Estável)	Not Prime	Ba3 (Estável)	Not Prime	Aa1.br	BR-1
Standard & Poors	BB- (Estável)	B	BB- (Estável)	B	brAAA (Estável)	brA-1+



Conjuntura Econômica

A economia mundial deve apresentar crescimento, em 2018, próximo ao observado no ano passado. Entretanto, recentemente, houve aumento das incertezas, como a preocupação com o ritmo de elevação dos juros nos EUA e as tensões comerciais crescentes, o que têm gerado volatilidade nos mercados, principalmente nos países emergentes.

No Brasil, a balança comercial manteve um bom resultado durante o primeiro semestre, o que tem favorecido as contas externas. Além do resultado positivo das exportações, o desempenho modesto da economia brasileira tem levado a um crescimento moderado das nossas importações. Esse resultado das contas externas permite ao Brasil amortecer parte do aumento da volatilidade internacional.

A atividade econômica doméstica manteve a recuperação gradual no primeiro trimestre de 2018. Os indicadores do segundo trimestre mostram que atividade econômica

sofreu impacto direto da greve do setor de transporte de cargas. Esses reflexos tendem a ser transitórios e devem se dissipar, ao menos parcialmente, nos próximos resultados. Entretanto, o recuo de indicadores de confiança pode postergar decisões de consumo e investimentos. Com relação ao emprego, os números de 2018 mostram aceleração gradual, em linha com o desempenho da economia.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) também foi impactada pela paralisação no setor de transportes de carga, mas segue abaixo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para este ano. Nos próximos meses, espera-se uma reversão das altas, na medida em que as condições de abastecimento se normalizem. Diante desse contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa de juros estável em 6,50% ao ano.



Lucro Líquido e Resultado Operacional

A CAIXA atingiu lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões no primeiro semestre de 2018, o que representa avanço de 63,3% em relação ao mesmo período de 2017. Esse resultado foi construído pelos negócios bancários, pelos ganhos de eficiência e pelo cumprimento de seu Plano de Capital.

O resultado operacional alcançou R\$ 9,1 bilhões no acumulado até junho de 2018, forte evolução de 127,0% em 12 meses e melhor nível já alcançado pela Instituição considerando o resultado livre de efeitos não recorrentes, influenciado principalmente, pela estabilidade da margem financeira, pela redução de 30,9% nas despesas com PDD e de 5,8% nas despesas administrativas e pelo crescimento 6,5% nas receitas de prestação de serviços.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio totalizou 15,4%, crescimento de 6,3 p.p. em 12 meses e 0,6 p.p no trimestre. O patrimônio líquido da CAIXA totalizou R\$ 80,4 bilhões, evolução de 22,0% em relação a junho de 2017, influenciado, principalmente, pelo aumento da geração de lucros da Empresa.

O retorno sobre o ativo médio registrou 0,9%, aumento de 0,4 p.p em 12 meses.

A margem financeira totalizou R\$ 24,9 bilhões em junho de 2018, estável em 12 meses, influenciada pelo recuo de R\$ 15,1 bilhões nas receitas financeiras, em função da menor originação de crédito, compensadas pelo igual recuo nas despesas de captação.

Essas evoluções representam os esforços implementados pela CAIXA para aumento da eficiência operacional gerando resultados de longo prazo, capazes de sustentar a atuação da Instituição.

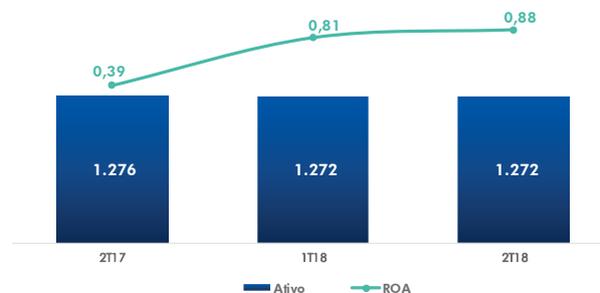
Lucro Líquido e Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Valor em R\$ milhões - indicador em (%)



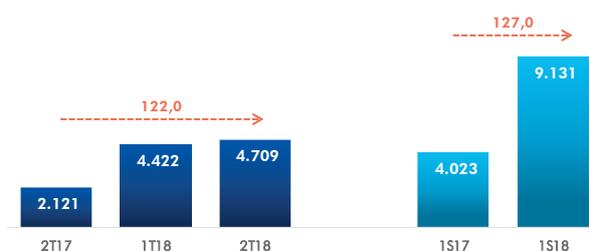
Ativo CAIXA e Retorno sobre o Ativo Médio

Valor em R\$ bilhões - indicador em (%)



Resultado Operacional

Valor em R\$ milhões e evolução em %



Margem Financeira

Valor em R\$ bilhões - variação em (%)



Carteira de Crédito Ampla

A carteira de crédito ampla da CAIXA totalizou R\$ 695,3 bilhões de saldo no primeiro semestre de 2018, recuo de 2,9% em 12 meses, em função da continuidade da estratégia de rentabilização da carteira e da adequação do seu portfólio as regras de Basileia III.

Como resultado dessa estratégia, houve o crescimento nas operações de menor risco, como as de habitação em 3,6% e de infraestrutura em 3,3%, e redução da exposição nas carteiras comerciais que diminuiram 18,7%, impactadas pela diminuição de 25,7% do crédito PJ. Essa mudança na composição influenciou na redução da despesa de provisão para devedores duvidosos em 30,9%.

Mesmo diante do recuo do crédito, a CAIXA manteve sua participação no mercado superior a 20% e melhorou a qualidade da carteira, que passou a contar com 90,3% do total de suas operações classificadas nos ratings de AA-C, em linha com o planejado pela empresa.

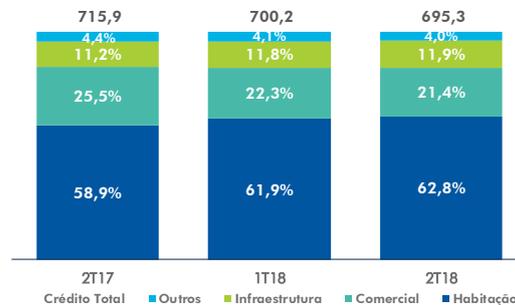
A carteira imobiliária permaneceu como a mais representativa na composição do crédito total, com 62,8% de participação e saldo de R\$ 436,4 bilhões, crescimento de 3,6% em 12 meses. Desse saldo, R\$ 250,9 bilhões foram concedidos com recursos FGTS, aumento de 13,0%, e R\$ 185,6 bilhões com recursos SBPE, que recuaram 7,0% em 12 meses.

As operações de saneamento e infraestrutura aumentaram 3,3% em 12 meses totalizando R\$ 82,6 bilhões em junho de 2018.

O crédito rural apresentou aumento de 1,3% em 12 meses e alcançou saldo de R\$ 6,7 bilhões no primeiro semestre de 2018.

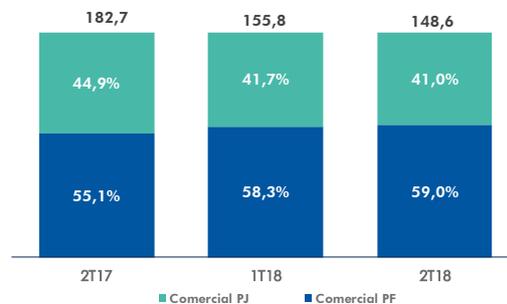
Composição Crédito Ampla

(Valor em R\$ bilhões e participação em %)



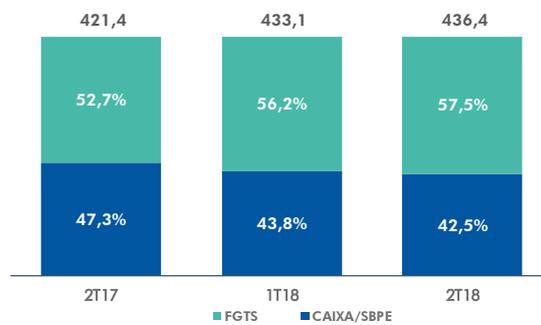
Composição Crédito Comercial

(Valor em R\$ bilhões e participação em %)



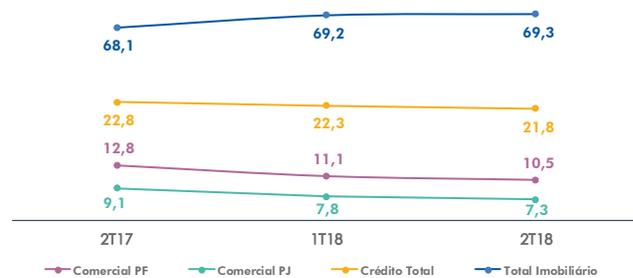
Composição Crédito Habitacional

(Valor em R\$ bilhões e participação em %)



Participação de Mercado

(em %)



Carteira de Crédito Ampla

O saldo da carteira de crédito comercial totalizou R\$ 148,6 bilhões em junho de 2018, redução de 18,7% em 12 meses, o segmento de pessoas físicas registrou saldo de R\$ 87,6 bilhões, recuo de 12,9% em 12 meses. A carteira de crédito consignado, atingiu saldo de R\$ 61,6 bilhões. O segmento PJ recuou 25,7% em 12 meses, alinhado com cenário de baixa demanda para esse mercado.

Valor em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M
Operações de Crédito ¹	703.710	690.208	685.546	-0,7	-2,6
Crédito Comercial	182.705	155.813	148.630	-4,6	-18,7
Pessoas Físicas	100.597	90.791	87.626	-3,5	-12,9
Pessoas Jurídicas	82.108	65.022	61.005	-6,2	-25,7
Habituação	421.426	433.140	436.447	0,8	3,6
Saneamento e Infraestrutura	79.949	82.652	82.562	-0,1	3,3
Rural	6.647	6.962	6.731	-3,3	1,3
Cessão de Créditos	12.983	11.641	11.175	-4,0	-13,9
Outros Créditos ²	12.175	9.985	9.776	-2,1	-19,7
Crédito Ampla	715.886	700.193	695.322	-0,7	-2,9

¹ Inclui cessão de créditos.

² Inclui outros créditos com características de concessão de crédito.

Qualidade da Carteira de Crédito

A carteira de crédito CAIXA possui 90,3% do seu total classificada no nível de risco AA-C, demonstrando a boa qualidade em função da consistente gestão do risco de crédito da Empresa.

O crédito imobiliário, que corresponde a 62,8% da carteira de crédito, possui 93,2% dos saldos classificados nos ratings entre AA-C.

As operações de saneamento e infraestrutura, que correspondem a 11,9% da carteira, possuem 89,9% classificado nos ratings entre AA-C.

As operações de crédito comercial, que representam 21,4% da carteira de crédito ampla, possuem 82,5% do seu saldo classificado nos ratings entre AA-C.

O nível de provisionamento da carteira melhorou em 10,4 p.p em 12 meses, e cobre mais de duas vezes a inadimplência superior a 90 dias.

Rating
(em %)



Cobertura da PDD sobre a inadimplência acima de 90 dias
(em %)



TVM e Derivativos

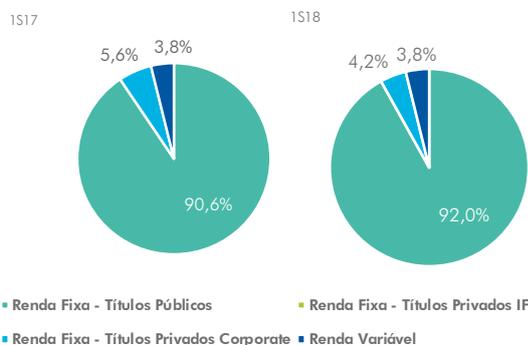
A carteira de títulos e valores mobiliários da CAIXA totalizou, em junho de 2018, saldo de R\$ 179,7 bilhões e redução de 3,1% em 12 meses. Este saldo representa 14,1% no total de ativos, e garante a manutenção de uma tesouraria robusta e um nível adequado de liquidez para a Instituição.

A redução de R\$ 5,8 bilhões, na comparação com junho de 2017, foi influenciada pela redução de 18,5% na carteiras de títulos para negociação e compensados pelas evoluções nas carteiras de títulos disponíveis para a venda, títulos mantidos até o vencimento e nos instrumentos financeiros derivativos de 45,9%, 8,3% e 31,1%, respectivamente.

Valor em R\$ milhões	2T17	%	1T18	%	2T18	%
Títulos para Negociação	117.645	63,4	102.555	54,5	95.909	53,4
Títulos Disponíveis para Venda	26.809	14,5	42.169	22,4	39.110	21,8
Títulos Mantidos até o Vencimento	40.220	21,7	42.953	22,8	43.577	24,3
Instrumentos Financeiros Derivativos	806	0,4	461	0,2	1.057	0,6
TVM e Derivativos	185.480	100,0	188.139	100,0	179.653	100,0

Em junho de 2018, o saldo das debêntures e notas promissórias alocadas na carteira da CAIXA atingiu R\$ 4,2 bilhões, registrando retração de 9,9% no trimestre e 48,5% em 12 meses. As evoluções são decorrentes, principalmente, de eventos de amortização, antecipação e vendas em mercado secundário.

Composição dos Saldos das Aplicações da Tesouraria (em %)



Estoque de Debêntures e Notas Promissórias da Carteira de TVM (em R\$ bilhões)



Provisão e Inadimplência

As despesas com provisão para devedores duvidosos atingiram R\$ 7,1 bilhões no 1S18, redução de 30,9% em 12 meses. Essa redução é reflexo do recuo de R\$ 20,6 bilhões na carteira de crédito, na mudança de sua composição com a migração para um crédito de baixo risco, além do aperfeiçoamento das ações de cobrança e renegociação.

Em junho de 2018, as despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa correspondiam a 5,2% do total da carteira de crédito, 0,2 p.p acima do apresentado em junho de 2017.

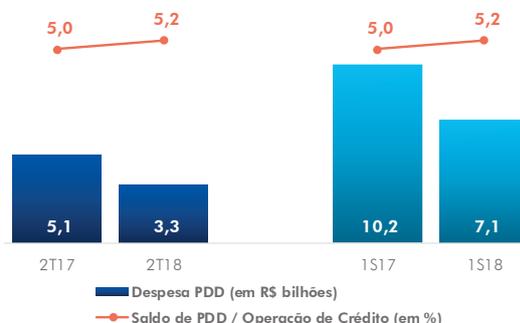
O índice de inadimplência totalizou 2,50%, recuo de 0,4 p.p. em comparação ao primeiro trimestre de 2018, e estável em relação ao primeiro semestre de 2017, mantendo-se abaixo da média de mercado de 3,06%.

A inadimplência da carteira comercial PF totalizou 5,34% em junho de 2018, redução de 0,21 p.p. em 12 meses e 0,02 p.p. no trimestre. A inadimplência da carteira comercial PJ atingiu 5,66%, redução de 1,15 p.p. no trimestre.

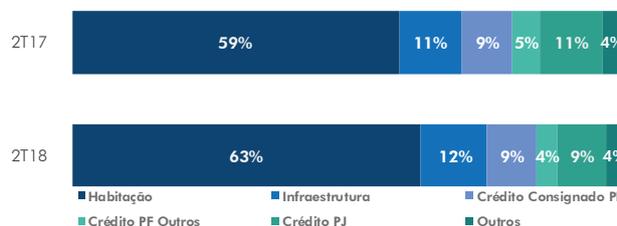
No final do 1S18, a carteira habitacional apresentou inadimplência de 1,80%, redução de 0,20 p.p. no trimestre. As operações de infraestrutura apresentaram inadimplência de 0,11% redução de 0,16 p.p. em 12 meses.

A inadimplência da carteira rural totalizou 2,61% em junho de 2018, redução de 1,44 p.p. em 12 meses e 0,16 p.p. no trimestre.

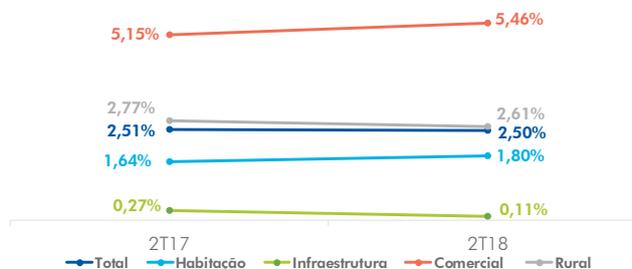
Despesa de PDD e Saldo de PDD / Op. de Crédito



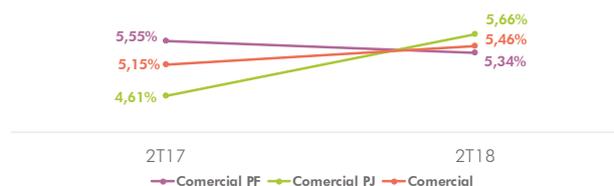
Composição da Carteira de Crédito Ampla (em %)



Índice de Inadimplência - acima de 90 dias (em %)



Índice de Inadimplência - acima de 90 dias (em %)



Captações

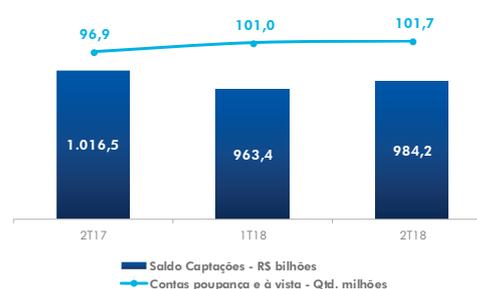
As captações totais da CAIXA encerraram o semestre com saldo de R\$ 984,2 bilhões, redução 2,2% em 12 meses. A relação entre as captações totais e a carteira de crédito correspondeu a 141,5%, em linha com a estratégia de alocação de ativos e passivos da Empresa.

O desempenho no saldo foi impactado, principalmente, pelas evoluções de 12,1% nos empréstimos e repasses e 8,4% nos depósitos em poupança e pelas reduções de 23,8% em CDB, 29,4% em Letras e 6,3% nas captações no mercado aberto.

Os depósitos totalizaram R\$ 510,5 bilhões em junho de 2018. A poupança, com saldo de R\$ 283,2 bilhões, continua a ser a principal fonte de recursos da CAIXA e cresceu 8,4% em 12 meses e 1,6% no trimestre.

O estoque de contas da CAIXA totalizava no final do semestre 101,7 milhões, com a abertura de 4,8 milhões de novas contas no período.

Captações e Contas



Valor em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M
Depósitos	528.032	506.527	510.522	0,8	-3,3
À Vista	30.264	27.694	28.372	2,4	-6,3
Poupança	261.251	278.725	283.207	1,6	8,4
A Prazo	221.315	189.355	189.015	-0,2	-14,6
Outros Depósitos	15.203	10.753	9.928	-7,7	-34,7
Letras ¹	131.846	106.670	93.128	-12,7	-29,4
Emissões Internacionais	13.474	10.279	11.756	14,4	-12,8
Captações no Mercado Aberto ²	86.197	61.084	80.755	32,2	-6,3
Empréstimos e Repasses	256.991	278.816	288.066	3,3	12,1
Principais Itens de Captação	1.016.539	963.376	984.227	2,2	-3,2

¹ Inclui letras de crédito imobiliário, hipotecárias, financeiras e de crédito de agronegócio. ² Carteira Própria.

Depósitos à Vista

Os depósitos à vista evoluíram 2,4% no trimestre, com saldo de R\$ 28,4 bilhões em junho de 2018, e 19,4% de participação no mercado. Os depósitos de pessoas jurídicas totalizaram saldo de R\$ 14,8 bilhões, avanço de 2,9% em relação a março de 2018, e os depósitos de pessoas físicas atingiram R\$ 13,5 bilhões.

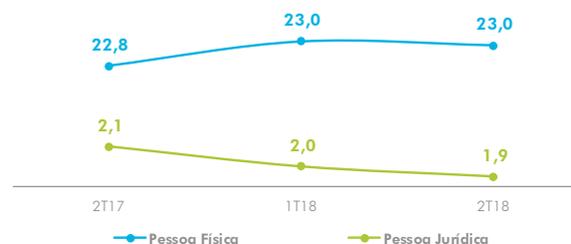
Depósito à Vista

Saldo em R\$ bilhões e Participação em %



Contas - Depósito à Vista

Quantidade em milhões



A base de contas correntes fechou o trimestre com 24,9 milhões, aumento de 100 mil contas, das quais 23,0 milhões de pessoas físicas, incluindo 9,2 milhões de contas simplificadas (CAIXA Fácil), e 1,9 milhões de contas PJ.



Poupança

A poupança da CAIXA apresentou saldo de R\$ 283,2 bilhões em junho de 2018, avanço de 8,4% em 12 meses. Com esse saldo a CAIXA permanece na liderança com 37,8% de participação no mercado, o que demonstra confiança dos poupadores na Instituição.

Em junho de 2018, a CAIXA possuía 76,8 milhões de contas poupança, incremento de 4,7 milhões de contas em relação ao registrado em junho de 2017.

Depósito em Poupança

Saldo em R\$ bilhões e Participação em %



Contas - Poupança

Quantidade em milhões

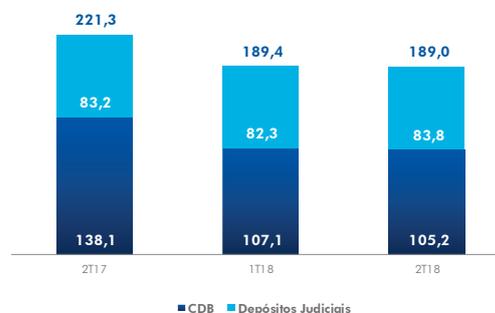


Depósito a Prazo e Letras

Os depósitos a prazo totalizaram R\$ 189,0 bilhões em junho de 2018, redução de 14,6% em 12 meses. Essa variação foi impactada pelos depósitos em CDB, que recuaram 23,8% em doze meses. Os depósitos judiciais, com saldo de R\$ 83,8 bilhões, estáveis em relação aos períodos anteriores.

Depósito a Prazo

Saldo em R\$ bilhões



Em junho de 2018, as letras da CAIXA alcançaram saldo de R\$ 93,1 bilhões redução de 29,4%, em 12 meses e participação no mercado de 14,9%. As Letras Imobiliárias e Hipotecárias apresentaram saldo de R\$ 69,0 bilhões e as Letras Financeiras alcançaram R\$ 24,1 bilhões. A redução das captações em letras cumpre com a estratégia de fontes de recursos da CAIXA, que foca em linhas de captação menos onerosas.

Letras

Saldo em R\$ bilhões



Receita de Prestação de Serviços e Tarifas

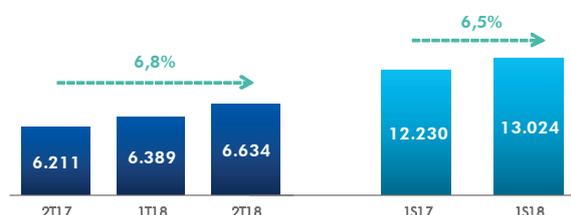
As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, atingiram R\$ 13,0 bilhões no primeiro semestre de 2018, crescimento de 6,5% em 12 meses, influenciadas principalmente pelo aumento do relacionamento com os clientes.

Em função da estratégia da Caixa de aumento de relacionamento com os clientes, essas receitas passaram a representar 17,7% das receitas totais de empresa.

Entre os principais destaques estão as receitas de serviços de conta corrente, fundos de investimento e cartões que cresceram, respectivamente, 21,6%, 16,6% e 8,1% em 12 meses.

RPS e Tarifas

Valores em R\$ milhões e variação em %



Valor em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Serviços Governo	2.222	2.309	2.323	0,6	4,5	4.484	4.632	3,3
Conta Corrente ¹	1.371	1.603	1.628	1,6	18,7	2.655	3.230	21,6
Convênio e Cobrança	948	839	880	4,9	-7,2	1.759	1.718	-2,3
Cartões	651	663	730	10,1	12,2	1.289	1.393	8,1
Fundos de Investimento	463	516	561	8,8	21,1	924	1.077	16,6
Crédito	395	311	353	13,6	-10,6	799	664	-16,9
Seguros	46	48	48	2,0	5,5	93	96	3,1
Outros	115	102	111	8,9	-2,8	226	213	-5,5
Receitas de Prestação de Serviços	6.211	6.389	6.634	3,8	6,8	12.230	13.024	6,5

A seguir, detalhamos os principais itens na composição das receitas de prestação de serviços:

Serviços de Governo

Totalizaram R\$ 4,6 bilhões no primeiro semestre de 2018, crescimento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pelas receitas com administração de fundos e programas, com destaque para o Programa de Integração Social - PIS que registrou aumento de R\$ 86 milhões na comparação com o primeiro semestre de 2017.

Serviços de Governo

Valores em R\$ milhões e variação em %



Convênios e Cobrança

No primeiro semestre de 2018, as receitas com convênios e cobrança alcançaram R\$ 1,7 bilhão, recuo de 2,3% comparado ao primeiro semestre de 2017.

Convênios e Cobrança

Valores em R\$ milhões e variação em %



Receita de Prestação de Serviços e Tarifas

Administração de Fundos de Investimentos

As receitas provenientes da administração de fundos de investimento atingiram R\$ 1,1 bilhão no acumulado até junho de 2018, crescimento de 16,6% em 12 meses, impactada pela migração de clientes que tem deixado de acessar outras fontes de aplicação como CDB e letras.

Fundos de Investimento
Valores em R\$ milhões e variação em %



Conta Corrente

As receitas com conta corrente, que inclui as receitas com tarifas bancárias, alcançaram R\$ 3,2 bilhões no primeiro semestre de 2018, aumento de 21,6% em 12 meses, devido principalmente ao aumento de relacionamento e abertura de novas contas.

Conta Corrente
Valores em R\$ milhões e variação em %



Transações

No 1S18, foram realizadas 4,7 bilhões de transações bancárias dos quais 2,4 bilhões no segundo trimestre de 2018. Em virtude do avanço da estratégia de transformação digital da CAIXA, percebe-se maior migração das transações dos canais físicos para os canais digitais. No segundo trimestre de 2018, foram realizadas 412 milhões de transações nos mobile banking (celular - smartphone), avanço de 35,1%, enquanto nas agências e pontos de atendimento as transações totalizaram 87 milhões, recuo de 19,1% em 12 meses.

	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Agências e PA (Posto de Atendimento)	107	89	86	-3,3	-20,0	210	175	-16,8
PAE (Posto de Atendimento Eletrônico)	14	10	10	1,2	-28,6	29	20	-31,5
Salas de Autoatendimento	598	568	547	-3,8	-8,6	1.212	1.115	-8,0
Banco 24h e Compartilhamento BB	147	143	144	0,4	-2,2	290	287	-1,0
Lotéricos ¹	720	743	731	-1,7	1,5	1.448	1.474	1,9
Internet Banking	384	337	348	3,3	-9,3	772	686	-11,2
Celular - Smartphone	305	354	419	18,3	37,2	569	773	35,7
Correspondentes CAIXA AQUI	84	80	70	-12,9	-16,5	164	150	-8,6
Total de Transações	2.360	2.325	2.355	1,3	-0,2	4.694	4.680	-0,3

1- Excluem Jogos



Despesas Administrativas

Despesa de Pessoal

No primeiro semestre de 2018, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 10,4 bilhões, redução de 7,5% em 12 meses e recuo de 2,0% em comparação ao 2T17, impactada, principalmente, pelos efeitos dos planos de demissão voluntária iniciados em 2017.

As despesas de pessoal, no primeiro semestre, representavam 64,9% do total das despesas administrativas.

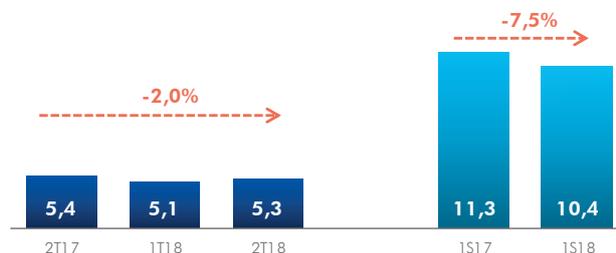
Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas recuaram 2,3% em 12 meses, totalizando R\$ 5,6 bilhões no primeiro semestre, devido as ações voltadas ao aumento da eficiência operacional. Destacaram-se as economias de 14,5% em propaganda e publicidade, 14,9% em comunicação e 13,2% em material.

Por outro lado, no segundo trimestre de 2018 as outras despesas administrativas cresceram 1,1% em relação ao primeiro trimestre, impactadas pelo aumento de 17,9% nas despesas com processamento de dados, que visam sustentar as ações de transformação digital.

Despesa de Pessoal

Valores em R\$ bilhões e variação em %



Outras Despesas Administrativas

Valores em R\$ bilhões e variação em %



Valor em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Estruturais	1.135	1.073	1.110	3,5	-2,2	2.242	2.183	-2,6
Manutenção e Conserv. de Bens	246	222	270	21,3	9,8	466	492	5,5
Aluguel e Arrendamento de Bens	384	386	356	-7,9	-7,2	768	742	-3,4
Vigilância e Segurança	223	218	221	1,5	-0,9	440	439	-0,3
Comunicações	128	98	128	29,9	-0,0	266	226	-14,9
Material	36	35	30	-14,2	-16,1	75	65	-13,2
Água, Energia	120	113	106	-6,2	-11,3	226	219	-3,1
Outras	1.815	1.589	1.873	17,9	3,2	3.537	3.462	-2,1
Processamento de Dados	365	343	405	17,9	10,8	749	748	-0,1
Serviços de Terceiros	470	427	454	6,1	-3,4	932	881	-5,4
Amortizações / Depreciações	453	440	451	2,4	-0,4	909	891	-2,0
Propag. e Publicidade, Promoções	137	48	145	200,5	6,0	226	194	-14,5
Serviços Especializados	149	113	141	25,4	-5,4	264	254	-3,7
Sistema Financeiro	136	138	143	3,8	4,9	270	281	3,7
Outros	105	80	135	69,4	29,0	187	215	14,7
Outras Despesas Administrativas	2.950	2.662	2.983	12,1	1,1	5.778	5.645	-2,3



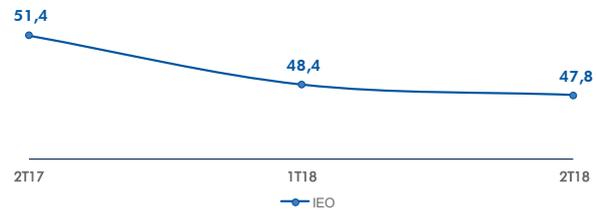
Eficiência Operacional

Em linha com as ações de melhoria na eficiência operacional adotadas pela CAIXA, e com a implantação da transformação digital, a CAIXA vem alcançando consecutivas melhorias no índice de eficiência operacional, que totalizou 47,8% em junho de 2018, redução de 3,6 p.p. em 12 meses.

As ações de eficiência também impactaram no índice de cobertura das despesas administrativas, que atingiu 77,4%, melhoria de 8,1 p.p. em 12 meses. O Índice de Cobertura das Despesas de Pessoal que mede a relação entre as receitas de prestação de serviços e as despesas de pessoal, resultou em 119,6%, melhoria de 12,6 p.p. nos últimos 12 meses.

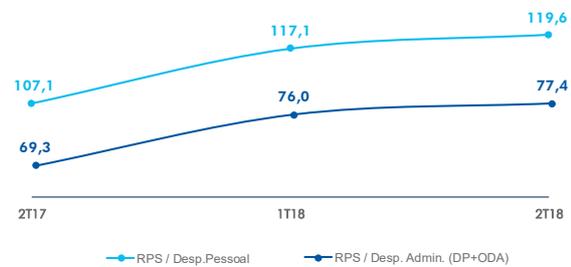
Esses indicadores refletem os avanços das coberturas pela maior contribuição das receitas de serviços e pelas ações de ajuste do quadro de pessoal e otimização da estrutura.

Índice de Eficiência Operacional*
(em %)



*Eficiência Operacional = (Despesa de Pessoal + Outras Despesas Administrativas) / (Resultado Bruto da Intermediação Financeira - Oper. Venda e Transf. de Ativos Financeiros + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Coligadas e Controladas + Outras Rec. e Desp. Operacionais)

Índice de Cobertura - Administrativa e de Pessoal
(em %)



Gerenciamento de Risco e do Capital

O Banco Central do Brasil divulgou, em 2013, as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.192 e 4.193, que normatizam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras, introduzindo novos conceitos ao Patrimônio de Referência (PR) e aos requerimentos mínimos de capital.

Nesse mesmo ano, por meio da Resolução CMN nº 4.280, foram definidas as regras para composição do Conglomerado Prudencial. Desde janeiro de 2015, a apuração das parcelas de capital e dos requerimentos mínimos é feita com base no Conglomerado Prudencial.

A estrutura de gestão de capital e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com as novas diretrizes de estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em junho de 2018, os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) totalizaram R\$ 524,7 bilhões e o Patrimônio de Referência (PR) fechou em R\$ 100,2 bilhões.



Gerenciamento de Risco e do Capital

Dessa forma, os índices de Capital Principal, Nível I e Basileia marcaram 12,5%, 12,5% e 19,1%, mantendo-se acima do mínimo regulatório.

Patrimônio de Referência (valor em R\$ milhões)	Jun17	Mar18	Jun18	Δ% Trim.	Δ% 12M
Patrimônio de Referência - PR	83.194	97.835	100.211	2,4%	20,5%
Nível I	51.766	63.867	65.523	2,6%	26,6%
Nível II	31.428	33.968	34.689	2,1%	10,4%
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	577.322	534.105	524.774	-1,7%	-9,1%
Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA)	9,0%	12,0%	12,5%	0,5 p.p.	3,5 p.p.
Índice de Capital de Nível I (Nível I/RWA)	9,0%	12,0%	12,5%	0,5 p.p.	3,5 p.p.
Índice de Basileia (PR/RWA)	14,4%	18,3%	19,1%	0,8 p.p.	4,7 p.p.

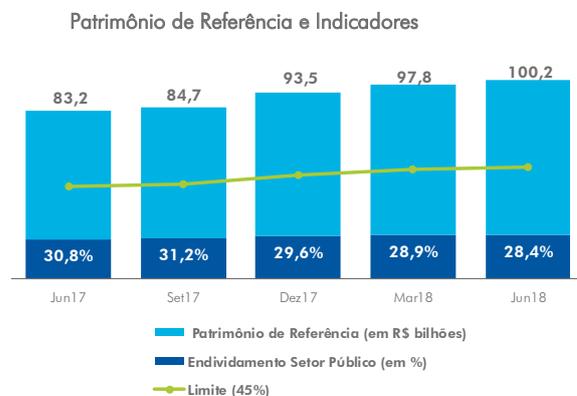
A fim de garantir o cumprimento dos requerimentos mínimos de capital, conforme exigências regulatórias e prudenciais previstas no Acordo de Basileia III, a CAIXA tem implementado medidas para reforço da sua estrutura de capital, como redução de despesas, ajuste dos processos de alocação de capital, utilização da métrica do Retorno Ajustado ao Risco no Capital (RAROC) para gestão da carteira de crédito, ampliação da margem de contribuição dos produtos e serviços, ajuste de benefícios pós emprego para equacionamento do passivo atuarial, disseminação da cultura de risco, entre outras. Os resultados acima confirmam a efetividade dessas ações.

O índice de imobilização foi de 9,4%, mantendo a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50%.

Capital Imobilizado (Valor em R\$ milhões)	Jun17	Mar18	Jun18	Δ% Trim.	Δ% 12M
(A) Ativo Permanente Ajustado	9.666	9.910	9.430	-4,8%	-2,4%
(B) Patrimônio de Referência	83.194	97.835	100.211	2,4%	20,5%
(C) Índice de Imobilização ((A / B) x 100)	11,6%	10,1%	9,4%	-0,7 p.p.	-2,2 p.p.

O índice de Endividamento do Setor Público com a CAIXA no período foi de 28,4%, redução de 2,4 p.p. em um ano. De acordo com a Resolução CMN nº 2.827/01, as operações de crédito de uma instituição financeira com órgãos e instituições públicas estão limitadas a 45% de seu Patrimônio de Referência.

A Resolução CMN nº 4.589/17, com vigência a partir de 01 JAN 18, consolidou e manteve as regras atuais de limites de exposição de crédito ao setor público.



Mais informações podem ser consultadas no Relatório de Pilar 3 da CAIXA disponível em <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

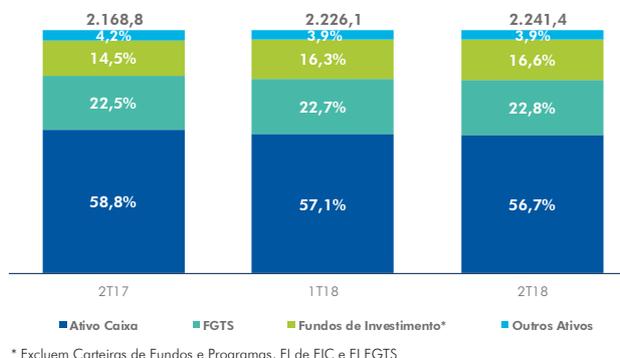


Ativos Administrados

Em junho de 2018, a CAIXA possuía R\$ 2,2 trilhões de ativos administrados, aumento de 3,3% em 12 meses, impulsionados, principalmente, pelo avanço de 18,6% nos fundos de investimento. Os ativos próprios da Empresa apresentaram redução de 0,8% em 12 meses.

Entre os R\$ 969,7 bilhões de recursos de terceiros geridos pela CAIXA, destacam-se os recursos do FGTS, com saldo de R\$ 510,2 bilhões, com crescimento de 4,7% em 12 meses, e os fundos de investimentos com R\$ 372,2 bilhões, aumento de 18,7% comparado a junho de 2017.

Ativos Administrados
(Valor em bilhões e participação em %)



Fundos de Investimento e Carteiras Administradas

No primeiro semestre de 2018, a CAIXA era responsável pela administração de R\$ 686,9 bilhões em fundos de investimentos e carteiras administradas, incluindo os FI de FIC, que evoluíram 15,1% em 12 meses.

Os fundos de rede e exclusivos somavam R\$ 405,5 bilhões, ante R\$ 346,0 bilhões verificado em junho de 2017, representando alta de 17,2% no período.

Valores em R\$ milhões	2T17	1T18	2T18	Δ% Trim	Δ% 12M
Fundos de Rede e Não Rede	345.987	395.160	405.531	2,6	17,2
Rede	165.823	199.620	207.804	4,1	25,3
Não Rede	180.164	195.540	197.727	1,1	9,7
Carteiras Administradas	116.433	118.986	115.007	(3,3)	(1,2)
Sociais	114.975	117.331	113.386	(3,4)	(1,4)
Comerciais	764	894	878	(1,8)	14,9
RPPS	694	761	744	(2,2)	7,2
FI de FIC	134.545	159.632	166.324	4,2	23,6
Fundos de Inv. e Carteiras Adm.	596.965	673.777	686.863	1,9	15,1

Ao final do primeiro semestre de 2018, a CAIXA administrava 8,23% do patrimônio líquido total dos fundos do mercado, segundo a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, mantendo-se a quarta posição dentre os administradores de recursos.

O patrimônio líquido dos fundos e carteiras totalizou R\$ 356,8 bilhões evolução de 15,6% em 12 meses.

Fundos de Investimento
Valor em R\$ bilhões e Participação em %



Cartão de Crédito e Débito

No 1S18, os clientes dos cartões CAIXA realizaram mais de 1,2 bilhão de transações, 15,3% acima do realizado no mesmo período do ano anterior, representando um volume financeiro de R\$ 83,4 bilhões decorrente da utilização dos 104,8 milhões de cartões da base.

Cartões	2T17	1T18	2T18	Δ% Tri	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Quant. de Cartões* (em milhões)	105,4	106,6	104,8	-1,7	-0,6	105,4	104,8	-0,6
Quant. de Transações** (em milhões)	533,8	606,7	598,4	-1,4	12,1	1.044,8	1.205,1	15,3
Valor das Transações (R\$ milhões)	37.361,9	42.149,1	41.248,6	-2,1	10,4	73.583,5	83.397,7	13,3

* Quantidade de cartões no fim do período.

** Transações acumuladas.

A base de cartões de crédito da CAIXA era composta por 5,7 milhões de plásticos no final do 1S18, que realizaram 185,4 milhões de transações, totalizando R\$ 21,2 bilhões, avanço de 6,0% em 12 meses.

Cartões de Crédito	2T17	1T18	2T18	Δ% Tri	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Quant. de Cartões* (em milhões)	7,2	5,9	5,7	-3,3	-20,7	7,2	5,7	-20,7
Quant. de Transações** (em milhões)	88,5	91,2	94,2	3,3	6,4	173,7	185,4	6,7
Valor das Transações (R\$ milhões)	10.062,5	10.518,2	10.659,4	1,3	5,9	19.975,9	21.177,6	6,0

* Quantidade de cartões no fim do período.

** Transações acumuladas.

Os cartões de débito registraram mais de 1,0 bilhão de operações no 1S18, alta de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que totalizaram o valor de R\$ 62,2 bilhões. A base desses cartões somou 99,1 milhões de unidades no ano, avanço de 0,9% em 12 meses.

Cartões de Débito	2T17	1T18	2T18	Δ% Tri	Δ% 12M	1S17	1S18	Δ% 12M
Quant. de Cartões* (em milhões)	98,2	100,7	99,1	-1,6	0,9	98,2	99,1	0,9
Quant. de Transações** (em milhões)	445,3	515,4	504,2	-2,2	13,2	871,1	1.019,6	17,1
Valor das Transações (R\$ milhões)	27.299,4	31.631,0	30.589,2	-3,3	12,1	53.607,5	62.220,2	16,1

* Quantidade de cartões no fim do período.

** Transações acumuladas.



CAIXA



Ofício do Ministro de Estado da Cultura



Ofício nº 255, de 2018, do Ministro de Estado da Cultura, de 6 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 355, de 2018, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

A resposta foi encaminhada eletronicamente à requerente e disponibilizada no sítio do Senado Federal.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Ofício do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí



SEI/TRE-PI - 0679153 - Ofício

https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

00100 141740/2018-18
 04020312 (01/501C)
 A publicação
 Em 13/11/18
 [Assinatura]

Ofício nº 1558 / 2018 - TRE/PRESI

Teresina, 30 de outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
 Eunício Oliveira
 Presidente do Senado Federal
 Brasília/DF

Assunto: **Encaminha a ata da 111ª sessão administrativa extraordinária em cumprimento ao disposto no art. 202, §5º, do Código Eleitoral.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, em atenção ao disposto no **art. 202, §5º, da Lei nº 4.737/1965** (Código Eleitoral), **encaminho a Vossa Excelência, em anexo, a ata da centésima décima primeira sessão deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral, realizada no dia 26 de outubro de 2018, que contém o Relatório Geral de Apuração das Eleições de 07 de outubro de 2018.**

Respeitosamente,

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Presidente do TRE/PI, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 31/10/2018, às 08:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0679153** e o código CRC **D21023A9**.

0014572-80.2018.6.18.8000

0679153v2

Recebido em 17/11/18
 Hora: 14:30

Renata Drucean Saldanha
 Renata Drucean Saldanha - Mat. 315749
 SGM/ELSF

Rivânia
 Presidência do Senado Federal
 Rivânia Campos - Mat. 300862
 Recebi o original
 Em 09/11/18 Hs 10:59
 Vivian Correios



**ATA DA 111ª SESSÃO, EM 26 DE OUTUBRO DE 2018****SESSÃO ADMINISTRATIVA EXTRAORDINÁRIA****PRESIDENTE - DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Sebastião Ribeiro Martins. Presentes os Excelentíssimos Juízes Pedro de Alcântara da Silva Macêdo (Desembargador), Daniel Santos Rocha Sobral, Paulo Roberto de Araújo Barros, Astrogildo Mendes de Assunção Filho e Antônio Soares dos Santos. Presente, também, o Doutor Patrício Noé da Fonseca. Havendo número legal, o Desembargador Presidente declarou aberta a Sessão. Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Com a palavra, o Desembargador Pedro de Alcântara da Silva Macêdo, Presidente da Comissão Apuradora para Eleições Gerais de 2018, APRESENTOU o RELATÓRIO GERAL DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 07 DE OUTUBRO DE 2018:

"A Comissão Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, constituída, nos termos do art. 199 do Código Eleitoral, c/c o art. 221 da Resolução TSE 23.554 de 18.12.2017, por meio da Portaria TRE/PI n.º 799/2018, alterada pela Portaria TRE/PI n.º 1063/2018, pelos Excelentíssimos Senhores Desembargador Pedro de Alcântara da Silva Macêdo (Presidente), Juiz Doutor Daniel Santos Rocha Sobral (Membro), Juiz Doutor Astrogildo Mendes de Assunção Filho (Membro) e Juiz Doutor Paulo Roberto de Araújo Barros (Membro Suplente), reapresenta a este Egrégio Tribunal, para os fins do art. 226 da Resolução TSE 23.554/2017, o **RELATÓRIO GERAL DE APURAÇÃO** de que trata o art. 199, § 5º, do Código Eleitoral c/c o art. 224 da Resolução TSE 23.554/2017.

Registre-se que foi retificada a informação contida no item VII.2, para constar que **não houve recurso** da decisão que acolheu a impugnação da Seção 113 da 16ª Zona Eleitoral.

O **RELATÓRIO GERAL DE APURAÇÃO** contém os seguintes resultados, extraídos dos Relatórios "Resultado da totalização – Piauí – Eleição Geral Federal 2018" e "Resultado da totalização – Piauí – Eleições Gerais Estaduais 2018":

I – ELEITORADO APTO A VOTAR: 2.370.010

II – COMPARECERAM E VOTARAM: 1.997.587

III – SEÇÕES APURADAS E NÚMERO DE VOTOS APURADOS DIRETAMENTE PELAS URNAS ELETRÔNICAS:

Foram totalizadas 9.995 Seções, que correspondem a 100% (cem por cento) do total a apurar, incluídas as agregadas (1.065), sendo 8.929 apuradas em urnas eletrônicas e nenhuma pelo Sistema de Apuração (S. A.).

IV – SEÇÕES APURADAS PELO SISTEMA DE APURAÇÃO ELETRÔNICA, OS MOTIVOS E O RESPECTIVO NÚMERO DE VOTOS:

Não houve Seções apuradas pelo Sistema de Apuração Eletrônica.

V – SEÇÕES ANULADAS OU NÃO APURADAS, OS MOTIVOS E O NÚMERO DE VOTOS ANULADOS OU NÃO APURADOS:

Não houve Seção não apurada e houve uma Seção anulada em virtude de violação do sigilo do voto, tendo sido anulados os votos de 303 (trezentos e três) eleitores.

VI – SEÇÕES ONDE NÃO HOUVE VOTAÇÃO E OS MOTIVOS:

Houve votação em todas as 9.995 Seções Eleitorais do Estado do Piauí, das quais 1.065 funcionaram agregadas.

VII – IMPUGNAÇÕES APRESENTADAS ÀS MESAS RECEPTORAS E COMO FORAM RESOLVIDAS PELA JUNTA ELEITORAL, ASSIM COMO OS RECURSOS QUE TENHAM SIDO INTERPOSTOS:

1. Zona 002: impugnação da Seção 486 (aptos 353 eleitores); motivo: violação do sigilo do voto. Resolveu a Junta Eleitoral rejeitar a impugnação. Houve o registro de recurso.

2. Zona 016: impugnação da Seção 113 (aptos 368 eleitores); motivo: violação do sigilo do voto. Resolveu a Junta Eleitoral acolher a impugnação e anular os votos da seção eleitoral. Não houve o registro de recurso.

VIII – VOTAÇÃO DE CADA PARTIDO, COLIGAÇÃO E CANDIDATO ÀS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS:

VIII.1 – ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

1 – Eleitorado apto a votar: 2.370.421;

2 – Compareceram e votaram 1.997.932 eleitores, deixando de votar 372.489 eleitores, o que representa uma abstenção de 15,71%;

3 – Votos Válidos: 1.848.943;

4 – Votos Brancos: 32.809;

5 – Votos Nulos: 116.180;

6 – Total Apurado: 1.997.932.

Os candidatos a **Presidente da República** obtiveram, no Estado do Piauí, a seguinte votação:

13 – FERNANDO HADDAD (PT - PT / PC do B / PROS): 1.172.147, que representam 63,40% dos votos válidos;

17 – JAIR MESSIAS BOLSONARO (PSL - PSL / PRTB): 346.944, que representam 18,76% dos votos válidos;

12 – CIRO FERREIRA GOMES (PDT - PDT / AVANTE): 211.240, que representam 11,42% dos votos válidos;

45 – GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO (PSDB - PSDB / PTB / PP / PR / DEM / SOLIDARIEDADE / PPS / PRB / PSD): 47.974, que representam 2,59% dos votos válidos;

15 – HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (MDB - MDB / PHSE): 16.761, que representam 0,91% dos votos válidos;



- 30 – JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA BARRETO AMOÉDO (NOVO): 15.308, que representam 0,83% dos votos válidos;
 18 – MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA (REDE - REDE / PV): 13.313, que representam 0,72% dos votos válidos;
 51 – BENEVENUTO DACIOLO FONSECA DOS SANTOS (PATRI): 12.212, que representam 0,66% dos votos válidos;
 50 – GUILHERME CASTRO BOULOS (PSOL - PSOL / PCB): 6.145, que representam 0,33% dos votos válidos;
 19 – ÁLVARO FERNANDES DIAS (PODE - PODE / PRP / PSC / PTC): 5.218, que representam 0,28% dos votos válidos;
 16 – VERA LÚCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO (PSTU): 850, que representam 0,05% dos votos válidos.
 27 – JOSÉ MARIA EYMAEL (DC): 551, que representam 0,03% dos votos válidos;
 54 – JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART (PPL): 280, que representam 0,02% dos votos válidos;

VIII.2 – ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, SENADOR, DEPUTADO FEDERAL E DEPUTADO ESTADUAL:

- 1 – Eleitorado apto a votar: **2.370.010**;
 2 – Compareceram e votaram 1.997.587 eleitores, deixando de votar 372.423 eleitores, o que representa uma abstenção de 15,71%;
 3 – **GOVERNADOR**: 1.736.845 votos válidos;
 63.237 votos brancos;
 197.505 votos nulos;
 Total: 1.997.587.
 4 – **SENADOR**: 3.001.133 votos válidos;
 258.543 votos brancos;
 655.717 votos nulos;
 Total: 3.995.174.
 5 – **DEPUTADO FEDERAL**: 1.647.120 votos nominais;
 140.682 votos de legenda;
 78.267 votos brancos;
 131.518 votos nulos;
 Total: 1.997.587.
 6 – **DEPUTADO ESTADUAL**: 1.648.383 votos nominais;
 168.420 votos de legenda;
 67.747 votos brancos;
 113.037 votos nulos;
 Total: 1.997.587.

7 – Os Partidos e Coligações obtiveram a seguinte votação:

7.1 – Para DEPUTADO FEDERAL:

DC

- votos de legenda: 245
 - votos nominais: 2.005
 Total: 2.250

Coligação MDB / PP / PTB / PC do B / PR / PDT / PSB / PT

- votos de legenda: 103.539
 - votos nominais: 1.129.512
 Total: 1.233.051

PCO



- votos de legenda: 0

- votos nominais: 0

Total: 0

Coligação PMN / PRB / SOLIDARIEDADE / PPL / PTC

- votos de legenda: 9.665

- votos nominais: 163.254

Total: 172.919

Coligação PODE / PATRI / AVANTE / PRP / PHS

- votos de legenda: 6.910

- votos nominais: 107.772

Total: 114.682

Coligação PROS / PSL

- votos de legenda: 4.487

- votos nominais: 49.672

Total: 54.159

PRTB

- votos de legenda: 361

- votos nominais: 15.165

Total: 15.526

PSC

- votos de legenda: 287

- votos nominais: 7.234

Total: 7.521

PSDB / PSB / DEM

- votos de legenda: 9.153

- votos nominais: 135.589

Total: 144.742

PSOL / PCB

- votos de legenda: 1.672

- votos nominais: 10.639

Total: 12.311

PSTU

- votos de legenda: 454

- votos nominais: 790

Total: 1.244

PV / PPS / REDE

- votos de legenda: 3.909

- votos nominais: 25.488

Total: 29.397

7.2 – Para DEPUTADO ESTADUAL:

DC

- votos de legenda: 300

- votos nominais: 4.192

Total: 4.492

PCO

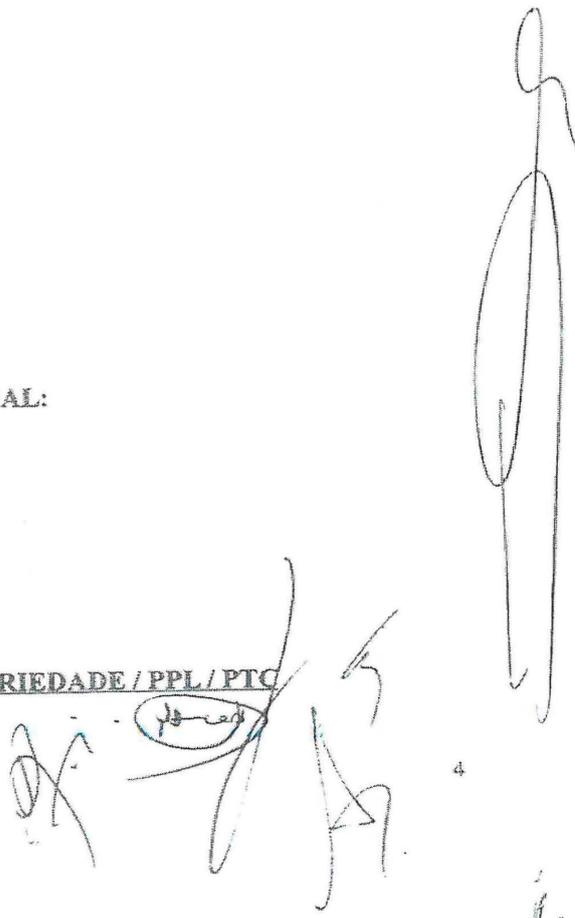
- votos de legenda: 107

- votos nominais: 60

Total: 167

Coligação PMN / PRB / SOLIDARIEDADE / PPL / PTC

- votos de legenda: 13.096



- votos nominais: 114.501

Total: 127.597

Coligação PODE / PY / PRP / PATRI / PPS / AVANTE / REDE / PHS

- votos de legenda: 12.211

- votos nominais: 133.173

Total: 145.384

Coligação PROS / PSL

- votos de legenda: 4.962

- votos nominais: 30.682

Total: 35.644

PSC

- votos de legenda: 431

- votos nominais: 1.264

Total: 1.695

PSDB / DEM / PSB

- votos de legenda: 23.460

- votos nominais: 132.429

Total: 155.889

PSOL / PCB

- votos de legenda: 1.969

- votos nominais: 6.060

Total: 8.029

PSTU

- votos de legenda: 566

- votos nominais: 528

Total: 1.094

Coligação PT / MDB / PP / PR / PDT / PSD / PC do B / PTB / PRTB

- votos de legenda: 111.318

- votos nominais: 1.225.494

Total: 1.336.812

IX – QUOCIENTE ELEITORAL, QUOCIENTE PARTIDÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS:

IX.1 – PARA DEPUTADO FEDERAL: As agremiações partidárias alcançaram 1.647.120 votos nominais e 140.682 votos de legenda, totalizando 1.787.802 votos para determinação do **Quociente Eleitoral**, que, considerando o número de vagas (10), atingiu 178.780.

10% (dez por cento) do quociente eleitoral corresponde a 17.878.

A Coligação MDB / PP / PTB / PC do B / PR / PDT / PSD / PT preencheu 8 (oito) vagas, sendo 6 (seis) pelo quociente partidário e as outras 2 (duas) pela primeira e terceira médias.

A Coligação PMN / PRB / SOLIDARIEDADE / PPL / PTC preencheu uma vaga pela segunda média.

A Coligação PSDB / PSB / DEM preencheu uma vaga pela quarta média.

X.2 – PARA DEPUTADO ESTADUAL: As agremiações partidárias alcançaram 1.648.383 votos nominais e 168.420 votos de legenda, totalizando 1.816.803 votos para determinação do **Quociente Eleitoral**, que, considerando o número de vagas (30), atingiu 60.560.

10% (dez por cento) do quociente eleitoral corresponde a 6.056.

[Handwritten signatures and initials]



A Coligação PT / MDB / PP / PR / PDT / PSD / PC do B / PTB / PRTB preencheu 24 (vinte e quatro) vagas, sendo 22 (vinte e duas) pelo quociente partidário e as outras 2 (duas) pela média.

A Coligação PMN / PRB / SOLIDARIEDADE / PPL / PTC preencheu duas vagas pelo quociente partidário.

A Coligação PODE / PV / PRP / PATRI / PPS / AVANTE / REDE / PHS preencheu duas vagas pelo quociente partidário.

A Coligação PSDB / DEM / PSB preencheu duas vagas pelo quociente partidário.

X - NOME DOS VOTADOS NA ORDEM DECRESCENTE DOS VOTOS:

X.1. PARA O CARGO DE PRESIDENTE:

- 13 - FERNANDO HADDAD: 1.172.147 votos;
- 17 - JAIR MESSIAS BOLSONARO: 346.944 votos;
- 12 - CIRO FERREIRA GOMES: 211.240 votos;
- 45 - GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO: 47.974 votos;
- 15 - HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES: 16.761 votos;
- 30 - JOÃO DIONISIO FILGUEIRA BARRETO AMOEDO: 15.308 votos;
- 18 - MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA: 13.313 votos;
- 51 - BENEVENUTO DACIOLO FONSECA DOS SANTOS: 12.212 votos;
- 50 - GUILHERME CASTRO BOULOS: 6.145 votos;
- 19 - ALVARO FERNANDES DIAS: 5.218 votos;
- 16 - VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO: 850 votos;
- 27 - JOSE MARIA EYMAEL: 551 votos;
- 54 - JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART: 280 votos.

X.2. PARA O CARGO DE GOVERNADOR:

- 13 - JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS - 966.469 votos;
- 77 - JOSÉ PESSOA LEAL - 355.792 votos;
- 45 - LUCIANO NUNES SANTOS FILHO - 300.549 votos;
- 17 - FÁBIO DE MELO SÉRVIO - 63.431 votos;
- 19 - ELMANO FERRER DE ALMEIDA - 22.176 votos;
- 50 - MARIA SUELI RODRIGUES DE SOUSA - 12.271 votos;
- 20 - VALTER FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBÊLO - 11.015 votos;
- 16 - LUCIANE FERREIRA DOS SANTOS - 2.960 votos;
- 27 - JOSE ROMUALDO SENO DE ARAUJO - 1.405 votos;
- 29 - MARIA DE LOURDES SOARES MELO - 777 votos.

X.3. PARA O CARGO DE SENADOR:

- 111 - CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO: com 897.959 votos;
- 151 - MARCELO COSTA E CASTRO: com 812.213 votos;
- 101 - FRANCINETO LUZ DE AGUIAR: com 151.269 votos;
- 361 - MARCOS VINICIUS CUNHA DIAS: com 72.446 votos;
- 400 - WILSON NUNES MARTINS: com 570.065 votos;
- 258 - ROBERT RIOS MAGALHÃES: com 248.223 votos;
- 500 - JESUS RODRIGUES ALVES: com 72.755 votos;
- 211 - FAUSTO LUIZ DUARTE RIPARDO: com 6.932 votos;
- 170 - ANTÔNIO JOSÉ DE FREITAS LIRA: com 58.336 votos;
- 177 - ELIZEU MORAIS DE AGUIAR: com 0 votos;
- 166 - JOÃO GERVASIO DOS SANTOS NETO: com 4.308 votos;



181 - PAULO HENRIQUE DA COSTA PINHEIRO: com 27.477 votos;
 200 - GENIVAL OLIVEIRA LIMA: com 16.329 votos;
 277 - JOAQUIM JOSE SARAIVA DA PENHA: com 5.792 votos;
 278 - LAFAYETTE PEREIRA ANDRADE: com 5.640 votos;
 290 - ALBETIZA MOREIRA DE ARAUJO: com 6.669 votos;
 444 - FLÁVIA DA SILVA OLIVEIRA BARBOSA: com 23.645 votos;
 700 - FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA OLIVEIRA: com 21.075 votos.

X.4. PARA O CARGO DE DEPUTADO FEDERAL:

15-MDB / 11-PP / 14-PTB / 65-PC do B / 22-PR / 12-PDT / 55-PSD / 13-PT

1311 - REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS – 138.800 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 2222 - FÁBIO ABREU COSTA – 132.719 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 1313 - FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO GONÇALVES – 129.623 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 1212 - FLAVIO RODRIGUES NOGUEIRA – 111.672 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 5555 - JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA – 110.804 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 1111 - IRACEMA MARIA PORTELLA NUNES NOGUEIRA LIMA – 96.277 votos - Eleito por Quociente Partidário;
 1122 - MARGARETE DE CASTRO COELHO – 76.338 - Eleito por média;
 1515 - MARCOS AURELIO PADUA RIBEIRO GONÇALVES DE SAMPAIO - 73.302 votos - Eleito por média;
 1333 - MERLONG SOLANO NOGUEIRA - 71.840 votos – Suplente;
 1410 - JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM – 66.072 votos – Suplente;
 1144 - JOSE DE ANDRADE MAIA FILHO – 61.132 votos - Suplente
 1580 - ISMAR AGUIAR MARQUES – 12.835 votos – Suplente
 1322 - ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO MEDEIROS – 11.035 votos - Suplente
 6565 - ISADORA MAGALDA MORAIS CORTEZ – 9.689 votos - Suplente
 1377 - FABIOLA DE AZEVEDO LEMOS – 7.964 votos - Suplente
 1133 - PAULO EDUARDO ANDRADE BACELAR – 5.399 votos - Suplente
 1344 - LEIDA MARIA DE OLIVEIRA DINIZ – 4.458 votos - Suplente
 1500 - RODNEY OLIVEIRA SPÍNDOLA – 3.491 votos - Suplente
 1320 - NEIDE DE JESUS CARVALHO – 3.337 votos - Suplente
 1110 - GUSTAVO COSTA E SILVA – 2.725 votos - Suplente
 1414 - MARIA JOSE DO VALE OLIVEIRA AMORIM – 0 votos - Não eleito

19-PODE / 51-PATRI / 70-AVANTE / 44-PRP / 31- PHS

7045 - JONAS DOS SANTOS FILHO – 24.078 votos - Não eleito
 3131 - IDONEIL SANTANA MESQUITA – 21.768 votos - Não eleito
 3100 - MARIA APARECIDA OLIVEIRA MOURA – 13.991 votos - Não eleito
 4444 - MARCOS SAMARONNE FERREIRA DE OLIVEIRA – 10.930 votos - Não eleito
 1919 - RENATO PIRES BERGER – 8.732 votos - Não eleito



4478 - ROBERTO WAGNER CALIXTO TORRES – 6.429 votos - Não eleito
 4455 - MOISES AUGUSTO LEAL BARBOSA – 4.232 votos - Não eleito
 4477 - ODonias LEAL DA LUZ – 3.451 votos - Não eleito
 5122 - GUSTAVO CROMWELL DE CARVALHO PACIFICO – 3.117 votos - Não eleito
 3133 - FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO – 1.977 votos - Não eleito
 4456 - FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA – 1.608 votos - Não eleito
 4411 - UBIRATAN BENVINDO DE FIGUEIREDO – 1.482 votos - Não eleito
 7012 - FRANCISCA DANIELLY MESQUITA MEDEIROS – 1.238 votos - Não eleito
 3132 - JOÃO CORREIA DA SILVA – 1.204 votos - Não eleito
 4433 - FRANKLANE PIEROTE DA CRUZ LIMA – 938 votos - Não eleito
 4488 - NADJA CHARLYANA BARBOSA COELHO – 863 votos - Não eleito
 1900 - ESTELLA MARIA MENDES MOTA – 656 votos - Não eleito
 4422 - GILMAR GOMES DE NEGREIROS – 602 votos - Não eleito
 4466 - HEDILENE DO NASCIMENTO SILVA – 476 votos - Não eleito
 5151 - FRANCISCO CHAGAS CAVALCANTE NETO – 0 votos - Não eleito
33-PMN / 10-PRB / 77-SOLIDARIEDADE / 54-PPL / 36-PTC
 3636 - MARINA SANTOS BATISTA DIAS - 70.828 votos - Eleito por média
 1000 - SILAS FREIRE PEREIRA E SILVA – 57.391 votos - Suplente
 7777 - MARIA ELIZETE DE LIMA SILVA – 25.877 votos - Suplente
 3333 - JEAN CARLOS RODRIGUES DE ABREU – 2.694 votos - Suplente
 3311 - VICENTE CARLOS SOARES NETO – 2.643 votos - Suplente
 1010 - CÉLIO DA SILVA ALMENDRA – 1.352 votos - Suplente
 1012 - FRANCISCO DAS CHAGAS CIRILO OLIVEIRA – 1.080 votos - Suplente
 1011 - SORAYA CARVALHO SANTOS COELHO – 319 votos - Suplente
 7788 - JOSE FRANCISCO DE LIMA – 268 votos - Suplente
 3310 - JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS FILHO – 257 votos - Suplente
 1013 - RAIMUNDA MARQUES DO NASCIMENTO – 214 votos - Suplente
 7700 - FRANCISCO JORGE LOPES SOUSA – 213 votos – Suplente
 3369 - SUEDNA MARIA DO NASCIMENTO – 118 votos – Suplente
 3377 - ANTONIO REINALDO FERNANDES DA SILVA – 0 votos - Não eleito
 5454 - WELLINGTON RONIERY DE SOUSA LIMA – 0 votos - Não eleito
43-PV / 23-PPS / 18-REDE
 4343 - ULISSES NOGUEIRA DE AGUIAR – 2.751 votos - Não eleito
 4355 - ROBERTO ARRAIS – 2.604 votos - Não eleito
 2333 - PAULO ROBERTO NOGUEIRA – 2.476 votos - Não eleito
 2307 - MARIA DO SOCORRO CARDOSO DOS SANTOS – 2.387 votos - Não eleito
 4321 - JULIANA CASTELO BRANCO PAZ DA SILVA – 2.351 votos - Não eleito



1888 - MARIA DAS GRAÇAS HERMES DA COSTA – 2.286 votos - Não eleito

1818 - DIONISIO CARVALHO NETO – 1.847 votos - Não eleito

4311 - SERVULO CARVALHO DE SOUSA – 1.702 votos - Não eleito

2323 - CELSO HENRIQUE BARBOSA LIMA – 1.508 votos - Não eleito

4322 - FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVA – 1.317 votos - Não eleito

2344 - FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA – 1.004 votos - Não eleito

4319 - MARIA DAGMAR DA CONCEIÇÃO DOS ANJOS – 653 votos - Não eleito

1800 - MARCIO ARAUJO DE SOUSA – 498 votos - Não eleito

43-PV / 23-PPS / 18-REDE

1811 - NIXON DARIO LAGES TELES DE OLIVEIRA – 488 votos - Não eleito

4323 - JOSÉ SOLON DE SOUZA – 469 votos - Não eleito

4312 - ALICE LOPES DE ANDRADE E SILVA LEBRE – 400 votos - Não eleito

1877 - FRANCISCO ROBERSON MARCELO DA SILVA – 381 votos - Não eleito

4315 - JOSSELENE BRITO MUNIZ BASTOS – 366 votos - Não eleito

2350 - ACIR PEREIRA RAMOS – 0 voto - Não eleito

45-PSDB / 40-PSB / 25-DEM

4040 - ÁTILA FREITAS LIRA – 54.095 votos - Eleito por média

2525 - HERÁCLITO DE SOUSA FORTES – 46.531 votos - Suplente

4010 - JULIANA DE MELO FALCÃO – 16.996 votos - Suplente

4545 - LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS – 5.988 votos - Suplente

4041 - MARCOS DANIEL SOARES DE SOUZA – 3.208 votos - Suplente

4555 - LOURIVALDO DE OLIVEIRA LEITE – 3.002 votos - Suplente

4566 - HÉLIO SAMPAIO MELO NETO – 2.956 votos - Suplente

4012 - JOSÉ GERALDO ALENCAR FILHO – 1.637 votos - Suplente

4500 - JOILSON PEREIRA MARTINS – 663 votos - Suplente

4567 - MARIA DO SOCORRO QUADROS GRAMOSA – 513 votos - Suplente

4512 - DAVINA GONÇALVES CORDEIRO VELOSO – 0 votos - Não eleito

4000 - ANTÔNIO DE DEUS NETO – 0 votos - Não eleito

4511 - CARLOS ANDRÉ PEREIRA SANTOS – 0 votos - Não eleito

50-PSOL / 21-PCB

5005 - MAKLANDEL AQUINO MATOS – 2.853 votos - Não eleito

2121 - JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – 2.443 votos - Não eleito

5055 - MARCELO RAIMUNDO DE SOUZA FILHO – 2.093 votos - Não eleito

5051 - MARIA MADALENA NUNES – 1.135 votos - Não eleito

5000 - EDMUNDO DOS SANTOS GALVÃO – 1.019 votos - Não eleito

5010 - LEANDRO RODRIGO RIBEIRO DE AQUINO – 835 votos - Não eleito

5001 - ABENONIZA MARIA MOURA – 162 votos - Não eleito

5040 - JOSÉLIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS – 99 votos - Não eleito

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature on the right side of the page.



90-PROS / 17-PSL

9090 - DIEGO GOMES MELO – 17.527 votos - Não eleito
 1777 - ADRIANA DA SILVA E SOUSA – 14.754 votos - Não eleito
 1722 - JOSE EVERTON SOUSA ARAUJO – 6.673 votos - Não eleito
 1700 - MAURO PEREIRA DA SILVA – 3.466 votos - Não eleito
 1717 - CLEITON RAFAEL DE MORAES RUFINO – 3.398 votos - Não eleito
 1707 - NIELSEN DE MOURA SILVA – 918 votos - Não eleito
 9009 - ORLANDO MATIAS DO NASCIMENTO – 731 votos - Não eleito
 9000 - ILDEMAR FERREIRA LIMA – 667 votos - Não eleito
 9077 - CLÁUDIA REGINA DA SILVA LEAL NUNES – 56 votos - Não eleito
 9080 - FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA – 380 votos - Não eleito
 1767 - IZABEL MARIA DO ESPIRITO SANTO GROSSE – 347 votos - Não eleito
 9044 - THUYLA KAYNARA DE OLIVEIRA MARTINS – 235 votos - Não eleito

16-PSTU

1616 - DOUGLAS MORAES BEZERRA – 790 votos - Não eleito

20-PSC

2000 - JOSÉ DE RIBAMAR SOARES – 4.660 votos - Não eleito
 2002 - JOSÉ MARCOS ARAUJO DE SOUSA – 1.401 votos - Não eleito
 2018 - IZETE RODRIGUES DE ABREU – 616 votos - Não eleito
 2055 - ROGÉRIO TENÓRIO DA SILVA – 215 votos - Não eleito
 2020 - FRANCISCO ANDRÉ ALVES DE MESQUITA -187 votos - Não eleito
 2019 - ERIKA MICHELLE OLIVEIRA SOUSA – 155 votos - Não eleito

27-DC

2786 - LUIZ ANTONIO CAMPOS DE ARAUJO – 582 votos - Não eleito
 2727 - EDINA CRUZ DE SOUSA LIMA – 471 votos - Não eleito
 2700 - VALDY JOSE PORTELA DA COSTA – 322 votos - Não eleito
 2712 - JOFRAN SANTOS MOURA – 265 votos - Não eleito
 2707 - HERYANE THIERES DOS SANTOS SILVA – 160 votos - Não eleito
 2770 - ANDREA DA ROCHA OLIVEIRA - 108 votos - Não eleito
 2715 - ANTONIO DAS GRACAS DOS SANTOS – 64 votos - Não eleito
 2711 - RAIMUNDO PEREIRA OLIVEIRA – 33 votos - Não eleito

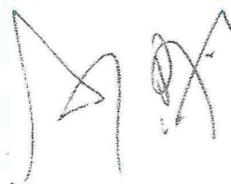
28-PRTE

2800 - ANTÔNIO UCHÔA DE OLIVEIRA – 3.883 votos - Não eleito
 2838 - MARCOS AURÉLIO MONTEIRO ARAÚJO – 3.048 votos - Não eleito
 2855 - EDUARDO ALVES FERREIRA – 2.684 votos - Não eleito
 2822 - FRANCISCO FEITOSA COSTA SOBRINHO – 2.130 votos - Não eleito
 2828 - CÂNDIDO INÁCIO DA SILVA JÚNIOR – 1.785 votos - Não eleito
 2810 - JARDELINA MARIA OLIVEIRA PIRES DE MELO – 731 votos - Não eleito
 2818 - LUZENI CARVALHO DE SOUSA – 459 votos - Não eleito
 2888 - MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ARAÚJO MELO – 445 votos - Não eleito



XI.5. PARA O CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL:**13-PT / 15-MDB / 11-PP / 22-PR / 12-PDT / 55-PSD / 65-PC do B / 14-PTB / 28-PRTB**

55555 - GEORGIANO FERNANDES LIMA NETO - 79.723 votos - Eleito por quociente partidário
 11456 - LUCY DE FARIAS CARVALHO SOARES - 57.384 votos - Eleito por quociente partidário
 11111 - JULIO FERRAZ ARCOVERDE - 49.688 votos - Eleito por quociente partidário
 11140 - WILSON NUNES BRANDÃO - 47.908 votos - Eleito por quociente partidário
 15101 - SEVERO MARIA EULALIO NETO - 47.175 votos - Eleito por quociente partidário
 12369 - FLAVIO RODRIGUES NOGUEIRA JUNIOR - 47.007 votos - Eleito por quociente partidário
 15110 - JOSE RIBAMAR NOLETO DE SANTANA - 45.813 votos - Eleito por quociente partidário
 13123 - FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA - 44.234 votos - Eleito por quociente partidário
 15111 - THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA - 42.773 votos - Eleito por quociente partidário
 13456 - FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA - 41.966 votos - Eleito por quociente partidário
 14123 - JANAINNA PINTO MARQUES - 41.653 votos - Eleito por quociente partidário
 22333 - JOSÉ HÉLIO DE CARVALHO OLIVEIRA - 38.391 votos - Eleito por quociente partidário
 15123 - ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES - 38.346 votos - Eleito por quociente partidário
 15199 - PABLO DANTAS DE MOURA SANTOS - 38.177 votos - Eleito por quociente partidário
 28114 - FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO - 36.852 votos - Eleito por quociente partidário
 22222 - FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA - 35.779 votos - Eleito por quociente partidário
 13111 - FABIO NUNEZ NOVO - 35.714 votos - Eleito por quociente partidário
 11454 - HÉLIO ISAIAS DA SILVA - 35.358 votos - Eleito por quociente partidário
 13333 - FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA - 31.526 votos - Eleito por quociente partidário
 22111 - CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA - 30.810 votos - Eleito por quociente partidário
 15555 - JOÃO MADISON NOGUEIRA - 30.118 votos - Eleito por quociente partidário
 13678 - FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES - 29.061 votos - Eleito por quociente partidário
 14000 - JOSE ICEMAR LAVOR NERI - 27.684 votos - Eleito por média
 11789 - FIRMINO SOARES PAULO - 26.692 votos - Eleito por média
 11000 - BESSAH ARAUJO COSTA REIS SÁ - 23.930 votos - Suplente




11



13444 - WARTON MATIAS LACERDA E OLIVEIRA - 23.795 votos -
 Suplente
 13555 - LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO - 23.574 votos -
 Suplente
 13567 - CICERO MAGALHÃES OLIVEIRA - 22.888 votos - Suplente
 11222 - TAZMÂNIA GOMES DE MEDEIROS OLIVEIRA - 21.584 votos
 - Suplente
 65123 - ELISANGELA MARIA DOS SANTOS MOURA - 20.997 votos -
 Suplente
 13222 - JOAO DE DEUS SOUSA - 19.593 votos - Suplente
 13252 - PAULO CEZAR DE SOUSA MARTINS - 19.158 votos - Suplente
 15789 - LUSIEUX FEITOSA COELHO - 18.318 votos - Suplente
 14777 - JOVENILIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO - 14.199 votos -
 Suplente
 65222 - FLORO MAUEL ALMEIDA PROBO - 7.249 votos - Suplente
 28555 - JOÃO BATISTA GONÇALVES DE SOUSA - 6.437 votos -
 Suplente
 15000 - CLAUDEMIR REZENDE BARROS - 4.238 votos - Suplente
 22123 - HELDERVAN LOPES EUGÊNIO GOMES - 3.593 votos -
 Suplente
 13300 - MARIA ROSALINA DOS SANTOS - 2.825 votos - Suplente
 13125 - RAIMUNDO PEREIRA DE SOUSA FILHO - 2.131 votos -
 Suplente
 13000 - JOSÉ GOMES MARQUES - 1.957 votos - Suplente
 22345 - ODIVAL JOSÉ DE ANDRADE - 1.834 votos - Suplente
 13013 - VICENTE DE SOUSA SOBRINHO - 1.616 votos - Suplente
 13500 - NAYARA JULIANA RIBEIRO DA COSTA - 1.556 votos -
 Suplente
 14014 - REINALDO DE CASTRO SANTOS FILHO - 1.135 votos -
 Suplente
 13777 - LUCIA MARIA BATISTA - 844 votos - Suplente
 55456 - FERNANDA LEMOS DE MELO LOBO LOPES - 751 votos -
 Suplente
 15616 - MARIA BERNADETE E SILVA SOUZA - 393 votos - Suplente
 11113 - VIRNA LISI DA CRUZ SANTOS - 338 votos - Suplente
 14555 - RANYERE MARTINS FERREIRA PIMENTEL - 239 votos -
 Suplente
 28000 - RINALDO JOSÉ SILVA CÍCERO - 194 votos - Suplente
 15456 - LUIZA CASTRO DE HOLANDA - 128 votos - Suplente
 15258 - MARIA DE FÁTIMA NUNES PEREIRA - 85 votos - Suplente
 65444 - LIVIA BEATRIZ DA SILVA ALENCAR - 42 votos - Suplente
 22555 - TAMIRES ALMEIDA VASCONCELOS - 41 votos - Suplente
45-PSDB / 25-DEM / 40-PSB
 45555 - MARDEN LUIS BRITO CAVALCANTE E MENESES - 42.096
 votos - Eleito por quociente partidário
 40555 - GUSTAVO SOUSA DE NEIVA - 34.662 votos - Eleito por
 quociente partidário
 45130 - ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO - 29.100 votos -
 Suplente
 40123 - RUBEM NUNES MARTINS - 21.002 votos - Suplente



40444 - MARIA DO SOCORRO MARQUES DE CARVALHO - 1.960 votos - Suplente
 45678 - MAURO JÂNIO FACUNDES ABREU - 1.325 votos - Suplente
 40789 - IOLANDA DOS SANTOS VIEIRA REGO - 897 votos - Suplente
 40456 - VALDEMAR MACHADO VIEIRA - 882 votos - Suplente
 45567 - SAFIRA BRINGEL DE SOUSA - 275 votos - Suplente
 45145 - MARIA DA TRINDADE RIBEIRO DA SILVA - 136 votos - Suplente
 40765 - JOSÉ MOREIRA LIMA NETO - 94 votos - Suplente
 40112 - EURIMAR NUNES DE MIRANDA - 0 votos - Não eleito
50-PSOL / 21-PCB
 50123 - EMERSON SAMMUEL SANTOS ARAÚJO - 2.440 votos - Não eleito
 50000 - LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA - 1.345 votos - Não eleito
 50500 - LUCIANA PEREIRA MONTEIRO - 1.088 votos - Não eleito
 21234 - FRANCISCA EDILENE PINHO GOMES - 501 votos - Não eleito
 50555 - FRANCISCO JAIME FERREIRA PEREIRA - 357 votos - Não eleito
 50456 - CARLOS FÁBIO LOPES BONFIM - 329 votos - Não eleito
90-PROS / 17-PSL
 17123 - MARCELO ANDERSON ALVES PEREIRA - 10.295 votos - Não eleito
 17777 - FRANCISCO EDSON RENOVATO - 2.307 votos - Não eleito
 90190 - ALDER CÉSAR ARAUJO RAMOS - 2.187 votos - Não eleito
 90444 - ANTONIO DE ARAÚJO MARTINS NETO - 1.851 votos - Não eleito
 90123 - WLEINER DA SILVA CASTELO BRANCO - 1.538 votos - Não eleito
 90321 - ALUISIO REBELO COSTA - 1.308 votos - Não eleito
 17147 - WAGNER FERNANDES - 1.300 votos - Não eleito
 90191 - MARIO SERGIO SILVA RAMOS - 1.258 votos - Não eleito
 90222 - ITALO CALDAS FERREIRA - 896 votos - Não eleito
 17177 - MIKAELA GUIDA MASCARENHAS - 882 votos - Não eleito
 90456 - ALDO BARBOSA COSTA - 817 votos - Não eleito
 90800 - FRANCISCO CESAR LOPES - 764 votos - Não eleito
 90111 - ROBERVAL SILVA BARROS - 626 votos - Não eleito
 90789 - SUYANE DA SILVA FRANÇA - 611 votos - Não eleito
 90200 - FABRICIO AURELIO PIMENTEL SOARES - 490 votos - Não eleito
 90011 - MARINALVA RODRIGUES FORTES - 424 votos - Não eleito
 90777 - MÁRCIA MARIA LOPES VIEIRA DA SILVA - 421 votos - Não eleito
 90017 - BRUNA CÁSSIA BENÍCIO BARROS - 373 votos - Não eleito
 17456 - ANTÔNIO ROBERTO DE LIMA - 367 votos - Não eleito
 90114 - CLEONILSON DA COSTA BRITO - 323 votos - Não eleito
 90333 - ROBERTO RAMOS DE QUEIROZ JUNIOR - 293 votos - Não eleito
 17555 - MARIA GEDALHA DE LIMA CHAGAS - 292 votos - Não eleito
 90990 - GRACILENE DOS SANTOS SOUSA - 258 votos - Não eleito


 13



90987 - ANDRÉ LUIS SOUZA GALISA - 247 votos - Não eleito
 90283 - ANTONIO ELIAS DOS SANTOS E SILVA - 241 votos - Não eleito
 90000 - JOSE AGOSTINHO NUNES MOREIRA - 172 votos - Não eleito
 90555 - LINDINALVA SANTIAGO OLIVEIRA COSTA - 87 votos - Não eleito
 90888 - MARCIANA DE SOUSA SILVEIRA - 54 votos - Não eleito
 17000 - JOSÉ RIBAMAR EZEQUIEL FILHO - 0 voto - Não eleito
19-PODE / 43-PV / 44-PRP / 51-PATRI / 23-PPS / 70-AVANTE / 18-REDE / 31-PHS
 43333 - TERESA DOS SANTOS SOUSA BRITTO - 19.532 votos - Eleito por quociente partidário
 23456 - MIGUEL BORGES DE OLIVEIRA NETO - 17.633 votos - Eleito por quociente partidário
 31321 - TIAGO MENDES VASCONCELOS - 15.905 votos - Suplente
 23192 - LÁZARO ROGÉRIO CARVALHO SOARES - 9.149 votos - Suplente
 44567 - VALDEMIR SIVIRINO VIRGINO - 8.948 votos - Suplente
 19123 - SERGIO HENRIQUE DE SOUSA LOPES - 8.271 votos - Suplente
 44123 - LUIZ NETO ALVES DE SOUSA - 6.032 votos - Suplente
 44789 - PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - 4.652 votos - Suplente
 31051 - FRANCISCO GENALDO DE SOUSA - 4.424 votos - Suplente
 70000 - EMILIA MARIA COSTA MACIEL - 4.318 votos - Suplente
 31000 - SÂMIO FALCÃO MENDES - 3.766 votos - Suplente
 31777 - JOSE RICARDO RIBEIRO DE AMORIM - 2.424 votos - Suplente
 23123 - DINALDO PEREIRA DOS SANTOS - 2.310 votos - Suplente
 43888 - RONALDO CHAVES PEDROSA - 2.277 votos - Suplente
 44222 - PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA - 2.149 votos - Suplente
 31800 - MERANDOLINO FROTA DE FARIAS NETO - 1.686 votos - Suplente
 44000 - LUCIDIO BESERRA PRIMO - 1.515 votos - Suplente
 44111 - VALDIR SOARES DA COSTA - 1.446 votos - Suplente
 31999 - EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS - 1.320 votos - Suplente
 44333 - JEAN CARLOS DE FREITAS BISPO - 1.188 votos - Suplente
 31190 - FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA VIEIRA - 1.172 votos - Suplente
 44777 - LUIS FRANCISCO NASCIMENTO - 1.139 votos - Suplente
 44544 - ELIZEU DE MORAIS VERAS - 1.020 votos - Suplente
 43000 - WASHINGTON LUIS ALVES DA SILVA - 992 votos - Suplente
 44555 - FRANCISCO AUTOMELHO ARAÚJO VIEIRA - 874 votos - Suplente
 44444 - LAÉCIO DE SOUSA BORGES - 801 votos - Suplente
 31111 - SILVIO DE MORAES GUIMARÃES - 772 votos - Suplente
 31278 - ANTONIO ALMEIDA DE SOUSA - 764 votos - Suplente
 19888 - CLÓVES HENRIQUE MONTURIL COSTA - 755 votos - Suplente
 43111 - CÉLIA MARIA BARBOSA SANTANA TRAJANO - 573 votos - Suplente
 51500 - FERDINAN PEREIRA DE ARAÚJO - 504 votos - Suplente



19222 - NILFRANIO RIBEIRO NASCIMENTO - 465 votos – Suplente
 44468 - SALOMAO SILVA CARVALHEDO - 419 votos – Suplente
 18999 - JOSE WILSON LEAL NUNES - 321 votos – Suplente
 31789 - LUCIVAN DA SILVA PAZ - 300 votos – Suplente
 44666 - MÔNICA MARIA DA ROCHA PITA - 296 votos – Suplente
 44155 - PAULO SERGIO DE CARVALHO GOMES - 292 votos – Suplente
 44999 - IRANILTO DA CUNHA BRASIL SILVA - 252 votos – Suplente
 44177 - RAIMUNDO DA SILVA - 247 votos – Suplente
 18111 - FABIA REGINA MARTINS FERREIRA – 246 votos – Suplente
 19999 - DANIEL RIBEIRO RODRIGUES - 216 votos – Suplente
 51111 - MARCILIO NAUBER SOUSA DA SILVA - 210 votos – Suplente
 18123 - ALEX RODRIGUES MELO - 200 votos – Suplente
 44456 - ANTONIO FERNANDES DA SILVA - 173 votos – Suplente
 44566 - JOSE MARCOS DA SILVA - 172 votos – Suplente
 44258 - ALESSANDRA KELLEN PAULINA DE SOUSA - 144 votos –
 Suplente
 31888 - ANA TARLA ANTÃO DE ALENCAR CARVALHO LUZ - 124
 votos – Suplente
 43521 - MARIA ELIZABETE DE SOUZA - 115 votos – Suplente
 31222 - FRANCISCA MARCONIZA BEZERRA DA SILVA - 98 votos –
 Suplente
 44044 - REJANE MARA ARAUJO MORENO - 97 votos – Suplente
 44321 - CAETANA FERNANDES DA SILVA - 90 votos – Suplente
 19789 - FRANCISCO RODRIGUES SOARES - 86 votos – Suplente
 44577 - AMANDA KAROLLINY DA SILVA CAVALCANTE LEAL - 78
 votos – Suplente
 51117 - MARIA DO DESTERRO SILVA - 67 votos – Suplente
 44344 - CILEIA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA - 62 votos – Suplente
 44322 - ANGELA MARIA DA SILVA - 54 votos – Suplente
 31258 - ANDERKELLY VIEIRA DA SILVA GOMES - 30 votos – Suplente
 44543 - JANAINA ALVES BATISTA - 8 votos – Suplente
 18888 - SARA MIRELY MENDES CARVALHO – nenhum voto - Não
 eleito
33-PMN / 10-PRB / 77-SOLIDARIEDADE / 54-PPL / 36-PTC
 10123 - GESSIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA - 28.259 votos -
 Eleito por quociente partidário
 36789 - EVALDO GOMES DA SILVA – 26.851 votos - Eleito por quociente
 partidário
 36123 - ANTÔNIO FRANCISCO FELIX DE ANDRADE - 16.946 votos –
 Suplente
 36111 - JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO -
 10.377 votos – Suplente
 36999 - DEUSIMAR DO SOCORRO BRITO DE FARIAS - 8.325 votos –
 Suplente
 36333 - FRANCISCO ASSIS DE SOUSA LOPES - 7.323 votos – Suplente
 77555 - RAIMUNDA DOS SANTOS E SOUSA - 5.382 votos – Suplente
 77222 - MENANDRO PEDRO LOPES DA LUZ - 4.370 votos – Suplente
 77777 - ALLISSON DE SOUSA ARAGÃO – 1.182 votos – Suplente
 77456 - ANTONIO DOS SANTOS ROCHA NETO DE ABREU - 576 votos
 – Suplente



33222 - MARIA DOS REMEDIOS REGINA DE JESUS - 552 votos - Suplente
 77234 - LUZIENE VOGADO RIBEIRO - 547 votos - Suplente
 33333 - RAVENNA DE CASTRO LIMA AZEVEDO - 513 votos - Suplente
 77713 - ANTONIO DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS - 451 votos - Suplente
 77000 - EUFRANIO BENVINDO CAVALCANTE - 399 votos - Suplente
 77123 - SERGIO AUGUSTO RIBEIRO NUNES FILHO - 352 votos - Suplente
 33123 - MARTA RAQUEL DOS SANTOS LIMA ABREU - 350 votos - Suplente
 36118 - ARICELINA SILVA GOMES - 303 votos - Suplente
 77111 - THIAGO JOSÉ DE SOUZA SAMPAIO - 293 votos - Suplente
 33678 - JOAO BATISTA DA SILVA OLIVEIRA - 270 votos - Suplente
 33000 - EDIVALDO DE SOUSA ESTRELA - 266 votos - Suplente
 77321 - FRANCISCO ROOSSEMBERG LOPES MAGALHÃES - 222 votos - Suplente
 77789 - FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA LIMA - 153 votos - Suplente
 36987 - MARIA NELSA ARAUJO DE ALCANTARA OLIVEIRA - 137 votos - Suplente
 33456 - JEANE CLÉIA BARROSO LUZ BACELAR - 93 votos - Suplente
 36456 - LIDIANE MONTEIRO PAZ - 9 votos - Suplente
 54000 - FABIO ALVES DE CASTRO - nenhum voto - Não eleito

16-PSTU
 16123 - THIAGO BARROSO DA SILVA - 528 votos - Não eleito

20-PSC
 20123 - POLIANA BARROS MONTEIRO PAULO - 623 votos - Não eleito
 20000 - ANISIO BASILIO DA ROCHA - 481 votos - Não eleito
 20001 - RAIMUNDO ALCEMIR DA SILVA - 160 votos - Não eleito

27-DC
 27100 - FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES DE OLIVEIRA - 1.014 votos - Não eleito
 27222 - ALEXANDRE HUMBERTO ARAUJO VERAS ALMENDRA - 860 votos - Não eleito
 27777 - FRANSLEY SANTOS SOUSA - 755 votos - Não eleito
 27900 - JOSE DA CRUZ SILVA - 495 votos - Não eleito
 27114 - ANTONIO FRANCISCO DA SILVA - 460 votos - Não eleito
 27029 - ANA LUIZA DA SILVA - 182 votos - Não eleito
 27300 - MARIA IZAIANA DE SOUSA - 117 votos - Não eleito
 27600 - ODAIR JOSE DE SOUSA - 95 votos - Não eleito
 27000 - MILENA CARDOSO DA COSTA SILVA - 87 votos - Não eleito
 27033 - MARIA DAS GRAÇAS SANTOS RODRIGUES - 38 votos - Não eleito
 27123 - FRANISCA HELENA DOS SANTOS GOMES - 30 votos - Não eleito
 27007 - ROBERVAL JOSE DE LIMA - 29 votos - Não eleito
 27190 - CARMELIO ALVES DE MACEDO - 24 votos - Não eleito
 27444 - CRISTIOMAR DE ALMEIDA MINEIRO - 6 votos - Não eleito

29-PCO

Max. [Handwritten signature]

16



29029 - BOLIVIA PRISCILA SOARES DE SÁ - 60 votos - Não eleito

29129 - RONALDO SOARES SILVA – nenhum voto - Não eleito

XI. Integram, ainda, o presente Relatório, os seguintes documentos, como anexos, acostados aos Autos de Apuração de Eleição nº 0600662-75.2018.6.18.0000 (PJE):

1. Relatórios dos Resultados da Totalização;
2. Ata da Sessão de Oficialização do Sistema de Totalização – Gerenciamento TRE, Espelho da Oficialização e Zerésima;
3. Ata da Sessão relativa à reemissão do relatório zerézima no horário marcado para o início das transmissões de dados;
4. Relatórios Ambiente de Votação – Candidatos e Ambiente de Votação – Seções;
5. Relatório Ambiente de Totalização.

O Relatório Geral divulgado em 08 de outubro de 2018, incluindo os anexos listados acima, item XI, subitens 1 a 5, foi encaminhado à Secretaria Judiciária para os fins do art. 200 do Código Eleitoral c/c o art. 225 da Resolução TSE 23.554/2017, tendo transcorrido o prazo legal sem a apresentação de reclamações pelos Partidos Políticos e Coligações.

A Comissão Apuradora reapresenta o **RELATÓRIO GERAL DE APURAÇÃO** ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para fins de lavratura da Ata Geral das Eleições de que trata o art. 202 do Código Eleitoral c/c o art. 226 da Resolução TSE 23.554/2017, e proclamação do resultado definitivo das eleições no âmbito da Circunscrição do Estado do Piauí.

Teresina (PI), 26 de outubro de 2018.”

RESOLVEU o Tribunal, à unanimidade, acorde com a manifestação verbal do Procurador Regional Eleitoral, Doutor Patrício Noé da Fonseca, **APROVAR** os **RELATÓRIOS** apresentados, **determinando** que sejam adotadas as providências previstas no art. 202, §§ 4º e 5º, do Código Eleitoral.

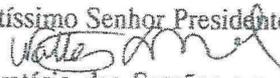
Na sequência, Sua Excelência o Presidente em exercício, Desembargador Sebastião Ribeiro Martins, apresentou ao Plenário, nos termos do art. 202, § 1º, do Código Eleitoral, proposta de marcação da data da Diplomação dos Eleitos nas Eleições Gerais de 2018, para o dia 17 de dezembro do corrente ano, às 19 horas, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

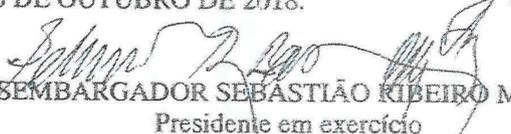
Ouvido o Plenário, **RESOLVEU** o Tribunal, à unanimidade e com a anuência do douto Procurador Regional Eleitoral, **aprovar** a proposição nos termos formulados.

Por fim, Sua Excelência o Presidente propôs, em relação aos suplentes, que fosse observado o limite máximo de 05 (cinco) diplomados por coligação.

RESOLVEU o Tribunal, à unanimidade, em conformidade com a manifestação do douto Procurador Regional Eleitoral, **acolher** a proposição nos termos formulados.



Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a Sessão. E, para constar, eu,  (WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO), Secretário das Sessões em exercício, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, demais membros do Tribunal e pelo Procurador Regional Eleitoral. SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, TERESINA(PI), 26 DE OUTUBRO DE 2018.

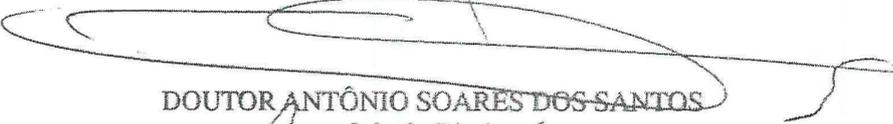

DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS
Presidente em exercício

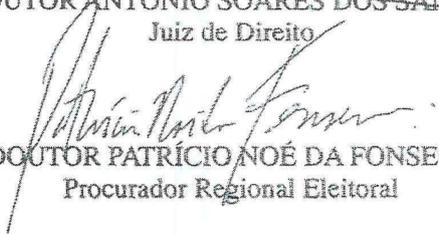

DESEMBARGADOR PEDRO DE ALCANTARA DA SILVA MACÊDO
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral em exercício


DOUTOR DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
Juiz Federal


DOUTOR PAULO ROBERTO DE ARAÚJO BARROS
Juiz de Direito


DOUTOR ASTROGILDO MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO
Jurista


DOUTOR ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS
Juiz de Direito


DOUTOR PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA
Procurador Regional Eleitoral

Publicada em 29/10/2018 na Secretaria Judiciária do TRE-PI, nos termos e para os fins do disposto no art. 226, parágrafo único, da Resolução TSE nº 23.554/2017.


Secretaria Judiciária – TRE/PI



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2018

Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





Senado Federal
GABINETE DO SENADOR LINDBERGH FARIAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.



SF/18889.13284-79

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica susgado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal (CF) determina, em seu art. 37, que a administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ademais, estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Com o Decreto 9.507, de 2018, a terceirização poderá ocorrer em praticamente todos os setores do serviço público federal. O decreto apenas resguarda, no caso da administração direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e





Senado Federal
GABINETE DO SENADOR LINDBERGH FARIAS

controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, não serão objeto de execução indireta apenas os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários, exceto se contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade.

O Decreto permite a terceirização irrestrita. Por exemplo, nos termos da regra proposta pelo Decreto, basta que uma empresa estatal justifique ser mais econômico ou eficiente efetuar a contratação de serviços para efetuar a terceirização, ainda que o serviço contratado demande a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes dos Planos de Cargos e Salários das empresas.

A respeito, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, entidade representativa de 4 mil juízes do Trabalho de todo o Brasil, publicou nota criticando a edição do decreto em que afirma:

3. A ANAMATRA reitera, por oportuno, o seu posicionamento institucional, deliberado na cidade Belo Horizonte (MG), ao tempo do 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, no sentido de que a Lei n. 6.019/1974, alterada pela Lei da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), no que tange à prestação de serviços a terceiros, não se aplica à administração pública direta, em razão do disposto no art. 37, caput e incisos I e II da Constituição da República. Mesmo a recente decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF n. 324, ao reputar





Senado Federal
GABINETE DO SENADOR LINDBERGH FARIAS

licita a terceirização das chamadas “atividades-fim”, certamente não sufraga o descarte do conjunto de princípios constitucionais que regem a Administração Pública; tampouco poderá ser pretexto para a fraude, para a precarização ou para a quebra da isonomia constitucional, notadamente no marco do serviço público federal.

Ademais, o decreto tem *vacatio legis* de 120 (cento e vinte) dias, o que revela a inconcebível violação ao princípio democrático, uma vez que sua aplicação se iniciará já sob a égide de outro governo que terá a legitimidade para avaliar os meios mais adequados para dispor sobre a matéria, laureado pelo escrutínio popular.

O Decreto afronta, ainda, o art. 37 da Constituição Federal, permitindo, na prática, que o ingresso no serviço público se dê sem aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, assim como exorbita os poderes atribuídos pelo art. 84, VI da Carta Magna, sendo, portanto, medida de inteira urgência sua sustação.

Portanto, na esteira do que dispõe o art. 49, V, da Constituição Federal, referido decreto é passível de sustação pelo Congresso Nacional, uma vez que não há qualquer autorização legislativa para dispor sobre a matéria que, ademais, carrega grande risco de loteamento de cargos, contratações direcionadas e favorecimento, ao arrepio dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Certo da importância da proposição, esperamos o apoio por ilustres pares.

Sala das Sessões,

SENADOR LINDBERGH FARIAS

(PT/RJ)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 37

- inciso V do artigo 49

- inciso I

- inciso II

- Decreto nº 9.507 de 21/09/2018 - DEC-9507-2018-09-21 - 9507/18

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9507>

- Lei nº 6.019, de 3 de Janeiro de 1974 - Lei do Trabalho Temporário - 6019/74

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6019>

- Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 - Reforma Trabalhista - 13467/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13467>



O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 136, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, DE 2018

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 389 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º.

“**Art. 389.**

.....
 § 1º É lícito a qualquer Senador encaminhar à Mesa documento destinado a complementar a instrução ou o esclarecimento da matéria.

§ 2º Se a manifestação do órgão competente do Poder Executivo favorável ao pedido de autorização de operação de crédito externo decorrer de decisão judicial não definitiva, fica sobrestada a apreciação do pleito até o trânsito em julgado da ação.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por força do art. 52, V, da Constituição Federal, compete privativamente a esta Casa autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos entes da Federação. As Resoluções nºs 43, de 2001, e 48, de 2008, regulamentam, respectivamente, as operações de crédito



dos estados e municípios, bem como as operações de crédito da União e as condições para concessão de garantia por parte da União.

As normas preveem que os pleitos devem ser encaminhados para o Ministério da Fazenda, que, após analisar a documentação enviada, se manifestará a respeito do cumprimento dos requisitos prévios para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União.

Recentemente, em dois episódios, a manifestação do Ministério da Fazenda decorreu de decisão judicial. O primeiro refere-se ao pedido de autorização para contratação de empréstimo externo feito pelo Município de Porto Alegre, objeto da Mensagem nº 87, de 2018. O segundo episódio refere-se ao pleito do Município de Maceió, objeto da Mensagem nº 99, também de 2018. Em ambos os casos, com concessão de garantia da União.

Para que um município possa receber aval da União, é necessário que sua capacidade de pagamento seja classificada, pelo menos, como nível “B”, em uma escala onde o nível “A” representa a melhor capacidade. Tanto Porto Alegre quanto Maceió apresentavam, em passado não muito distante, classificação “B” e, portanto, seriam elegíveis à obtenção da garantia da União. Ocorre que, em novembro de 2017, a Portaria MF nº 501/2017 alterou a metodologia de cálculo da capacidade de pagamento. Com essa nova metodologia, ambos os municípios passaram a ter classificação “C” e, portanto, não teriam mais direito ao aval da União, o que inviabilizaria a operação de crédito.

Inconformados com a nova situação, esses municípios entraram na Justiça e obtiveram liminar favorável. Em obediência à decisão judicial, a Secretaria do Tesouro Nacional foi obrigada a considerar a classificação “B” em sua análise, o que a levou a se manifestar favoravelmente à concessão de aval por parte da União.

Entendemos que essa incerteza jurídica coloca o Senado Federal em um forte dilema. Se autoriza a operação e a decisão judicial é depois revertida, o Senado estará, involuntariamente, contribuindo para a deterioração das finanças públicas. Por outro lado, se não autoriza a operação e a decisão judicial final se mantém, estará prejudicando desnecessariamente um ente da Federação.



3

Por esse motivo, propomos que, em casos onde decisões judiciais tenham sido determinantes para a manifestação do Ministério da Fazenda, a Comissão de Assuntos Econômicos aguarde a decisão definitiva para deliberar sobre o pleito de autorização de operação de crédito externa com garantia da União.

Diante da importância dessa matéria para o melhor controle das finanças públicas, conto com o apoio desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador TASSO JEREISSATI





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 07/11/2018 às 14h30 - 35ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA		1. EDUARDO BRAGA	
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	3. JOSÉ AMAURI	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET		5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. GUARACY SILVEIRA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	3. GIVAGO TENÓRIO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VICENTINHO ALVES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE


 José Alexandre Girão M. da Silva
 Secretário da Comissão de Assuntos
 Econômicos - CAE



07/11/2018 15:57:42

Página 5 de 7

Parte integrante do Avulso do PRS nº 51 de 2018.

Página 1 de 2





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS
WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93>
 - artigo 389
- urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43>
- urn:lex:br:federal:resolucao:2008;48
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2008;48>
- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>



O Projeto de Resolução nº 51, de 2018, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "a", do Regimento Interno.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 525, DE 2018

Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 750/2011.

AUTORIA: Senador Cidinho Santos (PR/MT)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia.



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 750/2011, que *dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, de de .

Senador Cidinho Santos
(PR - MT)



Término de prazo



Encerrou-se em 12 de novembro o prazo de interposição de recurso para continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2017.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido rejeitado pela comissão competente, a matéria vai ao Arquivo.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 103, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2018, do Senador Ataídes Oliveira, que Modifica a redação do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da empregada gestante.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço

13 de Novembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2018, do Senador Ataídes Oliveira, que *modifica a redação do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da empregada gestante.*



Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Em exame desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 230, de 2018, do Senador Ataídes Oliveira, que, altera a redação do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o objetivo de dar nova disciplina sobre a proteção da empregada gestante e da lactante, quando do exercício de sua atividade em ambiente de trabalho insalubre.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega:

No Senado Federal, quando a matéria foi debatida durante a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que deu origem a Lei nº 13.467, de 2017, houve um compromisso assumido pelo Líder do Governo, no sentido de que a matéria fosse aprovada nos mesmos termos da Câmara dos Deputados, para que não houvesse mais atraso na sua aprovação.

O texto apresentado coincide com o proposto pelo Poder Executivo e promove alterações na redação do caput e do § 2º, além de incluir os §§ 3º e 4º ao art. 394-A da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943), buscando garantir o afastamento da mulher gestante de atividades insalubres em grau máximo como forma de preservar a sua saúde e a do nascituro. Ao mesmo tempo se permite que, nos casos de atividades insalubres em grau médio e mínimo, o trabalho possa ser realizado pela mulher quando esta, voluntariamente, apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança que autorize sua permanência no exercício das atividades.



2³

Já no que tange ao exercício de atividades insalubres por mulheres lactantes, propõe-se que a mulher seja afastada da atividade insalubre em qualquer grau, caso apresente atestado de saúde emitido por médico de sua confiança que recomende o seu afastamento durante o período de lactação.

Após ser analisada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta será objeto de deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE discutir e votar proposições que disponham sobre aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, como neste caso, por despacho do Presidente.

No mérito, não há reparos a fazer, pois a proposição, ao promover modificações no *caput* e no § 2º, além de incluir os §§ 3º e 4º ao art. 394-A da CLT, visa a assegurar o afastamento da mulher gestante de atividades insalubres em grau máximo como forma de preservar a sua saúde e a do nascituro, como também permitir-lhe, nos casos de atividades insalubres em grau médio e mínimo, que elas possam ser exercidas por ela, desde que, por sua livre iniciativa, apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança autorizando sua permanência no exercício das atividades.

Ao par disso, no que tange ao exercício de atividades insalubres por mulheres lactantes, igualmente louvável a proposta de que a mulher seja afastada da atividade insalubre em qualquer grau, caso apresente atestado de saúde emitido por médico de sua confiança que recomende o seu afastamento durante o período de lactação.

Alterações como essas são importantes para, além de preservar a saúde e a integridade da trabalhadora, evitar sua discriminação em locais com atividades insalubres, o que poderia afetar a sua empregabilidade, principalmente quando se tratar de mulher em idade reprodutiva.



A medida, portanto, atinge dois grandes objetivos: assegurar a saúde da mulher e a sua empregabilidade, especialmente em atividades ligadas à área de saúde.

Nossa posição, favorável às mudanças propostas pelo presente projeto de lei, reflete nossa disposição de seu acolhimento, ainda quando da tramitação, nesta Comissão, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2017, que deu origem a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Com efeito, em que pese nossa convicção pelo necessário aperfeiçoamento das leis trabalhistas, pautada pelo binômio flexibilização e proteção, não podemos estar alheios às críticas construtivas então apresentadas ao projeto pelos participantes das audiências públicas que realizamos, pelos representantes sindicais que recebemos e pelas emendas apresentadas pelas Senhoras Senadoras e Senhores Senadores a esta Comissão.

À época, concertamos junto ao Poder Executivo que alguns itens da proposta em tela deveriam ser vetados, para que fossem aprimorados por meio da edição de medida provisória que contemplasse, ao mesmo tempo, o intuito do projeto aprovado na Câmara dos Deputados e o dever de proteção externado por muitos parlamentares. Um dos pontos do projeto que compuseram este entendimento institucional foi o tratamento a ser dado à gestante e à lactante em ambiente de trabalho insalubre

Entendemos que há uma demanda legítima a favor da mudança do texto proposto e aprovado constante do PLC 38, de 2017, por parte de médicas e enfermeiras do setor de saúde, que desejam ter a opção de trabalhar nestas situações. Por isso, reconhecemos que a manutenção da redação do *caput* e do § 2º, além da inclusão dos §§ 3º e 4º ao art. 394-A da CLT, proposta originalmente pelo PLC nº 38, de 2017, implica abrir espaço para abusos contra mulheres menos esclarecidas, com menor poder de barganha e em ambientes mais insalubres e desprotegidos do que os hospitais.

Assim, não há o que obstar em relação ao mérito da proposta em análise, sendo plausível que esta Comissão dê prosseguimento à sua tramitação.



4⁵

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ADENDO AO PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 230, de 2018, do Senador Ataídes Oliveira, que *modifica a redação do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da empregada gestante.*

Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Apresentei relatório ao PLS n° 230, de 2018, na reunião de 6 de novembro de 2018.

Adito o relatório para analisar a Emenda n° 1 apresentada após a reunião, pela Senadora Vanessa Grazziotin.

II – ANÁLISE

A Emenda n° 1 trata de tema que já foi exaustivamente discutido no relatório apresentado sobre a matéria. A emenda apresentada entra em conflito com o escopo e o objeto da proposta atual ao tentar restabelecer redação de lei que foi revogada após a aprovação das recentes alterações na legislação trabalhista.

Como descrito em nosso relatório, as modificações no *caput* e no § 2º, além da inclusão dos §§ 3º e 4º ao art. 394-A da CLT, visam assegurar o afastamento da mulher gestante de atividades insalubres em grau máximo como forma de preservar a sua saúde e a do nascituro, como também permitir-lhe, nos casos de atividades insalubres em grau médio e mínimo, que elas possam ser exercidas por ela, desde que, por sua livre iniciativa,



2

apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança autorizando sua permanência no exercício das atividades.

É um avanço em relação à redação atualmente em vigor, que mantém a gestante em atividades insalubres em grau médio e mínimo, exceto quando apresentem atestado de saúde solicitando o seu afastamento.

À época da discussão da reforma trabalhista, concertamos junto ao Poder Executivo que alguns itens da proposta em tela deveriam ser vetados, para que fossem aprimorados por meio da edição de medida provisória que contemplasse, ao mesmo tempo, o intuito do projeto aprovado na Câmara dos Deputados e o dever de proteção externado por muitos parlamentares. Um destes itens era exatamente o tratamento a ser dado à gestante e à lactante em ambientes de trabalho insalubres.

Entendemos que a redação apresentada no PLS 230, de 2018, está em linha com aquilo que se faz necessário, atingindo dois grandes objetivos desejados: assegurar a saúde da mulher e a sua empregabilidade, especialmente em atividades ligadas à área de saúde.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 13/11/2018 às 11h30 - 37ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA PRESENTE	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
TELMÁRIO MOTA	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 230/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, E CONTRÁRIO A EMENDA Nº 1.

13 de Novembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 104, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017, que Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço

30 de Outubro de 2018



RELATÓRIO DO VENCIDO

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (nº 447/2015, na Casa de origem), do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*



Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

O Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (nº 447, de 2015, na Casa de origem), de autoria do Deputado Décio Lima, veio a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposição tem o intuito de incluir entre as atividades consideradas perigosas, na forma da Lei, aquelas atinentes aos agentes de trânsito, a saber, “atividade de fiscalização de trânsito, operação ou controle de tráfego de veículos terrestres.” Desse modo, em seu art. 1º, altera o art. 193, II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adicionar ao rol das atividades perigosas aquelas desempenhadas pelos agentes de trânsito. Em seu art. 2º, estabelece a vigência da Lei a partir da data de sua publicação.

A matéria foi encaminhada ao Senado Federal em 14 de dezembro de 2017, tendo sido objeto de análise de relatório da lavra do Senador Romero Jucá pela aprovação. Em votação na CAE, o relatório foi rejeitado, cabendo a mim a elaboração de novo parecer.

Após a análise da matéria por esta CAE, serão posteriormente ouvidas ainda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em termos formais, não há óbices à matéria. O texto segue a boa norma, respeitando os preceitos de concisão, clareza e objetividade. Também no que tange à constitucionalidade e regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto.



De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 99, I, constitui competência da CAE a análise de matérias legislativas em seus aspectos econômicos e financeiros. Sob o prisma econômico, a proposição tem o mérito de resgatar uma dívida da sociedade para com os agentes de trânsito, ao incluí-los no rol das atividades consideradas perigosas pela CLT. Assim, fariam jus a um diferencial compensatório.

Trata-se de um contingente que envolve milhares de profissionais que, diuturnamente, prestam importante serviço à população, na fiscalização e controle do trânsito e na garantia da segurança viária. O trabalho desses profissionais, muitas vezes, envolve situações de risco, face à crescente violência presente no trânsito brasileiro. Com efeito, o país convive com altas taxas de acidentes de trânsito, que levam ao óbito anualmente algo em torno de 80 mil indivíduos, além de produzir 120 mil vítimas de sequelas.

Esse cenário envolve anualmente um custo total superior a R\$ 21 bilhões em despesas com o sistema de saúde de forma imediata, do resgate à reabilitação. São números impressionantes e que indicam a importância de se alavancar os trabalhos de fiscalização e de controle do trânsito, o que implica também a necessidade de elevação do efetivo de agentes de trânsito. De acordo com a justificação do Projeto, no ano de 2015 o Brasil contava com cerca de 25 mil agentes de trânsito distribuídos em 1.435 municípios.

Esse número, no entanto, deverá crescer em função da recente entrada em vigor do novo Código de Trânsito Brasileiro, que facilita e estimula a contratação de agentes de trânsito pelos municípios. A expectativa é de um aumento significativo do contingente desses profissionais. Importante ressaltar ainda que os próprios agentes estão expostos à violência diária do trânsito. Em média, são 15 profissionais mortos por ano, o que confere a esse grupo profissional um índice de letalidade mais elevado do que o prevalente para as Forças Armadas e a Polícia Militar.

Em termos financeiros, cumpre lembrar que a matéria suscita a possibilidade de pagamento de adicional de periculosidade aos agentes de trânsito na forma da Lei. Assim, de acordo com a disposição legal em vigor, nos termos do art. 93 da CLT, bem como da Norma Regulamentadora nº 16, de 2017, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), observar-se-á um acréscimo da ordem de 30% sobre o salário base, como adicional de periculosidade, a que a categoria passará a fazer jus. Isso certamente provocará um aumento significativo dos custos a que serão submetidos os



cofres públicos, já que se trata de uma categoria profissional cujo exercício laboral se dá sob a tutela do Estado.

Além disso, deve-se observar que o valor dos salários dos agentes de trânsito apresenta uma grande variação. De acordo com os dados disponíveis, a categoria percebe salários cujos montantes oscilam entre R\$ 800,00 e R\$ 7.010,00, sendo que sua média salarial nacional é de R\$ 2.623,00. Pode-se assim estimar, com a adoção do adicional de periculosidade para a categoria, um impacto anual da ordem de R\$ 256 milhões, considerando-se apenas o contingente atual, ou seja, sem se levar em conta o aumento do número de agentes de trânsito.

Tendo em vista esses valores, dois dispositivos legais devem ser aqui mencionados. Primeiramente, a Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 16, estabelece a obrigatoriedade de estimativas do impacto orçamentário-financeiro decorrentes do aumento de despesas. Observa-se que o PLC nº 180, de 2017, não traz qualquer alusão a esses impactos. Tal ausência, além de colidir com a norma legal, impede que o Legislador forme uma opinião precisa acerca das reais consequências da aprovação da matéria sobre as contas públicas.

Adicionalmente, o art. 17 da LRF também determina que os atos que criarem ou aumentarem despesas de caráter continuado devem ser demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Tal determinação também não foi satisfeita pela presente proposição.

Assim, a análise dos aspectos financeiros referentes ao PLC nº 180, não recomenda sua aprovação, tendo em vista o atual quadro das finanças públicas.

Pelo exposto, o PLC nº 180, de 2017 foi rejeitado pela CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 30/10/2018 às 10h - 33ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO		3. JOSÉ AMAURI	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET		5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ACIR GURGACZ	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL		4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. GIVAGO TENÓRIO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA		1. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
TELMÁRIO MOTA		3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 180/2017)

A COMISSÃO REJEITA O RELATÓRIO. O SENADOR RICARDO FERRAÇO É DESIGNADO RELATOR DO VENCIDO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, CONTRÁRIO AO PROJETO.

30 de Outubro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 105, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2017, que Dispõe sobre o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Pedro Chaves

RELATOR ADHOC: Senador Armando Monteiro

13 de Novembro de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2017 (nº 2.782, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Vinicius Carvalho, que *dispõe sobre o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências*.



SF/18590.96459-31

RELATOR: Senador PEDRO CHAVES

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o PLC nº 124, de 2017, do Deputado Federal Vinicius Carvalho, que regula o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais.

A proposição tem como objetivo disciplinar a aceitação de cheque por tais estabelecimentos, que passa a ser a regra, bem como determinar sanções ao seu descumprimento.

Com tal fim, o PLC define que o estabelecimento comercial que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo quando: I – o nome do emitente do cheque figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito; ou II – o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente à qual o título de crédito está vinculado. Determina-se, ainda, que o tempo de abertura de conta corrente constante do cheque não será oposto como motivo para sua recusa pelo estabelecimento comercial.

Ademais, a proposição estabelece que a aceitação de cheque como forma de pagamento restará configurada pela inexistência, no estabelecimento comercial, de informação clara e ostensiva sobre a recusa do referido título.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O descumprimento ao disposto na lei que resultar da aprovação do projeto sujeita o estabelecimento infrator às penas contidas no art. 56 e seguintes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Ainda, os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a afixar a lei resultante deste PLC em local que permita total e fácil visibilidade por parte do consumidor.

Por fim, a cláusula de vigência prevê que a potencial lei em análise entrará em vigor após decorridos trinta dias da sua publicação oficial.

Na justificação da proposição, o autor afirma que “as condições para a aceitação de cheque não podem ser discriminatórias e não se pode tratar o consumidor de forma diferenciada, sob pena de ferir a igualdade nas contratações e a premissa de boa-fé contida no princípio expresso no inciso III do art. 4º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável; a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); e, também, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de quaisquer matérias que lhe sejam submetidas. Tendo em vista que os aspectos jurídicos do projeto de lei já foram analisados na CCJ, onde recebeu voto pela sua constitucionalidade e juridicidade, nos dedicaremos à análise do mérito da proposição.



SF/18590.96459-31





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Preliminarmente, ainda que o projeto torne a aceitação de cheques regra tácita, vale destacar que este não obriga os estabelecimentos comerciais a aceitarem o pagamento com cheque, uma vez que apenas exige que a recusa em aceitar tal forma de pagamento seja informada de forma clara e ostensiva.

Se o estabelecimento comercial não deixar explícito que não aceita cheques, em apenas duas situações poderá recusar essa forma de pagamento: se o nome do emitente estiver negativado em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente bancária.

Como bem destacado pelo autor da proposição, o objetivo da regulamentação em tela é evitar a discriminação do consumidor e a imposição de constrangimentos resultantes da recusa não justificada de um meio de pagamento prático e de uso rotineiro pelos consumidores brasileiros.

Portanto, no mérito, o PLC cumpre propósito duplo. Por um lado, defende direitos constitucionais basilares de nosso Estado Democrático, como o da igualdade, ao garantir tratamento isonômico aos consumidores que desejem utilizar o cheque como forma de pagamento. De outro, protege os estabelecimentos comerciais do recebimento de cheques sem fundo, bem como de tentativas de fraude, ao permitir que estes recusem cheques de consumidores cujo nome esteja negativado ou seja diverso do titular da conta bancária emitente do cheque.

Dessa forma, entendemos que a proposição estabelece normas razoáveis e proporcionais para a aceitação ou a recusa de cheques por estabelecimentos comerciais, sem impor custos econômicos desnecessários, e respeitando os riscos de mercado e crédito existentes. Assim, resguarda os interesses tanto dos consumidores quanto dos comerciantes.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2017.



SF/18590.96459-31



5

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 13/11/2018 às 11h30 - 37ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA PRESENTE	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
TELMÁRIO MOTA	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 124/2017)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

13 de Novembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
-S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-DC - Guaracy Silveira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-5 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

DC - 1

Guaracy Silveira.	TO
---------------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
DC.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Guaracy Silveira** (-DC-TO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Walter Pinheiro* (-S/Partido-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,163)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,163)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,85,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (101)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líder Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Ana Amélia (168)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,106)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,162)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 12</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,146,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 0</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (120)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Moraes (39,122,132,151)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
163. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BLDPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).
168. Em 25.07.2018, a Senadora Ana Amélia foi designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE(S)
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ⁽⁷⁾	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**Notas:**

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

*** Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

**. Em 08.08.2018, foi lido o Requerimento nº 431, de 2018, que prorroga o prazo da CPI por 150 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Finalidade: Investigar os elevados reajustes dos preços dos planos de saúde em valores muito superiores aos índices oficiais de inflação.

Requerimento nº 415, de 2018

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 11/07/2018

Leitura: 11/07/2018



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(5,36,45,47)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6. Senador Dário Berger ⁽³⁵⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,28,33,43)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14,33,41,42)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(2,34,37,48)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ^(18,30,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(4,44,46)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13,31,40)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,29,38)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
34. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
35. Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDB).
36. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
37. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
38. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
39. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
40. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD)



41. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
42. Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
43. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
44. Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
45. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
46. Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
47. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
48. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14,25,29,30)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,26,28)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,23,27)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição ao senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).
25. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDDB).
26. Em 04.09.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular, em substituição ao senador Sérgio Petecão, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 58/2018-BLDPRO).
27. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
28. Em 09.10.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 60/2018-BLDPRO).
29. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
30. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ^(1,55,61,62,64)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(1,50,53,65)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(5,56,66,67)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(5,59,60,68)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16,54,63)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).
59. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
60. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
61. Em 07.08.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2018-GLPMDB).
62. Em 04.09.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 93/2018-GLPMDB).
63. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
64. Em 09.10.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho (Of. 94/2018-GLPMDB).
65. Em 11.10.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 103/2018-GLPMDB).
66. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
67. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
68. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4,29,31)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
VAGO (5,32)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25,28,30)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD).
30. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Rudson Leite (Of. 66/2018-BLOMOD).
31. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
32. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,10,33)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,28,29,34)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21,27,31)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18,26,32)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,25,30)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC).
28. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
29. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
30. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
31. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
32. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 65/2018-BLOMOD).
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,34,35)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
35. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(5,16,24,29,30)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18,27,28)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPCD).
28. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
29. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
30. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
VAGO ^(1,4)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

4. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30,35,37)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7,39,48,49)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4,34,43,47)
VAGO (4,45)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (1,16,32,41)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,22,44,46)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13,33,42)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26,31,38,40)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDB).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº46/2018-BLOMOD).
39. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
40. Em 05.09.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 56/2018-BLOMOD).
41. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
42. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 63/2018-BLOMOD)
43. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
44. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
45. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
46. Em 05.11.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 69/2018-BLOMOD).
47. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
48. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Ferrer, titular do mandato (Of. s/n).
49. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,31,34,35)	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(17,27,33)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
VAGO ^(2,18,28,32)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
31. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
32. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Ferrer, titular do mandato (Of. s/n).
35. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(6,14,17,18)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,16)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
16. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 005/2018-GLDPDT).
17. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
18. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (8,12,29)	2. Senador Romero Jucá (11,32)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador João Alberto Souza (16,30)
Senador Dário Berger (8,30)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (31)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (28)
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (33)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,35,37)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,24,27,36)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18,25,26)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19,21,34)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).
26. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
27. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
28. Em 06.11.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 85/2018-GLPSDB).
29. Em 06.11.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
30. Em 06.11.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em permuta com o Senador João Alberto Souza, que passa a ocupar vaga de suplente (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
31. Em 06.11.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
32. Em 06.11.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
33. Em 06.11.2018, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 86/2018-GLPSDB).
34. Em 06.11.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 71/2018-BLOMOD).
35. Em 06.11.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 69/2018-BLDPRO).
36. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
37. Em 08.11.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Givago Tenório, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 70/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ^(11,15)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(18,24,28,29)
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(26,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16,22,25)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).
24. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
25. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
26. Em 31.10.2018, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo PSDB, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. 83/2018-GLPSDB).
27. Em 31.10.2018, o Bloco da Maioria cede vaga para o PSDB (Of. 109/2018).
28. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
29. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

MDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

MDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
VAGO
PODE
VAGO



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

